



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 151, QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 153^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	10
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	10
1.2.2 – Oradores	
Senador Jorge Viana – Comentários sobre o exemplo da Islândia na redução e prevenção do uso de drogas entre jovens.	10
1.2.3 – Apreciação de requerimentos	
Nº 869/2017, do Senador João Capiberibe. Aprovado.	13
Nº 856/2017, da Senadora Regina Sousa. Aprovado.	13
1.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Cidinho Santos, como Líder – Comentários sobre as Rodovias BR-158, BR-163 e BR-242; e outro assunto.	14
Senadora Ângela Portela – Destaque para a campanha Outubro Rosa e considerações acerca das políticas de prevenção de acidentes e mortes no trânsito no País.	15
Senador Eduardo Amorim – Comentários sobre a campanha Outubro Rosa e a importância da prevenção ao câncer de mama.	19
Senadora Gleisi Hoffmann, como Líder – Considerações sobre a estratégia política do Governo Federal relativa à diplomacia, defesa, ciência e tecnologia, com relevância para as Forças Armadas.	22
Senadora Fátima Bezerra – Reflexão em torno do panorama político, social e econômico no País diante da segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o Presidente da República, Michel Temer.	25
Senador Valdir Raupp, como Líder – Relato da participação de S. Ex ^a em feiras de negócios realizadas no estado de Rondônia; e outro assunto.	28



Senadora Lídice da Mata – Considerações sobre a crise financeira por que passam os municípios brasileiros, especialmente os do estado da Bahia; e outro assunto.	30
Senadora Ana Amélia – Cumprimento pelos 106 anos da República da China, Taiwan, e por seu exemplo na condução das questões relativas às mudanças climáticas; e outros assuntos.	32
Senadora Simone Tebet – Homenagem ao estado de Mato Grosso do Sul pelo transcurso do aniversário de 40 anos.	35
1.2.5 – Suspensão da sessão às 15 horas e 50 minutos e reabertura às 16 horas e 26 minutos	37
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item extrapauta	
Mensagem nº 50/2017 (nº 289/2017, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo. Aprovada (votação nominal).	38
1.3.2 – Item 5	
Projeto de Lei da Câmara nº 44/2016 (nº 5.768/2016, na Câmara dos Deputados), que altera o <i>Código Penal Militar</i> (<i>dispõe sobre os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares</i>).	48
1.3.3 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Senador Lindbergh Farias, contraditada pela Senadora Ana Amélia e respondida pela Presidência.	48
1.3.4 – Item 5 (continuação)	
Projeto de Lei da Câmara nº 44/2016 (nº 5.768/2016, na Câmara dos Deputados), que altera o <i>Código Penal Militar</i> (<i>dispõe sobre os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares</i>). Aprovado (votação nominal). À sanção.	50
1.3.5 – Item 4	
Projeto de Lei da Câmara nº 7/2016 (nº 36/2015, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. Aprovado, com adequação redacional	70
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 7/2016 (Parecer nº 176/2017-CDIR/PLEN-SF). Aprovada . À sanção.	73
1.3.6 – Convocação de sessão	
Convocação de sessão deliberativa extraordinária para amanhã, às 11 horas.	75
1.4 – ENCERRAMENTO	75

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 153^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicações



Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Memorando nº 1/2017). <i>Designado o membro</i>	77
Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, de desligamento da Senadora Lídice da Mata da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Memorando nº 2/2017)	78
Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, de desligamento do Senador Roberto Rocha das Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Econômicos (Memorando nº 4/2017)	79
2.1.2 – Documento encaminhado à publicação	
Senador Jorge Viana – Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno	81
2.1.3 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 64/2017 (nº 340/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MAURO DE MOURA MAGALHÃES, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)	98
Nº 65/2017 (nº 374/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi	123
Nº 66/2017 (nº 375/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos.	234
2.1.4 – Parecer	
Nº 52/2017-CE, sobre a Mensagem nº 59/2017	325
2.1.5 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 383/2017, do Senador Roberto Rocha, que <i>dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica</i>	335
Nº 384/2017, da Senadora Ana Amélia, que <i>altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a classificação indicativa de museus, mostras, galerias e exposições de arte e cultura</i>	341
Nº 385/2017, do Senador Paulo Rocha, que <i>altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional</i>	346
Nº 386/2017, do Senador Eduardo Amorim, que <i>institui o Dia Nacional do Feirante</i>	354
Nº 387/2017, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que <i>modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o procedimento especial para ação fiscal.</i>	357
Nº 388/2017, do Senador Reguffe, que <i>altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1.998, para democratizar a eleição para a direção do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), alterando o colégio eleitoral, que passa a ter como eleitores os atletas que participaram de Olimpíadas representando o Brasil.</i>	362



Nº 389/2017, do Senador Roberto Requião, que *acrescenta o § 2º ao art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, para permitir que militar das Forças Armadas que pratique homicídio contra civil em operação de garantia da lei e da ordem autorizada pelo Congresso Nacional seja julgado pela Justiça Militar.* 366

2.1.6 – Requerimentos

- Nº 871/2017, do Senador Ciro Nogueira, de autorização para desempenho de missão no período de 14 a 18 do corrente 371
- Nº 872/2017, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 407/2013. 374
- Nº 873/2017, da Senadora Fátima Bezerra, de homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Helley de Abreu Silva Batista. 376

2.1.7 – Término de prazo

- Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº 85/2008 continue sua tramitação 380

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Mensagem nº 50/2017

- Lista de votação. 382

2.2.2 – Projeto de Lei da Câmara nº 44/2016

- Matéria aprovada. 385
- Lista de votação. 387

2.2.3 – Projeto de Lei da Câmara nº 7/2016

- Redação final (Parecer nº 176/2017-CDIR/PLEN-SF). 390

PARTE III

- 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL** 393
- 4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** 396
- 5 – LIDERANÇAS** 397
- 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 401
- 7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 410
- 8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** 415
- 9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** 462



Ata da 153^a Sessão, Deliberativa Ordinária,
em 10 de outubro de 2017

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Cássio Cunha Lima e João Alberto Souza, da Sra. Ana Amélia e do Sr. Valdir Raupp.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 18 horas e 46 minutos.)





REGISTRO DE COMPARCIMENTO E VOTO

Senado Federal
55^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa Ordinária

153^a Sessão Deliberativa Ordinária , às 14 horas

Período: 10/10/2017 07:00:00 até 10/10/2017 20:33:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PMDB	SP	Airton Sandoval	X	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PDT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PMDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X

Emissão 10/10/2017 20:34:35





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

**Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária**

153ª Sessão Deliberativa Ordinária , às 14 horas

Período: 10/10/2017 07:00:00 até 10/10/2017 20:33:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PODE	RJ	Romário	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDb	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PTB	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDb	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X

Compareceram 58 senadores.

Emissão 10/10/2017 20:34:36



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide parte II do Sumário**)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, por Senador Jorge Viana em permuta com a Senadora Fátima Bezerra, ao Senador Jorge Viana.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Jorge Viana, por dez minutos.

Pela ordem, Senadora Ângela Portela.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senadora Ângela Portela, do PDT de Roraima, V. Ex^a está inscrita em primeiro lugar.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Poderia me inscrever pela Liderança do PR, com a aquiescência do meu Líder?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu gostaria que V. Ex^a se levantasse para pedir pela ordem, por gentileza.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não, com prazer.

Inscrever-me pela Liderança do PR, com aquiescência do meu Líder aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Vicentinho?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar, Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – De nada.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, todos os que nos acompanham pela Rádio e TV do Senado Federal, eu queria cumprimentar todos, especialmente população do meu Estado, o Acre, mas, daqui desta tribuna, a gente fala para o Brasil inteiro, e eu trago um tema que está muito presente na vida dos brasileiros, nas famílias de todos nós, que é a crescente violência, que é a crescente destruição de uma das fases mais bonitas que todos nós já vivemos, ou outros estão vivendo, ou outros vão viver, que é a juventude.

A nossa juventude tem que perspectiva, meu Deus? As nossas crianças têm que perspectiva com este País que nós estamos vivendo?

Vivemos, num passado recente, tempos de prosperidade, em vários aspectos. Agora vivemos um verdadeiro caos. Depois desse *impeachment*, tudo piora no nosso País. As instituições não se



entendem; a sociedade perde a esperança; as pessoas perdem a fé e a esperança, e as consequências são terríveis: desemprego e violência como marca.

E eu trago aqui à tribuna do Senado uma luz. O país da Europa que tinha as piores taxas de envolvimento de sua juventude com drogas, lícitas e ilícitas — estou me referindo aqui à bebida, ao cigarro e à maconha —, era a Islândia. Saiu uma matéria no jornal *El País*, que eu, com cuidado, li, reproduzi no meu *Twitter* e estou pondo na rede, na minha *fanpage*. A Islândia era, eu podia dizer assim, o pior lugar, o pior país para os jovens de 15 a 16 anos na Europa. Era ali, naquele país, que 23% dos jovens, entre 15 e 16 anos, que já fumavam; 17% tinham um grau de dependência já com maconha e 42% que consumiam constantemente álcool. Vejam, estou falando de garotos de 14, 15 e 16 anos num país. E, de lá para cá, 20 anos, a Islândia, o mesmo país, é, hoje, um dos países referência na Europa, porque, do consumo de 42% dos jovens de 14, 15 e 16 anos que faziam uso frequente de álcool, em vez de 42% dos jovens, agora, em 2016, são 5% — mostra a matéria e o estudo científico. O consumo constante de maconha saiu de 17% para 7%. E o vício do cigarro saiu, Senador Cidinho, de 23% para 3%.

Eu estou falando de um país da Europa. Esses são desafios para os países do mundo. Como trabalhar com a juventude? Como cuidar dos nossos jovens? Como criar um ambiente para que eles possam nos suceder na vida, pelo trabalho, pela ética, pela integridade e pela preocupação com o próximo e com mundo melhor, com hábitos saudáveis? Esse é o desafio. A Islândia conseguiu. E eu fico refletindo: e o nosso País, Presidente? Qual é o futuro da nossa juventude? Como a juventude está vendo esse debate de corrupção, onde ninguém presta, onde nada funciona, onde as instituições todas estão caminhando para a desmoralização completa, numa verdadeira marcha da insensatez?

No Brasil não é diferente. Nossos jovens têm energia sobrando, mas a perspectiva de vida é nenhuma. Os números são fortes. Eu peguei dados sobre a juventude brasileira de 13 a 15 anos. Uma pesquisa do IBGE divulgada traz dados alarmantes sobre os hábitos dos adolescentes brasileiros. Alarmantes!

O trabalho se refere a 2015, mas foi divulgado depois. Foi realizado com estudantes do 9º ano de escolas públicas e privadas, de 13 a 15 anos. O resultado mostra que o percentual de jovens que já fazem uso de bebidas chega a 50% — estou falando de jovens de 13 a 15 anos. Isso, em 2012. E passou para 55% em 2015. Já a taxa dos que usaram drogas ilícitas, que declararam usar drogas ilícitas, saiu de 7% para 9% entre 2012 e 2015. Também subiu o número dos que relatam fazer uso do cigarro.

Então, Sr. Presidente, nós devemos refletir: o que fazer para que para a nossa juventude não seja apenas aberta a porta do crime, do cemitério, da droga, do vício, da dependência? O que devemos fazer ou o que podemos fazer?

Primeiro, tenho uma constatação: acho que tudo que nós fizemos até aqui está errado. Está errado. Deu errado, porque a nossa juventude não está tendo a acolhida que precisa ter. Eles não estão vendo a porta de um mundo com um melhor relacionamento e de hábitos saudáveis se abrir. Se forem mais pobres, pior ainda — os mais pobres —; se forem de cor, pior ainda. Mais de 40% dos crimes envolvem pessoas com menos de 30 anos. Chega a quase 50%, e normalmente são os mais pobres que estão padecendo.

Eu queria, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, refletir um pouco sobre o que a Islândia fez, um país que era o pior do ponto de vista dos hábitos para os jovens. Eles investiram em esporte, em educação mais ainda, mas especialmente em atividades extracurriculares — esporte



e cultura –, para o jovem ter como gastar energia de maneira mais saudável; ter desafios; ter objetivos; romper com situações que, devido ao acúmulo de energia e à característica da juventude, precisa viver.

Mas eu queria dizer aqui, da tribuna: sabe qual foi uma das medidas mais importantes que a Islândia adotou, que passou a ser uma referência de como lidar com jovens, de como reduzir o consumo de drogas lícitas e ilícitas, o consumo de álcool entre jovens de 14 e 15 anos? Eles aumentaram a maioridade. Nós estamos aqui discutindo criminalizar mais rapidamente os que têm menos idade.

A Islândia conquistou, fazendo: era de 16 anos passou para 18 a maioridade penal. Mas eles adotaram medidas também restritivas para o funcionamento de alguns estabelecimentos. Em vez de só palestra contra a droga, sinceramente eles adotaram medidas restritivas para o funcionamento de alguns estabelecimentos.

Eu, quando fui Prefeito e Governador, adotei isso. Tem sentido haver, 24 horas por dia, algumas casas abertas para aqueles que estão em momento de dificuldade – e aquela casa estar aberta? Não tem regra, o pessoal não consegue nem dormir, nem curar uma ressaca.

Então, eles fizeram leis mais rígidas, diminuíram as palestras falando mal desses hábitos... Está falando mal, mas o jovem vai lá, experimenta e diz: "Mas não é tão ruim como falaram." Claro que não é. O ruim é quando cria dependência. Por isso que ele é levado a uma situação de dependência.

O número de pessoas perambulando pelas cidades no Brasil está aumentando. O número de jovens perdidos nas famílias está aumentando. E a solução somos nós, a sociedade, os governos, o Estado brasileiro tomarmos medidas...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não tenho dúvidas. Fiz isto quando eu era Prefeito e fiz também quando era Governador, que o esporte é um importante aliado. A atividade, preencher a vida da juventude, abrindo portas de uma vida saudável, de hábitos saudáveis...

Por isso, fiquei impressionado com essa matéria, e vou pedir para constar nos *Anais* do Senado, que saiu no jornal *El País* de hoje, que trata do exemplo da Islândia, que reduziu drasticamente o consumo de drogas, de álcool e de tabaco entre seus jovens. Um sonho para a nossa sociedade. Eu sonho com isto para o meu Estado do Acre, para Rio Branco e para as outras 21 cidades: os jovens tendo uma vida mais saudável, com hábitos saudáveis, longe da violência, alegrando a família, dando esperança para a sucessão na família. É isso que todos nós buscamos, Sr. Presidente,...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...e lamentavelmente, nós não temos isso.

Volto a afirmar, concluindo: eu acho que tudo o que nós fizemos até aqui está errado, porque o problema só aumentou. Nós devemos, independente de concordarmos com todos os pontos ou não, ouvir uns aos outros e estabelecer políticas públicas, ações na sociedade, ações individuais que possam salvar essa geração de jovens que é vítima da insensatez que vivemos nesses tempos, no Brasil e no mundo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas é um exemplo que funciona muito bem na capital do meu Estado, Rio Branco. Minha cidade tem 300 mil habitantes e não consegue conviver com isso. Por isso que é muito importante os exemplos que dão certo serem seguidos. Começam na família, começam em casa, no bairro onde a gente vive as mudanças.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE VIANA.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

- A Islândia sabe como acabar com as drogas entre adolescentes, mas o resto do mundo não escuta.

(Vide item 2.1.2 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Requerimento nº 869, de 2017, do Senador João Capiberibe, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar de missão oficial chamada Mês da Cidade, no período de 27 a 29 de outubro de 2017, em Caiena, Guiana Francesa. E comunica, nos termos do art. 39, §1º, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 26 a 30 de outubro, de 2017.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimento nº 856, de 2017, da Senadora Regina Sousa, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para participar do 8º Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e Caribe, no período de 24 a 27 de outubro de 2017, em Montevidéu, República do Uruguai.

E comunica, nos termos do art. 39, §1º, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 24 a 28 de outubro de 2017.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Concedo a palavra, pela Liderança do PR, ao Senador Cidinho Santos, de Mato Grosso.

Por cinco minutos, Excelência.

Em seguida, falará a Senadora Ângela Portela como inscrita.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Presidente. Peço licença ao Senador.

Tem ainda vaga para comunicação inadiável, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senadora, eu queria que a senhora...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, senhor...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Se tem vaga para comunicação inadiável? Tem vaga. A senhora está inscrita.



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por gentileza, então, se V. Ex^a assim entender, eu gostaria que o Regimento fosse...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A senhora está inscrita em primeiro lugar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A Senadora Ângela Portela vai falar como inscrita. Logo depois da Senadora Ângela Portela, falará V. Ex^a.

Senador Cidinho Santos, pela Liderança do PR.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Eu gostaria que repusesse o meu tempo.

Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui, mais uma vez, na tribuna do Senado Federal; registrar e apresentar as minhas condolências à família Baracat, de Várzea Grande, pois, hoje de manhã, faleceu a ex-Deputada e ex-Prefeita de Várzea Grande, Sarita Baracat, uma pessoa que é um símbolo da política mato-grossense – a primeira Prefeita de Várzea Grande e Deputada Estadual também, a primeira Deputada Estadual por Mato Grosso. Toda a vida dela, militou no PMDB. Então, à Dona Sarita, que Deus dê um bom lugar e conforto aos seus filhos, ao Fernando, e a toda a sua família.

Quero reportar aqui, Sr. Presidente, que, na semana passada, estive na Presidência da Funai com o nosso Deputado Estadual pelo Mato Grosso, Baiano Filho, onde tivemos a excelente notícia de que finalmente a licença para as obras da BR-158, na região do Araguaia, no Mato Grosso, foi liberada. Essa licença já foi encaminhada ao Ibama que, por sua vez, também já está encaminhando ao DNIT. É uma obra muito aguardada pela população da região Araguaia, do Mato Grosso, pelos Municípios de São Félix do Araguaia e por toda aquela região, porque a BR-158 passa numa reserva indígena e, devido à questão conjuntural de não poder atravessar a reserva, está sendo feito um contorno que vai passar por essas cidades do Araguaia. Vai ser um pouco mais longe, mas vai beneficiar algumas cidades que hoje não têm pavimentação asfáltica, mas, sobretudo, nós vamos ter a oportunidade de ligar a BR-158 até o Pará, por Vila Rica.

Então, é uma conquista do Estado do Mato Grosso. Os recursos, o DNIT tem disponíveis. Essa obra estava paralisada devido a essas questões das licenças ambientais.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Baiano Filho, que é um lutador naquela região, e também toda a Bancada Federal, especialmente o Senador Wellington, que sempre está à frente desse projeto de infraestrutura do Estado do Mato Grosso.

Ontem, nós tivemos uma audiência com o Presidente da República, Michel Temer – a Bancada Federal de Mato Grosso –, na qual tratamos da questão da BR-163, a concessão da 163. O Presidente entendeu a situação em que a concessionária que está nessa rodovia, no trecho da divisa do Mato Sul até Sinop, a Concessionária Rota do Oeste, uma empresa que pertence ao grupo Odebrecht, em função das questões conjunturais, das dificuldades com a Justiça, da Lava Jato, não está tendo condições de implantar a duplicação, fazendo hoje a manutenção apenas na rodovia. A população do Mato Grosso, com certeza, os usuários da rodovia estão chateados porque pagam os pedágios, mas não tem a resposta em serviços.

Então, a Rota do Oeste conseguiu um investidor, um fundo canadense, que tem interesse em assumir essa concessão e dar sequência às obras de duplicação do trecho de Posto Gil até Sinop.



Ontem, nesta reunião com o Presidente Michel Temer, com o Ministro Moreira Franco e também representantes do Ministério dos Transportes, ficou definido que, no mais curto prazo de tempo possível, através da MP 800, que está tramitando aqui no Congresso, será verificada essa possibilidade de um novo sócio vir para a Rota do Oeste, e, dessa forma, nós possamos reiniciar as obras de duplicação do trecho de Posto Gil até Sinop.

Então, essa é mais uma luta e um trabalho da Bancada Federal de Mato Grosso.

Tratamos, também, da BR-242, do trecho de Nova Ubiratã até Querência, que também depende das licenças ambientais. O Presidente Michel Temer se comprometeu a pedir ao Ministro do Meio Ambiente, juntamente com a Presidente do Ibama, a agilização dessas licenças ambientais, porque é uma região de alta produção de grãos e que, hoje, tem recursos também no Orçamento, mas...

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... as obras não estão acontecendo devido à falta das licenças ambientais.

Ao Presidente Michel Temer, o nosso agradecimento pela forma como sempre recebe a Bancada Federal do nosso Estado do Mato Grosso no Palácio do Planalto; à atenção que tem dado ao nosso Estado, nas obras de infraestrutura; à questão da regularização fundiária, que é um tema premente no Mato Grosso. Existem Municípios que não conseguem cobrar IPTU porque não tinham ou não têm a possibilidade de fazer a regularização do seu loteamento urbano e, através do Governo Michel Temer, que mandou para cá a medida provisória que nós aprovamos, essa regularização fundiária vai ser possível e já está acontecendo. Então, os nossos agradecimentos, mais uma vez, ao Presidente Michel Temer, e à toda sua equipe pelo apoio que tem dado ao Estado do Mato Grosso, principalmente através do Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que tem feito um trabalho excepcional pelo Brasil na agricultura.

No Mato Grosso, este ano, colhemos 60 milhões de toneladas de grãos.

(Soa a campainha.)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Um recorde da nossa produção, graças aos recursos que chegaram na hora certa, graças à infraestrutura que está acontecendo devagar, mas está acontecendo, e graças, também, com certeza, a Deus e a São Pedro, que concederam um tempo muito bom e, com certeza, se Deus quiser, em 2018, teremos uma grande safra também.

Então, era só esse registro, Presidente, e muito obrigado pela oportunidade e pelo tempo que me dispensou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Cidinho Santos, do PR de Mato Grosso.

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, do PDT de Roraima.

Por dez minutos, Ex^a.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras.



Eu vou tratar de um assunto aqui porque temos iniciado a discussão com todas as Senadoras e Deputadas, que é o Outubro Rosa, que procura conscientizar sobre o câncer de mama em nosso País.

Com o avançar do século XXI, já é indiscutível a importância da participação das pessoas em campanhas de conscientização voltadas a temas que afligem todos nós. Foi assim com o Maio Amarelo, voltado à prevenção dos acidentes de trânsito; do mesmo modo, o Novembro Azul nos alerta para a prevenção do câncer de próstata. Todas essas importantes e valorosas iniciativas, no entanto, tiveram como ponto de partida o sucesso da Campanha Outubro Rosa, que tem o objetivo principal de prevenir o câncer de mama.

O Outubro Rosa é um evento de magnitude mundial, nascido nos Estados Unidos na década de 90, quando o laço cor-de-rosa, símbolo da campanha, foi distribuído aos participantes da primeira Corrida pela Cura, realizada na cidade de Nova York. De lá para cá, a iniciativa se tornou cada vez mais forte, adotando como característica principal a iluminação temática de prédios públicos pelo mundo afora.

Já faz muitos anos que o Senado Federal adere ao evento, seja tonalizando a sua cúpula com a luz rósea, seja promovendo eventos destinados aos públicos interno e externo.

É marcante a atuação da Procuradoria da Mulher, tão bem conduzida pela querida Senadora Vanessa Grazziotin e por toda a Bancada de Senadoras, que, além de conduzir uma imensa agenda direcionada ao Outubro Rosa, seleciona, com a ajuda das Parlamentares, proposições legislativas relacionadas à pauta feminina.

Entre as diversas iniciativas deste mês, não poderia deixar de ressaltar a aprovação pela CCJ do Senado, ocorrida na semana passada, do Projeto de Decreto Legislativo 377, de 2015. A matéria susta trechos da portaria do Ministério da Saúde que contrariam a Lei 11.664, de 2008, aliás uma iniciativa do Outubro Rosa daquele ano, 2008, que garante a todas as mulheres brasileiras acima de 40 anos a realização da mamografia pelo Sistema Único de Saúde.

Acontece que o Ministério da Saúde fixou como público-alvo da mamografia as mulheres acima de 50 anos, o que, inaceitavelmente, priva do exame as mulheres de 40 a 49 anos. Trata-se de uma política equivocada, ainda mais quando lembramos que o câncer de mama é aquele que mais acomete as mulheres brasileiras depois do câncer de pele.

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer, a moléstia é responsável por 28% dos novos casos de câncer surgidos a cada ano e nos dá uma ideia da gravidade da situação.

É especialmente preocupante o fato de que a decisão equivocada do Ministério da Saúde atinge, de modo particular, as mulheres mais pobres deste País, que dependem do SUS para ter a sua assistência à saúde. Por essa razão, é louvável a aprovação do decreto legislativo pela CCJ. E precisamos cobrar sua imediata apreciação aqui no plenário do Senado.

Ao comemorar o Outubro Rosa, eu não poderia deixar de mencionar o belíssimo trabalho da médica e Vereadora da nossa capital, Dr^a Magnólia Rocha, à frente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer.

São registrados em meu Estado cerca de 400 novos casos da doença por ano, especialmente de câncer de mama e de câncer de próstata. E o trabalho da Dr^a Magnólia contribui para ajudar na prevenção e no combate à moléstia, especialmente entre aqueles que mais precisam.

A Dr^a Magnólia já foi agraciada aqui pelo Senado com o Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz, porque ela é um exemplo de dedicação, de competência e de ajuda ao próximo.



Assim como a instituição que ela preside, existem diversas outras que lutam contra o câncer no Brasil e que contam com a campanha do Outubro Rosa para chamar a atenção para esta causa: o combate e a prevenção do câncer de mama.

Infelizmente temos um Governo Federal que investe cada vez menos na saúde pública de qualidade, premido pela famigerada PEC do teto de gastos, que ele próprio aprovou neste Congresso.

Essa triste realidade torna ainda mais importante o trabalho de instituições como a Liga Roraimense de Combate ao Câncer e outras campanhas como o Outubro Rosa, que são tão significativas, de conscientização da população. Então investir na prevenção é sempre o melhor remédio para se combater esse tipo de doença que acomete as mulheres brasileiras.

Queria, Sr. Presidente, também falar de um outro assunto que também é preocupante na área de saúde.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, todos os anos, aproximadamente, 1,3 milhão de pessoas em todo o mundo morrem vítimas da imprudência ao volante. Dos sobreviventes, cerca de 50 milhões convivem com sequelas. Sem campanhas de conscientização, a Organização Mundial da Saúde estima que 1,9 milhão de pessoas devem morrer no trânsito em 2020 – passando para a quinta maior causa de mortalidade – e 2,4 milhões em 2030.

O Brasil aparece em quinto lugar entre os países recordistas em mortes no trânsito, atrás apenas de Índia, China, Estados Unidos e Rússia. Segundo o Ministério da Saúde, em 2015, foram registrados 37.306 óbitos e 204 mil pessoas ficaram feridas. Já em 2016, a cada 12 minutos uma pessoa morreu e a cada minuto uma pessoa ficou sequelada permanentemente no trânsito brasileiro, segundo o Observatório Nacional de Segurança Viária.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, entre as principais causas dos acidentes com mortes ocorridos em 2016 estão: falta de atenção (30% dos óbitos registrados); velocidade incompatível (21%); ingestão de álcool (15%); desobediência à sinalização (10%); ultrapassagens indevidas (9%), e sono (6%).

Condutores ou passageiros de motocicletas foram 17% dos mortos; ciclistas, 4%. Os jovens de 20 a 24 anos são a faixa etária mais atingida, somando 14% dos mortos. Idosos acima de 60 anos, 12%.

Fica uma constatação: é necessário um esforço enorme para prevenir acidentes, conscientizar a população e qualificar os condutores. Para isso, claro, é necessário investir.

No entanto, auditoria do Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União aponta que, entre 2012 e 2017, o Governo Federal bloqueou 2,24 bilhões do orçamento destinado a programas de prevenção a acidentes do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). O valor representa 95% dos 2 bilhões arrecadados com esse objetivo.

De acordo com o relatório de fiscalização, o Código de Trânsito Brasileiro prevê que 5% do dinheiro arrecadado com o DPVAT, o seguro obrigatório pago anualmente por todos os donos de veículos, devem ser destinados ao Denatran para uso exclusivo em ações de prevenção de acidentes.

São, portanto, duas fontes de recursos: o DPVAT e o fundo composto pelas multas aplicadas no País.

Mas, pelo menos desde 2012, o Governo tem bloqueado o uso de parte destes recursos para atingir metas de economia, o que, para a CGU, é ilegal.



De acordo com o relatório, em 2012, o contingenciamento afetou 84% do dinheiro previsto para as ações, e foi crescendo nos anos seguintes. Em 2013, 92% dos recursos foram bloqueados e, em 2014, 97%. Percentual parecido de contingenciamento foi feito em 2015. Em 2016, aponta a CGU, todo o dinheiro previsto para estas ações foi bloqueado. Já este ano, foram arrecadados até agora R\$253 milhões, mas o orçamento autorizado...

(Soa a campainha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... até agora para o Denatran é de apenas R\$500 mil, o que representa cerca de 0,2% do total.

O relatório de auditoria da CGU afirma que as mortes nos acidentes de trânsito são ocasionadas pela ausência de investimento em prevenção de acidentes, ou seja, um efeito do bloqueio de recursos. "O contingenciamento de recursos resulta na ausência de investimento público em ações preventivas de acidentes e educativas para condutores e cidadãos, ocasionando a manutenção e ampliação da violência no trânsito e a crescente perda de vidas humanas a cada ano", diz a CGU.

Só para concluir, Sr^a Presidente.

Foi por essa razão que apresentei projeto visando garantir a efetiva aplicação de uma parcela desses recursos em um ponto específico da prevenção de acidentes de trânsito: a qualificação dos condutores. Uma proporção...

(Soa a campainha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... elevada das fatalidades ocorridas em nosso trânsito deve-se à presença nas ruas de condutores não habilitados e, se habilitados, com qualificação deficiente.

Essa proposta, o PL 50, de 2015, recebeu parecer favorável da Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, e aguarda votação na agenda da Comissão de Constituição e Justiça para coibir a circulação de motociclistas e motoristas não habilitados, aumentando o valor da multa para esse tipo de infração.

Por outro lado, prevê a redução do valor da penalidade em dois terços caso o condutor apresente a habilitação necessária no prazo de 180 dias. É um incentivo para que o infrator possa investir na sua própria capacitação como condutor o valor que iria despender com a multa correspondente à infração cometida.

O principal objetivo desse projeto, porém, não é punitivo, é educativo.

(Soa a campainha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr^a Presidente, a realidade é que muitas pessoas têm dificuldades financeiras para obter a carteira de habilitação para conduzir veículo e, pressionadas pela má qualidade do serviço de transporte urbano, acabam comprando carros e motos usados sem estarem preparados para dirigir. Então, a solução é investir na prevenção e na conscientização dos condutores do nosso País.

Era isso e muito obrigada pela tolerância do tempo, Sr^a Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Ângela Portela, o Sr. João Alberto Souza, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.)



A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Ângela Portela.

Eu convido para fazer uso da palavra, já que V. Ex^a falou como Liderança do seu Partido, o Senador Eduardo Amorim, como orador inscrito.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Senadora, seria eu.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpa.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Não, não. Pode deixar.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero pedir desculpas à Senadora Regina Sousa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Presidente, é ela?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Regina, desculpe-me. V. Ex^a estava inscrita. O Senador João Alberto deixou a folha das inscrições numa outra página, e não vi que a senhora antecede o Senador Eduardo Amorim.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, depois do Senador Eduardo Amorim, eu chamo V. Ex^a.

Senador Eduardo Amorim, como orador.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senadora Ana Amélia, por gentileza, pode me inscrever como Liderança do PT?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está inscrita, Senadora. V. Ex^a é a próxima pela Liderança.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone.*) – Então não sou eu?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É V. Ex^a, porque ela falou como Liderança do Partido, V. Ex^a será como orador inscrito e, depois, ou comunicação inadiável ou Liderança. Então, será a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, colegas Senadores presentes, ouvintes da Rádio Senado, todos que nos assistem pela TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, ocupo a tribuna na tarde de hoje para falar exatamente sobre o Outubro Rosa, movimento que teve início na última década do século passado, visando estimular a participação da população para o controle e, sobretudo, prevenção do câncer de mama.

O objetivo central do movimento consiste justamente em compartilhar informações sobre o câncer de mama, conscientizar sobre a doença, proporcionar maior acesso aos serviços de diagnóstico e de tratamento e contribuir, sobretudo, para a redução da mortalidade.

Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, fico feliz ao saber que o Outubro Rosa vem ganhando força a cada ano e que tem sido um exemplo para que a outras patologias também seja chamada a atenção e, ao longo do ano, possamos também adotar outros meses, chamando a atenção para



outras patologias e, portanto, para outros tratamentos, trazendo mais consciência e mostrando a importância do autoexame para a prevenção e o diagnóstico precoce da doença.

Colegas Senadores, sem sombra de dúvida, devemos nos manter atentos à luta contra o câncer de mama durante todos os meses do ano, entretanto outubro é especial. O câncer de mama é o segundo tipo mais comum – o primeiro é o de pele não melanoma – entre as mulheres em todo o mundo e, no Brasil, não é diferente, respondendo por cerca de 28% dos novos casos de câncer a cada ano.

Lamentavelmente, aqui, no nosso País, as taxas de mortalidade por esse tipo de câncer continuam elevadas, especialmente porque a doença ainda é diagnosticada em estágios avançados. Relativamente rara antes dos 35 anos, acima desta idade sua incidência cresce progressivamente, especialmente após os 50 anos.

Como sabemos, Sr^a Senadora Ana Amélia, existem vários tipos de câncer de mama. Alguns evoluem de forma rápida; outros, não – outros já são mais raros. Fato é que a maioria dos casos têm bom prognóstico quando diagnosticados precocemente e tratados de maneira célere e adequada.

Segundo dados da Agência Internacional para a Pesquisa do Câncer, agência da Organização Mundial de Saúde, um a cada quatro tipos de câncer que afetam as mulheres é de mama. A previsão é que, em 2017, tenham surgido aproximadamente 58 mil novos casos da doença em mulheres, no Brasil, incontestavelmente um número alarmante.

Os estudos apontam, ainda, que mais da metade dos casos de câncer de mama ocorridos em 2016 – portanto, ano passado – aconteceram na Região Sudeste; já a segunda região com maior número de casos é a minha, a Região Nordeste. Daí a importância de as medidas educativas e preventivas acontecerem de maneira continuada, já que quanto mais cedo a doença for diagnosticada, mais altas serão as taxas de sucesso do tratamento.

Sr^a Presidente, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) aponta que 30% dos casos de câncer de mama podem ser evitados com bons hábitos, o que prova que a prática de uma vida saudável é indiscutivelmente importante.

Ainda de acordo com o Inca, em pesquisa realizada no ano passado, cerca de 66,2% dos casos de câncer de mama são descobertos pelas próprias pacientes ao notarem alguma alteração durante o autoexame. É tempo de aumentar ainda mais a discussão sobre a prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de mama.

Sr^a Presidente, a Lei 12.732, de 22 de novembro de 2012, dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. Em seu art. 1º, a lei determina que o "paciente com neoplasia maligna receberá, gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde, todos os tratamentos necessários".

Além disso, em seu art. 2º, a lei diz – abro aspas: "O paciente com neoplasia maligna tem direito de se submeter ao primeiro tratamento no SUS, no prazo de até 60 dias contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica do caso registrada em prontuário único" – fecho aspas. Essa determinação vale para todos os tipos de câncer, sem exceção.

Lamentavelmente, colegas Senadores, o que determina a lei está bem distante da realidade das pessoas que são acometidas por essa doença.

Não é segredo para ninguém que a saúde pública no Brasil está, na maioria dos casos, um caos – e, no meu Estado, não é diferente, Senadora Ana Amélia. Lá, até o Taj Mahal já existe, ou



seja, a Secretaria de Saúde, em vez de priorizar a prevenção, o tratamento e o Hospital do Câncer, priorizou construir ou alugar um superprédio para que o Secretário assim pudesse despachar. Coloquei o meu mandato à disposição do povo sergipano e do povo brasileiro e estamos numa luta constante para melhorar os serviços que tratam o câncer.

Para que as senhoras e os senhores possam ter uma ideia, nosso gabinete já destinou, juntamente com toda a Bancada Federal, para a construção do Hospital do Câncer quase R\$200 milhões. Infelizmente, o Governo que lá está não deu importância à obra, por isso não existe sequer uma parede construída. Enquanto o tempo passa, com certeza muitas mulheres, muitos homens e muitas crianças morrem pela falta do hospital.

O Centro de Oncologia e de Transplantes do Hospital Universitário tem sido também outra luta enfrentada por todos nós sergipanos. Mas creio que, no próximo mês, haverá a inauguração e lá será fixada uma unidade do hospital para tratamento do câncer.

No início do ano, foi construído, foi inaugurado o Instituto de Prevenção Anna Hora Prata, unidade fixa do Hospital de Câncer de Barretos, lá em Lagarto, cidade do interior sergipano. E, para tanto, existe também um caminhão que percorre os diversos bairros não só da cidade de Lagarto, mas, com toda certeza, também dos povoados de Lagarto e cidades circunvizinhas. Na próxima semana, o caminhão deverá estar na grande Aracaju, atendendo a um pedido da organização, da ONG Mulheres de Peito, e também de outras entidades.

Com o foco na prevenção, tanto o Instituto Anna Hora Prata quanto a unidade móvel já atenderam desde a inauguração, em junho deste ano, até o mês passado cerca de 2.377 pacientes, ou seja, 2.377 mamografias foram realizadas neste período. Números que irão aumentar significativamente agora, com a campanha do Outubro Rosa.

Toda essa luta, Senadora Ana Amélia, não pode ser em vão. Precisamos unir todas as esferas de governo para que juntos possamos tratar, de maneira adequada e digna, as centenas de milhares de pessoas que batalham, dia após dia, para vencer a peleja contra todos os tipos de câncer, especialmente o câncer de mama.

Na última sexta-feira, estive no Tribunal de Contas junto com a Conselheira Susana Azevedo e as Mulheres de Peito para que pudéssemos planejar e ter algumas ações no Estado de Sergipe, especialmente relacionadas ao caminhão do Hospital de Barretos, através da unidade de Lagarto, Anna Hora Prata.

Este mês é um mês especial, é um mês em que é chamada a atenção de toda a sociedade brasileira para o câncer de mama, com certeza dizendo que a prevenção é o melhor de todos os tratamentos: evita sofrimento, valoriza a vida e, com certeza, mantém as famílias íntegras através da vida longa das mulheres brasileiras.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Eduardo Amorim, porque, como médico, V. Ex^a tem se aplicado prioritariamente a esta agenda voltada à saúde, especialmente neste Outubro Rosa, com essa agenda tão intensa, porque o câncer de mama é o que mais mata mulheres depois das doenças cardiovasculares. E não o câncer de colo de útero, mas o câncer colorretal é o segundo câncer que mata mulheres no Brasil.

E algumas doenças são tipicamente femininas, fibromialgia, por exemplo, que a gente trata tanto aqui.

(Soa a campainha.)



A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, V. Ex^a, como especialista, aqui no Senado Federal, médico, tem dado atenção a essa causa tão necessária. E Outubro Rosa precisa exatamente dessa exortação à prevenção, aos cuidados prévios e também aos diagnósticos precoces que asseguram a cura da doença em toda a sua capacidade, quando ela é precocemente identificada.

Então, parabéns, Senador, por esse envolvimento e esse compromisso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia, pela sua participação e por fazer parte desse exército aqui também no Senado.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores e Sr^as Senadoras, quem nos acompanha pela TV Senado, nos ouve pela rádio Senado e também nas redes sociais, o meu pronunciamento hoje é dirigido às Forças Armadas Brasileiras.

Ontem o Partido dos Trabalhadores, as Lideranças do PT no Senado e na Câmara dos Deputados, em conjunto com a Fundação Perseu Abramo e o Setorial de Educação do PT, realizaram um Seminário de Educação Pública, aqui em Brasília, com foco no Desenvolvimento e na Soberania Nacional – um ato de grande relevância que contou com a presença do Presidente Lula, que além do apoio às universidades públicas, aos Institutos Federais e ao investimento em ciência e tecnologia no País, Senadora Fátima – V. Ex^a é uma lutadora pela educação –, destacou algo que, para o Partido dos Trabalhadores, é um compromisso estratégico e inarredável: a defesa da soberania nacional como pilar fundamental para o desenvolvimento autônomo do País; autônomo e independente.

Falar em soberania nacional, passa, necessariamente, pelo debate em torno da defesa do País, das nossas Forças Armadas, da nossa diplomacia e do nosso desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social.

Vivemos tempos difíceis, tanto para a nossa diplomacia, quanto para a nossa defesa, ciência e tecnologia.

De um lado temos um Governo que, como nunca na história recente, conduz sua política externa de forma partidarizada. Depois de o PT ter recebido tantas falsas acusações de praticar uma diplomacia ideológica, assistimos ao governo atual, em virtude dos seus posicionamentos desastrados e ações políticas na região, se tornar incapaz, por exemplo, de participar de qualquer esforço, como mediador, para buscar alguma solução para a crise na Venezuela.

O Brasil, o maior país do continente, vizinho de fronteira da Venezuela, com variados interesses econômicos naquele país, está alijado de qualquer processo de negociação por conta das bravatas diplomáticas do atual Governo, sem capacidade de dialogar em nossa própria região de influência. Aonde chegamos?

Infelizmente, na área da defesa a situação é igualmente lamentável. Desde sempre alertamos sobre os riscos para os setores estratégicos e de grande importância no orçamento federal, em relação à aprovação da fatídica Emenda Constitucional nº 95, a PEC do Limite dos Gastos.



Ao longo de toda discussão nesta Casa antecipamos que, por trás daquele discurso fiscalista em defesa do Estado mínimo, estava uma decisão que traria prejuízos enormes para as políticas sociais, na medida em que impactaria drasticamente recursos destinados à saúde e à educação, mas, que também, colocava em risco a soberania nacional, ao inviabilizar os investimentos públicos em áreas estratégicas como a ciência, tecnologia e a defesa.

Pois eis que o Projeto de Lei Orçamentária para 2018, apresentado pelo Governo, propõe uma redução de – pasmem – 71% dos recursos destinados ao programa defesa nacional do orçamento em relação ao corrente ano. Passamos de uma situação já desconfortável de R\$6,8 bilhões em 2017 para R\$1,9 bilhão em 2018 no programa orçamentário mais importante da defesa do País, responsável pela aquisição de equipamentos, realização de operações, custeio, e tudo mais.

Vale ressaltar que, no último ano do governo Dilma, em 2015, mesmo quando já havia austeridade do Levy, o orçamento do mesmo programa da defesa nacional ficou em R\$9 bilhões, quase cinco vezes maior do que propõe agora o Governo Temer. É só um Governo que não prima pela soberania nacional que faz um corte como esse num programa de defesa nacional.

Considerando-se o total de recursos destinados ao setor de defesa, somando-se todos os programas constantes no Orçamento, a redução proposta pelo Governo Temer de 2017 para 2018 atinge 61%, saindo de R\$8,9 bilhões para R\$3,5 bilhões.

É inevitável imaginar que os soldados serão mandados de volta para suas casas. Para quem não se lembra, no governo anterior ao governo Lula, no governo de Fernando Henrique Cardoso, os recrutas eram dispensados dos quartéis às 11h da manhã, porque o Exército não tinha verba para pagar o rancho, o almoço. Não havia dinheiro para pagar coturnos também. Era uma realidade humilhante para a instituição, que foi corrigida ao longo dos governos do Presidente Lula.

É esse diálogo que eu gostaria de manter hoje, desta tribuna, com os Comandantes Militares das Forças Armadas. Muito diferente do que está sendo feito agora, os governos do PT deram prioridade à construção de uma base industrial de defesa, a qual, em conjunto com o reaparelhamento das Forças Armadas, se constituiria no pilar estratégico central da defesa do Brasil e do nosso desenvolvimento tecnológico.

Sempre compreendemos que a defesa da soberania nacional é a razão de ser das Forças Armadas. Defender nosso vasto território, a Amazônia, com sua biodiversidade e riquezas minerais; defender a Amazônia azul, as águas territoriais em que exploramos as cobiçadas jazidas do pré-sal; vigiar os céus do País e ser capaz de reagir às violações do espaço aéreo. Não há como pensar um projeto de Nação soberana, sem compreender claramente a relação direta entre as Forças Armadas e a defesa do País.

Aliás, é fundamental resgatar, a despeito do que muitos imaginavam, a relação madura e, sobretudo, democrática que perpassou as Forças Armadas e os governos Lula e Dilma, sempre em defesa dos interesses nacionais.

Ao longo dos 13 anos em que o PT esteve governando o País, os militares sempre estiveram à disposição da Nação, na defesa do nosso País, na promoção da paz mundial, como foi a participação destacada do Brasil liderando a Missão da ONU no Haiti, mas também atuando diretamente em programas sociais e obras estruturantes, nos locais mais remotos do nosso território.



Não se tinha, então, notícias de polêmicas em torno das competências constitucionais das Forças Armadas, algo que foi muito bem esclarecido em posicionamento recente do General Villas Bôas, ao buscar solucionar um episódio aparentemente isolado.

O fato é que, contrariando as expectativas de alguns, que poderiam não saber do reconhecimento da importância que a defesa e a soberania nacional têm para o PT, nossos governos sempre mantiveram um diálogo respeitoso e produtivo com os militares. O tratamento dispensado às pastas da defesa no Orçamento buscou sempre blindar recursos destinados aos principais projetos de cada uma das Forças. Diferentemente do que ocorria em governos anteriores aos nossos, atuamos, inclusive, para recompor as perdas salariais expressivas que se acumulavam, há muitos anos.

Em 13 anos, em parceria com as Forças Armadas, o PT promoveu o maior programa de rearmamento da defesa nacional de todos os tempos: ordenou a construção do submarino nuclear da Marinha, em parceria com a França, num investimento de R\$5,5 bilhões; ordenou a compra dos caças, em parceria com a Suécia, ambos com cláusulas de transferência de tecnologia; contratou a fabricação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, operado pela Telebras e Ministério da Defesa, para garantir a soberania das Forças Armadas nas telecomunicações, que agora está sendo privatizado; investiu R\$ 4,5 bilhões para a Embraer desenvolver os cargueiros KC-390, com tecnologia nacional, substitutos dos antigos aviões norte-americanos Hercules.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
– Só mais três minutos. (*Fora do microfone.*)

Contratou a fabricação dos novos blindados ligeiros Guarani, fabricados no Brasil; investiu nos projetos do Exército Brasileiro de defesa cibernética, defesa antiaérea, Proteger, Recop, Astros 2020 e o Sisfron, nosso Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, um projeto de grande e estratégica importância para um País que tem milhares de quilômetros de fronteiras secas, boa parte em áreas de florestas.

Muito além dos programas citados, para demonstrar o compromisso do Partido dos Trabalhadores com o tema, criamos a Estratégia Nacional de Defesa, estabelecendo diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do País tanto em tempos de paz, quanto em situações de crise.

A Estratégia Nacional de Defesa está estruturada em quatro eixos principais: como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra; a reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de equipamento das Forças Armadas, apoiado em tecnologias sob domínio nacional – preferencialmente as de emprego dual (militar e civil); a composição dos efetivos das Forças Armadas; e o futuro do Serviço Militar Obrigatório, observando a necessidade de as Forças Armadas serem formadas por cidadãos oriundos de todas as classes sociais.

Uma apropriada estrutura de defesa propicia uma maior estabilidade ao país e assegura a proteção de seu território, de sua população e de setores estratégicos da economia. A Estratégia Nacional de Defesa é inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento, vinculando o conceito



e a política de independência do País à responsabilidade constitucional das Forças Armadas de resguardar a nossa soberania.

Infelizmente, o atual Governo parece não compactuar com essa agenda, afinal, temos visto tudo, menos qualquer preocupação com a soberania nacional. Desde a chegada de Temer e seus aliados ao poder, entregam-se nossas riquezas, reduzem-se o Estado e o Orçamento Federal, ataca-se o serviço e os investimentos públicos, enfim, um conjunto de ações e iniciativas que não priorizam os interesses nacionais e do povo brasileiro.

Reduz-se o Orçamento da Defesa Nacional e as Forças Armadas têm sido utilizadas demasiadamente em GLO's (Operações de Garantia de Lei e Ordem), que não são sua função primordial, colocando em risco os militares que atuam nessas operações e a população civil.

Esse não é um papel precípua das Forças Armadas, que têm que ser usadas de forma moderada e pontual.

O momento é grave e precisamos com urgência retomar a democracia e a defesa da soberania nacional. Não há saída sustentável para qualquer crise fora da democracia.

Encerro, dirigindo-me a todos os brasileiros e brasileiras que amam o País, civis e militares, para que estejam atentos, vigilantes, defendendo os interesses nacionais e da nossa população, combatendo os desmandos deste Governo, cuja visão estratégica de defesa e soberania está alinhada aos interesses dos países mais ricos do Planeta, com os quais nós não concordamos. Nós queremos um Brasil altivo, soberano e forte.

Obrigada, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento a Senadora Gleisi Hoffmann pela referência sobre a necessidade de manter o orçamento para as Forças Armadas, especialmente por causa desse projeto tecnológico do KC-390, que é realmente uma revolução em matéria de indústria aeroespacial brasileira e é um dos grandes projetos que a Aeronáutica e a Embraer têm sobre defesa.

Convido para fazer uso da palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Prezada Senadora Ana Amélia, que ora preside os trabalhos, Sr^{as}s e Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado e os que nos acompanham pelas redes sociais, a segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer, por obstrução da Justiça e organização criminosa, está prevista para ser votada até a próxima semana, inicialmente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e, depois, pelo Plenário daquela Casa.

Para que o Supremo Tribunal Federal possa averiguar a denúncia e, portanto, aprofundar as investigações e punir Michel Temer, pelo menos 342 Deputados e Deputadas precisam votar a favor do prosseguimento da denúncia, o que infelizmente, pelo andar da carruagem, dificilmente ocorrerá. Primeiro, porque o próprio Presidente da CCJ da Câmara dos Deputados, que é inclusive do PMDB, partido do Senhor Michel Temer, indicou um aliado do próprio Temer para ser o Relator da segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República na CCJ: um Deputado do PSDB, aliado do PMDB, aliado do Michel Temer. Segundo, porque o Presidente ilegítimo Michel Temer vem adotando o mesmo método utilizado para garantir o arquivamento da primeira denúncia, ou seja, transformando o Palácio do Planalto em um verdadeiro balcão de negócios. Quais são os métodos que ele tem utilizado nesse balcão de negócios, que é o Palácio do Planalto, assim transformado pelo Senhor Michel Temer para se livrar da segunda denúncia contra ele, não



apresentada pela oposição, mas pela própria Procuradoria-Geral da República? Dessa vez ele está sendo acusado de obstrução de Justiça e organização criminosa. E o que ele vem fazendo nesse balcão de negócios para tentar aliciar o voto dos Parlamentares para que não seja investigado pelo Supremo Tribunal Federal? O mesmo método condenável: a execução seletiva do orçamento público, a aprovação de matérias de interesse dos Parlamentares de sua base de sustentação e a liberação de emendas parlamentares.

Somente no mês de setembro, o Palácio do Planalto liberou R\$272,7 milhões em emendas, repito, com qual propósito? Propósito de tentar aliciar o voto dos Parlamentares, que, nos próximos dias, tendem, infelizmente, a arquivar a segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer. Se assim proceder, a Câmara dos Deputados caminha para se curvar, mais uma vez, ante o Governo mais impopular e mais rejeitado da nossa história desde o término da ditadura civil militar.

Mas essa mesma aliança que possibilitou o *impeachment* fraudulento da Presidenta Dilma é a mesma aliança que garantiu o arquivamento da primeira denúncia da PGR contra Michel Temer na Câmara dos Deputados e que garantiu o arquivamento da representação contra Aécio Neves no Conselho de Ética do Senado Federal. PMDB e PSDB fizeram um pacto em defesa da impunidade, e é esse pacto que dá sustentação ao Governo ilegítimo de Michel Temer.

Quando o Supremo Tribunal Federal extrapola suas prerrogativas constitucionais e decide afastar Aécio Neves do mandato e submetê-lo a medidas cautelares, ocupa um vácuo que foi produzido pelo próprio Senado Federal. Quando? Quando esta Casa optou, exatamente, por engavetar a representação contra Aécio Neves no Conselho de Ética. É preciso, sim – como já tem feito o meu Partido aqui, desta tribuna –, defender a independência dos Poderes e o devido processo legal, mas não podemos deixar de destacar que o Senado contribuiu para o agravamento da crise institucional ao engavetar a representação contra o Sr. Aécio Neves.

Por isso que nós tínhamos uma posição muito clara, Aécio Neves tem que ser afastado do seu mandato pelo Senado Federal, porque ninguém pode fingir que não ouviu as palavras indecorosas proferidas pelo Líder tucano em diálogo estabelecido com Joesley Batista, ninguém pode fingir que não existiu mala de dinheiro entregue ao primo de Aécio, assim como ninguém pode fingir que Aécio não é um dos principais responsáveis pela crise política, econômica e, sobretudo, institucional que o País atravessa.

Foi ele, foi o Senador Aécio Neves aquele que, derrotado nas urnas, insurgiu-se contra a soberania do voto popular. Foi ele, como já foi dito aqui pelo meu Partido, que se aliou a Eduardo Cunha para promover a ruptura democrática. Foi ele que vestiu a fantasia de arauto da ética e da moralidade para criminalizar, de maneira completamente irresponsável, Lula, Dilma e o PT.

Por isso, se queremos realmente preservar a independência entre os Poderes e defender a Constituição, o Congresso Nacional deve pedir desculpas à sociedade brasileira por ter anulado a soberania do voto popular através daquele *impeachment* fraudulento, a Câmara dos Deputados deve autorizar o prosseguimento da denúncia da Procuradoria-Geral contra Temer e o Senado Federal deve afastar Aécio Neves do seu mandato.

E, se queremos encontrar uma alternativa para o País sair da crise, devemos devolver o destino do Brasil ao seu povo através de eleições livres e diretas, pois somente o povo brasileiro tem legitimidade para definir e decidir o destino do nosso País. Nós não podemos mais permitir



que ocorra mais uma transição conservadora, mais um golpe dentro do golpe, que seria a realização de eleições indiretas.

Senadora Ana Amélia, gostaria agora, daqui da tribuna do nosso Senado, de mais uma vez renovar o nosso apelo a todas as Bancadas estaduais, Senadora Lídice, para que, na definição das emendas a serem apresentadas ao Orçamento Geral da União de 2018, possam ter um olhar especial para a área da educação.

A área da educação, assim como a da saúde, foi totalmente prejudicada em função da chamada Emenda 95, dessa política de austeridade fiscal, que, através da Emenda 95, congelou os gastos nas áreas sociais, enquanto liberou os gastos para pagamento de juros da dívida pública, esses juros astronômicos.

Pois bem, diante disso, a que nós temos assistido? As universidades e os institutos federais agonizando em praça pública.

Aqui já foi dito muitas vezes: hoje as universidades e os institutos federais não têm assegurado até dezembro orçamento sequer para custeio, ou seja, para pagamento de terceirizados, para bolsas, para energia, para água etc. Para investimentos, o contingenciamento tem sido brutal. Para se ter uma ideia, por exemplo, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que, em 2015, tinha R\$819 milhões destinados para o investimento, chegou, em 2017, com R\$291 milhões. E para 2018...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– Para 2018, Senadora Ana Amélia, na versão preliminar da LOA (Lei Orçamentária Anual), que chegou aqui ao Congresso Nacional, sabe quanto está previsto? Apenas R\$67 milhões. Isso é um crime, porque eu estou falando de 38 institutos federais de educação. Eu estou falando de dois centros federais de educação, do Colégio Pedro II. Eu estou falando de 644 unidades, *campi* dos institutos federais de educação profissional e tecnológica pelo País afora.

Então, quero aqui, Senadora Ana Amélia, na condição de Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica do Senado Federal, renovar o nosso apelo, Senadora Lídice, que foi fruto de uma reunião que o Conif teve com o Senador Davi Alcolumbre, que é o Relator setorial da área de educação para 2018, bem como de uma reunião que nós tivemos com a Andifes, com a presença do Relator setorial.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– E qual foi o encaminhamento que saiu lá dessas reuniões com a Andifes e com o Conif? Eu renewo aqui o apelo, Senadora Ana Amélia, para que cada Bancada estadual, na destinação das emendas ao Orçamento Geral da União, destine emenda tanto para os institutos como para as universidades, as emendas de Bancada. E, de preferência, dentro daquelas impositivas a que as Bancadas têm direito. Segundo, das emendas individuais a que temos direito, que também contemplamos tanto emenda para os institutos como para as universidades.

E, no âmbito das Comissões de Educação do Senado e da Câmara, nós vamos, portanto, apresentar as emendas tanto olhando para os institutos federais como para as universidades e a educação básica.



A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Fátima. Essa é uma prioridade inadiável, que é a questão da educação, e não só fundamental, mas médio, técnico e também superior.

Convido para fazer uso da palavra, porque está inscrito como orador pela Liderança do Partido, o PMDB, o Senador Valdir Raupp; e, em seguida, a Senadora Lídice da Mata, que é oradora inscrita, se antes dela não estiverem a Senadora Simone Tebet e o Senador Telmário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr^as e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, gostaria de fazer uma breve comunicação a respeito de um belíssimo evento ocorrido no meu Estado na semana passada.

Nos dias 5, 6 e 7 de outubro, na cidade de Cacoal, aconteceu a 1^a Feira de Indústria e Turismo de Rondônia. E paralelamente à Fitur, tivemos também a já tradicional Feira de Indústria e Comércio de Cacoal, em sua quinta edição. Foi um grande evento conjunto, do qual eu e minha esposa, a Deputada Federal Marinha Raupp, tivemos a satisfação de participar, junto com a Prefeita de Cacoal, Glaucione Rodrigues, e outras 10 mil pessoas que compareceram à Fitur e à FICC nos três dias de evento.

Lá estava representando o Governador do Estado de Rondônia o Secretário de Turismo Júlio Olivari. Estavam também o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho, e inúmeras outras autoridades, deputados estaduais, Deputados Federais, prefeitos da região, vereadores.

Feiras de negócio dessa natureza são importantes de maneira geral, mas são especialmente importantes para as cidades do interior. Elas mostram para o público local e para o resto do País a diversidade econômica e cultural de cada região. É um ótimo sinal, portanto, constatar que mais e mais feiras vêm sendo organizadas no meu Estado, entre as quais destaco, recentemente, a Feira Multisetorial de Monte Negro e a Feira de Negócios do Vale do Guaporé, em São Miguel, ambas no fim de setembro. São eventos que vêm se consolidando no cenário local e que vêm aos poucos ganhando projeção fora das fronteiras do Estado.

Tive a honra de participar da abertura do evento de Cacoal, quando pude destacar a importância das feiras de negócios para o desenvolvimento, especialmente em meio à crise que estamos atravessando há mais de dois anos. As feiras não apenas mostram a capacidade de trabalho e inovação dos produtores e expositores, mas também oferecem um espaço de negociação privilegiado, onde se estabelecem contatos e parcerias que fazem avançar ainda mais o crescimento econômico do interior.

Mas Rondônia, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, graças a Deus, não tem sentido muito a crise, dada a sua vocação para a agricultura e para a pecuária e também o empenho do nosso Governador e de sua equipe, o Governador Confúcio Moura, de poder promover as políticas públicas e a gestão eficiente que vem desenvolvendo.

Na Fitur (Feira de Indústria e Turismo de Rondônia) e na FICC (Feira de Indústria e Comércio de Cacoal), especificamente, tivemos a oportunidade de presenciar os últimos destaques do Estado nas áreas de gastronomia, cultura e moda, entre outras áreas que compõem a atividade econômica, cultural e turística da região.

Na ocasião, a Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia apresentou o novo Mapa do Turismo Brasileiro, que traz nada menos do que 22 Municípios do nosso Estado. Tivemos



ainda a apresentação de um filme sobre o potencial turístico do Estado e uma conferência sobre a importância do turismo para o crescimento econômico de Rondônia.

Além das palestras e rodadas de negócios, tivemos também muito entretenimento. Contamos, na FICC e na Fitur, com a presença de celebridades e de figuras de destaque da política e do empresariado, desfiles de moda, apresentação de novos pratos da culinária local por chefs renomados, exposições de obras de arte e apresentações de música e dança. Foram dias muito agradáveis, num evento que renovou nossa confiança na capacidade de trabalho da gente de Rondônia.

Por fim, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, destaco a concessão da comenda Amigos do Turismo, em reconhecimento àqueles e àquelas que vêm agregando contribuições significativas ao crescimento do turismo em Rondônia, numa bela homenagem organizada pela Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia. Entre os agraciados, estão o Governador do Estado, Confúcio Moura; o Vice-Governador, Daniel Pereira; a Prefeita de Cacoal, Glaucone Rodrigues – todos eles nossos companheiros do PMDB. Parabenizo, especialmente, minha esposa, a Deputada Federal Marinha Raupp, em nome de quem cumprimento todos os cerca de 50 agraciados com a comenda Amigos do Turismo. Sou testemunha diária do comprometimento de Marinha Raupp com o crescimento de Rondônia e sei da sua convicção de que o turismo é um dos principais caminhos para essa evolução. A homenagem a ela e a todos os demais é absolutamente merecida.

Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, além do trabalho que a Deputada Marinha desempenha na área do turismo, também sou testemunha do trabalho que ela desempenha na área da cultura. Ela construiu mais de 20 teatros em Rondônia, mais de 20 cidades de Rondônia já receberam teatros até de mil lugares, como o teatro da capital, com 1.080 lugares. Foi ela quem iniciou, com emenda dela, quando eu era Governador, a construção desse teatro, o grande Teatro Estadual Palácio das Artes, e do teatro escola, com trezentos e poucos lugares, também ao lado do outro teatro em Porto Velho.

Em Cacoal, por exemplo, de onde estou citando essa feira que aconteceu do turismo, do comércio e da indústria, a Deputada Marinha construiu dois teatros: construiu um pequeno e, como tinha ficado pequeno, ela construiu um maior, de mil lugares, na cidade de Cacoal. Em Ariquemes, está concluindo também um teatro, se não me falha a memória, de 700 lugares, assim como a cidade de Rolim de Moura, de que fui prefeito duas vezes, tem um teatro de 350 lugares. Se eu fosse aqui citar, há outras cidades: Alta Floresta, Nova Brasilândia, São Miguel, Jaru, Pimenta Bueno, Presidente Médici e tantas outras cidades que tiveram obras construídas pela Deputada Federal Marinha Raupp.

Neste momento, estamos construindo mais um teatro na cidade de Cerejeiras, um teatro de emenda nossa, minha e da Deputada Federal Marinha Raupp. E vamos continuar construindo teatros, construindo pontos de cultura no Estado de Rondônia e promovendo também, além da cultura e da arte, o turismo e o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Valdir Raupp. Cantar a sua terra é uma obrigação nossa, e V. Ex^a aqui tem esse compromisso, como os demais Senadores do Estado de Rondônia, onde há muitos sulistas ajudando o desenvolvimento daquele Estado.

Convido para fazer uso da palavra a Senadora Lídice da Mata, como oradora inscrita.



(A Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores – agora, Sr. Presidente –, caros amigos e amigas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado Federal, eu gostaria de trazer hoje aqui duas questões que considero muito importantes. Senadora Ana Amélia, uma delas V. Ex^a tem acompanhado bastante, que é a situação dos Municípios brasileiros.

Saiu hoje, no jornal *A Tarde*, grande jornal do nosso Estado, na coluna "Tempo Presente", da jornalista Regina Bochicchio, a denúncia do Prefeito de Bom Jesus da Lapa, uma das nossas maiores cidades do oeste, e Presidente da União dos Municípios da Bahia, a nossa UPB. E diz Eures que "a crise está levando 90% dos Municípios baianos a demitirem em massa comissionados, terceirizados, prestadores de serviços. As demissões oscilam entre 40% a 60% dos funcionários de cada Município", interferindo, é claro, na prestação, na qualidade e no tamanho da prestação dos serviços naqueles Municípios.

A diminuição de remuneração para quem fica também está sendo discutida e, em alguns Municípios, já é realidade.

"Tem que cortar muito além do limite da gordura [disse Eures]. Está um caos financeiro nos Municípios".

Eures é um dos Prefeitos que assina a carta entregue ao Planalto na sexta-feira, pedindo, mais uma vez, a edição de uma medida provisória que socorra os Municípios brasileiros neste fim de ano. A Confederação Nacional dos Municípios está à frente desse movimento. Depende do Presidente atender ao pedido.

Frustrações na arrecadação própria, queda nos recursos da repatriação, que salvaram Municípios ano passado e Fundo de Participação dos Municípios menor do que o previsto pela União, além de queda acentuada nas transferências constitucionais. Tudo isso tudo explica o caos nas finanças dos Municípios brasileiros, diz a CNM em estudo recente.

Quanto menor a receita, maior o impacto dos gastos com pessoal, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê o limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para Municípios gastarem neste item.

A CNM levantou dados de 346 Municípios baianos e identificou que 90 deles estão no limite, 47 já na margem emergencial, 104 já estouraram o limite e 105 estão ajustados.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a situação dos Municípios brasileiros é de pedir socorro, é de calamidade. E nós esperamos, aqui desta tribuna, trazendo a voz dos Municípios da Bahia, através da denúncia do Prefeito Eures Ribeiro, Presidente da União dos Municípios da Bahia, da nossa UPB, trazendo aqui ao Senado Federal – esta Casa que tem obrigação maior ainda de dar atenção à situação dos Municípios –, para que o Senhor Presidente da República escute o apelo, o pleito, e possa tomar medidas que venham socorrer a vida e a situação dos Municípios brasileiros, no caso dos baianos.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, não quero deixar de registrar que ontem estive presente, com muita satisfação, na cidade de Itabuna, no sul da Bahia, participando de um imenso ato onde o Governador Rui Costa foi dar ordem de serviço para duplicação do trecho da BR-415, que liga o Município de Itabuna a Ilhéus.



Essa é uma antiga reivindicação da população daquela região. Cerca de 500 mil moradores serão beneficiados diretamente com essa obra. Nós temos, Senadora Ana Amélia – que esteve comigo em Ilhéus –, uma estrada belíssima que liga Ilhéus a Itabuna, Itabuna a Ilhéus, uma curta distância, mas muito engarrafada pela concentração até de edifícios públicos existentes nessa mesma rodovia – como disse, uma das mais belas do nosso Estado.

Esta é uma obra de muitos anos de luta do povo da Bahia, do povo do sul da Bahia, que contou com a solidariedade, com a sensibilidade da Bancada de Deputados Federais e Senadores, que colocaram emenda de bancada com este fim da duplicação da BR-415, e repetiram essa emenda de bancada mais uma vez. E defendo que nós possamos, hoje, na reunião da Bancada, retomar essa batalha para repetir outra vez essa emenda de bancada para a duplicação da BR-415 para que nós possamos transformar em realidade esse sonho do povo do sul da Bahia, do povo baiano.

Essa tônica de alegria vem tomado conta do povo do sul da Bahia, com as boas notícias que o Governador Rui Costa e o seu governo vem dando àquela região. Até o fim do ano, ou início do próximo, nós teremos a inauguração do Hospital Regional da Costa do Cacau, da nova ponte Ilhéus-Pontal, e da barragem do Rio Colônia, para resolver um antigo problema de abastecimento de água para Itabuna, além do projeto que continua em andamento e em negociação da Ferrovia Leste-Oeste, que ligará o sul da Bahia, Ilhéus, ao oeste da Bahia, e finalmente ao Centro-Oeste brasileiro, para que nós possamos depois ligá-lo ao novo porto de Ilhéus, para servir à mineração e para servir ao transporte de grãos do oeste baiano e à produção de minério do sul do oeste baiano. Nós temos também notas negativas. Aquela enorme manifestação esperava, aguardava o Ministro dos Transportes, que por duas vezes combinou ir à Bahia para anunciar esse início de obras, essa ordem de serviço. Infelizmente, mais uma vez, faltou, apesar de ter sido negociada a data exata em que ele poderia ir. Aliás, estranhamente, a Bahia vem sofrendo essa situação. Esses recursos já eram para ter sido liberados há mais tempo, mas aí vão se encontrando detalhes e detalhes – ou é no Tribunal de Contas da União, ou é em Ministérios –, todos vindo no sentido de protelar a chegada dos recursos até o nosso Estado. Não é outra situação também que nós vivemos com o empréstimo do Banco do Brasil, de R\$600 milhões, acordados aqui neste Senado Federal, para que nós votássemos a renegociação da dívida dos Estados, que não beneficiou, ou pouco beneficiou os Estados do Nordeste, do Norte e mesmo do Centro-Oeste brasileiro.

(Soa a campainha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Vou finalizar, Sr. Presidente.

Foi uma medida pensada para beneficiar os Estados do Sul e Sudeste, que precisavam do socorro da União para saldar as suas dívidas. Em contrapartida, foi acertado que os governadores dos outros Estados não beneficiados receberiam crédito no Banco do Brasil para realizarem investimentos nessa situação de queda de receitas. Esse foi o compromisso do Governo, e assim foi publicado no *Diário Oficial da União*, e assim também foi assinado o contrato entre o Presidente do Banco do Brasil e o Governador do Estado da Bahia, há meses.

No entanto, alguns Parlamentares baianos, dirigentes de partidos, Prefeito da capital, pelo que consta, dirigiram-se ao Presidente da República para impedir que esses recursos fossem liberados, ameaçando sair da Base do Governo caso isso acontecesse. Assim, vai se perpetrando,



vai se engendrando essa macabra situação em que esse Governo permite perseguição ao povo baiano – esse povo que é responsável, em última instância, já que o Presidente Temer foi eleito Vice-Presidente na chapa da Presidente Dilma Rousseff, em que ela obteve uma das suas maiores votações, na Bahia. Independentemente disso, a Bahia, berço deste País, está sendo perseguida por gente que herdou a malvadeza, gente que encontra na malvadeza de perseguir os seus concidadãos, os seus conterrâneos, a sua realização política. Não terão, certamente, o reconhecimento dos baianos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a. E vamos torcer para que, no ano que vem, a economia possa melhorar, e vai melhorar, com um crescimento acima de 2% do PIB e os nossos prefeitos possam ter mais verbas, mais recursos.

Concedemos a palavra à nobre Senadora Ana Amélia, para uma comunicação inadiável e, logo em seguida, à Senadora Simone Tebet.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Valdir Raupp, que preside esta sessão.

Caras colegas Senadoras, Senadora Lídice, parabéns por defender também, como fez o Senador Raupp, o seu Estado e especialmente os Municípios. Nós somos todos municipalistas aqui nesta Casa e o Senador Raupp foi Prefeito de Rolim de Moura, então sabe as dores. A Senadora Simone Tebet também foi Prefeita. A Senadora Lídice também foi Prefeita de Salvador, da bela capital baiana. Eu ainda não fui e, se um dia for, vai ser de Lagoa Vermelha, minha terra natal lá no Rio Grande do Sul.

Mas subo à Tribuna para mencionar hoje a celebração dos 106 anos da República da China, Taiwan. O Embaixador Isaac Tsai, num oportuno artigo publicado hoje no jornal *Correio Braziliense*, faz uma referência extraordinariamente oportuna falando que, nos últimos 23 anos, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas pediu a cooperação mais ampla possível de todos os países na luta para evitar as consequências devastadoras, pois até o momento nem o Governo de Taiwan, nem os 23 milhões de cidadãos, os que representa, tiveram adequado acesso às reuniões da Conferência das Partes. No entanto, esse país nunca usou tal fato como desculpa para se esquivar de suas responsabilidades como parte interessada na comunidade internacional. Aliás as mudanças climáticas não conhecem fronteiras e exigem, Senador Raupp, cooperação global.

V.Ex^a, que é da Região Amazônica, sabe muito bem da relevância dessas questões. Eu sou do Rio Grande do Sul, e vivemos agora, com os efeitos das mudanças climáticas um processo de frequentes tempestades, temporais, ventos com alta velocidade, granizo, que nós lá chamamos de chuva de pedra, e isso tem mudado completamente o mapa da questão do zoneamento agrícola e também há efeitos devastadores sobre as comunidades.

Eu, que conheci Taiwan recentemente a convite do Governo daquele país, posso testemunhar o que vi lá em matéria de sustentabilidade. Se algum país tem a ensinar o que é, o esforço que está fazendo em relação à questão de gerenciamento de redução dos gases de efeito estufa, esse país se chama Taiwan. É preciso reconhecer esse esforço. Então, de fato, é inexplicável, porque não há nenhuma razão diplomática ou razão geopolítica ou qualquer outra razão para que Taiwan não esteja participando nas Nações Unidas desse esforço global da questão climática, porque tem tudo a ver com o país que está fazendo o seu dever de casa, como eu tive a oportunidade de ver,



em relação aos recursos naturais, à preservação da água, ao reuso da água, à energia solar e à energia eólica. É um país que tem muito a ensinar ao mundo inteiro – pequeno, mas grande pela sua sabedoria e pelo seu compromisso com o meio ambiente.

Então cumprimento Taiwan, na pessoa do Embaixador Isaac Tsai, pelo trabalho que vem fazendo e pelos 106 anos.

Eu trago aqui, também, Senador Raupp, brevemente, porque participei, neste final de semana, nos Municípios de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha, que V. Ex^a conhece bem, e também em Farroupilha, ontem à noite, juntamente com dezenas de empresários, os mais representativos daquela região...

Lá há empresas verdadeiramente globalizadas, marcas globalizadas, que estão hoje no mundo. Posso citar a Tramontina, daquela região, e outras empresas que estão vendendo e exportando num esforço de empreendedorismo.

E penso que podemos chegar à conclusão de que os empreendedores já percebem uma pequena mudança no clima que está acontecendo. Inflação mais baixa, Senadora Simone, juros mais baixos, isso anima a estabilidade econômica – felizmente, pelo comando habilidoso de Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda.

E é bom lembrar que, no governo Lula, foi ele o condutor do Banco Central, que era quem definia a política econômica, de fato, no País. Então, nós não podemos ficar usando dois pesos e duas medidas na avaliação crítica sobre o desempenho de Meirelles, que está cumprindo com a sua... E está dando credibilidade à política econômica. Ele confere credibilidade não só pela experiência na área financeira, mas, sobretudo, pela habilidade.

Às vezes, esquecemos, Henrique Meirelles foi eleito o mais votado Deputado Federal em 2002, em Goiás, pelo PSDB, Senadora, e foi chamado por Lula para ser Presidente do Banco Central.

Então, não é pouca coisa. É bom refrescarmos a memória, para entender esse processo e por que Henrique Meirelles hoje está conseguindo esses números positivos, fazendo uma gestão austera.

Aqui se critica muito, se têm feito muitas críticas à PEC do teto dos gastos. Mas, não fosse essa PEC do teto dos gastos, nós estaríamos numa situação muito, muito pior do que estamos hoje, porque o setor privado, que trabalha, sente o peso, e o cidadão, nós, cidadãos, o povo, que se vale dos serviços, Senador Raupp, sabe que hoje o custo do Estado brasileiro está muito salgado, salgado demais.

E até ouvi o Ministro Roberto Barroso, num evento de Procuradores de Estado, dizendo exatamente que o cidadão, o contribuinte já não suporta mais, porque o Estado ficou inchado demais. E é preciso ajustar a necessidade do País ao preço que é pago pela sociedade, para manter esse Estado inchado do jeito em que está. Ele precisa ser um Estado eficiente.

Não é discutir se é Estado mínimo, médio ou grande: é o Estado eficiente, para que o cidadão, o contribuinte tenha serviços de qualidade e para que também o empreendedor possa, sem burocracia, continuar trabalhando seja para o mercado interno, seja para a exportação.

O nosso grande problema está residindo especificamente nestas vertentes: burocracia excessiva, custo do dinheiro elevado, tributação excessiva.

Eu estive na Fenachamp, a festa nacional do champanhe em Garibaldi. Champanhe gaúcha, premiado em Paris. A quinta mais... O mais valorizado espumante é de Farroupilha, da vinícola



Perini. O quinto espumante mais valorizado moscatel, o quinto lugar foi desse espumante feito no Rio Grande do Sul, em Farroupilha.

Então, isso é um motivo para mostrar a tenacidades desses empreendedores, que enfrentam uma tarifação, uma tributação tão elevada, ainda concorrendo com os nossos vizinhos, o chileno, o argentino e o uruguai, e, mais ainda, com o contrabando que chega dos vinhos.

Então, nós criamos uma Frente Parlamentar em Defesa do Vinho Brasileiro e estamos agora trabalhando para defender essa pauta, porque isso é também relevante para o nosso País. A maior parte dos produtores de uvas são os médios e agricultores familiares. Então, as cooperativas vinícolas também têm um peso extraordinário no meu Estado.

Senador, nós aqui, nas sessões deliberativas, temos dez minutos, nos quais termino falando precisamente no Outubro Rosa. Temos que aproveitar até o final. Aqui, nós temos um cartaz muito ilustrativo, do qual falamos há pouco, num pronunciamento do Senador Eduardo Amorim, que é médico: Uma Cor de Esperança. É rosa; não é verde. Verde é a cor da esperança, mas o rosa é uma cor de esperança.

O câncer de mama é o desenvolvimento anormal das células do seio. Essas estruturas crescem de forma desordenada e substituem o tecido saudável. O câncer, normalmente, começa com um pequeno nódulo, que pode crescer e se espalhar para áreas próximas à mama afetada, como os músculos, a pele e a axila. Mulheres com mais de 40 anos devem realizar a mamografia.

Quero dizer, Senadora Simone Tebet, que lamentavelmente cada vez mais mulheres bem mais jovens do que 40 anos, com 20, 18, 19 anos estão tendo casos graves de câncer de mama. Portanto, não foi razoável que o ex-Ministro da Saúde tenha limitado a partir de 50 anos mulheres fazerem mamografia. Então, 40 anos é o limite mínimo.

Também lamento muito que existam alguns médicos e algumas autoridades públicas que não recomendem fazer mamografia.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos os mastologistas brasileiros, a Sociedade Brasileira de Mastologia, todos reafirmam que esse é ainda o exame mais confiável na identificação, no diagnóstico da doença. Então, quero dizer que a taxa de curabilidade, quando é descoberto o câncer precocemente, é de 95%. Há 95% de cura.

Então, aqui está...

Quero também dizer que a contribuição que eu, como Presidente da Fundação Milton Campos, que é do Partido, fiz foi, junto com a Sociedade Brasileira de Mastologia, produzir este folheto aqui. É um folheto muito didático para se saber tudo sobre o câncer de mama. Ele é distribuído em consultórios médicos ou onde for necessário, seja em movimento de mulheres do meu Partido ou de outros que se interessarem. Nós estamos com disponibilidade deste folheto, que é extremamente didático para todas as mulheres, contando casos, como fazer, como identificar e como é feito esse exame.

O outro foi uma colaboração da Dr^a Antonieta Barbosa, uma pernambucana que viveu todo o labirinto complicado, o cipoal de leis e de direitos dos portadores de câncer. Ela escreveu um livro chamado Manual de Cidadania do Paciente com Câncer. Com autorização da editora que fez esse livro da Dr^a Antonieta, que teve câncer e superou a doença, produziu-se esse que é um verdadeiro manual para saber quais os direitos, sejam de servidores públicos, sejam de trabalhadores do setor privado que têm benefícios do INSS, e como esses direitos podem ser



vislumbrados neste livro, que foi publicado pelo meu gabinete, no primeiro ano do mandato, em 2011.

Então, penso que é dessa forma que nós aqui, especialmente mulheres Senadoras... Mas, hoje, o Senador Eduardo Amorim também fez referência e o Senador Raupp. E sei que V. Ex^a e a Deputada Marinha Raupp, com a Bancada feminina na Câmara dos Deputados, estão envolvidos com esse tema tão candente para todas nós.

O câncer de mama, depois das doenças cardiovasculares, é o que mais mata mulheres. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, esse é um problema gravíssimo.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Depois vem o colorretal – para mulheres, o câncer – e, em terceiro, o câncer do colo do útero.

Então, toda a cautela e toda a prevenção são necessárias para que mais mulheres se curem dessa doença, que temos que enfrentar com coragem, com prevenção e com vida saudável.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a e parabéns pela luta, pelo trabalho, por estar difundindo, através desses manuais, livros, a prevenção do câncer de mama, do câncer do colo do útero das mulheres brasileiras.

Na última semana, no último sábado, estivemos em Porto Velho numa reunião na sede do nosso Partido. Contamos com a Deputada Marinha, a Ministra Fátima Pelaes, num grande evento com as mulheres, promovendo essa orientação do preventivo do câncer, aproveitando o Outubro Rosa. E logo, logo, virá o Novembro Azul.

Concedemos a palavra à nobre Senadora Simone Tebet.

V. Ex^a dispõe...

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, dia 11 de outubro, amanhã, o meu Estado de Mato Grosso do Sul celebra quatro décadas de existência oficial. Neste dia, que todas as cuias de tereré se voltem para o alto, num brinde especial ao orgulho de ser sul-mato-grossense. Ao orgulho de uma gente honesta, ordeira, solidária e trabalhadora, que não mede esforços para construir um Estado que desponta como um dos mais prósperos do País.

Há quarenta anos, o povo de Mato Grosso do Sul tomou o trem da sua própria história, sem esquecer as estações marcadas a ferro, sangue e esperança na história do Brasil. Ali, em outubro de 77, inaugurou-se, não apenas uma nova estação, uma nova linha, mas uma nova locomotiva, como nas tradições retratadas em "Inocência", sem favor um dos mais belos livros da literatura brasileira. Mas nossos olhos, novos como os de um recém-nascido, buscavam uma nova "inocência", mais adequada aos novos tempos, buscavam novos caminhos, novas trilhas, novos trens.

Um novo trem da história atravessa, há quarenta anos, o pantanal e percorre o cerrado, os planaltos, os chapadões e as serras escarpadas da minha terra.

Um novo trem atravessa o pantanal e viaja no tempo, ao som da guarânia, do chamamé, do cururu, do siriri, do vanerão e de todas as toadas entoadas por quase três milhões de corações sul-mato-grossenses.



Um novo trem atravessa o pantanal ao sabor do sobá, do porco no rolete, da linguiça, do peixe à pantaneira e do arroz com guariroba – artes e sabores de um povo que cultiva o futuro em terra fértil.

Um novo trem atravessa o Pantanal pelos trilhos da Serra da Bodoquena, de Bonito, de Jardim, de Corumbá, de Aquidauana, de Bela Vista e de tantas outras imagens típicas de postal, verdadeiras lembranças do paraíso, que encantam a todos os que nos visitam.

Um novo trem atravessa o Pantanal e viaja na cultura dos nossos povos indígenas, que vivem em nós, não apenas em nossos corpos, como provou a pesquisa do genoma, mas na carne mais profunda do nosso espírito, no cerne da nossa cultura, de nossas tradições, patrimônios culturais que se revelam na produção artesanal esculpida no barro, como a cerâmica terena e kadiwéu; e na madeira, como a Viola de Cocho e os Bugres de Conceição.

Um novo trem atravessa o Pantanal e traz gente de todas as estações, de todos os quadrantes do Brasil e do mundo, carregando e mesclando todos os sotaques, todos os temperos, todos os acordes, todas as emoções.

Mato Grosso do Sul é a terra onde se juntam, num mesmo traço de união, vizinhos de soleira e de fronteira e gente que vem de outras terras, de outros mares, que falam agora a linguagem viva da amizade, algo assim como um esperanto que traduz os desejos comuns de construir um Estado humano, solidário e progressista.

Mato Grosso do Sul é a terra onde se reúnem, numa mesa de comunhão, o pão de queijo mineiro, o acarajé baiano, o tacacá paraense, a peixada capixaba, o pirarucu amazonense, a galinhada goiana, o virado paulista, a feijoada carioca, o churrasco gaúcho e tudo mais que nos alimenta, de corpo e alma.

Mato Grosso do Sul – meu berço, minha casa, meu chão – é um Estado síntese do Brasil na sua história, na sua geografia e na sua gente. Por isso, qualquer brasileiro, de qualquer canto e recanto deste País, ao visitar o nosso Estado, se sentirá em casa.

Os contornos do nosso mapa abraçam cinco Estados brasileiros e dois países sul-americanos. As águas do Rio Paraná fertilizam nossas terras e, ao mesmo tempo em que demarcam nosso rosto próprio, ao delimitar nosso território, são pontes líquidas que nos unem aos nossos vizinhos, vias de mão dupla por onde recebemos e ofertamos progresso, esperança, alegria.

O Pantanal é o nosso coração – pulsação criativa da natureza e da cultura, exuberante de vida, repleto de passado, prenhe de futuro.

Um novo trem atravessa, há 40 anos, o coração do Brasil.

O meu vagão partiu de Três Lagoas. Nesses trilhos, carrego meu coração sul-mato-grossense com gratidão e fé.

Por isso, neste momento, não vou citar poetas nem cantores, de que minha terra é farta. Apenas recolho, no fundo do meu coração, humildemente e em silêncio, o meu louvor e o meu agradecimento.

Obrigada, Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a e parabéns pelo brilhante pronunciamento, homenageando Mato Grosso do Sul, grande Mato Grosso do Sul.

Não havendo mais oradores para se pronunciarem, eu suspenso a sessão temporariamente até o início da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.



(A sessão é suspensa às 15 horas e 50 minutos e reaberta às 16 horas e 26 minutos, sob a Presidência do Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Declaro reaberta a sessão.

Nós vamos abrir a Ordem do Dia dentro de poucos instantes e eu convido todos os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa para que compareçam ao plenário, uma vez que nós temos alguns projetos para deliberação do Plenário nesta tarde.

As comissões que, por ventura, estejam funcionando devem suspender suas atividades para que nós possamos dar início à Ordem do Dia.

Na Ordem do Dia, temos alguns itens na pauta, que foi elaborada de comum acordo com o Presidente Eunício Oliveira, que, como todos sabem, o Senador Eunício está em missão oficial na Rússia.

E dentro da pauta, nós tínhamos algumas propostas de emenda à Constituição, mas, dado o quórum um pouco mais baixo e, naturalmente, precisamos de 49 votos para a aprovação das emendas constitucionais, eu vou me permitir deixar a apreciação dessas matérias para a próxima semana, trazendo para a pauta apenas dois projetos que já estavam previstos: um, que diz respeito aos crimes militares, que é o Item 4 da pauta, e também... Na verdade, o que altera o Código Penal Miliar é o Item 5, e também o Item 4, que diz respeito à violência contra a mulher. Hoje é o Dia Nacional de Combate à Violência contra a Mulher e nós vamos submeter a voto esses dois itens.

Então, nós temos o início da Ordem do Dia, que eu vou apregoar dentro de poucos instantes para que nós tenhamos essas duas votações, que poderão ser feitas, inclusive, de forma simbólica, pelos seus respectivos conteúdos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, só como um dever aqui de lealdade ...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lindbergh, com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... às nossas conversas, todas.

Nesse da Justiça Militar, nós vamos pedir verificação, só para comunicar. Nós temos uma discordância do projeto e vamos pedir uma votação nominal, só para V. Ex^a avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lindbergh, claro que é absolutamente regimental, é um direito.

Na reunião que fizemos, hoje, no final da manhã, V. Ex^a já havia externado o ponto de vista pessoal e também, se não de todas, mas da maioria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, acredito que nós podemos fazer uma avaliação de quórum e eu começo a Ordem do Dia chamando os Senadores e Senadoras para uma autoridade, fazemos a avaliação do quórum e, depois, poderemos colocar em votação o item 5 da pauta.

Senador Ronaldo Caiado, com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Essa matéria que V. Ex^a pautou como item primeiro já foi por demais debatida nas comissões e também aprovada com uma ampla margem de votos.



Acredito que se nós pudéssemos, tão logo o encaminhamento de posições... Pelo visto, o Partido dos Trabalhadores vai encaminhar contrariamente, mas é uma matéria que hoje já tem um alinhamento da ampla maioria do Plenário. Acredito que tão logo seja feito o encaminhamento do voto contrário pelo PT, Presidente, essa matéria poderá ser colocada em votação por ser um tema já exaustivamente debatido. Ou seja, o soldado, o membro do Exército, das Forças Armadas, deseja ter a garantia de que – tendo sido requisitado, estando em missão oficial, estando ali combatendo a criminalidade – ele seja julgado, mais do que correto, pela Justiça Militar. Não é justo que essas pessoas fiquem amanhã na dependência da Justiça comum, o que vai inviabilizar a trajetória e a vida de milhares de jovens que terão eternamente esse processo, que nunca será julgado, é um processo infundável. Nenhum membro das Forças Armadas vai se dispor a poder prestar essa função se não tiver a garantia de que ele será julgado por um Tribunal Militar.

Do contrário, Sr. Presidente, nós estaríamos quase que extinguindo a ação das Forças Armadas no País. Nós estamos convivendo com situações delicadas hoje, nós estamos vendo aqui a manchete dos jornais aqui, de novo, na Rocinha, no Rio de Janeiro, novo tiroteio, sem aula. Nós estamos assistindo aqui a minha região do entorno de Brasília, uma região extremamente conflagrada, hoje, cada vez com um acirramento maior. Enfim, Presidente, acho que é fundamental que possamos dar celeridade a esse projeto e votarmos essa matéria.

E o segundo ponto que V. Ex^a coloca, que são essas medidas protetivas à mulher, podemos dar às autoridades policiais a competência para definir critérios de proteção para que elas não sejam vitimadas a todo momento pela violência.

Então, Sr. Presidente, a posição do Democratas será favorável à aprovação dos dois projetos. Em relação ao primeiro, acredito que teremos apenas um encaminhamento contrário e, como tal, acho que, tendo aí o apoio para pedir a verificação, nós poderíamos iniciar nossa votação no painel. Acredito que teremos rapidamente o quórum necessário para aprovarmos o tema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Ordem do Dia. Está aberta a Ordem do Dia.

Eu vou começar com a Mensagem nº 50, pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. André Luiz Azevedo dos Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Parecer nº 75, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores, Relator: Senador Lasier Martins.

Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Passa-se à votação da matéria, que, nos termos regimentais, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Senadoras e Senadores já podem votar.

Está aberto o painel de votação para a indicação do Sr. André Luiz Azevedo dos Santos como Embaixador do Congo.

(*Procede-se à votação.*)



O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A propósito da escolha do Embaixador do Congo, uso a Presidência do Senado para trazer uma nota de pesar pelo falecimento ontem do jovem Mateus Queiroz Farias, de 23 anos, no Município de igual nome, no Município do Congo, na Paraíba. Mateus era portador de MPS IV e, infelizmente, teve complicações respiratórias em consequência da falta de medicação. O irmão de Mateus, Lucas, está com medicação também suspensa.

Portanto, eu estou novamente – eu já havia feito isso anteriormente – e, desta feita, na condição de Presidente em exercício do Senado Federal, apelando a S. Ex^a o Ministro Ricardo Barros, da Saúde, para que nós possamos regularizar para ontem, imediatamente, o suprimento de medicação dos portadores de doenças raras, principalmente aqueles que estão fazendo as infusões de MPS.

No caso do meu Estado, na Paraíba, as terapias de reposição enzimática contam hoje com 24 pacientes. Do total desses 24 pacientes, 17 estão sem medicação e um paciente sem medicação suficiente para o tratamento.

Então, fica, mais uma vez, diante da morte do jovem Mateus Queiroz, na cidade do Congo – e estamos escolhendo o Embaixador do Congo, é uma coincidência –, o apelo para que o Ministério da Saúde, para que S. Ex^a o Ministro Ricardo Barros adote as medidas necessárias para a regularização do fornecimento das medicações dos pacientes raros no Brasil.

São vários pacientes, não apenas os portadores de MPS, mas no Brasil inteiro vários portadores de doenças raras estão sofrendo com a ausência do fornecimento de medicamentos. E que o Ministério da Saúde possa adotar com a urgência necessária, com a premência devida as providências para que mais vidas não sejam sacrificadas, para que mais óbitos não sejam registrados, diante dessa inexplicável ausência de fornecimento de medicamentos para essas pessoas portadoras de doenças raras.

Antes de passar a palavra ao Senador Waldemir Moka, permita-me, Senador, cumprimentá-lo pelo aniversário. O Senador Waldemir é um dos mais queridos e respeitados Senadores desta Casa. Da Presidência, tenho certeza, falo por todos os Senadores e Senadoras, ao abraçá-lo fraternalmente, ao desejar-lhe saúde, paz, vida longa, muito sucesso. A convivência com V. Ex^a nesta Casa é sempre um prazer pela sua postura equilibrada, às vezes enfática, às vezes mais dura, mas sempre com bons modos no trato lhamo, na forma de agir.

Que Deus lhe conceda vida longa. É um prazer e um privilégio cumprimentá-lo pelo seu natalício, pelo seu aniversário aqui da Presidência do Senado.

Parabéns, Senador Moka!

O SR. WALDEmir MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Cássio Cunha Lima. Muito obrigado pelas palavras. Eu quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que já me cumprimentaram e agradecer de forma especial em seu nome, pela amizade, pelo companheirismo aqui. Já estou há algum tempo no Congresso Nacional como Deputado Federal e agora Senador. Agradeço.

Mas eu queria dizer, objetivamente, que na Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela Senadora Marta Suplicy, nós fizemos uma audiência pública sobre doenças raras. Essa questão que V. Ex^a aborda é realmente muito complicada, porque há entidades que estão brigando para importar medicamentos e não conseguiram ainda nem a importação. Há entidades que conseguiram importar – isso já foi considerado pela Anvisa – e hoje estão brigando para colocar esse remédio no SUS.



O Relator de uma subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais é o meu amigo Ronaldo Caiado. Nós estamos com uma subcomissão, Senador Cássio Cunha Lima, e foi proposta agora, na Comissão de Assuntos Sociais, uma emenda de comissão para que a gente possa criar um fundo específico no Ministério da Saúde, um recurso específico para medicamentos das chamadas doenças raras. Precisamos de uma legislação específica e precisamos tratar essa questão dos recursos da maneira mais séria. Não estou fazendo nenhuma crítica, mas é difícil muitas vezes, porque há colegas, por exemplo, que não conseguem um diagnóstico. Há pessoas que morrem sem saber o diagnóstico da doença que elas tiveram.

Então, eu acho que tudo isso faz com que essa subcomissão possa ter realmente um objetivo, que é melhorar a condição de vida e principalmente o tratamento desses pacientes.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Moka, felicito V. Ex^a pela iniciativa. Acredito que o Senado da República, como Poder que é, deve se mobilizar de forma uníssona na defesa dos nossos pacientes de doenças raras. Não é mais aceitável que um País do porte do Brasil veja seus filhos morrendo por falta de medicamentos. O que está acontecendo é muito grave. É preciso uma providência urgente do Ministério da Saúde. A iniciativa de V. Ex^a é extremamente louvável para que nós possamos criar uma legislação própria que ponha fim a essa angústia, a essa aflição, a esse sofrimento, a essa dor não apenas dos pacientes, mas também dos seus familiares, dos seus amigos.

Nós estamos nos deparando com essa realidade no Brasil inteiro, e não é mais aceitável – repito e insisto – que possamos continuar convivendo com esse tipo de dificuldade no fornecimento de medicação para os pacientes raros.

Senador Fernando Bezerra Coelho, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, fazer um registro de audiência que tive na manhã de hoje com o Ministro da Integração Nacional, o Ministro Hélder Barbalho, em que tive a oportunidade de levar à apreciação do Ministro da Integração uma questão muito tensa, muito delicada e muito urgente, que diz respeito ao fornecimento de energia para os perímetros irrigados do Sistema Itaparica, sobretudo os perímetros sediados na cidade de Petrolândia, no Município de Orocó e no Município de Santa Maria da Boa Vista, no meu Estado de Pernambuco.

E o Ministro já vinha acompanhando essa situação. Tive a oportunidade de fazer um relato do desligamento de energia promovido pela companhia estadual de energia, a Celpe, em Pernambuco, levando, portanto, ao protesto e à revolta de centenas, milhares de pequenos produtores rurais, em função da interrupção no serviço de água, não só para a irrigação como também para o abastecimento das comunidades rurais que habitam esses perímetros irrigados.

E o Ministro me comunicou que já tinha diligenciado a liberação de recursos para a Codevasf. A Codevasf deverá estar providenciando o pagamento à companhia estadual de energia, a Celpe, até o final desta semana. E, mais do que isso, ele encaminhou proposta de suplementação orçamentária ao Ministério do Planejamento em projeto de lei que deve ser encaminhado a esta Casa, para que essa situação possa ser regularizada, superada e resolvida até o final deste ano.

Portanto, é uma medida muito importante, uma iniciativa. A gente lamenta que tenha que ter chegado a ponto de interromper, mas o Ministro Hélder mostrou a sua sensibilidade e tomou as providências cabíveis para que a gente possa superar esse momento, essa situação e podermos retomar as atividades produtivas nessas importantes áreas irrigadas do nosso Estado. Representa



para mais de dez mil empregos e é, de fato, a principal base econômica dos Municípios que aqui citei, tanto o Município de Petrolândia, Orocó como Santa Maria da Boa Vista.

Portanto, quero aqui registrar os meus agradecimentos ao pronto acolhimento pelo Ministro Hélder Barbalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Nós estamos em processo de votação da indicação do Sr. André Luiz Azevedo dos Santos para o cargo de Embaixador no Congo. Convido todos os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa a que compareçam ao plenário para que nós possamos atingir o quórum de deliberação e seguir na nossa Ordem do Dia.

Os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa compareçam ao plenário. Estamos em processo de votação.

Senador Hélio José, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, meus cumprimentos.

Eu gostaria de registrar a nossa tristeza por não conseguirmos o quórum hoje, o suficiente para votarmos a PEC 14, que está aí, rodando essa pauta, aguardando já faz uma certa data. E, por ser uma PEC, é óbvio que nós não vamos arriscar a possibilidade de a PEC ser prejudicada por um quórum baixo.

E amanhã nós temos sessão. Não é, Sr. Presidente? Faço um apelo aos nobres Senadores para ver se amanhã aumentemos esse quórum e tentemos votar essa PEC o mais breve possível.

Eu tive a satisfação, nessa PEC que V. Ex^a apresentou nesta Casa, de ser o Relator da mesma. Tivemos aqui a aprovação por unanimidade no primeiro turno da votação e teríamos hoje, como primeiro item da pauta, a votação dessa referida PEC, mas o senhor, com muita prudência e muita cautela, o que é salutar de V. Ex^a, coloca a dificuldade de hoje colocarmos em votação essa PEC.

Então, vamos tentar trabalhar para esta semana ou semana que vem, talvez, porque também semana que vem temos feriado no meio da semana, para ver se conseguimos arrumar o quórum necessário para votar essa PEC. Caso não consigamos nem esta semana nem semana que vem, tentarmos garantir, igual V. Ex^a garantiu hoje, que seja o primeiro item de pauta para, na outra semana seguinte – sem ser a semana que vem, a outra –, votarmos essa PEC. Sr. Presidente, o.k.?

Além disso, temos também um pedido de urgência do PLC 28, que é o PLC que trata da regulamentação de táxi e Uber. Nós precisamos dar um encaminhamento adequado nessa questão, Senador Lindbergh, que é o solicitante da urgência do PLC 28. Então, eu não sei se nós teríamos condições de encaminhar hoje, aqui, essa questão importante.

Então, muito obrigado, Excelência. Era isso que eu queria lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Sem revisão do orador.) – Está-se discutindo muito o PLC 28. Eu fiz um relatório, que se encontra na CCT, e eu gostaria que retornasse à CCT. Foi pedido, inclusive com vista coletiva, e foi retirado de lá, e veio aqui, para a Mesa. Se pudesse devolver, para nós estudarmos nas comissões, que se torna muito mais democrático. Que esse projeto, que é complexo, talvez decidir, em regime de urgência, a toque de caixa aqui, no plenário, que ela passasse por todas as comissões, inclusive pela Comissão de Desenvolvimento Social, porque seria muito importante poder devolver, para que possamos dar



sequência normal às comissões. Enriquece, vai para a CCJ. Todas as comissões terão direito a fazer as emendas que forem pertinentes. Eu pediria, então, encarecidamente a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última reunião, eu pedi a urgência desse PLC, e o Senador Eunício disse que iria chamar uma reunião de Líderes. Nós estamos em uma semana aqui que tem um quórum baixo. Eu, na verdade, na reunião de Líderes, vou falar da minha visão, que tem que ser votado esse requerimento de urgência na próxima semana, mas vai ser um assunto que vai ser discutido com os Líderes, mas creio que, com a ausência do Senador Eunício, que estava coordenando isso, seria bom a gente esperar a próxima reunião de Líderes, na próxima terça-feira, para discutir como deliberar sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Pedro Chaves, eu acredito que, na próxima semana, na reunião do Colégio de Líderes, nós vamos levar a sugestão de V. Ex^a. Existe sobre a mesa um requerimento de encaminhamento para a CDH do projeto relatado por V. Ex^a.

Agora, todos nós aqui... E quero, de forma antecipada, manifestar um ponto de vista sobre o tema: começa a acontecer, nas ruas do Brasil, uma disputa falsa, como se fôssemos a favor ou contra taxistas, a favor ou contra a utilização de aplicativos.

Não se trata disso. Tenho certeza de que o Senado Federal vai, com o aprofundamento dessa discussão, encontrar um termo de equilíbrio, em que aplicativos – que são irreversíveis na sociedade moderna – possam conviver e funcionar sem que os taxistas estejam sendo fadados ao desaparecimento.

Nós não estamos aqui para fazer outra coisa senão manter o equilíbrio das relações sociais, sempre com a preocupação primeira de atender ao usuário. O nosso objetivo central será sempre o usuário, respeitando os taxistas. Aliás, este Senado da República, o Congresso Nacional, historicamente, têm aprovado leis que contemplam e que respeitam o trabalho dos taxistas.

Eu, como Congressista, já votei várias leis em favor da categoria. Já fui prefeito de Campina Grande, minha cidade natal – que amanhã comemora 153 anos de emancipação política –, e, como prefeito, tive várias iniciativas de respeito e valorização aos taxistas; no período em que fui governador, da mesma forma, tive atitudes em respeito aos taxistas.

Portanto, não vamos fazer daqui uma disputa falsa, uma disputa artificial entre brasileiros que são concessionários de serviços de táxis e aqueles que se utilizam de aplicativos para realizar seu trabalho.

O Senado, no ambiente das Comissões, acredito, poderá discutir melhor essa matéria. Vamos submeter ao colegiado de Líderes o requerimento de encaminhamento para as comissões, para que o pleito de V. Ex^a seja tempestivamente analisado.

Tem V. Ex^a toda razão em defender, no meu ponto de vista, uma discussão um pouco mais profunda sobre esse tema.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Bem colocado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lindbergh.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, eu acho que o som está muito baixo. Eu quero pedir para...

Quando V. Ex^a está falando, nós estamos com dificuldade de escutar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Vou pedir que a Mesa tente ajustar o som. Já aproximei um pouco o microfone da lapela – talvez fosse esse aspecto –, para que nós possamos...

Nós estamos próximos de atingir o quórum de deliberação. Renovo o convite, a convocação dos Senadores e das Senadoras, para que compareçam ao plenário, para que nós possamos encerrar essa votação e dar sequência à Ordem do Dia. (*Pausa.*)

Quero registrar, com muita alegria, a presença do Deputado Wellington Roberto no nosso plenário.

Deputado conterrâneo paraibano, seja bem-vindo.

Senador da República que já foi, o Deputado Wellington Roberto já representou o Senado Federal na Paraíba.

É uma honra, Senador e Deputado Wellington, tê-lo conosco neste instante. Seja muito bem-vindo à Casa que já foi sua.

Quero registrar também a presença do Deputado Fraga, do Distrito Federal, que também está conosco no plenário.

Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pode votar com tranquilidade.

O Senador Tasso Jereissati está votando, o Senador Jorge Viana também votando. Com isso, estamos nos aproximando do quórum de deliberação.

Eu peço que permaneçam no plenário, porque teremos, na sequência da proclamação deste resultado, a votação do item 5 da pauta.

Senador Ronaldo Caiado, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste interstício, espero que possamos atingir o quórum rapidamente, para podermos votar este primeiro item.

O segundo item é uma matéria interessante que V. Ex^a colocou, no sentido de poder ampliar a proteção às mulheres que são violentadas, hoje, em todo País. V. Ex^a mesmo citava, poucos minutos atrás, o fato que ocorreu no interior de Minas Gerais e que chocou todo o País. Depois de vários boletins que havia feito, por ter sido agredida pelo próprio marido, e logo a seguir foi assassinada por ele.

Bom, Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados encaminhou um projeto de lei ao Senado em que estabelece que a pessoa competente para definir essa medida protetiva seja exatamente a autoridade policial. Essa matéria, ao ser discutida aqui, na Comissão, foi alterada para que seja o delegado de polícia.

A ponderação que faço aos nobres pares é que, só no meu Estado de Goiás, são 246 Municípios hoje. Só em Goiás, nós temos 246 Municípios. Nós temos hoje, em Goiás, 142 Municípios sem delegados. De 246 Municípios, em 142 Municípios nós não temos a presença da autoridade do delegado.



Então, Sr. Presidente, se nós não estendermos essa ação protetiva à autoridade policial, estaremos cometendo a mesma situação. Hoje, tanto a ausência do juiz de Direito na cidade... O que é uma realidade hoje. Tanto é que o próprio presidente do Tribunal de Justiça do meu Estado de Goiás vem pedindo ação mais enérgica do Conselho Nacional de Justiça, pela pouca frequência dos juízes em suas comarcas, que lá ficam apenas dois ou três dias por semana – isso denunciado pelo próprio presidente do Tribunal de Justiça de Goiás.

A situação dos delegados, aí, já é por falta mesmo, por inexistência do delegado. Então, veja: nós temos mais da metade dos Municípios do meu Estado de Goiás – mais da metade – que não têm a presença do delegado. Então, as pessoas, ali, têm um atendimento do boletim de ocorrência pela autoridade policial. A autoridade policial, normalmente, é o policial militar. Ora, ele recebe, e ele não pode dar àquela mulher, àquela vítima da agressão, da violência, nenhuma determinação ou, pelo menos, um tratamento de segurança a ela... Ele não pode chamar o seu marido ou quem conviva com ela e enquadrá-lo dentro das regras que a lei autoriza, com isso expandindo cada vez mais esse sentimento de impunidade, principalmente no interior. Isto é impressionante. "Olha, você tem que se manter a cem metros...". A pessoa sai de lá e diz: "Olha, você me denunciou de novo na delegacia de polícia". Vai lá e agride a mulher de novo. É algo impressionante. É uma questão de querer afrontar a autoridade. Como não há autoridade no Município, como não há a presença do Estado no Município...

Porque nós não temos o juiz, não temos o delegado... Nós temos a autoridade policial, que, normalmente, é o policial militar. Se ele está privado dessa condição, nós estamos, posso dizer a V. Ex^a, em Goiás, na mesma situação. Ou seja, dando essa prerrogativa apenas ao delegado... Ou seja, não havendo juiz e não havendo delegado, não podendo o policial militar avançar nessa prerrogativa, a situação no meu Estado não vai mudar nada. Não vai se dar nenhuma proteção às pessoas que são agredidas em 142 Municípios de Goiás.

Então, Sr. Presidente, eu pediria aqui, pelo menos nesta hora, já que é para tomar medidas concretas, no sentido de dar proteção à mulher e de dar a ela garantias quando são agredidas, que pudéssemos votar o texto que veio da Câmara dos Deputados. O texto da Câmara dos Deputados é bem explícito. Diz o seguinte: "Nós estaremos dando essa condição à autoridade policial." Essa autoridade policial vai tomar as medidas protetivas, e, com isso, o benefício será diretamente à mulher que está sendo vítima dessa agressão.

É a ponderação que faço aos demais pares. E vejo que é uma matéria em torno da qual pode ser construído um acordo, e a matéria pode ser votada simbolicamente, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... eu gostaria de apresentar outro ponto de vista. Eu vou à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Após a manifestação da Senadora Marta Suplicy, eu vou encerrar a votação da indicação do Sr. André Luiz Azevedo dos Santos como Embaixador do Congo.

Senadora Marta, tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Sem revisão da oradora.) – Esse projeto, o PLC 7, Sr. Presidente... Eu quero enfatizar mais uma vez a pertinência da proposta, porque eu



acredito que nós estamos todos convencidos – quanto a isso não há discussão – de que, após 11 anos da vigência da Lei Maria da Penha, ela precisa de um aprimoramento. E a mulher brasileira continua com muita dificuldade de ter seus direitos.

Não é apenas a falta de capacitação dos servidores públicos para lidar com as questões específicas da violência de gênero; não é apenas o fato de que os serviços especializados, as delegacias da mulher, as defensorias, as promotorias, as varas judiciais especializadas, estão limitados às capitais dos Estados. Então, são poucas as cidades que podem dar esse atendimento à mulher, que vai ter esse atendimento se estiver nas regiões metropolitanas do Brasil e na capital. Não é apenas a precariedade da rede de atendimento, que é incapaz de prover centros de referência e casas-abrigo em número e condições suficientes para atender à demanda. Aí nós temos o constrangimento, a frustração, o desamparo, que estão presentes em todo o percurso que a mulher faz, da denúncia até o julgamento.

Ela é tratada com descaso, com desrespeito, como mero objeto de investigação, condenada a reviver, a cada novo depoimento, a cada nova audiência, a violência, agora institucional, de que ela foi vítima.

Bom, o PLC 7 tem o mérito de reforçar o dever jurídico do Estado em assegurar a dignidade da vítima. Não é possível que aceitemos mais que as mulheres sejam constrangidas, quando não ridicularizadas, pela autoridade policial, quando tentam registrar uma ocorrência. É preciso assegurarmos que o atendimento seja feito de forma humanizada, por profissional especializado, preferencialmente do sexo feminino, em instalações adequadas, que respeitem a privacidade e as suscetibilidades do caso.

Também fui relatora daquele projeto que proibiu que crianças vítimas de violência tenham que, continuamente, repetir o que elas passaram de humilhação. Nisso nós progredimos, porque conseguimos que elas fizessem só um depoimento gravado e tal.

Não é a mesma coisa, mas me lembrou que é uma proteção no caso da exposição da mulher, porque esse atendimento à mulher vítima da violência tem que ser contínuo, ininterrupto. Não podemos, após a denúncia, abandonar a vítima à própria sorte. Nós cansamos, na comissão onde isso foi votado, de ver mulheres que chegavam lá, faziam a denúncia, o delegado não podia tomar providência nenhuma, o juiz ali não estava, e o que é que acontecia? Ela voltava para casa. E ela voltava para casa e apanhava de novo, e às vezes correndo até risco de morte, por ter ido à delegacia.

Então, não é mais possível que medidas cautelares que visem a salvaguardar a integridade física das mulheres, em situação de violência, demorem dias ou meses. É necessário que asseguremos que os agressores sejam imediatamente afastados do contato com a vítima e com os seus familiares.

Esta é, aliás, uma das principais inovações do PLC 7, que assegura que, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade psicológica da mulher ou de seus dependentes, os próprios delegados ou delegadas de polícia possam aplicar, provisoriamente – esta palavra é importante –, medidas protetivas de urgência, sujeitas à confirmação judicial em até 48 horas.

Quer dizer, a última palavra vai continuar sendo do juiz, mas ela não vai voltar para casa, para apanhar de novo, porque ele vai ser afastado. Então, isso é muito importante. E é importante que seja o delegado ou a delegada, e não qualquer autoridade policial.



A principal controvérsia entre as emendas de plenário sugeridas ao projeto visava exatamente a expandir o alcance dessa prerrogativa a qualquer autoridade policial. Mas a CCJ já deixou claro, tanto no relatório do Senador Aloysio Nunes quanto no relatório do Senado Cássio Cunha Lima, que a autoridade policial a que se refere a proposta só pode ser o delegado ou a delegada de polícia, porque o nosso ordenamento jurídico não admite que nenhuma outra autoridade policial possa adotar, de ofício, medidas acautelatórias em meio à investigação criminal.

Portanto, entendo que a proposta de correção da redação do projeto original, que eu mesma sugeri e que foi acolhida pelos relatores e aprovada pela CCJ, merece, sim, ser preservada. É importante que explicitemos que, como determina a lei, apenas o delegado ou delegada de polícia – e, mesmo assim, provisoriamente –, pode adotar medidas cautelares para preservar a vítima de violência doméstica. Senão, vai ser um novo festival de violência a que essa mulher vai ser submetida.

Espero, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, que essas mudanças que visam aperfeiçoar os dispositivos da Lei Maria da Penha possam não apenas reduzir o constrangimento, mas sobretudo estimular as mulheres em situação de violência a buscar o amparo do Estado. Muitas mulheres não vão à delegacia buscar esse amparo, porque elas sabem que vai demorar e que o risco depois de apanharem é muito grande.

Se já não é fácil superar toda a fragilidade e a vulnerabilidade inerentes à situação, mais difícil ainda é enfrentar o fato sem a perspectiva de um genuíno acolhimento. E é disto que precisam essas mulheres: acolhimento. A mulher brasileira precisa perceber que ela não está sozinha, que a violência de que é vítima não é ocasional, mas sistemática, que não é episódica, mas estrutural, que não é pessoal, mas cultural. Os números falam por si.

Segundo o Relógios da Violência, do Instituto Maria da Penha, a cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência neste País. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o Brasil registrou, em 2015, um estupro a cada 11 minutos. E veja, Sr. Presidente, que estamos falando aqui apenas dos casos notificados oficialmente. Segundo o Mapa da Violência, 13 mulheres são assassinadas por dia, no Brasil, vítimas de feminicídio. Muitos casos poderiam ter sido evitados se o agressor tivesse sido afastado no dia em que ela foi fazer a queixa.

E é uma violência tanto mais perversa quanto melhor percebemos que, na maior parte dos casos, atinge os mais fracos: as crianças, os adolescentes, e surge de onde menos se espera: das pessoas mais próximas, justamente daqueles de que a vítima, muitas vezes, depende financeira ou emocionalmente. Principalmente, nós sabemos que essa violência... A gente faz lei, a gente aprova lei, fica contente com as aprovações, mas a gente vê que não está diminuindo a violência. O número de mulheres assassinadas por ex-parceiros e cônjuges, entre 2010 e 2017, já é 21% maior do que o verificado na década passada. E a Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, registra, por ano, mais de 700 mil atendimentos. Esses números de proporções assustadoras ainda não foram suficientes para que promovêssemos uma verdadeira mudança cultural, talvez porque a violência contra a mulher continue, em muitos casos, impune.

Segundo levantamento realizado pelo portal G1, apenas 15,7% dos acusados de estupro foram presos no Estado de São Paulo entre janeiro e julho de 2017, e o levantamento da Human Rights Watch revela que, em Roraima – que infelizmente ostenta o recorde brasileiro de 11,4 mulheres mortas para cada 100 mil habitantes, que é o dobro da média nacional –, mais da metade das investigações de violência doméstica prescrevem sem alguém ser sequer acusado. Por



incrível que pareça, dos 8.400 boletins de ocorrência acumulados na capital, Boa Vista, nenhuma investigação foi conduzida...

(Soa a campainha.)

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... como informou a própria delegada titular da única Delegacia da Mulher no Estado.

Nós sabemos que as mudanças legislativas são apenas um primeiro passo e não têm condições de alterar, por si mesmas, a triste realidade. A Lei Maria da Penha tem uma repercussão incrível, e cabe-nos agora ampliar essa luta, humanizar o atendimento e conferir agilidade ao processo, para que as mulheres não tenham mais receio de recorrer à Justiça, e a redução do número de subnotificações exponha mais abertamente a face terrível dessa ameaça.

Que façamos, pois, a nossa parte, porque basta de misoginia.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço, Senadora Marta. Oportunamente, quando não estiver ocupando a Presidência, vou me manifestar sobre o tema, mas assiste razão a V. Ex^a em gênero, número e grau.

Eu registro a presença, nas galerias, do Fernando Anunciação, que preside a Fenaspen, e de todos os demais membros da Fenaspen. Sejam muito bem-vindos. Infelizmente, não temos quórum para deliberar a proposta de emenda à Constituição nesta sessão. Na semana que vem, a PEC 14, Vilma, será votada, tenha certeza, para que possamos garantir a sua aprovação.

Item 5 da pauta.

Vou proclamar o resultado.

Todos os Senadores já votaram?

Acredito que sim.

Encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) (Vide item 2.2.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – 44 votos SIM; 02, NÃO.

Uma abstenção.

Está aprovado o Sr. André Luiz Azevedo dos Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Item 5 da pauta.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Item 5 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016 (nº 5.768, de 2016, da Casa da origem), que altera o Código Penal Militar (dispõe sobre os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares).

Pareceres da Comissão de Relações Exteriores sob nºs 76, do Relator: Senador Pedro Chaves, favorável à matéria, e 77, de 2017, da Relatora *ad hoc*: Senadora Ana Amélia, pela rejeição da Emenda nº 1 de Plenário.

Discussão do projeto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Para a sua questão de ordem, Senador Lindbergh Farias.

Depois, eu escuto a Senadora Gleisi.

Na preferência regimental, Senadora Gleisi, é a questão de ordem. Depois, concederei a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

Senador Lindbergh, para a sua questão de ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, é uma questão de ordem pela prejudicialidade do PLC nº 44.

Veja bem, Sr. Presidente, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados com a previsão de cláusula de vigência até 31 de dezembro de 2016, Senador Requião. Eles votaram, os Deputados, com a vigência que era 31 de dezembro.

Se eu não me engano, nós estamos em 2017. Como é que nós vamos votar um projeto que tem um prazo final de vigência em 31 de dezembro de 2016? Isso não se sustenta.

Na Comissão de Relações Exteriores, o Senador Romero Jucá, com aquele jeito que nós conhecemos do Senador Romero Jucá, tentou dar uma saída, dizendo que o Governo ia vetar.

Nós não podemos, Presidente, votar uma matéria com a vigência a 31 de dezembro. Tanto é assim, que já há outro projeto tramitando na Câmara dos Deputados, com outra data. Isso aqui é um jeitinho. Não pode.

Eu quero trazer aqui o Regimento Interno do Senado Federal, o art. 334, que diz o seguinte: "O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado: I - por haver perdido a oportunidade".

Presidente, para nós, isso aqui é uma fraude no processo legislativo. Desculpe o tom forte, mas é uma fraude no processo legislativo.

Os Deputados votaram com a data de 31 de dezembro de 2016. Era para as Olimpíadas, não dá para a gente votar aqui com outra data, modificando um projeto.

Então, eu faço essa questão de ordem a V. Ex^a, pedindo que declare a prejudicialidade do PLC nº 44, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para contraditar. Sem revisão da oradora.) – Eu estou surpresa, Presidente, que uma matéria com farta documentação das prerrogativas desta Casa e também da iniciativa que a Câmara tomou... O autor desse projeto foi o Deputado Espíridião Amin, do meu Partido, de Santa Catarina.



Havia, naquele momento, uma situação de emergência, mas agora, com o agravamento da crise de segurança pública no País inteiro, prisões no Norte e no Nordeste invadidas pelo crime organizado, tomando conta da situação carcerária, surpreende-me que, no Estado do Senador Lindbergh, o Rio de Janeiro – onde, com maior frequência, são convocadas as forças da segurança nacional, portanto, Forças Armadas, para colaborarem com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em situação difícil porque não estão recebendo sequer os salário em dia, como no Rio Grande do Sul – não querem dar uma proteção legal a esses militares que estão lá cumprindo uma determinação constitucional, porque é o Presidente da República que convoca as Forças Armadas para essa missão, na Força Nacional, a pedido do Ministro da Defesa, por convocação do Governador do Estado do Rio de Janeiro!

Ora, esse militar, no exercício dessa função específica, terá evidentemente que estar submetido ao Código Militar. Para qualquer irregularidade que faça, excesso, ou qualquer coisa que aconteça, há o Código Militar. Fora disso, sem a farda, quando não estiver nessa operação, ele terá outra penalização. Se matar alguém e não estiver no ofício, vai ser o Código Penal civil, meu caro Presidente. Nós estamos tratando disso.

E agora querem introduzir, querem criar uma condição de total insegurança para esses militares que estão cumprindo rigorosamente dispositivo constitucional. O Presidente da República, provocado pelo Governador, e o Ministro da Defesa fazem isso.

É preciso que se entenda em que país estamos vivendo. E não dar essa proteção aos militares será um desastre total do ponto de vista institucional e da própria segurança pública do nosso País. Eu lamento muito.

Há pouco, a Líder do Partido dos Trabalhadores abordou muito bem aqui a questão do orçamento para as Forças Armadas. Apoiei, é isso. O orçamento caiu muito, redondamente. Mas é contraditória essa posição agora, em relação a esse procedimento de proteção aos militares que entram numa operação para ajudar a Polícia Militar e a Polícia Civil do Rio de Janeiro, no enfrentamento com o crime organizado, nas favelas daquele Estado.

Este é o meu posicionamento: eu sou a favor deste PLC 44, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Antes de conceder a palavra ao Senador Jorge Viana e, na sequência, ouviremos o Senador Fernando Bezerra, eu já respondo a questão de ordem do Senador Lindbergh Farias, trazendo o argumento pertinente: assiste razão a V. Ex^a, Senador Lindbergh, no que diz respeito à dicção do art. 334 do nosso Regimento Interno, mas falta a leitura... E é com base no §3º do mesmo dispositivo que rejeito a questão de ordem de V. Ex^a, ao ler o que está previsto no §3º:

Art. 334

.....

.....

§3º Se a prejudicialidade, declarada no curso da votação, disser respeito a emenda ou dispositivo de matéria em apreciação, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será proferido oralmente.

Eu estou designando, neste momento, a Senadora Ana Amélia, para que faça também o parecer oral da matéria, e possamos dar sequência...



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria que o Senador... O Relator, na Comissão de Relações Exteriores, foi o Senador Pedro Chaves. Ele conhece muito mais do que eu, porque preparou a portaria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu recorro dessa decisão à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Faço a designação do Senador Pedro Chaves como Relator da matéria e concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só dizendo que eu...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria, Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só estou dizendo que eu recorro à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Não cabe recurso à decisão do Plenário...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... porque nós teremos a manifestação da própria CCJ.

Nós ouviremos o Senador Jorge Viana e depois o Senador Pedro Chaves, designado Relator.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, inclusive, tratar da questão de ordem, porque, para a matéria, eu quero me inscrever no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A questão de ordem já foi indeferida pela Presidência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Mas eu queria, inclusive, fazer um comentário: o processo legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Contribui bastante.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... não começa e não termina no Legislativo. É um processo de lei, de elaboração de lei. Tem que haver uma associação entre o trabalho legislativo... Ele se encerra, nesse caso, lá no Executivo. Aí, sim, nós teremos... Inclusive, quando há voto, ele volta para o Legislativo para a apreciação do voto. É um processo que passa por Poderes. Essa matéria é premente. É fundamental ser votada.

Nós tínhamos, na Comissão de Relações Exteriores... É uma matéria que eu estudei, que eu tenho acompanhado, pela qual tenho uma convicção formada, como outros colegas aqui. Respeito a posição do colega e meu Líder, Lindbergh, mas divergimos nesse aspecto.

A questão de ordem dele... Nós, inclusive, tínhamos apreciado, na Comissão de Relações Exteriores, a vigência – no caso, a vigência da lei em 31 de dezembro de 2016. Havia uma emenda do Relator, Senador Pedro Chaves. Nós acordamos de não aprovar a emenda do Relator, Senador Pedro Chaves, para que essa matéria não tivesse que voltar para a Câmara, por uma questão de data de vigência.



E a proposta foi: o Líder do Governo assumiria o compromisso do voto – como nós já fizemos dezenas de vezes nesta Casa, inclusive quando éramos governo –, dentro do processo de apreciação, complementando o processo legislativo e também passando ao Executivo.

Ora, se nós teríamos... Se o processo não termina aqui, é parte do processo dessa lei, o Parlamento... Se ela vai para o Executivo e há um compromisso de voto da vigência, o que resolve definitivamente qualquer senão dessa matéria, eu volto ao entendimento que nós tivemos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acho que nós deveríamos, pela premência, apreciar a matéria, deliberar sobre ela, com essa posição explícita, assumida em plenário, de que haverá o voto desse item. Com isso, nós não teríamos essa matéria prejudicada com o retorno à Câmara dos Deputados.

Mas o que me interessa é que, tão logo se resolva – V. Ex^a já deliberou sobre a questão de ordem, eu só estou reforçando os argumentos, contando um pouco do histórico; e o Líder e o Relator, Senador Pedro Chaves, estão aqui –, eu quero, no momento oportuno – quando V. Ex^a puser em discussão, vou me inscrever –, fazer a defesa da apreciação urgente dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Fernando Bezerra havia pedido anteriormente, Senador Lindbergh.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade é para reforçar os argumentos aqui no sentido contrário aos que foram colocados pelo Senador Lindbergh e em total apoio às palavras da Senadora Ana Amélia.

Na realidade, fazendo uma leitura correta do art. 334 do nosso Regimento, percebe-se que não houve a perda da oportunidade dessa matéria. A Senadora Ana Amélia foi muito feliz: nas operações de garantia da lei e da ordem, que foram previstas lá atrás para a realização das Olimpíadas; e daí porque o texto falava de "até 31 de dezembro de 2016". Ocorre que as Forças Armadas vêm sendo solicitadas a agir na garantia da lei e da ordem em diversos Estados brasileiros, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro. Por isso me parece que está claríssimo que existe a oportunidade para a deliberação dessa matéria.

E depois, também, não assiste razão dizer que a matéria precisaria ser remetida à Comissão de Constituição e Justiça porque V. Ex^a ainda vai se pronunciar sobre essa questão de ordem, e tenho muita segurança e expectativa de que não vai declarar prejudicada a matéria. Portanto, não cabe aqui ouvir a Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, eu quero reforçar os argumentos esposados pelo Senador Jorge Viana, pela Senadora Ana Amélia, no sentido de que a gente possa deliberar essa matéria na tarde de hoje – temos quórum, é urgente –, para dar tranquilidade institucional ao uso das Forças Armadas nas operações da garantia de lei e ordem, como vem sendo pedido frequentemente pelo Ministro da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lindbergh terá a palavra.

Após a manifestação do Senador Lindbergh, eu já concederei a palavra ao Senador Pedro Chaves, que fará o seu parecer oral. Abro a lista de inscrição para que possamos votar a matéria.

Senador Lindbergh.



O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero registrar: eu acho que as coisas como estão sendo feitas vão acabar sendo judicializadas.

E as falas de alguns Senadores, na verdade, são uma confissão de que tudo está sendo feito para passar por cima da Câmara dos Deputados; vários Senadores, incluindo meu colega Senador Jorge Viana, disseram aqui no microfone.

Eles votaram lá com o prazo de vigência de 31 de dezembro de 2016. O Senador veio aqui para dizer o seguinte: "Olha, o compromisso é para não voltar para a Câmara." Tem que voltar, porque a gente está em 2017.

Então, eu só quero registrar isto aqui: as coisas estão sendo feitas de forma atropelada, e claramente nós não poderíamos votar uma matéria cuja vigência é 31 de dezembro de 2016. É um escândalo. A gente teria que modificar isso de que teria que voltar para Câmara dos Deputados.

Só quero registrar isso, porque isso vai ser importante na discussão no Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Pedro Chaves, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou ler rapidamente o meu relatório para conhecimento de todos meus caros pares, Senadores.

Vem a esta Comissão – no caso à Comissão de Defesa Nacional –, com base nos arts. 101, II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 44, de 2016, de autoria do Deputado Federal Esperidião Amin, que altera o Código Penal Militar para dispor sobre a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida cometidos por militares.

O PLC reafirma a competência do tribunal do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida cometidos por militares contra civis, porém, excepcionando a mencionada regra, atribui à Justiça Militar da União a competência para o julgamento desses mesmos delitos praticados contra civil, quando cometidos por militares das Forças Armadas nas seguintes situações:

I) cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa;

II) ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou

III) atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma do Código Brasileiro de Aeronáutica; da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; do Código de Processo Penal Militar; e Código Eleitoral.

O autor da proposta traz a seguinte justificativa: que embora a atual redação faça menção à Lei Complementar nº 97, de 1999, e tal lei venha a tratar justamente da atuação do militar na faixa de fronteira e em operações de garantia da lei e da ordem, não há alusão expressa à atuação do militar em ações de garantia da lei e da ordem, somente sendo mencionada a atuação do militar em ação militar, operações de paz e ação subsidiária, que podem não compreender a atuação do militar em garantia da lei e da ordem, pois não há consenso, no âmbito jurídico, acerca da natureza dessas ações. Assim, não havendo expressa alusão à atuação dos militares no contexto de operações de garantia da lei e da ordem, e não havendo um consenso acerca da



natureza dessas ações, corre-se o risco de não lhes ser assegurada a proteção e a segurança jurídica que o diploma legal busca conferir.

Cumpre ressaltar que as Forças Armadas encontram-se, cada vez mais, presentes no cenário nacional. Como nós sabemos, as Forças Militares agiram quando a Polícia Militar da Bahia fez greve; depois, no Morro do Alemão; depois, no Complexo da Maré; e em diversas outras ações.

Não identificamos no projeto vício de natureza constitucional, regimental ou de juridicidade.

No mérito, o PLC, de 2016, deve ser aprovado.

O art. 125, §4º, da Constituição Federal, dispõe que:

Art. 125.

.....
§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, [...], ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil [...].

E nós temos aqui uma defesa tranquila: que, desde que as Forças Armadas passaram mais frequentemente a ser convocadas para participarem das chamadas operações de garantia da lei e da ordem, auxiliando o policiamento de várias cidades, o Comandante do Exército, General Villas Bôas, reivindica mais segurança jurídica para os militares envolvidos nessa tarefa.

A Lei 9.299, de 1996 – que alterou o Código Penal Militar e determinou que crimes dolosos contra a vida cometidos contra civil são da competência da Justiça comum –, se originou a partir do clamor popular.

O tribunal do júri, segundo Ana Amélia, visa permitir que cidadãos julguem seus pares, ou seja, outros cidadãos. Militares das Forças Armadas no exercício de sua missão não estão agindo como cidadãos, mas sim como o próprio Estado. A força máxima deste deve ser julgada por Justiça Militar especializada, que entende e conhece as nuances da sua atuação.

Destaco, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que a Justiça Militar é séria, eficiente e não costuma agir de forma corporativista tendendo a tolerar violações dos direitos humanos da população por parte de militares, como pregam alguns ativistas sociais.

Não se trata aqui de foro privilegiado para os militares das Forças Armadas, mas, repito, de uma Justiça especializada, que comprehende os princípios de hierarquia e disciplina que regem os nossos soldados.

Por fim, chamo a atenção para o fato de que o militar das Forças Armadas que não estiver em operação militar e vier a praticar um crime doloso contra a vida de um civil na sua vida cotidiana ou em atividade estranha ao exercício da atividade militar não será beneficiado pelo PLC 44 e será julgado pela Justiça comum.

Diante do exposto, peço apoio dos pares para a aprovação desse projeto, que resultará em maior segurança jurídica aos militares empregados em atividades excepcionais, determinadas pelo Presidente da República na condição de Chefe Supremo das Forças Armadas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Em discussão a matéria. Em discussão.

Senador Lindbergh, para discutir.

Tenho que abrir à discussão. Não posso deixar de cumprir o Regimento.

Senador Lindbergh, para discutir a matéria. Tem V. Ex^a a palavra.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um tema complexo. E eu quero começar trazendo aqui a palavra do General Villas Bôas, Comandante do Exército, sobre a ocupação do Exército na Favela da Maré.

O General Villas Bôas – não sou eu – diz o seguinte:

O último grande emprego nosso foi na Favela da Maré, comunidade da Maré, no Rio de Janeiro. É uma comunidade de 130 mil habitantes. Nós ficamos lá por 14 meses; o General Fernando inclusive foi o Comandante de um período, e eu, periodicamente, ia até lá e acompanhava o nosso pessoal, nossas patrulhas na rua. E um dia me dei conta, [Senador Requião, ele estava se referindo ao senhor], Senador Requião: os nossos soldados, atentos, preocupados – são vielas –, armados, e passando crianças, senhoras. E pensei: estamos aqui apontando arma para a população brasileira, nós somos uma sociedade doente.

Quem falou isso foi o Comandante do Exército, General Villas Bôas.

E continua: "E ficamos lá 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois, tudo havia voltado ao que era antes. Então, temos que repensar esse modelo de emprego, porque é desgastante, perigoso e inócuo".

Comandante do Exército: "é desgastante, perigoso e inócuo".

Quantas operações como essa já aconteceram no Rio de Janeiro, Senadora Ana Amélia? Não resolve nada.

E continua o General Villas Bôas dizendo o seguinte: "Internamente esse emprego causou recentemente muita celeuma: garantia da lei e da ordem. Nos últimos 30 anos, nós fomos empregados 115 vezes. O único Estado em que não houve emprego até hoje parece-me que foi São Paulo"

Diz o General Villas Bôas – não sou eu –: "Nós não gostamos desse tipo de emprego, não gostamos, nos posicionamos contra" – General Villas Bôas.

E Senadora Ana Amélia confirma aqui que estava lá e ouviu.

Senhores, estou querendo chamar os senhores aqui à reflexão. É papel das Forças Armadas tomar o lugar da Polícia na segurança pública? Não. O papel é a defesa nacional, são as fronteiras. E eu chamo a atenção aqui para as fronteiras brasileiras – também matéria de agosto, com várias frases aqui de militares falando do Sisfron.

Senador Fernando Bezerra, dos R\$427 milhões do Sisfron, que estão no Orçamento deste ano, R\$166 milhões foram contingenciados. Não é melhor colocar as Forças Armadas na fronteira? Esse dinheiro está lá no Sisfron. É essa a reflexão que faço aqui com os senhores, porque o que está acontecendo no momento sabem o que é? Corte de recursos da defesa, da segurança pública. Na defesa nacional, nós estamos sabendo da dificuldade de se chegar ao Orçamento ao final do ano. Também o General Villas Bôas falou isso na Comissão de Relações Exteriores. E no próximo ano o corte do Orçamento é de 71%, corte também no Orçamento da segurança pública.

Então, senhores, eu quero aqui fazer esse debate em profundidade, porque na verdade o que a gente precisa ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Cássio, só um tempinho a mais.



O que a gente precisa é de investigação. Esses soldados são preparados para a guerra. É uma situação completamente diferente de uma comunidade, da Favela da Rocinha, da comunidade da Maré. Há gente aqui que diz: "Não! É o Exército com os bandidos". E a população? Eu pergunto aos senhores: e a população?

A mãe de um garoto de 17, 18 anos, principalmente se for um jovem negro, morre de medo todos os finais de semana quando ele sai, morre de medo que ele seja morto pelo tráfico, morto pela milícia, ou, infelizmente, pela violência policial, que também existe. Agora, não há investigação – não há investigação. A Polícia Militar é a única polícia do mundo que não faz investigação. São as jabuticabas ...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é uma jabuticaba brasileira. Toda polícia tem ciclo completo. No Brasil, não, pois a Polícia Militar faz só o policiamento ostensivo, e a Civil é que faz a investigação.

Então, nós precisaríamos de menos ações militarizadas e de mais investigação para desarticular as organizações criminosas. Repito, hoje essa política de guerra às drogas é extremamente fracassada, e é uma política, senhores, também de criminalização da pobreza. Todo mundo está falando do Rio de Janeiro. Todo mundo sabe que há tráfico de drogas em Copacabana, em Ipanema, no Leblon. Só que nas comunidades pobres... Eu não vi em nenhum desses bairros entrar o caveirão, como são chamados no Rio aqueles carros blindados que entram nas favelas dando tiros para tudo que é lado, que matam um monte de inocentes.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lindbergh, eu vou lhe conceder mais um minuto e depois peço que conclua.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu vou concluir.

Eu nunca vi um caveirão dando tiros em Copacabana, em Ipanema e no Leblon. Não! Só nas favelas, nas comunidades pobres, como se ali só houvesse marginal. E não é verdade: todo mundo sabe que 99,9% são trabalhadores, que vivem assustados com a violência de tudo que é lado.

Então, senhores, o que eu estou querendo dizer aqui é que não é uma ação militar que resolverá o problema de insegurança naquelas áreas. Não é isso. É investigação. Não são, infelizmente, esses soldados do Exército que vão resolver o problema.

Por isso, nós, primeiro, somos contra o uso abusivo de garantia de lei e ordem – concordo com o General Villas Bôas. E, por fim, Senador, pedindo só mais um minuto porque eu concluo de verdade. Aqui nós estamos discutindo crimes dolosos, nós estamos discutindo homicídio doloso.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aqui não é questão de legítima defesa. Às vezes, você tem um confronto: bandidos e Exército atiram de um lado. Essa não é situação de crime doloso. Nós estamos falando de crimes dolosos, que são situações completamente diferentes.

Então, eu chamo a atenção dos senhores: é um grave precedente que nós estamos abrindo. Daqui a pouco, é abrir isso e vão pedir para a Política Militar também, que atua nessas regiões. É um equívoco.

Por isso nós, do Partido dos Trabalhadores, vamos encaminhar o voto contra esse projeto, respeitando as diferenças com o Senador Jorge Viana.



O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu vou indagar, sobretudo ao Senador Requião, Senador Lindbergh, a manifestação de pedido de verificação está mantida por parte da Bancada do PT?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Então, eu vou fazer o seguinte: por economia processual, eu já vou abrir o painel, atendendo à solicitação de V. Ex^a, e quando... Existe apoio para a verificação? Há apoio para a verificação? Vamos lá, eu preciso de quatro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quando V. Ex^a encerrar a discussão, eu vou ter os apoios. V. Ex^a não encerrou a discussão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Não, mas eu...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Depois, eu tenho os votos: Senadora Gleisi está aqui, Senadora Fátima, Senadora Regina. Não estão aqui agora porque tinha a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu vou simplificar o processo por economia processual. Eu vou deferir de ofício a verificação. Está deferida a verificação.

Está aberto o painel, os Senadores podem já começar a votar a matéria.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, que vai discutir a matéria. E os Líderes poderão encaminhar. Senadora Ana Amélia, Senador Caiado, Senador Requião já está inscrito, mais o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Democratas vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Democratas vota "sim".

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – PP vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – O Governo vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – PP vota "sim". O Governo vota "sim".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – PT, Sr. Presidente, inicialmente, vai ficar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – PT em obstrução.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – PSDB vota "sim", Sr. Presidente.



O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, o PMDB, aqui representado, salvo melhor juízo, pela Senadora Marta e a Senadora Simone – não sei se há mais algum companheiro –, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – PMDB vota "sim".

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – PSDB vota "sim". A Rede?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A Rede vota "não". A Rede vota "não".

Para dar sequência às discussões, concedo a palavra ao Senador Jorge Viana. Após o Senador Jorge, Senador Requião terá a palavra. Terá a palavra, Senador Requião, após a manifestação do Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui mais um reparo, respeitando a opinião do Lindbergh, a quem eu ouvi atentamente. Mas não é fato que aqui estamos fazendo qualquer atitude ou qualquer votação fora da lei. Ao contrário, com o compromisso... O processo legislativo é complexo. Ele não começa e termina aqui, ele tem o Executivo. E, se tiver veto do Executivo, ele volta para o Legislativo, para o Congresso inclusive.

E, Senador Líder Lindbergh, é exatamente o contrário do que V. Ex^a falou: há uma lei que rege. Se nós tirarmos a vigência de 2016, vira lei, caso tenha voto, em 45 dias, porque há lei que normatiza e, exatamente, resolve problemas como esse, porque já ocorreram várias vezes. Nós já fizemos isso muitas vezes, até quando éramos governo.

O que eu queria aqui dizer é que sei que o General Villas Bôas, e eu estava presente, é contrário – e eu também sou – ao uso abusivo de Forças Armadas. Não foram para isso, mas é constitucional o uso das Forças Armadas em situações excepcionais. Foram usadas na época das Olimpíadas, foram usadas na época da Copa. Agora, nós estamos vivendo uma verdadeira guerra urbana com facções criminosas.

E não adianta, querido Líder Lindbergh, V. Ex^a falar: "Olha, usa lá na fronteira." Eu vivo na fronteira. Nós temos os países vizinhos que produzem 80% da cocaína do mundo, tráfico de armas, e se um membro das Forças Armadas, cuidando da fronteira, como pede o Líder Lindbergh, der um tiro e atingir um civil, ele vai para o tribunal de júri. Então, vamos extinguir o tribunal militar.

Agora, vejam o absurdo em que nós vivemos: se um civil atingir um membro das Forças Armadas, vai para o júri militar, mas o contrário não vale. Nós temos o maior dos absurdos, a Lei do Abate. Na Lei do Abate, está autorizado, cumprindo missão, um componente da Aeronáutica a pegar um avião e interceptar um avião hostil. E, depois de cumprir o rito legal, mandar o piloto do avião se identificar ou mesmo descer o avião, e, se não for atendido, ele está autorizado a abater o avião. E, obviamente, qualquer julgamento a ele será feito na Justiça Militar; mas, se ele estiver em terra, não pode.



Então, no fundo, nós estamos fazendo um reparo. Não há constitucionalidade no que nós estamos apreciando. Isso estava na Constituição desde 1891, art. 77. Veio até 1996 e, em 1996, foi mudado.

Eu acho... Outro dia eu conversava com o Senador Requião. Sou favorável a nós estabelecermos limites, encontrarmos o entendimento para esse uso das Forças Armadas, garantia da lei e da ordem. Por que não passar pelo Senado uma autorização, para que não se tenha uma vulgarização, para que governos mal avaliados, para que governos que não têm como se sustentar não usem as Forças Armadas, porque é o Chefe supremo, é o Chefe do Executivo, das Forças Armadas...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... de maneira inadequada.

Mas não é disso que estamos tratando. Nós estamos aqui fazendo algo fundamental. Os membros das Forças Armadas só quando em missão, caso tenha um homicídio doloso – só nesse caso, não importa se estão indo ou vindo para o quartel, para o serviço ou não –, caso aconteça uma tragédia de um homicídio doloso, é que eles vão para o tribunal militar e não para o júri civil.

Olha o outro absurdo, para concluir: qualquer civil, volto a repetir, que atingir um membro das Forças Armadas é julgado no tribunal militar. Então, eu acho que, com serenidade, com todo o cuidado, nós devemos deliberar sobre essa matéria.

É claro que o General Villas Bôas e os comandantes das Forças Armadas não querem, preferem não ter acionado esse mecanismo de garantia da lei e da ordem. Claro! Agora, eles querem essa insegurança jurídica, esse risco, essa situação absurda que os componentes das Forças Armadas têm que viver, que é a de atender garantia da lei e da ordem, mas caso, cumprindo uma missão do Estado brasileiro, aconteça a tragédia de um homicídio, eles vão para o júri popular.

Ir para o júri militar não é impunidade. Ao contrário, é mais célere, mais rápido, e não há senso de impunidade. A ação das Forças Armadas precisa ser julgada por quem entende da ação das Forças Armadas. O júri popular, com todo respeito que tenho, não entende dos mecanismos, do que é uma missão das Forças Armadas, da maneira como operam, da maneira como agem. Por isso que todo país do mundo tem o tribunal militar. É exatamente por isto, pelas especificidades que envolvem a ação das Forças Armadas, não importa em que tipo de missão.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por isso eu faço um apelo aos colegas: vamos garantir tão somente isto, a segurança jurídica para quem compõe as Forças Armadas e que, agora, estão procurando socorrer as forças convencionais de segurança – Polícia Civil, Polícia Militar e outras – com ações atípicas, mas que, lamentavelmente, nosso País necessita nesse momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço o Senador Jorge Viana.

Convido todos os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa para que compareçam ao Plenário. Estamos procedendo a uma votação nominal.



O painel já está aberto, 28 Senadores já votaram e, portanto, teremos ainda esta votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para discutir a matéria. Na sequência, a Senadora Ana Amélia já está inscrita, o Senador Fernando Coelho...

Senador Roberto Rocha, V. Ex^a está pedindo inscrição para discutir? (*Pausa.*)

Não. Está ok. Então, tem a palavra o Senador Roberto Requião.

Enquanto o Senador ocupa a tribuna, convidado mais uma vez as Senadoras e Senadores para que compareçam ao Plenário. Estamos em um processo de votação nominal.

Senador Requião, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Não pretendo fazer um discurso, mas algumas breves reflexões em defesa da integridade das Forças Armadas nacionais.

Esse projeto é um projeto irresponsável, porque banaliza a utilização das Forças Armadas como polícia. É claro que os argumentos do Senador Jorge Viana sobre a situação dos militares na fronteira são absolutamente lógicos, mas o projeto é uma monstruosidade, um absurdo.

Exército não é polícia. Eu fico perguntando a vocês: amanhã ou depois, vocês querem o filho alistado no Exército para defender a Pátria, sendo destacado pela irresponsabilidade de um Presidente para confrontar traficantes na favela da Rocinha e vir a falecer com um balaço na cabeça? Não tem cabimento. O Exército não está adaptado para esses confrontos urbanos. As armas do Exército são penetrantes. No mínimo, é um 762, que pode atravessar 20 ou 30 casas numa favela; ou uma ponto 50, que fará isso em dobro. O Exército não tem o trabalho de inteligência anterior.

E eu faço aqui uma ressalva: quando o Exército foi convocado no Espírito Santo, a convocação era lógica, não havia mais força policial organizada, estava desmontado o aparato de segurança. Mas o Exército no Rio de Janeiro é uma brincadeira! Já estiveram lá na favela, saíram, e tudo continuou exatamente como estava. Não tem cabimento essa banalização!

Eu fico imaginando: amanhã, um Governo que negocia o Orçamento para conseguir votos quanto ao indiciamento ou não do Presidente da República estará negociando, com governadores, interesses privados de alguns Estados, a utilização das Forças Armadas para prestigiar determinados políticos, colocando em risco os soldados, colocando em risco a população, sem nenhum objetivo racional.

É claro que nós precisamos dar um jeito nessa questão de um soldado que fizer uma intervenção em determinada situação, contra o terrorismo, por exemplo, não ser julgado por um júri comum.

Eu vi uma entrevista do General Villas Bôas no outro dia muito interessante. Ele dizia que, quando terroristas invadiram o Bataclan na França, a polícia não deu conta do recado e começou a tentar um diálogo – diálogo com terroristas que já tinham matado um número razoável de pessoas. Quando o Exército foi mobilizado, ele entrou atirando. Se isso tivesse ocorrido no Brasil, os soldados seriam submetidos a júri popular.

Não tem cabimento uma operação nessa circunstância, mas esse projeto, simplesmente e irresponsavelmente, banaliza a utilização das Forças Armadas como polícia. Não tem cabimento!

Nós conversamos com alguns Senadores e íamos apresentar uma emenda, para que a utilização do Exército numa operação fosse examinada pelo Senado da República. Não há mais



prazo de emenda. Então, nós pensamos em apresentar outro projeto que faremos amanhã para tentar que os dois tramitem juntos, fazendo uma correção necessária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... de mediação desse processo, para não ser o desastre que se anuncia.

Eu vejo pronunciamentos entusiasmados: "o Exército tem que estar na rua!". Não, não tem! Não é a sua função constitucional.

Excepcionalmente, eu admito que nós poderíamos admitir, mas eu fico imaginando aqui o Governo Federal atual, negociando votos de Parlamentares de determinadas regiões, por uma intervenção militar que vai prestigiar determinados governadores e políticos. Não tem cabimento!

Eu espero que nós não atinjamos o quórum de 41 Senadores, e que isso seja postergado e mais bem discutido. Eu não estou fazendo aqui nada mais, nada menos, do que defendendo a integridade e a função constitucional das Forças Armadas brasileiras, que não são polícia,...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – ... à disposição de governos irresponsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Ana Amélia.

O Senador Cristovam deseja discutir a matéria?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Desejo discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu vou inscrever V. Ex^a.

Na sequência das inscrições, Senadora Ana Amélia; em seguida, Senador Fernando Bezerra Coelho; e aí, sim, Senador Cristovam.

Convido, mais uma vez, os Senadores e as Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa a comparecerem ao plenário, pois estamos em processo de votação nominal. Estamos em processo de votação nominal.

Senadora Ana Amélia, tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Sr^as e Srs. Senadores, quero, antes de mais nada, cumprimentar o Senador Pedro Chaves pelo relatório que fez na Comissão de Relações Exteriores e agora também no plenário do Senado Federal sobre o PLC 44.

O Senador Jorge Viana também fez uma exposição, e o Senador Lindbergh, pela enésima vez, trouxe de volta as declarações do General Eduardo Villas Bôas perante a Comissão de Relações Exteriores, quando falou com sua sinceridade, sua coragem, sua competência de estadista, de homem de Estado.

De fato, Senador Lindbergh, se o senhor consultar qualquer comandante militar para uma operação dessa natureza, policial, nenhum deles aceitará. Mas nenhum comandante militar poderá desobedecer a uma ordem do Presidente da República, que é a autoridade suprema sobre a autoridade militar. Os militares, diferentemente de nós, têm um código de disciplina que diz que eles não poderão se insubordinar contra uma determinação superior.



E apenas para reafirmar, o art. 142 diz:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes [da Presidente do Supremo, do Presidente do Congresso e do Presidente da República], da lei e da ordem.

Da lei e da ordem. Portanto, trata-se simplesmente disto.

O Senador Requião, com sua veemência, para conquistar uma nova forma de não votarmos isto aqui, veio falar numa tentativa de cooptação de apoio político dos militares.

Eu prefiro, sinceramente, essa cooptação à cooptação do traficante de drogas, que está entrando na política, em câmaras de vereadores, em assembleias e no Congresso Nacional. Prefiro que seja a instituição militar a dar apoio na área política a contar com o apoio do dinheiro sujo, criminoso, sangrento do crime cometido pela bandidagem que faz o tráfico crescer cada dia mais e gerar violência, comandando presídios em todo o País, de norte a sul, de leste a oeste.

Não é possível que a gente misture as coisas e não dê garantias institucionais, segurança jurídica a esses homens que também não gostariam de estar lá no morro enfrentando a bandidagem, que está com um armamento, às vezes, de calibre muito mais pesado, com armas muito mais sofisticadas do que as usadas pelo próprio Exército, pela Polícia Militar ou pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e dos outros Estados para onde as Forças Armadas foram convocadas pelo Presidente a pedido dos governadores. Dos governadores!

É disso que se trata.

Queria lembrar também ao Senador Lindbergh Farias: não sei se o senhor vai ser candidato à reeleição ao Senado no Rio, e espero um grande argumento. Os eleitores do Rio de Janeiro, Senador Lindbergh, 83% dos cidadãos cariocas e fluminenses – 83%... Datafolha, um dos institutos de pesquisa mais importantes, mostra que a população e a sociedade fluminense e carioca apoiam, sim, a participação das Forças Armadas para ajudar a Polícia Militar do Rio, para ajudar a Polícia Civil do Rio de Janeiro. A gente não pode dar as costas ao que pensa a maioria da sociedade brasileira, e não pode a minoria impor à maioria a sua vontade. É disso que se trata.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Portanto, Senadores e Senadoras, eu tenho a convicção de que, ao fazermos e aprovarmos este PLC 44 da Câmara, para que não volte para lá com o voto presidencial, que será assegurado, porque teremos os argumentos, Senador Jorge Viana de cobrar, como bem V. Ex^a, com a honestidade política e intelectual que tem, disse, que também no governo do seu Partido isso se fez e isso foi cumprido. E não acredito que esse acordo feito será rompido por qualquer razão.

Portanto, o voto é favorável ao PLC 44, para dar segurança jurídica a esses homens que sobem o morro para proteger a sociedade de bandidos fortemente armados, que estão entrando em todos os estratos da sociedade brasileira.

É isso, Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Eu quero informar à Mesa que o Sedol do Senado não está funcionando e que, aprovando esse projeto rigorosamente absurdo e irresponsável ou não aprovando, eu estou entrando com um projeto de lei moderador, que impede o uso irresponsável, e a cada momento, de forças policiais, forças do Exército, no trabalho de polícia. Eu estou estabelecendo aqui a necessidade posterior de uma homologação da medida pelo Senado da República, necessariamente, depois de dez dias. Se a autorização não for dada, a votação não for feita, nós temos aí um *fast track* e estará aprovada a intervenção.

Mas eu insisto: apesar desta visão triunfalista, em que a população quer vulgarizar o Exército Brasileiro como polícia, é um desmerecimento ao Exército Brasileiro e é uma medida rigorosa e absolutamente irresponsável. Então, quero que a Mesa considere a entrada do meu projeto, porque eu não posso explicar por que o Sedol não funciona nesta terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Porque, às vezes, Senador Requião, a tecnologia falha. Deve ter havido algo no sistema, mas a proposta de V. Ex^a já se encontra na Mesa e terá o trâmite regular. Pedindo desculpas pela tecnologia, que, infelizmente, às vezes, dá pane.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu acho, Presidente, que isso é culpa do Bandeira. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Bandeira branca, Senador. Bandeira branca.

Senador Fernando Bezerra, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o PLC 44, de 2016, devolve à Justiça Militar da União a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida de civil cometidos por militares, nas situações por ele especificadas, quando em missão estritamente oficial.

Quero aqui também sublinhar que o projeto reafirma a competência do Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida cometidos por militares contra civis, porém, excepcionando a mencionada regra, atribui à Justiça Militar da União a competência para o julgamento desses mesmos delitos praticados contra civil quando cometidos por militares das Forças Armadas nas seguintes situações: 1º) cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa; 2º) ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante, ou ainda atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142, da Constituição Federal, e na forma do Código Brasileiro de Aeronáutica, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e do Código de Processo Penal Militar e Código Eleitoral.

Dessa forma, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, estando cada vez mais recorrente a atuação do militar em operações de Garantia da Lei e da Ordem, na qual ele se encontra mais exposto à prática da conduta delituosa em questão, nada mais correto do que buscar-se deixar de forma clara e evidente o seu amparo no projeto de lei.



Eu queria, ao dizer essas palavras, dizer que concordo com algumas das colocações que foram aqui proferidas pelo Senador Lindbergh e pelo Senador Roberto Requião. Eu acho que nós não estamos aqui apostando que serão essas operações de GLO que irão resolver os problemas de segurança pública do Rio de Janeiro ou de qualquer Estado da Federação brasileira.

Aliás, o Senador Requião foi muito preciso. Ele aqui sublinhou os casos em que a presença das Forças Armadas é indispensável e lembrou o exemplo do que ocorreu no Espírito Santo. Eu poderia lembrar aqui o que ocorreu na greve da Polícia Militar na Bahia, eu poderia aqui lembrar o que ocorreu na greve da Polícia Militar em Pernambuco.

Então, é evidente que nós estamos tratando aqui de situações excepcionais. Agora, o que está ocorrendo é que, no caso específico do Rio de Janeiro, tem-se tornado muito frequente o uso do emprego da Garantia da Lei e da Ordem. Isso tem sido recorrente, mas me parece, Senador Lindbergh, sem querer fazer qualquer juízo de valor, que o Estado do Rio de Janeiro é a prova mais concreta da excepcionalidade dessa medida.

O Estado do Rio quebrou. O Estado do Rio não tem dinheiro para pagar a gasolina das viaturas policiais.

O SR. LINDBERGH FARIAZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, dá dinheiro, dá dinheiro para o Rio.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – O Estado do Rio de Janeiro não está conseguindo pagar os salários, os soldos dos seus soldados.

Essa situação de recorrência da utilização da GLO no Rio de Janeiro se deve em função da situação falimentar do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é melhor o Governo Temer ajudar financeiramente a Secretaria de Segurança, a Polícia Militar? Esse é o melhor caminho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Através de medidas que o povo do Rio de Janeiro tem que buscar.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Não se pode esperar na conta de todos os brasileiros a farra com o dinheiro público que se verificou no Estado do Rio de Janeiro! Nós não podemos pagar essa conta. Foi por isso que o Congresso Nacional, sensível à situação do Rio de Janeiro, aprovou uma lei de recuperação fiscal para os Estados brasileiros, para ajudar o Rio de Janeiro, para ajudar o Rio Grande do Sul, para ajudar o Estado de Minas Gerais, pelo espírito federativo que preside esta Casa do Congresso Nacional que é o Senado Federal.

Portanto, se nós estamos aqui lamentando, se nós estamos aqui questionando o uso repetitivo e exagerado da GLO, isso se deve exclusivamente às situações recorrentes do Estado do Rio de Janeiro. Mas, como brasileiro, eu acho que é nosso dever aquilo que é solicitado pelo Comando das Forças Armadas, aquilo que é solicitado pelo Ministro da Defesa. Se nós vamos ter que autorizar outras operações de Garantia da Lei e da Ordem no Estado do Rio de Janeiro, que a gente possa dar a proteção institucional que se requer para os membros das Forças Armadas, que estão sendo empregadas.

Agora, quero concluir dizendo que concordo: melhor investirmos em inteligência, melhor investirmos em políticas sociais, em educação, em recuperação do jovem, evitar que ele seja presa



fácil para aqueles que traficam a droga, para aqueles que formam o crime organizado no Rio de Janeiro e nas principais cidades brasileiras. Por isso é que eu venho a esta tribuna discutir esta matéria, dizendo que ela merece a urgência.

Eu espero que a gente possa atingir o quórum. Estamos apenas a um voto do quórum. Inclusive lembro, Sr. Presidente, que o Senador Lindbergh fez a verificação nominal. Portanto, a presença dele tem que ser computada para efeito de quórum, assim como a dos apoiadores dele. Portanto, nós já atingimos o quórum para deliberar essa matéria...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Foi de ofício da Presidência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... e podemos votar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não foi pedido, foi de ofício da Presidência a verificação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, eu havia pedido...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Mas eu quero encerrar, eu quero encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A Presidência vai garantir a palavra do Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – ... eu quero encerrar pedindo não só que o quórum seja computado para deliberação, mas que também a gente possa votar esta matéria, que é urgente e que é oportuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Apenas para fazer um esclarecimento, o Senador Cristovam será o próximo orador para discutir a matéria. Indago se o Senador Pimentel deseja se inscrever para a discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, é só para registrar que, na votação anterior, eu acompanhei a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O registro de V. Ex^a está consignado.

Apenas para esclarecer...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, para comunicar a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... um esclarecimento da Presidência muito rápido, para não haver polêmicas desnecessárias...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... que o Senador Roberto Muniz está chegando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF). Para discutir. Sem revisão do orador.) – A minha é muito rápida, apenas para manifestar o meu voto. Eu quero chamar a atenção para uma frase que disse o Senador Requião que é muito importante: com esse projeto, nós estamos banalizando o papel das Forças Armadas como garantidor da ordem nas cidades. Isso é um perigo. Não é para isso que as Forças Armadas foram criadas, não é para isso que elas existem. Além da banalização do papel das sagradas Forças Armadas, nós estamos usando-as como esparadrapo para consertar os erros que nós estamos cometendo ao longo dos anos. O que hoje acontece no Rio de Janeiro – e que foi aqui citado pela



Senadora Ana Amélia, com as armas poderosas dos bandidos – é fruto de uma irresponsabilidade, ao longo de anos e décadas, dos governos civis, que toleraram que essas armas entrassem, que toleraram essa organização do crime. E agora, para resolver isso, usamos um esparadrapo: as Forças Armadas.

Isso não vai resolver. É óbvio que mandar as Forças Armadas, cada fim de semana, para o Rio de Janeiro não resolve algo que é estrutural, que é a crise de segurança do Rio de Janeiro. Além disso, o Rio de Janeiro não é o único. Todos os nossos Estados têm problemas de segurança. Vamos ocupar todos os Estados com Forças Armadas? Claro que não há como!

E quando nossos soldados começarem a matar pessoas? E não falo de bandidos; eu falo de gente na rua, por balas perdidas. E quando as balas perdidas chegarem à cabeça de crianças? E o contrário? E quando nossos soldados forem mortos, inclusive pelo crime organizado? Eles foram treinados – ou deveriam ser – para lutar na defesa da Nação brasileira, não na segurança de cada cidade.

Por isso, eu voto "não". Não vou deixar de votar. Eu voto "não", muito convicto, com muita tristeza pela situação de segurança do Rio de Janeiro, muita, mas achando que esse não é o caminho. Essa é uma tentativa de usar as Forças Armadas como esparadrapo para uma crise muito mais profunda.

Vamos enfrentar a crise na sua dimensão, e não usar as Forças Armadas nesse papel – como disse o Senador Requião –, banalizando o seu papel e caminhando para aprofundar um labirinto que nós temos seguido, no sentido de cometer erros que, cada vez mais, tornam difícil regredir depois.

Por isso, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até em respeito... Tenho amizade e respeito pelo Senador Cristovam e pelo Senador Requião. Eu fui pessoalmente falar com o Senador Requião e falo aqui da tribuna: caro Senador Cristovam, eu não sei, mas há aí pelo menos um desencontro de informação.

O projeto não trata de nada que não seja exclusivamente sobre: componentes das Forças Armadas, em missão, serão julgados por júri popular ou Justiça Militar? Ele só trata desse aspecto, tão somente.

No mais, eu concordo com V. Ex^a, concordo com o Senador Requião. Nós não estamos tratando de uso de Forças Armadas e emprego de Forças Armadas. Aliás, sou favorável que se discuta uma maneira de restringir o uso. Sou favorável.

Então, eu queria aqui, só para... Em respeito... Eu estou com o projeto na mão. Eu estudei. Não fui relator, foi o Senador Pedro Chaves, que fez um bom trabalho. O projeto só trata, exclusivamente, que, em missão, quando por determinação do Estado brasileiro, os membros das Forças Armadas serão julgados, quando houver um crime doloso, no Tribunal do Júri ou no Tribunal Militar?

Até 1996, desde a Constituição de 1891, eles sempre foram julgados, diante de uma situação como essa, pelo Tribunal Militar. Em 1996 mudaram isso. E não há constitucionalidade. E o projeto não trata de nenhum outro aspecto.



A única divergência que o Senador Lindbergh trouxe foi o da vigência do projeto. Ele tem razão, mas o processo legislativo permite corrigir isso.

Ele é complexo, não termina aqui no Senado nem na Câmara. Ele vai ao Executivo. Há determinação do voto e há uma lei que ampara isso. No caso de voto da vigência, 45 dias depois – há lei, inclusive, para isso – a lei entra em vigor.

Então, eu faço esse esclarecimento em respeito a V. Ex^a, porque concordo com a sua tese totalmente. Por isso que eu votei "sim" a esse projeto, concordando com os comandantes das Forças Armadas e também achando que está na hora de nós termos um regramento mais rigoroso para o uso das Forças Armadas, quando na garantia da lei e da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atingido o quórum, a gente orienta o voto "não". Eu pediria uns cinco minutos para pedir para os Senadores do PT virem ao plenário, para marcarem aqui o voto "não".

Agora, Sr. Presidente, me permita, por um ou dois minutos, porque eu fui tão citado, e o meu Estado, o Rio de Janeiro...

Eu chego a achar engraçado líderes do Governo Temer falando que o Rio de Janeiro está numa situação falimentar... A gente sabe que está numa situação falimentar. Agora, não há ajuda necessária por este governo. O que este governo deveria fazer é ajudar financeiramente a União, a Secretaria de Segurança Pública, nessa situação que de fato é terrível, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

E eu queria lembrar aos senhores aqui que existe uma Força Nacional de Segurança Pública, que foi criada para situações como essa; uma Força Nacional, em que se deveria usar os melhores homens do Brasil, das polícias estaduais, para a Força Nacional. Eu chamo atenção dos senhores, porque os soldados do Exército, infelizmente, não são preparados para aquilo.

Eu acho, sinceramente, que colocar um garoto de 18 anos, que serve ao Exército, ali, naquela situação de conflito urbano, não resolve. Senador Cássio, a gente tem que ir à profundidade ao assunto. Ninguém resolve um problema complexo como esse, na minha avaliação, se não houver investigação. A gente deveria estar discutindo uma reforma do sistema de segurança pública.

Eu falei ali da tribuna, Senador Cássio: a única polícia do mundo que não faz investigação, que não tem o ciclo completo, é a brasileira. A Polícia Militar faz o trabalho do policiamento ostensivo: ele fica ali numa comunidade e só pode prender em flagrante; ele não faz a investigação, para saber quem são os chefes das organizações criminosas, para tentar prender; não! Na verdade, a ação da Polícia Militar, nesses confrontos, já é militarizada, quando teria que ser mais de investigação; teria que ser um outro tipo de policiamento. Aí nós estamos optando por reforçar a lógica da militarização, que não resolve – não resolve!

Eu vou ficar com a minha coerência nesse debate aqui, e aplaudo a posição do Senador Cristovam Buarque, como também a do Senador Requião.

Eu chego a dizer que eu acho que algumas pessoas do Exército estão cometendo um equívoco, porque a aprovação desse projeto vai aumentar a reivindicação, por parte de governadores, da presença do Exército, do uso da garantia de lei e ordem, porque, às vezes, como falou o Senador Requião, há governador com baixa popularidade, numa situação como essa, que



quer criar um fato político. Eu, no Rio de Janeiro, dou vários exemplos de momentos políticos em que o governador pede o Exército, para tentar criar um factoide político.

Eu falei, aqui da tribuna, Senador Cristovam, ainda agora, uma fala do General Villas Bôas, dizendo que é inócuo – ele falava da favela da Maré...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ficamos lá, dizia ele, um ano e quatro meses, e, quando saímos, volta a mesma situação.

O pior é escutar – só para encerrar, Senador Cássio – de um comandante do Exército, com a sensibilidade do General Villas Bôas, o que ele disse; que, quando viu um soldado dele com arma na mão, numa viela, com crianças passando, ele pensou: "Meu Deus! Estamos fazendo guerra contra nossa população."

Então, Senador Cássio Cunha Lima, eu, com a minha coerência, sabendo que nós não resolvemos o problema, nós, do PT, vamos votar "não". Eu acho que é um precedente gravíssimo.

A preocupação minha, neste momento, sabe qual é? Os moradores das comunidades; os moradores das comunidades. Porque uma coisa que preserva... Porque a gente está falando de homicídio doloso. Quando você tem troca de tiro, de um lado para o outro, aí você tem legítima defesa – é uma situação diferente. Homicídio doloso! A única coisa que uma mãe pode ter nesse momento é a capacidade de levar ao julgamento quem cometeu um crime doloso...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... seja qual for.

Então, é por isso que o nosso voto – agradecendo a V. Ex^a pelo tempo – é o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador José Agripino.

Após a fala do Senador José Agripino, eu vou encerrar a votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui algumas considerações rápidas.

O Senador Cristovam, que é um homem que fala coisas acertadas, disse uma coisa sobre a qual é preciso que se reflita: não é papel das Forças Armadas agir como elas estão agindo. Tudo bem.

Outro Senador disse que não adianta, porque isso não resolve.

Presidente Cássio, resolve, sim. No meu Estado, vizinho ao seu, há um ano, as penitenciárias que abrigam os presos de alta periculosidade entraram em ebulição completa, guerra de facções, produzindo o caos dentro e o caos fora da penitenciária. Um caso absolutamente fora de controle. Quem é que foi chamado? Não é que tenha se oferecido: quem é que foi chamado? As Forças Armadas, as Forças de Segurança Nacional. Resolveu? Resolveu, sim. Foi só quem resolveu. É uma situação excepcional? É. Mas os fatos são esses. São esses os fatos! Humildade, diante dos fatos! Esses são os fatos! Então, vamos proteger a Força Nacional na sua atuação, quando ela é chamada, votando essa lei.

Eu vou votar de forma convicta, dando ao soldado do Exército, ao oficial do Exército, em missão convocada... Ele não foi se oferecer; ele foi convocado em nome do interesse nacional, do Estado A, B, C, D. Por ele, ele não iria lá. Ele não foi adestrado para isso. Ele está salvando a



pátria; está salvando a pátria. E agora a gente vai deixá-lo entregue? Se provocado, ele se defende. E ele vai se defender e vai ser punido pela lei comum ou pela lei militar? Pela lei militar. São casos excepcionais.

Os fatos são esses, e, em nome dos fatos, eu vou votar, com toda a convicção, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (Vide item 2.2.2 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – 39 votos SIM; 08 votos NÃO.

A Presidência não vota.

Está aprovado o projeto, rejeitada a Emenda nº 1, nos termos do parecer.

A matéria vai à sanção presidencial.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Sem revisão do orador.)

– Eu gostaria de fazer uma manifestação, com a permissão de V. Ex^a, sobre um fato que está prejudicando o Brasil inteiro, está preocupando o Brasil inteiro.

Todos nós sabemos que a indústria da construção civil é, aqui ou em qualquer lugar do mundo, a indústria que mais emprega; emprega maciçamente mão de obra. E, neste momento, nós estamos vivendo, no Brasil, uma crise de perspectiva de desemprego crescente, pela notícia que se espalhou pelo Brasil de que a Caixa Econômica Federal não tem mais recurso para financiar o Programa Minha Casa, Minha Vida ou outros programas habitacionais.

No meu Estado, no Estado de V. Ex^a, no Estado de qualquer um, os empresários que constroem e que empregam as pessoas, que têm o financiamento da Caixa Econômica, estão em pânico, porque estão sem perspectiva de manter o que estão fazendo e de fazer coisas novas, para garantir emprego aos que estão empregados e emprego aos que estejam desempregados e que venham a ter oportunidade de um emprego, em função de contratos futuros.

O pânico se estabeleceu.

Eu tomei a iniciativa de manter contato hoje, até em nome da pressão que recebi do meu Estado – pressão no bom sentido... Mantive contato com a Caixa Econômica Federal, para que, sobre esse assunto, eu pudesse ter uma explicação, até para pacificar ânimos do Brasil inteiro, que estão exaltados pela perspectiva de desemprego – falta de contrato e desemprego.

O que é que há? O contrato da Basileia prevê que os bancos que emprestam e que têm níveis de risco variados tenham um capital suficiente para cobrir o risco do que emprestam. O Acordo de Basileia, aplicado à Caixa Econômica Federal, faz com que o capital da Caixa Econômica tenha que crescer em muito, para que existam recursos adicionais para programas como o Minha Casa, Minha Vida, faixa 1 de autossubsídio.

O que é que a Caixa Econômica Federal, que está toda mobilizada, do Presidente aos diretores, está fazendo neste momento? Gestões para que um título de R\$10 bilhões com recursos do Fundo de Garantia, que estão na Caixa, possa ser aprovado – esse título – pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia, para que o Banco Central, autorizando a emissão desse título, a Caixa Econômica Federal disponha, no seu capital, de R\$10 bilhões a mais, para garantir a continuação de empréstimos e financiamentos habitacionais, inclusive o Minha Casa, Minha Vida.



A diretoria está toda mobilizada. O Presidente está conversando com cada conselheiro do Conselho Curador, para que o Conselho Curador do FGTS autorize a operação, que será submetida, em seguida, ao Banco Central, para que, a operação feita, a Caixa Econômica, que tem dinheiro... Não é dinheiro que está faltando na Caixa; está faltando capital, está faltando o cumprimento daquilo que diz, daquilo que determina o Acordo de Basileia, que é um acordo que os bancos do mundo inteiro têm que obedecer... Então o que falta é, no dia 24 de outubro, o Conselho Curador se reunir, e este pedido que a Caixa Econômica fará, da emissão de um título de 10 bilhões, a ser coberto com recursos do Fundo de Garantia, possa ser autorizado pelo Conselho Curador, o Banco Central autorizar, e a Caixa Econômica se capitalizar, não financeiramente, mas se capitalizar com capital registrado, para fazer face ao prosseguimento do programa.

Eu estou, como Senador do Rio Grande do Norte, querendo a manutenção do emprego na construção civil e acompanhando com lupa este assunto, que interessa a todos os Estados da Federação.

E trago ao plenário do Senado esta comunicação, para conhecimento, da suprema Casa do Congresso Nacional, dessa palavra de informação e, de certa forma, tranquilização, com relação a um problema que está existindo e que pode se multiplicar em muito.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, o Senador Agripino acabou de falar como Senador do Rio Grande do Norte, e agora, como Senadora do Rio Grande do Sul, no outro extremo, venho aplaudir aqui a decisão do Ministro Blairo Maggi, da Agricultura, ao suspender a importação de leite do Uruguai por tempo indeterminado.

Todas as entidades ligadas à produção de lácteos do meu Estado – o Sindilat, de Alexandre Guerra; a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, de Carlos Joel da Silva; a Farsul, de Carlos Sperotto; as cooperativas que trabalham com a área de laticínios e leite – estavam numa situação desesperadora, talvez a mais profunda crise do setor de lácteos, de laticínios do meu Estado, com os preços caindo violentamente, não remunerando minimamente o custo de produção dos produtores de leite. E essa situação estava se agravando, a cada dia, pela importação em escala, além do que regularmente havia sido feito em outras épocas. E isso arrasou o mercado e a queda nos preços veio criar uma profunda crise, com muitos produtores, inclusive, pensando em abandonar a atividade, que é socialmente importante porque é uma renda adicional na diversificação da produção agropecuária do Rio Grande do Sul, que é uma das mais importantes bacias leiteiras do País.

Então, eu queria saudar essa decisão do Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, por ter entendido a gravidade da situação a que chegou o setor de leite do meu Estado do Rio Grande do Sul com essa decisão de suspender a importação por tempo indeterminado de leite do Uruguai.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Pedro Chaves.



O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria agradecer a V Ex^a por ter colocado esse PLC 44 em pauta. Ele é muito importante para o País, principalmente no que se refere à situação das Forças Armadas. Quero dizer que o País agradece a V. Ex^a pela determinação, pela coragem, pois, mesmo com baixo quórum, o senhor teve a sensibilidade de sentir a importância de esse projeto ser aprovado. Quero agradecer a todos os Senadores que tiveram também a sensibilidade da importância da aprovação desse projeto. Então, muito obrigado em nome realmente do meu Estado do Mato Grosso do Sul e em nome do próprio País.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para justificar o meu voto na votação anterior, a do PL 44. Eu estava numa audiência com o Presidente da República, mas o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A manifestação de V. Ex^a será consignada.

Senadora Simone Tebet.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Vão se votar as medidas protetivas, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – É exatamente isso que eu vou apregoar agora.

É o item 4 da pauta.

Peço a atenção ao Plenário.

Projeto de Lei nº 7, de 2016, perdão...

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2016, que acrescenta dispositivo da Lei nº 11.340, de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.

Parecer da CCJ, da Comissão de Constituição e Justiça, de nº 613, de 2016, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, com a Emenda nº 8 da CCJ, de redação, que apresenta, e contrário às Emendas de nºs 2 a 7; e Parecer 83, de 2017, sobre Emendas de nºs 9 a 21, de Plenário, Relator: Senador Cássio Cunha Lima, pela aprovação da Emenda nº 21, na forma da Subemenda nº 1, da CCJ, e rejeição das demais emendas.

Como todos podem observar, estou no exercício da Presidência neste instante.

Eu faço a designação da Senadora Simone Tebet para que faça parecer oral da proposta, para que ela possa ser submetida à votação do Plenário.

Após a manifestação da Senadora Simone, escutarei a Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Não, eu apenas estava solicitando fazer a relatoria verbalmente, mas eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço a compreensão.

Senadora Simone Tebet, tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Não, eu agradeço. Eu agradeço.



A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Antes de mais nada, eu quero parabenizar V. Ex^a como Presidente, os demais Líderes desta Casa, agradecer em nome da Bancada feminina e das mulheres do Brasil porque os Líderes resolveram pautar, no dia de hoje, o dia em que nós comemoramos nacionalmente a luta contra a violência à mulher. Hoje é o Dia Nacional da Luta contra a Violência à Mulher.

Trago apenas três dados para mostrar a importância desse projeto. São dados que eu trago do Datafolha, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Primeiro, mais de 50% das mulheres não denunciam a violência que recebem – isso são dados subestimados, só três dados –; segundo, 43% das agressões, Srs. Senadores, ocorrem dentro de casa, Senador Lindbergh; e 61% das agressões, e daí a importância deste projeto, Senadora Marta, são feitas por pessoas conhecidas.

Ora, se mais da metade das agressões são feitas por pessoas conhecidas, este projeto aqui tem a mais alta relevância porque é um projeto que veio da Câmara, de 2016, que dá o direito à mulher vítima da violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado preferencialmente por servidores do sexo feminino. Mas vai mais longe. O que ele diz? Ele basicamente trata das medidas protetivas de urgência, que já constam na Lei Maria da Penha, mas há uma lacuna em relação a essas medidas. Hoje a autoridade policial garante a proteção policial, encaminha a ofendida ao hospital, fornece transporte para a ofendida. E mais, no art. 12, em todos os casos de violência, feito o registro de ocorrência, a autoridade policial – leia-se aqui delegado, pela lei de 2013 – adota, de imediato, os seguintes procedimentos: ouve a ofendida; colhe provas; remete, no prazo de 48 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas de urgência.

E aqui vem a lacuna, Senador Moka, porque, muitas vezes, o delegado ou a delegada veem que a situação é grave, que manter o agressor junto com a ofendida pode causar um risco iminente à vida dessa mulher, aos seus filhos, e tem que aguardar, no mínimo, 48 horas porque, às vezes, não há juiz na comarca, leva mais de semana para pedir afastamento de corpos, que o agressor não pode adentrar a casa, que ele tem que ficar tantos metros distante da mulher.

Então, o que vem essa lei dizer no art. 12-B? Que, verificado o caso de iminente risco, atual ou iminente, à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher ou seus dependentes, a autoridade policial – portanto, Sr. Presidente, com a aquiescência de V. Ex^a, que foi Relator, nós estamos aqui recepcionando a terminologia da Câmara dos Deputados, até para que o projeto não possa gerar dúvida e voltar, para que ele possa ser aprovado e imediatamente sancionado pelo Presidente da República –, preferencialmente na delegacia de proteção à mulher, poderá aplicar provisoriamente, até a deliberação do juiz, que vai ter um prazo de 24 horas para que essa medida protetiva de urgência tenha validade. Se o juiz não se pronunciar, cai a medida protetiva. Então, não há violação ao princípio da reserva de jurisdição, como diz a magistratura. Ele vai poder aplicar algumas medidas protetivas de urgência, Senador Fernando Bezerra.

Então, são algumas que não interferem no direito de vir ou de liberdade do cidadão ou do agressor. Ele não pode dar voz de prisão sem autorização, se não for flagrante. Então, não há absolutamente como dizer que violou o princípio da reserva de jurisdição e muito menos aqui – e por isso é que nós estamos restabelecendo o termo autoridade policial – dizer que o policial militar, nesse caso, vai poder fazê-lo. Quem pode fazer, nesse caso específico, é o delegado.

Nós estamos restabelecendo, para evitar qualquer confusão, pelo menos aqui, porque a autoridade policial é, sim, delegado e policial militar, mas, nesse caso, a Lei 12.830, de 2013, é clara. Ela dispõe que sobre a investigação criminal, conduzida pelo delegado de polícia, §1º do



art.2º: "Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto na lei". Portanto, para evitar celeuma, para que nós possamos chegar a um consenso, para atender aos nobres Deputados Federais, que também, tenho certeza, falam em nome da Bancada feminina da Câmara dos Deputados, nós estamos restabelecendo no texto o termo autoridade policial, sem nenhuma preocupação e com absoluta certeza de que, neste momento, hoje, no Brasil, quem pode dar prosseguimento na investigação criminal é o delegado de polícia.

Eu não sei se cabe um aparte, antes de eu encerrar, ao Senador Anastasia. Será o maior prazer ouvir o mestre de todos nós, professor constitucionalista, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

Na realidade, eu queria tão somente externar aqui o meu cumprimento pelo brilhante relatório de V. Ex^a, concordar *in totum* com a tese esposada por V. Ex^a e dizer que a sua decisão é a mais acertada. Portanto, cumprimento V. Ex^a, que terá o apoio de todos.

Muito obrigado.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu é que agradeço.

E eu encerro...

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pois não.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Obrigada.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Relatora, eu queria tão somente lembrar que há anos... Eu estou na Câmara, no Congresso, desde 1987, e nós já fizemos várias tentativas de ampliar esse mecanismo de defesa dos direitos da mulher, preservando-lhes, já que o desdobrar dessa violência no Brasil só aumenta. Nós já passamos daquela fase, pelo menos entre aspas, em que a mulher, quando comparecia à delegacia, alguém dizia que ela era a responsável pela violência que foi cometida.

No entanto, acabamos de ver na televisão ontem, se não me engano, que uma mulher que estava sendo abusada, violentada, desrespeitada, agredida, foi levada no camburão junto com o seu agressor. E simplesmente, não se levando em consideração a situação de risco em que essa mulher se encontrava, ela foi levada junto com o seu agressor, que ainda pediu para passar em casa para pegar alguns documentos, que levou uma faca e acabou com a vida da sua companheira.

Veja bem, nós passamos dessa fase? Acho que não integralmente porque ainda não se levam a sério as denúncias que a mulher faz das agressões, do desrespeito, do abuso e de tudo o mais. Então, Senadora, esse atendimento policial que nós estamos reivindicando, essa perícia especializada por servidoras do sexo feminino não é privilégio; pelo contrário, é necessário para garantirmos esse atendimento policial, que não é de excelência, não, é de necessidade, fixando esse direito de que nós estamos tratando aqui, inalienável, da mulher em situação de violência, de coação. A mulher, tão vulnerável como se encontra, tem que ter, pelo menos, um amparo na hora de enfrentar essa perícia, esses procedimentos todos.

Eu queria dizer que essas emendas protetivas não terão a visão de um único lado do gênero, como as pessoas estão dizendo, não. As mulheres querem tratar da questão da denúncia, mas querem que uma mulher a ouça, quer seja a mulher que portou uma arma, e ela é denunciada por agressão, quer seja a mulher... Queremos, sim, porque nós sabemos quantas mulheres chegaram a



uma delegacia, fizeram a denúncia e, ao serem vistoriadas, tiveram o seu corpo absolutamente desrespeitado por quem o fazia. Não são em todos os lugares, mas eu acho que tanto como testemunha quanto como vítima a mulher tem o direito de ter da autoridade policial, do regime em que ela se encontra, na circunstância em que ela está, um comedimento na questão de tratar a denúncia, já que tanto intimida a mulher e tanto a constrange quando ela, principalmente, é vítima de violência. Então, esse projeto é absolutamente necessário às mulheres vítimas de violência ou qualquer agressão de qualquer natureza.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Agradeço a nossa Senadora Rose, desde a época da Câmara, nossa líder e defensora da causa da mulher em todos os sentidos, na violação dos seus direitos, não só sexuais.

Eu encerro a minha contribuição, Presidente, apenas trazendo um dado que vai ao encontro do que disse a Senadora Rose. Por que se coloca, às vezes, o agressor ao lado da mulher violentada e agredida num camburão, numa delegacia ou numa sala aguardando? Porque apenas – e é um dado também que nós temos do Observatório da Mulher, que nós tivemos o privilégio de aprovar nesta Casa – 53% dos policiais no Brasil têm treinamento especializado para entender e saber como se portar em relação aos casos de violência contra a mulher. É metade, apenas metade, ou seja, nós estamos correndo o risco de, a cada dois, um caso nós termos a mulher não sendo protegida na lei por falta simplesmente de um treinamento da autoridade policial.

Eu peço, portanto, ao encerrar o meu trabalho aqui, veementemente, em nome da mulher agredida, violentada na sua alma, não só no seu corpo, dessa mulher que depois vai ter que olhar no olhar dos seus filhos, vai ter que educá-los para o mundo, vai ter que conduzir o País no sentido de educar os seus filhos para o mundo, que nós possamos dar hoje, neste Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher, uma resposta do Senado Federal, aprovando, por unanimidade, nesta Casa este projeto tão relevante e tão importante para a mulher, para a família e para a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Encerrada a discussão.

Votação do projeto e das emendas nos termos da manifestação de plenário da Senadora Simone Tebet, que propõe adequação redacional da expressão "autoridade policial".

As Sr^as e os Srs. Senadores que votam com a manifestação da Senadora Simone Tebet permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto nos termos dos pareceres.

E, rejeitada a Emenda nº 08.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final será publicada na forma regimental. (**Parecer nº 176/2017-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.3 do sumário**)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.



Antes de conceder a palavra ao Senador Lindbergh e ao Senador Dário, vou registrar a presença de delegadas e delegados de Polícia que, de forma paciente, persistente e perseverante, frequentaram durante meses o Senado Federal.

Permito-me prestar essa homenagem na figura da Dr^a Herta, minha conterrânea da Paraíba, além de outras delegadas paraibanas. Quero felicitá-las pela luta, parabenizá-las sobretudo pela perseverança, pela forma sempre fidalga com que debateram o tema, sem perder a esperança, sem jamais se afastar da ternura, mas com a compreensão do avanço que esse diploma legal trará à proteção da mulher vítima de violência.

Nessa data simbólica, nesse Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher, o Senado da República felicita todos os delegados e, sobretudo, as delegadas do Brasil por essa conquista e, sobretudo, por esse avanço na nossa legislação no que diz respeito à proteção às mulheres que são vítimas de violência.

Parabéns pela luta, parabéns pela conquista, parabéns pelos trabalhos que são realizados por V. Ex^as.

Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para solicitar a V. Ex^a a gentileza de registrar o meu voto "sim" na votação do Embaixador do Congo. Eu, efetivamente, naquele momento, estava em audiência na Presidência da República.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – O Senador Dário já terminou? (*Pausa.*)

Muito rapidamente, Senador Cássio Cunha Lima: a política de combate ao trabalho escravo era uma política do Estado brasileiro.

Eu quero trazer aqui a leitura de uma nota assinada pela Coordenação Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, da Comissão Pastoral da Terra, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais, do Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Sr. Presidente, é uma nota de repúdio à exoneração do Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho:

Nós, membros e representantes de entidades da sociedade civil, do setor empresarial e de instituições públicas comprometidas com o combate ao trabalho escravo, manifestamos nossa indignação e repúdio com a exoneração do chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação....

(*Interrupção do som.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) –



...manifestamos nossa indignação e repúdio com a exoneração do chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), André Esposito Roston, publicada no *Diário Oficial da União* de 10 de outubro de 2017.

Segundo informações veiculadas pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, além de ter desagrado o Governo Federal ao informar a falta de recursos para o combate ao trabalho escravo em audiência pública realizada [...] [neste] Senado Federal, André Roston foi dispensado justamente durante a negociação de votos na Câmara dos Deputados para barrar a nova denúncia contra o Presidente da República Michel Temer. No atual cenário de instabilidade política e de retrocessos sociais, o Governo ignora a diretriz de permanente avanço no combate ao trabalho escravo imposta pela sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (que recentemente condenou o Brasil em um caso de trabalho escravo) e arruína uma política pública até então assumida como prioritária pelo Estado brasileiro [pelos diversos governos que tivemos].

A fiscalização é a base do sistema de combate a esse crime. E, sem uma fiscalização confiável, não há como produzir informação para subsidiar as ações da sociedade civil e do setor empresarial.

Testemunhas do trabalho sério, engajado e transparente realizado pela coordenação do combate ao trabalho escravo, estamos convictos de que a exoneração compromete a erradicação dessa violação aos direitos humanos e revela a inexistência de vontade política e o descompromisso do atual Governo com o enfrentamento do problema.

Brasília, 10 de outubro de 2017.

Eu concluo, Senador Cássio Cunha Lima, dizendo que nós, da Bancada do PT, vamos fazer, em várias comissões deste Senado Federal, requerimentos de convocação do Ministro do Trabalho para explicar isso. Isso aqui é gravíssimo. Nós estamos comprometendo um trabalho que, eu volto a dizer, era um trabalho feito por vários governos. Era uma política de Estado.

Então, nós, do PT, vamos convocar o Ministro do Trabalho e pedir explicações sobre isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Amanhã, sessão convocada para as 11h.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 153º SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Bloco Democracia e Cidadania
PSB – PPS – PCdoB – REDE – PODE

GLBPDC - Memo. 001/2017

Brasília, 10 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Assunto: Composição da CCJ

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Álvaro Dias para compor a *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania* - CCJ, como membro suplente.

Atenciosamente,

Senador João Capiberibe

Líder do Bloco Democracia e Cidadania

Recebido em 10/10/2017
Hora: 16:31

Tiago Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM





SENADO FEDERAL
Bloco Democracia e Cidadania
PSB – PPS – PCdoB – REDE – PODE

GLBPDC - Memo. 002/2017

(Handwritten signatures)
Cap. 30/10/2017
João Capiberibe
Brasília, 10 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Assunto: Composição da CCT

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelênci que a **Senadora Lídice da Mata** não mais integrará a *Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT*.

Atenciosamente,

(Signature of Senator João Capiberibe)
Senador João Capiberibe
Líder do Bloco Democracia e Cidadania

Recebido em 10 / 10 / 2017
Hora: 16 : 31

(Signature of Thiago Geovani Paes Ferreira)
Thiago Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM





SENADO FEDERAL
Bloco Democracia e Cidadania
PSB – PPS – PCdoB – REDE – PODE

GLBPDC- Memo. 004/2017

*à Presidente
10/10/2017
J. Capiberibe*

Brasília, 10 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Assunto: Alteração na composição de comissões permanentes

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o **Senador Roberto Rocha** não mais integrará as *Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA* e *Comissão Assuntos Econômicos – CAE*, nas vagas destinadas a este Bloco Parlamentar.

Atenciosamente,

Senador João Capiberibe
Líder do Bloco Democracia e Cidadania

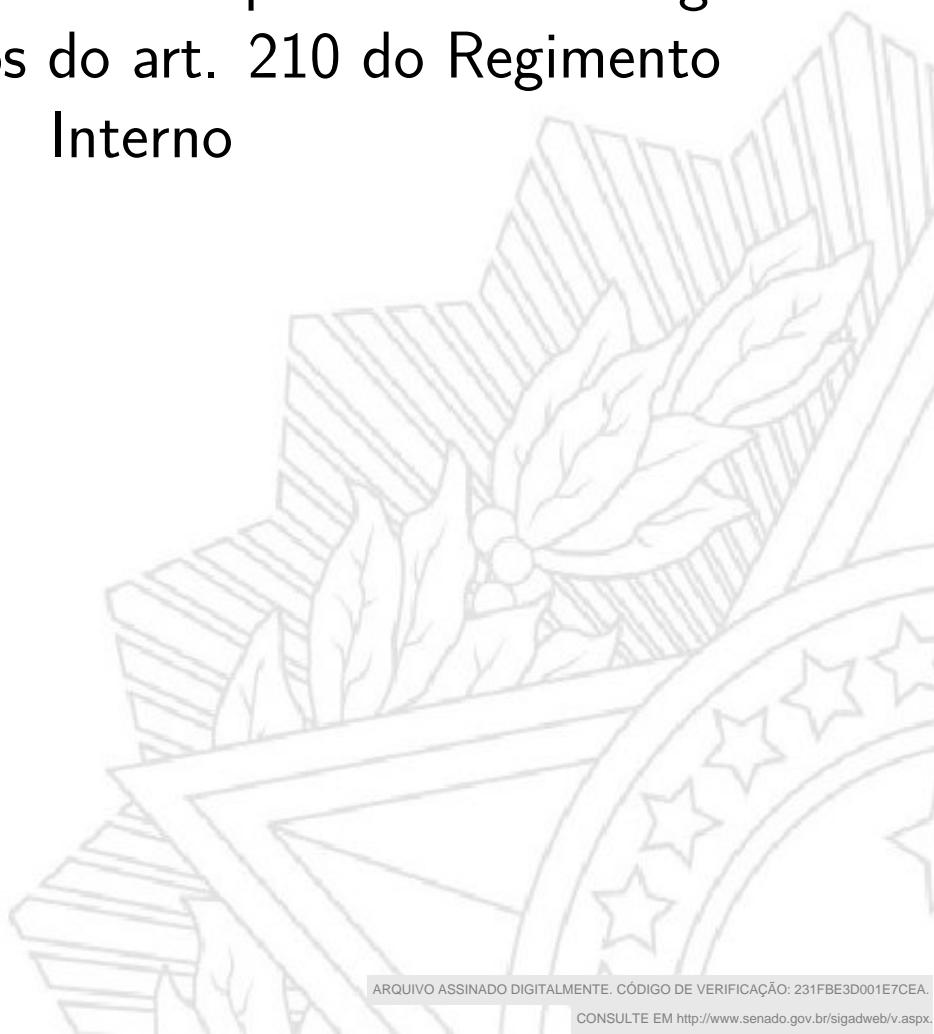
Recebido em 10/10/2017
Hora: 16:31

Tiago Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM



Documento encaminhado à publicação

Documento encaminhado pelo Senador Jorge Viana, nos termos do art. 210 do Regimento Interno



A Islândia sabe como acabar com as drogas entre adolescentes, mas o resto do mundo não escuta

8 OCT 2017 - 15:09 BRT



Meninas numa academia de Reykjavik **Dave Imms** para Mosaic.

Falta pouco para as 15h de uma ensolarada tarde de sexta-feira, e o parque de Laugardalur, perto do centro de [Reykjavik](#), está praticamente deserto. De vez em quando, um adulto passa empurrando um carrinho de bebê. Mas, se os jardins estão rodeados de casas e edifícios residenciais, e os meninos já saíram do [colégio](#), onde estão as crianças?

Sou acompanhada em meu passeio por Gudberg Jónsson, um psicólogo islandês, e Harvey Milkman, professor de psicologia norte-americano que leciona na Universidade de Reykjavik durante uma parte do curso. Há 20 anos, conta Gudberg, os adolescentes islandeses estavam entre os que [mais bebiam](#) na Europa. “Nas noites de sexta, você não podia andar pelas ruas



do centro de Reykjavik porque não se sentia seguro”, diz Milkman. “Havia uma multidão de adolescentes se embebedando diante de todos.” Chegamos perto de um grande edifício. “E aqui temos a pista de patinagem coberta”, informa Gudberg.

Minutos atrás, passamos por duas salas onde se joga badminton e tênis de mesa. No parque também há uma pista de atletismo, uma piscina com aquecimento geotérmico e, finalmente, um grupo de crianças jogando futebol com entusiasmo sobre grama sintética.

Não há jovens passando a tarde no parque neste momento, explica Gudberg, porque eles se encontram nas instalações fazendo atividades extra-escolares ou em clubes de música, dança e arte. Talvez também tenham saído com os pais.

A Islândia ocupa hoje o primeiro lugar no ranking europeu sobre adolescentes com um estilo de vida saudável. A taxa de meninos de 15 e 16 anos que consumiram grande quantidade de álcool no último mês caiu de 42% em 1998 para 5% em 2016. Já o índice dos que haviam consumido cannabis alguma vez passou de 17% para 7%, e o de fumantes diários de cigarro despencou de 23% para apenas 3%.

A Islândia ocupa hoje o primeiro lugar no ranking europeu sobre adolescentes com um estilo de vida saudável.

O país conseguiu mudar a tendência por uma via ao mesmo tempo radical e empírica, mas se baseou, em grande medida, no que se poderia denominar de “senso comum forçado”. “É o estudo mais extraordinariamente intenso e profundo que já vi sobre o estresse na vida dos adolescentes”, elogia Milkman. “Estou muito bem impressionado com seu funcionamento.” Se fosse adotado em outros países, diz ele, o modelo islandês poderia ser benéfico para o bem-estar psicológico e físico geral de milhões de jovens. Isso sem falar dos orçamentos dos organismos de saúde e da sociedade como um todo. Um argumento que não pode ser ignorado.

“Estive no olho do furacão da revolução das drogas”, diz Milkman,



enquanto tomamos um chá em seu apartamento em Reykjavik. No início dos anos setenta, quando trabalhava como residente no Hospital Psiquiátrico Bellevue de Nova York, “o LSD já estava na moda, e muita gente fumava maconha. Havia um grande interesse em saber por que as pessoas consumiam certas drogas.”

Em sua tese de doutorado, Milkman concluiu que as pessoas escolhiam a heroína ou as anfetaminas dependendo de como queriam lidar com o estresse. Os consumidores de heroína preferiam se insensibilizar, enquanto os usuários de anfetaminas optavam por enfrentar o estresseativamente. Quando o trabalho foi publicado, Milkman entrou para um grupo de pesquisadores recrutados pelo Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas dos EUA para que respondessem a determinadas perguntas. Entre elas, por que as pessoas começam a consumir drogas, por que continuam consumindo, quando atingem o limite do abuso, quando deixam de consumi-las e quando têm recaída. “Qualquer aluno da faculdade poderia responder à pergunta sobre por que começa: é que as drogas são fáceis de conseguir e os jovens gostam de riscos. Também é preciso levar em conta o isolamento e talvez a depressão”, afirma. “Mas, por que continuam consumindo? Por isso, passei à pergunta sobre o limite do abuso... e me iluminei. Vivi minha própria versão do ‘eureka!’. Os garotos podiam estar à beira da dependência inclusive antes de tomar a droga, pois o vício estava na maneira como enfrentavam seus problemas.”

Na Universidade Estatal Metropolitana de Denver, Milkman foi fundamental para o desenvolvimento da ideia de que a origem dos vícios estava na química cerebral. Os menores “combativos” procuravam ter “sensações intensas” e podiam consegui-las roubando calotas de carro, rádios e depois os próprios carros – ou através das drogas estimulantes. Claro que o álcool também altera a química cerebral. É um sedativo, mas primeiro seda o controle do cérebro, o que por sua vez pode suprimir as inibições e, em doses limitadas, reduzir a ansiedade.

“As pessoas podem se tornar dependentes de bebida, carro, dinheiro, sexo, calorias, cocaína... de qualquer coisa”, diz Milkman. “A ideia da



dependência comportamental se transformou no traço que nos caracteriza.”

Dessa ideia nasceu outra. “Por que não organizar um movimento social baseado na embriaguez natural, em que as pessoas ‘sintam barato’ com a química de seu cérebro – porque me parece evidente que as pessoas desejam mudar seu estado de consciência – sem os efeitos prejudiciais das drogas?”

“Por que não organizar um movimento social baseado na embriaguez natural, em que as pessoas sintam barato com a química de seu cérebro – porque me parece evidente que as pessoas desejam mudar seu estado de consciência – sem os efeitos prejudiciais das drogas?”

Em 1992, sua equipe de Denver obteve uma subvenção de 1,2 milhão de dólares (3,7 milhões de reais) do Governo para criar o Projeto Autodescoberta, que oferecia aos adolescentes maneiras naturais de se embriagar, alternativas aos entorpecentes e ao crime. Os cientistas pediram aos professores, assim como às enfermeiras e aos terapeutas de centros escolares, que lhes enviassem alunos. E incluíram no estudo meninos de 14 anos que não achavam que precisavam de tratamento, mas que tinham problemas com as drogas ou com crimes leves.

“Não lhes contamos que vinham para uma terapia, e sim que lhes ensinaríamos algo que quisessem aprender: música, arte, dança, hip hop ou artes marciais”, explica. A ideia era que as diferentes aulas pudessem provocar uma série de alterações em sua química cerebral e lhes proporcionassem o que necessitavam para enfrentar melhor a vida. Enquanto alguns talvez desejassesem uma experiência para ajudar a reduzir a ansiedade, outros poderiam estar em busca de emoções fortes.

Ao mesmo tempo, os participantes receberam formação em capacidades para a vida, centrada em melhorar suas ideias sobre si mesmos, sua existência e sua maneira de interagir com os demais. “O princípio básico era que a educação sobre as drogas não funciona porque ninguém dá



atenção a ela. Precisamos de capacidades básicas para levar essas informações à prática”, afirma Milkman. A equipe disse aos adolescentes que o programa duraria três meses. Alguns ficaram cinco anos.

Em 1991, Milkman foi convidado para falar sobre seu trabalho, suas descobertas e suas ideias na Islândia. Tornou-se assessor do primeiro centro residencial de tratamento de dependência de drogas para adolescentes do país, situado na cidade de Tindar. “A ideia [do centro] era oferecer aos meninos coisas melhores para fazer”, explica. Lá conheceu Gudberg, que na época estudava Psicologia e trabalhava como voluntário. Desde então, os dois são amigos íntimos.

No início, Milkman viajava regularmente à Islândia para dar conferências. Suas palestras e o centro de Tindar atraíram a atenção de Inga Dóra Sigfúsdóttir, uma jovem pesquisadora da Universidade da Islândia. Ela se perguntava o que aconteceria se fosse possível utilizar alternativas saudáveis às drogas e ao álcool dentro de um programa que não tivesse o objetivo de tratar jovens com problemas, mas, sobretudo, de conseguir que eles deixassem de beber e consumir drogas.

Você já experimentou álcool? Se a resposta for afirmativa, quando foi a última vez que bebeu? Ficou bêbado em alguma ocasião? Consumiu tabaco? Se sim, quanto você fuma? Quanto tempo passa com os seus pais? Tem uma relação estreita com eles? De que tipo de atividade você participa?





Dave Imms para Mosaic

Em 1992, os meninos e meninas de 14, 15 e 16 anos de todos os centros de ensino da Islândia preencheram um questionário com perguntas como essas. O processo foi repetido em 1995 e em 1997.

Os resultados da pesquisa foram alarmantes. Em todo o país, quase 25% dos jovens fumavam diariamente, e mais de 40% havia se embriagado no mês anterior. Mas quando a equipe se aprofundou nos dados, identificou com precisão quais centros tinham mais problemas e quais tinham menos. A análise expôs as claras diferenças entre as vidas dos garotos que bebiam, fumavam e consumiam outras drogas e as vidas daqueles que não utilizavam essas substâncias. Também revelou que havia diversos fatores com um efeito decididamente protetor: a participação, três ou quarto vezes por semana, em atividades organizadas – sobretudo esportivas; o tempo que passavam com os pais durante a semana; a sensação de que os professores do colégio se preocupavam com eles; e não sair de noite.

“Naquela época, houve inúmeras iniciativas e programas para a prevenção do consumo de drogas”, diz Inga Dóra, que foi pesquisadora ajudante nas



pesquisas. “A maioria se baseava na educação.” As campanhas alertavam os meninos sobre os perigos da bebida e das drogas, mas, como Milkman observara nos EUA, os programas não davam resultado. “Queríamos propor um enfoque diferente.”

O prefeito de Reykjavik também estava interessado em testar algo novo, e muitos pais compartilhavam seu interesse, conta Jón Sigfússon, colega e irmão de Inga Dóra. As filhas de Jón eram pequenas na época, e ele entrou para o Centro Islandês de Pesquisa e Análise Social de Sigfúsdóttir em 1999, ano de sua fundação. “A situação estava ruim”, recorda. “Era evidente que precisávamos fazer alguma coisa.”

A partir dos dados da pesquisa e dos conhecimentos proporcionados por diversos estudos, entre eles o de Milkman, aos poucos foi introduzido um novo plano nacional, que recebeu o nome de Juventude na Islândia.

As leis mudaram. Penalizou-se a compra de tabaco por menores de 18 anos e a de álcool por menores de 20. Proibiu-se a publicidade das duas substâncias. Reforçaram-se os vínculos entre os pais e os centros de ensino, mediante organizações de mães e pais, que deviam ser criadas por lei em todos os centros, juntamente com conselhos escolares com representação dos pais. A estes também foi pedido que comparecessem às palestras sobre a importância de passar muito tempo com os filhos, em vez de dedicar a eles “tempo de qualidade” esporadicamente, assim como falar com eles de suas vidas, conhecer suas amizades e ressaltar a importância de ficar em casa de noite. Além disso, foi aprovada uma lei que proibia que os adolescentes de 13 a 16 anos saíssem depois das 22h no inverno e da meia-noite no verão. A norma continua vigente.

Casa e Escola, a entidade nacional que agrupa as organizações de mães e pais, estabeleceu acordos que os pais tinham de assinar. O conteúdo varia dependendo da faixa etária, e cada organização pode decidir o que deseja incluir. Para os meninos a partir de 13 anos, os responsáveis podem se comprometer a cumprir todas as recomendações e, por exemplo, a não permitir que seus filhos realizem festas sem a sua supervisão, a não comprar bebida alcoólica aos menores de idade e a estar atentos ao bem-



estar dos garotos.

Esses acordos sensibilizam os pais e ajudam a reforçar sua autoridade em casa, afirma Hrefna Sigurjónsdóttir, diretora da Casa e Escola. “Desse modo, fica mais difícil para eles utilizar a velha desculpa de que os demais [garotos] têm permissão para fazer essas coisas.”

Também aumentou o financiamento estatal para clubes esportivos, musicais, artísticos, de dança e outras atividades para oferecer aos garotos maneiras alternativas de se sentirem bem fazendo parte de um grupo, sem terem que consumir álcool e drogas. Os filhos de famílias de baixa renda receberam ajuda para participar das atividades. Em Reykjavik, onde mora um terço da população do país, o chamado Cartão do Lazer dá direito a 35.000 coroas (cerca de 1.030 reais) anuais por filho para custear atividades recreativas.

Um fator decisivo é a continuidade das pesquisas. A cada ano, quase todos os garotos islandeses as preenchem. Isso significa que sempre há dados novos e confiáveis.

Entre 1997 e 2012, duplicou a proporção de adolescentes de 15 e 16 anos que declararam que “com frequência ou quase sempre” passavam tempo com os pais no fim de semana – a cifra passou de 23% para 46%. Já a dos que participavam de atividades esportivas organizadas pelo menos quatro vezes por semana subiu de 24% para 42%. Ao mesmo tempo, o consumo de cigarros, álcool e maconha nessa mesma faixa etária caiu drasticamente. “Embora não possamos apresentar esse fenômeno como uma relação causal – o que é um bom exemplo de por que às vezes é difícil vender aos cientistas os métodos de prevenção primária –, a tendência é muito clara”, observa

Kristjánsson, que trabalhou com os dados e hoje integra a Escola Universitária de Saúde Pública da Virgínia Ocidental, nos EUA. Os fatores de proteção aumentaram e os de risco diminuíram – assim como o consumo de entorpecentes. Além disso, na Islândia essas variações ocorreram de modo mais coerente que em qualquer outro país da Europa.”



O caso europeu

“Não lhes contamos que vinham a uma terapia, e sim que lhes ensinariámos algo que quisessem aprender: música, arte, dança, hip hop ou artes marciais”

Jón Sigfússon pede desculpa por chegar alguns minutos atrasado. “Recebi um telefonema por uma situação de crise.” Prefere não dizer onde, mas era uma entre as várias cidades do mundo inteiro que adotaram parcialmente as ideias do programa Juventude na Islândia.

O Juventude na Europa, dirigido por Jón, nasceu em 2006 após a apresentação dos já então extraordinários dados da Islândia numa das reuniões do Cidades Europeias contra as Drogas. “As pessoas nos perguntavam como conseguíamos”, recorda Sigfússon.

A participação no Juventude na Europa não se dá por iniciativa dos Governos nacionais; corresponde às Prefeituras. Oito municípios aderiram ao plano no primeiro ano. Hoje participam 35 cidades de 17 países. Em algumas, poucas escolas estão envolvidas; em outras, como Tarragona (Espanha), há 4.200 adolescentes de 15 anos engajados. O método é sempre igual. Jón e sua equipe falam com as autoridades locais e elaboram um questionário com as mesmas perguntas fundamentais utilizadas na Islândia, além de outras adaptadas ao lugar. Algumas cidades, por exemplo, têm registrado casos de problemas graves com as apostas pela internet, e as autoridades querem saber se isso está relacionado com outros comportamentos de risco.

Dois meses após a devolução do questionário à Islândia, a equipe já manda um relatório preliminar com os resultados, além de informações comparando-os com os de outras zonas participantes. “Sempre dizemos que, assim como as verduras, as informações têm que ser frescas”, brinca Jón. “Se você entregar os resultados depois de um ano, as pessoas te dirão que passou muito tempo e que as coisas talvez tenham mudado.” Além disso, os dados têm que ser locais para que os centros de ensino, os pais e as autoridades possam saber exatamente que problemas existem em quais



regiões.

A equipe analisou 99.000 questionários de lugares tão distantes entre si como as ilhas Feroé, Malta e Romênia, assim como a Coreia do Sul e, mais recentemente, Nairóbi e Guiné-Bissau. Em linhas gerais, os resultados mostram que, no que se refere ao consumo de substâncias tóxicas entre os adolescentes, os mesmos fatores de proteção e de risco identificados na Islândia são válidos em todos os lugares. Mas há algumas diferenças. Em um lugar (um país “do Báltico”), a participação em esportes organizados foi um fator de risco. Uma pesquisa mais profunda revelou que isso acontecia porque os clubes eram dirigidos por jovens ex-militares viciados em anabolizantes, assim como em bebidas e cigarro. Neste caso, portanto, tratava-se de um problema concreto, imediato e local que deveria ser resolvido.

Jón e sua equipe oferecem assessoria e informações sobre as iniciativas que deram bons resultados na Islândia, mas cada comunidade decide o que fazer com base nos resultados. Algumas vezes, não fazem nada. Um país predominantemente muçulmano, que o pesquisador prefere não mencionar, rechaçou os dados porque revelavam um desagradável nível de consumo de álcool. Em outras cidades – como a que originou o telefonema de “crise” de Jón – estão abertas aos dados e têm dinheiro, mas Sigmússon observou que pode ser muito mais difícil assegurar e manter financiamento para as estratégias de prevenção de saúde do que para os tratamentos.



Dave Imms para
Mosaic.

Nenhum outro país fez mudanças tão amplas quanto as da Islândia. Algum deles seguiu o exemplo da legislação para impedir que os adolescentes saiam de noite? Jón sorri: “Até a Suécia ri dessa medida, chamando-a de ‘Toque de recolher’ infantil.”

Ao longo dos últimos 20 anos, as taxas de consumo de álcool e drogas entre os adolescentes melhorou em termos gerais, embora em nenhum lugar isso tenha acontecido de forma tão radical quanto na Islândia. E as causas dos avanços nem sempre têm a ver com as estratégias de fomento ao bem-estar dos jovens. No Reino



Unido, por exemplo, o fato de eles passarem mais tempo em casa relacionando-se pela Internet, em vez de cara a cara, poderia ser um dos principais motivos da redução do consumo de álcool.

Mas Kaunas, na Lituânia, é um exemplo do que se pode conseguir por meio da intervenção ativa. Desde 2006, a cidade distribuiu os questionários em cinco ocasiões. E as escolas, pais, agências de saúde, igrejas, polícia e serviços sociais reuniram esforços para tentar melhorar a qualidade de vida dos meninos e frear o consumo de substâncias tóxicas. Por exemplo, os pais recebem entre oito e nove sessões gratuitas de orientação parental por ano. Um programa novo facilita um financiamento adicional às instituições públicas e ONGs que trabalham pela melhora da saúde mental e a gestão do estresse. Em 2015, a cidade começou a oferecer atividades esportivas gratuitas nas segundas, quartas e sextas-feiras. Agora planeja implementar um serviço de transporte também grátis para as famílias de baixa renda, a fim de contribuir para que os meninos que vivem longe dos estabelecimentos possam participar.

Entre 2006 e 2014, o número de jovens de 15 e 16 anos de Kaunas que declararam ter se embriagado nos 30 dias anteriores caiu cerca de 25%, e os dos que fumavam diariamente foi reduzido em mais de 30%.

No momento, a participação no Juventude na Europa não é sistemática, e a equipe da Islândia é pequena. Jón gostaria que existisse um organismo centralizado com seus próprios fundos específicos para promover a expansão do plano. “Embora nos dediquemos a isso há 10 anos, não é nossa principal ocupação. Gostaríamos que alguém imitasse e mantivesse a iniciativa em toda a Europa”, afirma. “E por que ficar restritos à Europa?”

O valor do esporte

“É o estudo mais extraordinariamente intenso e profundo que já vi sobre o estresse na vida dos adolescentes”

Depois de nosso passeio pelo parque Laugardalur, Gudberg Jónsson nos convida a voltar para sua casa. Do lado de fora, no jardim, seus dois filhos



mais velhos – Jón Konrád, de 21 anos, e Birgir Ísar, de 15 –, falam comigo sobre álcool e cigarro. Jón bebe álcool, mas Birgir diz não conhecer ninguém em seu colégio que beba ou fume. Também falamos das aulas de futebol. Birgir treina cinco ou seis vezes por semana; Jón, que cursa o primeiro ano de Administração de Empresas na Universidade da Islândia, pratica cinco vezes. Os dois começaram a jogar bola como atividade extra-escolar quando tinham seis anos. “Temos muitos instrumentos em casa”, diz o pai. “Tentamos fazer com que gostassem de música. Antes tínhamos um cavalo. Minha mulher adora montar, mas não deu certo. No final, escolheram o futebol.” Alguma vez acharam que o treino era excessivo? Foi preciso pressioná-los para que treinassem quando teriam preferido fazer outra coisa? “Não, a gente se divertia jogando futebol”, responde Birgir. Jón completa: “Começamos a jogar e nos acostumamos, então continuamos jogando.”

Embora Gudberg e a esposa não planejem de forma consciente um determinado número de horas semanais com seus três filhos, tentam levá-los regularmente cinemas, teatros, restaurantes, trilhas pelas montanhas e pesca. Em setembro, quando na Islândia as ovelhas descem das terras altas, fazem até excursões de pastoreio em família.

Pode ser que Jón e Birgir gostem mais de jogar futebol que as pessoas em geral, e que tenham mais talento (Jón recebeu oferta de uma bolsa de futebol na Universidade Metropolitana do Estado de Denver e, poucas semanas depois de nosso encontro, Birgir foi convocado para a seleção nacional sub-17). No entanto, será que um aumento significativo da porcentagem de jovens que participam de atividades esportivas pelo menos quatro vezes por semana teria outras vantagens, além de fazer os meninos crescerem mais saudáveis?

Isso pode ter relação, por exemplo, com a contundente derrota da Inglaterra para a Islândia na Eurocopa de 2016? Quando fazemos essa pergunta a

Inga Dóra Sigfúsdóttir, eleita Mulher do Ano da Islândia 2016, ela responde com um sorriso: “Também podemos citar os sucessos na música,



como o *Of Monsters and Men* [grupo independente de folk-pop de Reykjavik]. São jovens que decidiram fazer atividades organizadas. Algumas pessoas me agradeceram”, reconhece, piscando um olho.

Nos demais países, as cidades que participam do Juventude na Europa relatam outros resultados positivos. Em Bucareste, por exemplo, caíram os índices de suicídios e consumo de álcool e drogas entre os adolescentes. Em Kaunas, o número de menores que cometem crimes foi reduzido em um terço entre 2014 e 2015.

Como afirma Inga Dóra, “os estudos nos mostraram que tínhamos de criar circunstâncias nas quais os menores pudessem levar uma vida saudável, sem precisar de consumir drogas porque a vida é divertida. Os meninos têm muitas coisas para fazer e contam com o apoio de pais que passam tempo com eles.”

Em suma, as mensagens – embora não necessariamente os métodos – são simples. E quando vê os resultados, Harvey Milkman pensa nos EUA, seu país. Será que o modelo Juventude na Islândia funcionaria por lá?



Dave Imms para Mosaic.

E os Estados Unidos?



São 325 milhões de habitantes frente a 330.000; 33.000 bandas em vez de praticamente nenhuma; e ao redor de 1,3 milhão de jovens sem teto contra meia dúzia.

É claro que os EUA enfrentam dificuldades que não existem na Finlândia. Mas os dados de outras partes da Europa, incluindo cidades como Bucareste, com graves problemas sociais e uma pobreza relativa, mostram que o modelo islandês pode funcionar em culturas muito diferentes, afirma Milkman. E os EUA precisam com urgência de um programa assim. O consumo de álcool entre menores de idade representa 11% do total consumido no país. O abuso de álcool provoca mais de 4.300 mortes por ano entre os menores de 21 anos.

No entanto, é difícil que o país implemente um programa nacional similar ao Juventude na Islândia. Um dos principais obstáculos é que, enquanto no pequeno país europeu existe um compromisso de longo prazo com o projeto nacional, nos EUA os programas de saúde comunitários costumam ser financiados com subvenções de curta duração. Milkman aprendeu, por experiência própria, que, mesmo quando recebem reconhecimento geral, os melhores programas para jovens nem sempre são ampliados ou mesmo mantidos. “Com o Projeto Autodescoberta, parecia que tínhamos o melhor programa do mundo”, recorda. “A Casa Branca me convidou duas vezes. O projeto ganhou prêmios nacionais. Achávamos que seria reproduzido em todas as cidades, mas isso não aconteceu.”

Segundo ele, o motivo é que não se pode receber um modelo genérico a todas as comunidades, pois nem todas têm os mesmos recursos. Qualquer iniciativa que pretenda dar aos adolescentes dos EUA as mesmas oportunidades de participar dos tipos de atividades habituais na Islândia, ajudando-os assim a se afastar do álcool e das drogas, terá que se basear no que já existe. “Você depende dos recursos da comunidade”, reconhece. Seu colega Álfgeir Kristjánsson está introduzindo as ideias islandesas na Virgínia Ocidental. Alguns colégios do estado já distribuem questionários aos alunos, e um coordenador ajudará a informar os resultados aos pais e a qualquer pessoa que possa utilizá-los para ajudar os garotos. Mesmo



assim, o pesquisador admite que provavelmente será difícil obter os mesmos resultados da Islândia.

A visão de curto prazo também é um obstáculo para a eficácia das estratégias de prevenção no Reino Unido. É o que adverte Michael O'Toole, diretor-executivo da Mentor, uma organização sem fins de lucro voltada à redução do consumo de drogas e álcool entre crianças e jovens. Nesse país tampouco existe um programa de prevenção de dependências coordenado em âmbito nacional. Em geral, o assunto é deixado nas mãos das autoridades locais ou dos centros de ensino. Assim, somente são oferecidas aos meninos informações sobre os perigos das drogas e do álcool, uma estratégia que O'Toole também reconhece que não funciona.

Reforçaram-se os vínculos entre os pais e os centros de ensino, mediante organizações de mães e pais, que deviam ser criadas por lei em todos os centros, juntamente com conselhos escolares com representação dos pais. Também foi pedido que os pais comparecessem às palestras sobre a importância de passar muito tempo com os filhos, em vez de dedicar a eles “tempo de qualidade” esporadicamente

O diretor da Mentor é um forte defensor do protagonismo que o modelo islandês confere à cooperação entre os pais, as escolas e a comunidade para ajudar a dar apoio aos adolescentes, e à implicação dos pais ou tutores na vida dos jovens. Melhorar a atenção poderia ajudar em muitos sentidos, diz ele. Inclusive quando se trata somente de álcool e cigarro, há enorme quantidade de evidências demonstrando que, quanto mais velho for o menino na hora de começar a beber ou fumar, melhor será sua saúde ao longo da vida.

No Reino Unido, contudo, nem todas as estratégias são aceitáveis. O “toque de recolher” infantil é uma delas. Outra, certamente, são as rondas de pais pela vizinhança para identificar garotos que não respeitam as normas. Além disso, um teste experimental realizado em Brighton pela Mentor, que incluía convidar os pais para participar de oficinas nas escolas, descobriu que era difícil conseguir seu comparecimento.



O receio das pessoas e a recusa a se comprometerem serão dificuldades onde o método islandês for proposto, afirma Milkman, e afetam a questão da divisão de responsabilidade entre os Estados e os cidadãos. “Quando controle você quer que o Governo tenha sobre o que acontece com os seus filhos? É excessivo que ele tenha ingerência na forma como as pessoas vivem?”

Na Islândia, a relação entre a população e o estado permitiu que um eficaz programa nacional reduzisse as taxas de abuso de cigarro e álcool entre os adolescentes e, de quebra, unisse mais as famílias e promovesse a saúde dos jovens em todos os sentidos. Será que nenhum outro país decidirá que esses benefícios também têm seus custos?

Esta reportagem foi publicada originalmente em inglês por *Mosaic Science*

Autora: Emma Young

Editor: Michael Regnier

Verificação dos fatos: Lowri Daniels

Corretor: Tom Freeman

Fotografia: Dave Imms

Diretor de arte: Charlie Hall



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 64, DE 2017

(nº 340/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MAURO DE MOURA MAGALHÃES, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

DESPACHO: À Comissão de Serviços de Infraestrutura

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 340

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor MAURO DE MOURA MAGALHÃES para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 12 de setembro de 2017.



Aviso nº 402 - C. Civil.

Em 12 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Exelentíssimo Senhor Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MAURO DE MOURA MAGALHÃES para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



CURRICULUM

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Mauro de Moura Magalhães
Endereço: QI 25 – Lote 06 – Apt. 212 – Guará II – Brasília/DF
Telefone: 3315-4211/98460-0666

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Pós-Graduação: Ciências Políticas
Local: Universidade de Brasília - UNB
Conclusão: Dezembro/1999

Graduação: Ciências Econômicas
Local: Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB
Conclusão: Junho/1985

EMPREGO ATUAL

- Ministério dos Transportes
Admissão: 23.02.1983 até a presente data

PRINCIPAIS ATIVIDADES EXERCIDAS

Ministério dos Transportes

- Acompanhar as matérias de interesse do Ministério junto às comissões técnicas do Senado Federal e Câmara dos Deputados, bem como nas Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI, no período de 1986 a 1991;
- Acompanhar a elaboração das peças orçamentárias (Plano Plurianual de Investimentos – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, no período de 1986 a 1991;
- Coordenar e supervisionar o processo de elaboração e avaliação do Plano Plurianual das unidades do Ministério dos Transportes e das entidades vinculadas;
- Coordenar e supervisionar a elaboração da Mensagem Presidencial a ser encaminhada ao Congresso Nacional no início sessão legislativa; e
- Acompanhar a execução orçamentária, físico-financeira das obras e avaliar os projetos e atividades da Lei Orçamentária Anual e do Orçamento de Investimento das empresas vinculadas ao Ministério dos Transportes.

Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT



- Planejar, coordenar e desenvolver a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no âmbito do DNIT, bem como promover a articulação com os órgãos centrais e setoriais desses sistemas;
- Supervisionar o planejamento, o acompanhamento, a orientação e a compatibilização das atividades de programação e execução financeira das unidades gestoras sob responsabilidade do DNIT.

PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS

- Membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará - CDP
Período: Julho/2012 a Março/2014
- Membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR
Período: Abril/2014 a Abril/2017.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

- Titular da Comissão destinada a gerenciar e acompanhar as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, criada pela Portaria nº 145/DNIT, de 31 de janeiro de 2007.
- Suplente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI, criado pela Portaria nº 303/SE, de 31 de dezembro de 2008.
- Titular do Grupo de Trabalho destinada a implementação da Lei de Acesso à Informação Pública, criada pela Portaria Ministerial nº 23, de 10 de fevereiro de 2012.
- Suplente do Grupo de trabalho incumbido de elaborar e consolidar proposta de incentivo à Navegação de Cabotagem, criado pela Portaria nº 235, de 28 de maio de 2015.
- Titular do Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas no âmbito do Ministério dos Transportes, criado pela Portaria nº 101, de 13 de maio de 2015.

FUNÇÕES EXERCIDAS

- Chefe de Divisão, DAS-101.2, do Gabinete do Ministro da Infraestrutura
Período: 02.07.1991 a 16.09.1992
- Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares - Substituto do Gabinete do Ministro da Infraestrutura – Portaria nº 016, de 09.01.1992.
- Chefe de Serviço, DAS-101.1, do Gabinete do Ministro dos Transportes
Período: 19.03.1993 a 05.12.1995
- Chefe de Divisão, DAS-101.2, do Gabinete do Ministro dos Transportes
Período: 05.12.1995 a 13.12.2000
- Assistente, DAS-102.3, do Gabinete do Ministro dos Transportes
Período: 13.12.2000 a 14.10.2005
- Ouvidor, DAS-101.4, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
Período: 14.10.2005 a 17.02.2006
- Coordenador, DAS-101.3, do Gabinete do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
Período: 13.03.2006 a 02.05.2008
- Coordenador Geral de Acompanhamento e Avaliação, DAS-101.4, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria Executiva, do Ministério dos Transportes.
Período: 13.05.2009 a 11.03.2015



- Subsecretário de Planejamento e Orçamento – Substituto – Portaria nº 213, de 05.06.2014.
- Assessor, DAS-101.4, da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.

Período: 11.03.2015 a 18.11.2015.

- Chefe de Gabinete - Substituto da Secretaria Executiva do Ministério dos transportes – Portaria nº 377, de 14.07.2015

FUNÇÃO ATUAL

- Coordenador Geral de Orçamento e Finanças, DAS-101.4, da Diretoria de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Período: 18.11.2015 até a presente data.

Brasília, 29 de agosto de 2017.

Mauro de Moura Magalhães

DECLARAÇÃO

Eu Mauro de Moura Magalhães, brasileiro, casado, RG nº 1.588.523 – SSP/DF, CPF 296.688.241-72, residente à QI 25 Lote 06 Apartamento 212 – Guará II – Brasília - DF, CEP 71060-250, em cumprimento ao art. 1º, inciso II, alínea “a”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009 – Comissão de Serviços de Infraestrutura, declaro, sob as penas da lei (art. 2º da 7.115/1983), que não posso parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à minha atividade profissional.

Por se verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Brasília/DF, 29 de agosto de 2017.



Mauro de Moura Magalhães

DECLARAÇÃO

Eu Mauro de Moura Magalhães, brasileiro, casado, RG nº 1.588.523 – SSP/DF, CPF 296.688.241-72, residente à QI 25 Lote 06 Apartamento 212 – Guará II – Brasília - DF, CEP 71060-250, em cumprimento ao art. 1º, inciso II, alínea “a”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009 – Comissão de Serviços de Infraestrutura, declaro, sob as penas da lei (art. 2º da 7.115/1983), que não participo como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, bem como que não atuo e nunca atuei como Gerente ou Administrador de qualquer empresa.

Por se verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Brasília/DF, 29 de agosto de 2017.



Mauro de Moura Magalhães

DECLARAÇÃO

Eu Mauro de Moura Magalhães, brasileiro, casado, RG nº 1.588.523 – SSP/DF, CPF 296.688.241-72, residente à QI 25 Lote 06 Apartamento 212 – Guará II – Brasília - DF, CEP 71060-250, em cumprimento ao art. 1º, inciso II, alínea “a”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009 – Comissão de Serviços de Infraestrutura, declaro, sob as penas da lei (art. 2º da 7.115/1983), minha regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, devidamente comprovada pelas certidões emitidas pelos órgãos competentes em cumprimento ao § 2º do art. 1º do citado ato.

Por se verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Brasília/DF, 29 de agosto de 2017.



Mauro de Moura Magalhães

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/Cn...>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MAURO DE MOURA MAGALHAES
CPF: 296.688.241-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 13:04:15 do dia 29/08/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/02/2018.

Código de controle da certidão: **8C23.CCB3.D5F9.581C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Confirmação de Autenticidade da Certidão

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSPO/Certidao/cert...>

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CPF : 296.688.241-72**Data da Emissão :** 29/08/2017**Hora da Emissão :** 13:04:15**Código de Controle da Certidão :** 8C23.CCB3.D5F9.581C**Tipo da Certidão :** Positiva com Efeitos de Negativa**Certidão Positiva com Efeitos de Negativa** emitida em 29/08/2017, com validade até 25/02/2018.[Página Anterior](#)

http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm imprimir

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 278-01.121.012/2017
NOME : MAURO DE MOURA MAGALHAES
ENDEREÇO : QD 56 LT 14 APT 510 S/C 00000
CIDADE : GAMA
CPF : 296.688.241-72
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 27 de Novembro de 2017.

http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm

Brasília, 29 de Agosto de 2017.

Certidão emitida via internet às 12:37:48 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

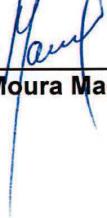


DECLARAÇÃO

Eu Mauro de Moura Magalhães, brasileiro, casado, RG nº 1.588.523 – SSP/DF, CPF 296.688.241-72, residente à QI 25 Lote 06 Apartamento 212 – Guará II – Brasília - DF, CEP 71060-250, em cumprimento ao art. 1º, inciso II, alínea “a”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009 – Comissão de Serviços de Infraestrutura, declaro, sob as penas da lei (art. 2º da 7.115/1983), que não posso ações judiciais, seja como autor ou réu, em trâmite no Poder Judiciário.

Por se verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Brasília/DF, 29 de agosto de 2017.



Mauro de Moura Magalhães



Tribunal Superior Eleitoral - Certidão de Quitação - Emissão

<http://apps.tse.jus.br/saae/emissaoCertidaoQuitacao.do>**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **MAURO DE MOURA MAGALHAES**

Inscrição: **003386552046** Zona: 9 Seção: 372

Município: **97012 - BRASÍLIA** UF: DF

Data de Nascimento: **17/05/1961** Domiciliado desde: **18/09/1986**

Filiação: **TEREZINHA DE MOURA MAGALHAES**

JOAO JOSE PORTILHO MAGALHAES

Certidão emitida às 12:46 de 29/08/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, exceutadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da incorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

TOWT.9UNC.+MI8.YUOA



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)**
1^a e 2^a Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 25/08/2017, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MAURO DE MOURA MAGALHAES

296.688.241-72

(TEREZINHA DE MOURA MAGALHÃES / JOÃO JOSÉ PORTILHO MAGALHÃES)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 29/08/2017

Data da última atualização do banco de dados: 25/08/2017

Selo digital de segurança: **2017.CTD.X678.NR2N.WD2D.FMAY.QSH1**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

Página 1 de 1

29/08/2017 12:50:23

NUCER – Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília – DF

Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Página 16 de 25

Parte integrante do Avulso da MSF nº 64 de 2017.

http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm imprimir

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 278-01.121.247/2017
NOME : MAURO DE MOURA MAGALHAES
ENDERECO : QD 56 LT 14 APT 510 S/C 00000
CIDADE : GAMA
CPF : 296.688.241-72
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 27 de Novembro de 2017.



http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm

Brasília, 29 de Agosto de 2017.

Certidão emitida via internet às 13:01:52 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br





TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)**
1^a e 2^a Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 25/08/2017, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MAURO DE MOURA MAGALHÃES

296.688.241-72

(TEREZINHA DE MOURA MAGALHÃES / JOÃO JOSÉ PORTILHO MAGALHÃES)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 29/08/2017

Data da última atualização do banco de dados: 25/08/2017

Selo digital de segurança: 2017.CTD.26LX.SZFQ.PKA9.1V8Y.9TTT

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

Página 1 de 1

29/08/2017 12:52:46

NUCER – Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília – DF

Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Página 19 de 25

Parte integrante do Avulso da MSF nº 64 de 2017.



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)**
1^a e 2^a Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 25/08/2017, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MAURO DE MOURA MAGALHAES

296.688.241-72

(TEREZINHA DE MOURA MAGALHÃES / JOÃO JOSÉ PORTILHO MAGALHÃES)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 29/08/2017

Data da última atualização do banco de dados: 25/08/2017

Selo digital de segurança: 2017.CTD.TL20.6ZKH.BPQG.SYTT.BKCQ

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

Página 1 de 1

29/08/2017 12:54:24

NUCER – Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília – DF

Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Página 20 de 25

Parte integrante do Avulso da MSF nº 64 de 2017.



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)**
1^a e 2^a Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 25/08/2017, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MAURO DE MOURA MAGALHÃES

296.688.241-72

(TEREZINHA DE MOURA MAGALHÃES / JOÃO JOSÉ PORTILHO MAGALHÃES)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 29/08/2017

Data da última atualização do banco de dados: 25/08/2017

Selo digital de segurança: **2017.CTD.GQHL.NNFH.NKDN.68LN.KHMJ******* VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS *****

Página 1 de 1

29/08/2017 12:56:22

NUCER – Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília – DF

Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados

Página 21 de 25

Parte integrante do Avulso da MSF nº 64 de 2017.

.: Sistema de Emissão de Certidões Negativas da 1ª Região .:

http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/trf1_emitcertidao.php

Nº 3413987



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **MAURO DE MOURA MAGALHAES** nem contra o **CPF: 296.688.241-72**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Certidão Emitida em: 29/08/2017 às 12:59 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 29/08/2017, 12h59min.

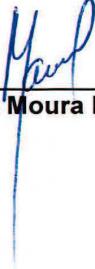
Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

DECLARAÇÃO

Eu Mauro de Moura Magalhães, brasileiro, casado, RG nº 1.588.523 – SSP/DF, CPF 296.688.241-72, residente à QI 25 Lote 06 Apartamento 212 – Guará II – Brasília - DF, CEP 71060-250, em cumprimento ao art. 1º, inciso II, alínea “a”, do Ato nº 1, de 12 de março de 2009 – Comissão de Serviços de Infraestrutura, declaro, sob as penas da lei (art. 2º da 7.115/1983), que participei como membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará – CDP, no período de julho/2012 a março/2014 e como membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR, no período de abril/2014 a abril/2017.

Por se verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Brasília/DF, 29 de agosto de 2017.



Mauro de Moura Magalhães



Excelentíssimos Senhores Senadores Membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal

Trata-se de argumentação sucinta escrita em face de me encontrar indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças – DAF, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, razão pela qual passo a transcorrer brevemente sobre minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral, a fim de apresentar subsídios para apreciação de Vossas Excelências.

No que se refere à formação profissional, participei que ingressei no serviço público federal em fevereiro de 1983, mediante concurso público, sempre exercendo suas atividades no Ministério dos Transportes.

Ao longo desses mais de 34 anos de serviço público pela União, sempre me preocupei com o zelo pela *res publica*, valor republicano que trago em minha formação técnica e moral, especialmente pelas diversas atribuições exercidas ao longo do tempo, entre as quais destaco as funções de Chefe da Assessoria Parlamentar – Substituto, do Gabinete do Ministro dos Transportes, Chefe de Gabinete – Substituto do Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, Subsecretário – Substituto da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria Executiva, do Ministério dos Transportes, Coordenador Geral de Acompanhamento e Avaliação, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Ouvidor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e Coordenador Geral de Orçamento e Finanças Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

No Gabinete do Ministro dos Transportes entre as diversas atividades destaco o acompanhamento, por vários anos, da discussão e aprovação pela Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO do Plano Plurianual de Investimentos - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

Na Subsecretaria de Orçamento e Finanças – SPO coordenei e supervisionei o processo de elaboração e avaliação do Plano Plurianual – PPA, a elaboração da Mensagem Presidencial e o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das ações do Ministério dos Transportes.

No âmbito do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT coordeno atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Orçamento, Finanças e Contabilidade, bem como supervisiono o planejamento, o acompanhamento, a orientação e compatibilização das atividades de programação e execução financeira das unidades gestoras sob responsabilidade do DNIT.



No transcorrer da minha carreira, também se colacionam experiências participando como membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará – CDP e membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR.

Em face da argumentação exposta, consigno minha satisfação pela relevante indicação de meu nome para o cargo de Diretor de Administração e Finanças do DNIT e agradeço humildemente pela oportunidade de demonstrar minha eventual capacitação para rumar em direção a novos desafios, razão pela qual rogo pelo conhecimento e apreciação dos subsídios apresentados para decisão posterior de Vossas Excelências.

Brasília/DF, 29 de agosto de 2017.


Mauro de Moura Magalhães



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 65, DE 2017

(nº 374/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 374

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

Os méritos do Senhor Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de outubro de 2017.



EM nº 00217/2017 MRE

Brasília, 5 de Setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão



Aviso nº 445 - C. Civil.

Em 4 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**
CPF.: 264.539.596 -15

1960 Filho de Marco Antonio de Salvo Coimbra e Martha Estellita Lins de Salvo Coimbra, nasce em 1º de junho, em Havana, Cuba (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946).

Dados Acadêmicos:

1984 Bacharel em Ciências Sociais, Antropologia, pela Universidade de Brasília/DF
1986 Curso de Preparação à Carreira Diplomática, no Instituto Rio Branco
1995 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2008 Conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com defesa da tese "A Política Externa da Índia para os Países em Desenvolvimento e o Relacionamento Brasil-Índia",

Cargos:

1987 Terceiro-Secretário
1993 Segundo-Secretário
1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
2004 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1988-89 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1989-90 Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente,
1990-91 Divisão do Meio Ambiente, assistente
1991-94 Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
1994-98 Embaixada em Quito, Segundo Secretário
1998-99 Assessoria de Comunicação Social, de 12/1/1998 a 29/6/1999 - Chefe do Setor de Divulgação (1998),
Chefe do Setor de Imprensa (1998-1999)
2000-04 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário, de 22/8/2000 a 8/2/2004, Direitos Humanos e
Temas Sociais - acompanhamento dos trabalhos da Terceira Comissão
2004-07 Embaixada em Nova Delhi, Primeiro Secretário e Conselheiro, de 9/2/2004 a 11/2/2007 - Chefe dos
Setores Comercial e Consular (2004), Chefe do Setor Político (2005-2007)
2007 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assistente
2007-10 Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2007-10 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
2007-10 Comissão Nacional de Biodiversidade, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2008-10 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2009-10 Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, Presidente
2010-11 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
2011 Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais, Ministério do Meio Ambiente

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO QUÊNIA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017**

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-QUÊNIA (US\$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC									
Brasil → Quênia	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	84	91	122	252	290	244	58	62	59
Exportações	79	89	121	251	289	242	56	60	59
Importações	5	2	1	1	1	1	2	2	0,5
Saldo	73	87	120	250	288	241	54	59	58
CAPITAL	Nairobi								
ÁREA	582.650 km ² (equivalente à área do Estado de MG)								
POPULAÇÃO (2016, estimativa)	46 milhões								
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Suáíli								
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos 83% (Católicos 23,5%, Protestantes 47,7%), Muçulmanos 11,2%, Animistas 1,7%								
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista (Deixou de adotar o sistema presidencialista misto com a aprovação da nova Constituição Federal, em 2010. O cargo de primeiro-ministro foi oficialmente extinto em 2013)								
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Senado)								
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Uhuru Kenyatta (desde 2013)								
CHANCELER	Amina Chawahir Mohamed Jibril (desde 2013)								
PIB nominal (BM, 2016)	US\$ 69,17 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões/FMI, 2016)								
PIB PPP (BM, 2016)	US\$ 152,73 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões/FMI, 2016)								
PIB nominal per capita (BM, 2016)	US\$ 1.521,86 (Brasil: US\$ 8.726,9/FMI, 2016)								
PIB PPP per capita (BM, 2016)	US\$ 3.360,42 (Brasil: US\$ 15.241,73/FMI, 2016)								
VARIAÇÃO DO PIB	5,98% (2016); 5,64% (2015); 5,33% (2014).								
IDH (Pnud, 2015)	0,555								
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	61,6 anos								
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2015)	78%								
ÍNDICE DE DESEMPREGO (OIT, 2016)	11%								
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim queniano								
EMBAIXADORA EM NAIRÓBI	Marcela Maria Nicodemos								
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser designado. Encarregado de Negócios Embaixador Isaac John Ochieng								

APRESENTAÇÃO

República do Quênia, é um país da África Oriental, limitado ao norte pelo



Sudão do Sul e pela Etiópia, ao leste pela Somália e pelo oceano Índico, ao sul pela Tanzânia e ao oeste por Uganda. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1963, quando tornou-se membro da *Commonwealth*. No ano seguinte, foi constituída a República. A população queniana é estimada em 46 milhões.

País estável politicamente, o Quênia registrou importantes conquistas democráticas nos últimos anos, como a aprovação de nova Constituição, em 2010, e a realização de eleições gerais, em 2013. O país possui, também, a maior economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos 10 anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Além disso, o Quênia concentra, em seu território, as principais infraestruturas de transportes da região, essenciais ao escoamento da produção de países menores, sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda, por não terem acesso ao mar.

No plano político, o Quênia constitui ator importante para a promoção da paz e da segurança regionais, com atuação na Somália e no Sudão do Sul e participação ativa nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). No plano multilateral, Nairóbi projeta-se, ao lado de Adis Abeba, como importante polo diplomático no continente africano. O país é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), além de abrigar importantes escritórios regionais das agências ligadas ao sistema das Nações Unidas. Em dezembro de 2015, o Quênia sediou a X conferência ministerial da OMC, primeira reunião ministerial daquela organização no continente africano. O Quênia desempenha, ainda, importante papel na União Africana (UA).



Perfis biográficos

UHURU MUGAI KENYATTA

Presidente da República



Uhuru Mugai Kenyatta nasceu em 26 de outubro de 1961. É filho de Jomo Kenyatta, o primeiro presidente da República do Quênia, e de sua quarta esposa, Ngina Kenyatta. Estudou Economia, Ciências Políticas e Estudos Governamentais na faculdade Amherst, nos Estados Unidos. Depois de formar-se, retornou ao Quênia, onde fundou a empresa agrícola Wilham Kenya Limited. Em 2001, foi nomeado pelo então presidente Daniel Arap Moi para ocupar assento no Parlamento, e exerceu, posteriormente, cargo de ministro de governos Locais, durante o mandato do ex-presidente Daniel Arap Moi. Com o apoio de Moi, candidatou-se à Presidência em 2002. Foi derrotado por Mwai Kibaki e tornou-se líder da oposição no Parlamento.

Em 2007, apoiou Kibaki em sua reeleição, e tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro do Comércio, em 2008. Exerceu o cargo de ministro das Finanças entre 2009 e 2012, mas entregou o cargo após ser acusado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) de cometer crimes contra a humanidade, em 2007. Foi eleito presidente da República do Quênia nas eleições de 2013.

Relações bilaterais

O Quênia é parceiro-chave para a consolidação da presença diplomática brasileira na região dos Grandes Lagos, uma das últimas fronteiras da política externa brasileira no continente africano. Os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1964, meses após a independência do Quênia, em dezembro de 1963. Em 1967, foi aberta missão diplomática brasileira em Nairóbi, elevada à categoria de Embaixada em 1974. A partir da década de 2000, as relações com o Quênia tomaram impulso renovado. Em 2005, o então ministro Celso Amorim realizou a primeira visita de um chanceler brasileiro a Nairóbi em mais de 30 anos.



Naquele mesmo ano, realizou-se a I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília, e, no ano seguinte, o Quênia abriu Embaixada residente no País. Em agosto de 2008, foi realizada a II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi.

A visita do então presidente Lula a Nairóbi, em julho de 2010, a primeira de um chefe de Estado brasileiro ao Quênia, imprimiu dinamismo inédito ao relacionamento bilateral. Como resultados da visita, observaram-se o aumento e a diversificação do intercâmbio comercial, que passou a incluir bens de alto valor agregado (máquinas agrícolas e aeronaves). A cooperação entre os dois países igualmente diversificou-se, abrangendo domínios importantes para o desenvolvimento queniano, como agricultura, educação, saúde e meio ambiente.

Apesar do bom momento por que tem passado o relacionamento nos últimos dez anos, há espaço para a ampliação da presença brasileira no Quênia. Desde que assumiu a Presidência, em abril de 2013, o presidente Uhuru Kenyatta tem concedido especial atenção ao relacionamento com grandes países emergentes, vistos como parceiros importantes para o desenvolvimento do país africano.

Há especial interesse queniano em contar com crescente presença brasileira nas áreas agrícola e de infraestrutura. Por sua vez, o setor empresarial brasileiro tem manifestado interesse por setores do mercado queniano como o de equipamentos agrícolas e o de informática (montagem e fornecimento de "laptops" para o ensino público).

A agenda bilateral deverá ganhar impulso com a realização de novo ciclo de visitas bilaterais de alto nível. Em maio de 2013, em encontro mantido à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da UA, em Adis Abeba, a então presidente Dilma Rousseff formulou convite para a visita do presidente Uhuru Kenyatta ao Brasil. Dificuldades de agenda impediram que a visita se realizasse até o momento. Por outro lado, a chanceler Amina Mohammed já manifestou interesse em visitar o Brasil em oportunidade próxima. Além disso, em agosto de 2016, o vice-presidente do Quênia William Ruto visitou o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Cooperação bilateral

O histórico programa de cooperação com o Quênia remonta à assinatura do Acordo de Cooperação Técnica bilateral, em 1973. Nos últimos anos, os projetos bilaterais têm-se centrado na promoção do desenvolvimento em bases inclusivas e duradouras, com foco nas áreas de saúde, políticas sociais, educação, meio ambiente e, sobretudo, agricultura.

A pauta de projetos de cooperação técnica em execução conta, atualmente, com o projeto de apoio ao aumento da produção familiar e do consumo doméstico de mandioca, com vistas à segurança alimentar e à geração de renda, por meio de realização de visitas técnicas nos dois países e capacitação de técnicos quenianos. No âmbito do projeto, em setembro de 2015, realizou-se capacitação de quatro especialistas do Instituto de Pesquisa Agrícola do Quênia (KARI) e de pequenos agricultores no Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), ocasião em que também ocorreram encontros de trabalho em diversas cidades da Bahia e do Paraná.



No âmbito da cooperação regional, o Quênia integra um grande projeto com o Brasil na área da cotonicultura. Trata-se do "Cotton Victoria", para o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão na África Oriental. Concebido nos moldes do Projeto "Cotton 4", o projeto beneficia, além do Quênia, a Tanzânia e o Burundi. Realizado em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o "Cotton Victoria" integra esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão no financiamento de iniciativas de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras no cultivo do algodão a países da África tradicionalmente produtores dessa cultura. As missões de diagnóstico e de elaboração do projeto ocorreram entre 2013 a 2015 e, em outubro de 2016, o projeto foi assinado pelos Embaixadores do Burundi, Quênia e Tanzânia em Brasília, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a UFLA. Em dezembro de 2016 foi realizada a primeira missão no âmbito do projeto aos três países beneficiados e, em julho de 2017, ocorrerá, em Nairóbi, a primeira reunião do comitê gestor, que deverá aprovar o plano de trabalho anual do programa.

No que tange à cooperação educacional, o Quênia está entre os principais beneficiados no continente africano do Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G), o qual visa a oferecer oportunidades de formação superior no Brasil a cidadãos de países em desenvolvimento. Mais de oitenta estudantes quenianos já participaram do programa.

Além disso, vale mencionar que o Quênia aderiu, em março de 2012, ao "Programa Mais Alimentos - Internacional", iniciativa que prevê a oferta de linhas de crédito concessionário para o financiamento de exportações brasileiras de máquinas e equipamentos agrícolas destinados ao fortalecimento da agricultura familiar em terceiros países, em especial africanos. Em outubro de 2013, foi aprovado financiamento de US\$ 80 milhões ao país para a compra de maquinário e implementos agrícolas no âmbito do Programa. O lado queniano, contudo, manifestou seu interesse em renegociar as condições de financiamento previstas pelo Memorando de Entendimento assinado em 2014, de modo que a primeira parcela aprovada pelo COFIG, em 2015, no âmbito do programa, não foi desembolsada.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Quênia apresentou crescimento exponencial nos últimos anos, tendo passado de US\$ 9 milhões, em 2000, para o recorde de US\$ 290 milhões, em 2012. A pauta de exportações brasileiras ao país tem sido caracterizada pela presença significativa de produtos de alto valor agregado, como aeronaves, motores e máquinas agrícolas. Em 2011, a Kenyan Airways tornou-se uma das principais clientes da Embraer na África, ao adquirir 15 aeronaves E-Jet. Desde 2014, contudo, vem-se registrando expressiva queda no intercâmbio comercial (US\$ 59,5 milhões, em 2016). O país africano, que tem apresentado elevados índices de crescimento (entre 5% e 8%, nos últimos cinco anos), oferece oportunidades para a redinamização do comércio e dos investimentos



bilaterais. O grupo Positivo BHG tem fornecido laptops a escolas públicas quenianas e poderá instalar fábrica no país no futuro. Desde 2015, o grupo opera unidade de produção em Ruanda, de onde realiza suas exportações para o Quênia. Há também a perspectiva de participação de empresas brasileiras na área de infraestrutura em obras viárias e de saneamento em Nairóbi. Ainda não há registros de investimentos diretos entre Brasil e Quênia.

Assuntos consulares

A Embaixada em Nairóbi é a única representação brasileira no país. Além do território do Quênia, a jurisdição da embaixada inclui a República do Burundi, a República de Ruanda, a República de Uganda e a República Federal da Somália. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país. Estima-se em cerca de 900 o número de brasileiros na jurisdição da Embaixada.

Empréstimos e financiamentos oficiais

O Quênia foi beneficiado com a aprovação, em agosto de 2012, de crédito oficial às exportações brasileiras no âmbito do BNDES, Proex Equalização e FGE, no valor de US\$ 173 milhões, para a construção de três viadutos em Nairóbi. As condições da operação encontram-se, contudo, em renegociação, a pedido queniano.

POLÍTICA INTERNA

Desde sua independência, em 1963, o Quênia tem-se distinguido por sua estabilidade em entorno regional conturbado. Até o início da década de 2000, esteve no poder coalizão de governo liderada por Jomo Kenyatta, presidente do país entre 1964 e 1978, e Daniel Arap Moi, presidente entre 1978 e 2002.

Primeiro candidato da oposição a triunfar em um pleito presidencial desde a independência queniana, Mwai Kibaki expressou em sua campanha eleitoral, em 2002, compromisso com a realização de reforma constitucional, pela qual, entre outras mudanças, ficaria assegurada a nomeação de representantes de todos os grupos étnicos para cargos públicos. O descumprimento parcial dessas promessas gerou focos de tensão na sociedade, que acabaram por determinar a dissolução da coalizão no poder e a derrota do governo no referendo constitucional de novembro de 2005.

As campanhas para as eleições presidenciais de 2007 desenvolveram-se em ambiente de intensa contestação política e polarização étnica. Os seguidos atrasos na divulgação dos resultados oficiais, que indicaram a reeleição do então presidente Mwai Kibaki, e a contestação do resultado pelo candidato derrotado Raila Odinga, que acusou seu oponente de fraude eleitoral, levaram à eclosão de confrontos étnicos que resultaram em cerca de 1.200 mortos e 300 mil deslocados internos.

Solução definitiva para a crise foi alcançada apenas em fevereiro de 2008, quando foi assinado acordo de conciliação entre Kibaki e Odinga, facilitado por painel de lideranças africanas chefiado pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Anan.



O acordo determinou a criação de governo de coalizão que teve Kibaki como chefe de Estado e Odinga como primeiro-ministro, cargo que havia sido extinto em 1964. O processo de pacificação do país culminou na adoção de nova Constituição, aprovada em referendo popular em 2010, que trouxe mudanças importantes na configuração político-administrativa do país (parlamento bicameral, descentralização administrativa, entre outros), bem como consolidou a independência do Judiciário, inclusive por meio da criação de uma Corte Suprema. O cargo de primeiro-ministro foi novamente extinto, em 2013, com a realização de eleições no Quênia.

Ainda em 2010, o então promotor-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luis Moreno Ocampo, identificou seis quenianos suspeitos de incitar os conflitos étnicos ocorridos após a eleição presidencial de 2007, entre os quais dois importantes políticos e pré-candidatos à Presidência nas eleições gerais de 2013: Uhuru Kenyatta, aliado do então presidente Kibaki, e William Ruto, aliado do PM Odinga.

Os casos contra Kenyatta e Ruto, arquivados em dezembro de 2014 e abril de 2016, respectivamente, em razão de falta de provas, tiveram grande repercussão sobre a política interna queniana. A acusação pelo TPI precipitou a formação de aliança eleitoral entre os dois acusados, encabeçada por Kenyatta como candidato a presidente e tendo Ruto como candidato à Vice-Presidência. O maciço apoio da etnia de Ruto (kalejin), que, em 2007, apoiara Odinga, foi considerado fundamental para a vitória de Kenyatta ainda no primeiro turno das eleições gerais de 2013. Transcorridas de modo pacífico e com amplo comparecimento popular, as eleições de 2013 são consideradas um marco no processo de consolidação da democracia queniana.

O governo Kenyatta tem sido marcado pelo recrudescimento da questão securitária. Em retaliação pelo envolvimento de tropas quenianas na Missão da União Africana na Somália –AMISOM, o grupo extremista somali "Al-Shabaab" realizou atentados terroristas de grandes proporções no Quênia. Em setembro de 2013, ataque ao centro comercial "Westgate", em Nairóbi, vitimou 67 pessoas. Nos meses seguintes, foram realizados novos ataques em Nairóbi, na cidade costeira de Lamu, em Mombaça e em Mandera, perto da fronteira com a Somália. Em março de 2015, ataque à Universidade de Garissa, no nordeste do país, resultou na morte de 147 pessoas. Tratou-se do pior atentado ocorrido no país desde o ataque à embaixada norte-americana em Nairóbi, em 1998.

Tema prioritário do atual governo, a promoção de uma "agenda de desenvolvimento" resultou, nos últimos anos, na construção de estradas e de escolas, bem como na expansão da rede elétrica pelo território, além da construção, em estágio avançado, do primeiro trecho da nova ferrovia de bitola padrão, entre Mombaça e Nairóbi. Os gastos com esses projetos têm provocado um aumento da dívida, que se encontra no patamar de 50% do PIB, e são objeto de crítica pela oposição. O combate à corrupção, outro tema comumente suscitado pela oposição e que ensejou reforma ministerial em novembro de 2015, também tem dominado a



agenda da atual gestão.

Em agosto de 2015, esgotou-se o prazo de cinco anos para implementação de todos os dispositivos da nova Constituição queniana, cujo objetivo principal era a descentralização política, com a criação de 47 condados e respectivas estruturas políticas. Apesar das críticas de que a nova organização política teria reduzido a autonomia de minorias étnicas locais e conduzido a ineficiência na administração dos recursos e na prestação de serviços básicos, o processo contou com amplo apoio popular e obteve êxito em promover seus objetivos fundamentais, como o de elevar a transparência no setor público, a descentralização administrativa e a independência do judiciário.

Eleições gerais de 2017

Em 8 de agosto de 2017 serão realizadas eleições gerais no país. Trata-se do segundo pleito sob a égide da constituição de 2010. Ao longo de 2016, a oposição aventou temores sobre a imparcialidade da Comissão Eleitoral (IEBC, na sigla em inglês), que motivaram protestos e conduziram à reconfiguração dos integrantes da Comissão. A inclusão étnica, a corrupção, a segurança, o desenvolvimento (infraestrutura, indústria, energia), o acesso a serviços básicos e a geração de empregos estão entre os temas dominantes na agenda eleitoral.

No pleito, a chapa Kenyatta/Ruto concorrerá à reeleição pelo partido "Jubilee", fundado em 2016 a partir da fusão dos partidos que compunham a coalizão governista eleita em 2013. Em seu favor, o governo Kenyatta tem buscado ressaltar a melhora na situação de segurança após o ataque à Universidade de Garissa, em 2015, bem como os esforços empreendidos na implementação do processo de descentralização, os investimentos em infraestrutura e a manutenção da taxa de crescimento relativamente alta, a uma média de cerca de 6% ao ano.

Em abril de 2017, Raila Odinga foi escolhido, nas primárias, para ser o candidato à Presidência pela coalizão oposicionista "National Super-Alliance" (NASA). Acusações de corrupção e de favorecimento das etnias a que pertencem os principais líderes do governo têm sido uma constante no discurso oposicionista. Além disso, a oposição avalia que o combate ao terrorismo tem sido feito em detrimento do policiamento civil e acusa o governo de conferir prioridade excessiva a grandes projetos de infraestrutura, em detrimento da geração de empregos e da inserção no mercado de trabalho da população jovem.

Política externa

A política externa queniana tem sido tradicionalmente voltada para a estabilidade de seu conturbado entorno regional, para a atração de investimentos e para a integração regional.

No âmbito regional, a estabilização da fronteira com a Somália é prioritária, em função do intenso fluxo de refugiados somalianos (o país abriga o



maior campo de refugiados do mundo em Dadaab, com cerca de 400 mil pessoas). Ataques terroristas no Quênia, em 2011, levaram o país a finalmente intervir militarmente na Somália para combater o Al-Shabaab. No ano seguinte, as tropas quenianas na Somália foram integradas à Missão da União Africana na Somália (AMISOM).

Em 2012, sob liderança queniana, tropas da AMISOM e do Exército somaliano tomaram a cidade portuária de Kismayo, uma das principais bases do grupo extremista somaliano Al-Shabaab. Em represália, o grupo intensificou os ataques terroristas em território queniano a partir de 2013, com destaque para o atentado ao centro comercial Westgate, em Nairóbi, em setembro de 2013, que vitimou 67 pessoas, e o ataque à Universidade de Garissa, em março de 2015, que vitimou 157 pessoas. Diante do recrudescimento da insegurança no país, desde 2013, por meio de acordo com a Somália e o ACNUR, o governo do Quênia tem buscado realizar a repatriação voluntária de refugiados somalianos.

O Quênia também teve envolvimento ativo na mediação do conflito civil no Sudão do Sul, por meio da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), organização regional que congrega, além do Quênia, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda. O engajamento queniano na região remonta ainda ao período da II Guerra Civil Sudanesa. Nairóbi, juntamente com outros parceiros da IGAD, mediou o Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim ao conflito entre o norte e o sul do Sudão e abriu caminho para a secessão do Sudão do Sul, em 2011.

O Quênia chegou a deter o comando da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), mas retirou completamente sua participação em novembro de 2016, após o general queniano Johnson Mogo Kimani Ondieki ter sido destituído de suas funções pela ONU, na sequência da publicação de relatório apontando falhas na reação da UNMISS à violência ocorrida em Juba, em 2015. O episódio marcou o distanciamento do Quênia do processo de paz no Sudão do Sul. Apesar dos esforços do atual secretário-geral da ONU António Guterres de reengajar o país na UNMISS, o governo queniano não reviu sua decisão até o momento.

No que tange à integração regional, o Quênia participa, juntamente com Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi, da Comunidade da África Oriental (EAC). O aprofundamento da integração no seio da EAC é de vital importância para o Quênia, uma vez que cerca de 23% das exportações quenianas são destinadas aos países do bloco. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas e PIB de cerca de US\$ 146 bilhões em 2016, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

Ainda no plano regional, os desafios mais recentes enfrentados pelo Quênia, além do recuo de sua participação no processo de paz no Sudão do Sul, incluem a derrota da candidatura da chanceler Amina Mohamed à Presidência da



União Africana, durante a cúpula de janeiro de 2017, bem como a decisão de Uganda de revogar acordo para a construção de oleoduto passando pelo Quênia.

Para além de sua atuação regional, o Quênia mantém, tradicionalmente, boas relações com as principais potências ocidentais. O combate ao terrorismo tem sido importante vertente do relacionamento com os Estados Unidos, importante parceiro no treinamento de militares quenianos e no fornecimento de equipamentos de defesa ao país. Em julho de 2015, o Presidente Barack Obama, filho de queniano, realizou histórica visita ao Quênia. Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado norte-americano ao país. Além das boas relações com os EUA, destaca-se, ademais, o relacionamento com o Reino Unido, antiga potência colonial, que ainda exerce forte influência cultural e política sobre o Quênia, além de representar a principal origem de turistas para o país.

Desde o início da década de 2000, o Quênia tem buscado ampliar suas parcerias com grandes países emergentes, em especial China e Índia. Os dois países constituem, atualmente, os principais parceiros comerciais quenianos. A China projeta-se, ademais, como a principal origem de investimento estrangeiro no Quênia. Empresas chinesas têm tido atuação destacada no país africano, em especial em grandes projetos de infraestrutura, como o da ferrovia de bitola padrão.

Mais recentemente, o Quênia tem procurado se posicionar como plataforma para atração de investimentos para o continente e logrou sediar grandes conferências internacionais, como a 10^a Ministerial da OMC, a 14^a UNCTAD e a VI Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (VI TICAD). Desde 2015, o país também recebeu sequência significativa de visitas de alto nível, entre as quais a do Papa Francisco e de chefes de Estado e de governo dos EUA, Índia, Turquia, Israel, África do Sul, Coreia do Sul e Japão (este, à margem da VI TICAD).

Economia

O Quênia possui a maior e mais diversificada economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos 10 anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Outros países menores da região dos Grandes Lagos (sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda), têm suas principais infraestruturas de transportes ligadas ao Quênia e, por não terem acesso ao mar, escoam a maior parte de suas exportações por portos quenianos.

A economia queniana tem apresentado rápida expansão. A despeito da conjuntura econômica desfavorável no plano internacional, o Quênia apresentou média anual de crescimento do PIB de cerca de 5%, os últimos 8 anos. Em 2016, o crescimento do PIB foi de 5,8%. As projeções para 2017 e para os próximos anos apontam para a sustentação de taxas de crescimento próximas de 6%.

Nos últimos anos, o Quênia tem passado por acelerado processo de urbanização. O setor agrícola, embora represente 32,7% do PIB, emprega ainda



cerca de 70% da mão de obra. Há, contudo, uma crescente classe média urbana atuando no setor industrial (18% do PIB), bem como no de serviços (49,3% do PIB). O setor de serviços tem puxado o crescimento econômico do país. As áreas de atividade econômica que têm apresentado maior dinamismo são: turismo, informação e comunicação, e administração pública.

O governo queniano tem adotado política fiscal expansionista, aumentando cargos no serviço público e ampliando investimentos na infraestrutura de energia e transportes. O déficit público manteve-se ao redor de 9% entre 2010 e 2015, o que vinha resultando em uma taxa de inflação significativa, da ordem de 8%. A partir de 2015, contudo, tanto o déficit público quanto a inflação iniciaram tendência de queda. Em 2016, o déficit caiu para 8%, ao passo que a inflação caiu para menos de 6%.

No setor externo, em 2016, o intercâmbio comercial total do Quênia, somou US\$ 22,4 bilhões. As exportações somaram US\$ 6,4 bilhões, e as importações, US\$ 16 bilhões. O déficit em transações correntes, de quase US\$ 10 bilhões, representa cerca de 13% do PIB.

Em 2016, os principais mercados de destino para as exportações quenianas foram: Zâmbia (15%); Uganda (11,4%); Estados Unidos (11,2%); Países Baixos (10,7%); e Reino Unido (7,8%). As principais origens das importações do Quênia foram: China (25,7%); Índia (23%); Estados Unidos (8,3%); Japão (5%); Malásia (3,8%).

Com vistas a fazer frente aos déficits fiscal e em transações correntes, o governo queniano tem aumentado seu endividamento doméstico e externo. Em março de 2016, o país obteve US\$ 1,5 bilhão em promessa de financiamento por parte do FMI (*stand-by arrangement*), que aliviou pressões mais imediatas por mudanças na política macroeconômica.

O Quênia tem, ademais, atraído importante fluxo de investimentos privados, principalmente oriundos da China. Segundo relatórios do Banco Mundial, o Quênia possui um dos 5 melhores ambientes de negócios na África Subsaariana, resultado de reformas governamentais para facilitação da entrada e saída de capitais.

Cronologia histórica

1963	Quênia torna-se independente, tendo como Primeiro-Ministro Jomo Kenyatta, do partido "União Africana Queniana" (KANU).
1964	É formada a República do Quênia. Kenyatta torna-se Presidente, tendo como Primeiro-Ministro Oginga Odinga
1966	Odinga deixa o KANU após desentendimentos ideológicos e forma a União Popular do Quênia (KPU).



1969	Assassinato do Ministro Tom Mboya inicia distúrbios étnicos. A KPU é banida e Odinga é preso. KANU é o único partido que disputa as eleições
1974	Kenyatta é reeleito.
1978	Kenyatta morre em exercício e é sucedido por seu Vice-Presidente, Daniel Arap Moi.
Jun/1982	A Assembleia Nacional do Quênia oficializa o sistema de partido único.
Ago/1982	Exército debela tentativa de golpe liderada pela Força Aérea.
1987	Grupos de oposição são suprimidos. País sofre críticas internacionais por conta das prisões políticas e abusos de direitos humanos.
1990	Morte do Ministro do Exterior, Robert Ouko, em circunstâncias suspeitas aumenta o descontentamento com o governo.
Ago/1991	É formado o Fórum para a Restauração da Democracia (FORD), composto por 6 líderes de oposição, entre os quais Oginga Odinga. O Partido é proscrito e seus membros são presos. Em meio a severas condenações internacionais, credores suspendem o auxílio ao Quênia.
Dez/1991	Conferência especial do KANU consente com a introdução de um sistema político multipartidário.
Ago/1992	FORD divide-se em duas facções: Ford-Asili (liderada pelo ex-Ministro da situação Kenneth Matiba) e Ford-Kenya (liderado por Odinga).
Dez/1992	Moi é reeleito em eleições multipartidárias.
1995	Novo partido de oposição, Safina, é lançado pelo paleontólogo Richard Leakey. O partido tem o seu registro oficial recusado até novembro de 2007.
1997	Manifestações pedem reforma democrática. Banco Mundial retém a liberação de US\$ 5 bilhões em crédito para ajustes estruturais.
Dez/1997	Moi vence eleições em pleito amplamente contestado. Seus principais opositores são Mwai Kibaki e Raila Odinga, filho de Oginga Odinga.
Ago/1998	Atentado terrorista da Al-Qaeda na Embaixada norte-americana em Nairóbi mata 224 pessoas e fere milhares
Nov/2002	Ataque terrorista em hotel de propriedade de israelenses mata 10 quenianos e fere 3 israelenses. Al-



	Qaeda reivindica autoria do ataque.
Dez/2002	Mwai Kibaki vence as eleições presidenciais por ampla maioria e põe fim aos 24 anos de governo de Daniel Arap-Moi.
Dez/2003	Governo decide conceder ao ex-Presidente Daniel Arap-Moi imunidade processual contra acusações de corrupção.
Jul-Ago/2004	Crise alimentar causada pela quebra de safra e seca. Presidente Kibaki fala em desastre nacional.
Out/2004	Ecologista queniana Wangari Maathai ganha o Prêmio Nobel da Paz, tornando-se a primeira mulher africana a receber o Prêmio.
Jul/2005	Parlamento aprova projeto de Constituição.
Nov-Dez/2005	Nova Constituição é rejeitada em referendo.
Abr/2006	Visita do Presidente chinês, Hu Jintao, na qual é assinado contrato que permite à China a prospecção de petróleo na costa queniana.
Dez-Jan/2007	Eleições presidenciais levam a episódios de violência nos quais mais de 1500 pessoas morrem.
Fev/2008	Governo e oposição chegam a um acordo de divisão do poder.
Abr/2008	Governo e oposição concordam com a formação de novo Gabinete.
Out/2008	Relatório de comissão de inquérito sobre a violência pós-eleitoral pede um tribunal internacional para julgar os responsáveis pelo episódio. Muitos líderes políticos relutam em implementar as recomendações da comissão de inquérito, enquanto outros argumentam que os processos poderiam gerar novos conflitos étnicos.
Jul/2010	Entra em vigor o Mercado Comum da África Oriental, no Âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).
Ago/2010	Nova Constituição que prevê a limitação dos poderes do Presidente e a devolução de poderes para as regiões é aprovada em referendo.
Jun-Set/2011	África Oriental é assolada pela pior seca em 60 anos.
2012	São descobertas importantes reservas de petróleo e gás natural no país.
Jan/2012	TPI decide levar a julgamento diversos quenianos proeminentes, em conexão com a violência pós-eleitoral de 2007, entre os quais dois dos pré-candidatos à Presidência nas eleições gerais de 2013:



	Uhuru Kenyatta e William Ruto
Jun/2012	Tropas quenianas juntam-se às tropas de paz da União Africana na Somália (AMISOM).
Ago-Set/2012	Conflitos étnicos deixam dezenas de mortos na região do Rio Tana e geram a insegurança política.
Dez/2012	Grupos separatistas na costa do país reivindicam a realização de referendo com vistas à independência da região.
Jan/2013	Após o arquivamento da ação que visava à impugnação das candidaturas à Presidência de Uhuru Kenyatta e de William Ruto, investigados pelo TPI, é formada aliança eleitoral entre os dois acusados, encabeçada por Kenyatta como candidato a Presidente e tendo Ruto como candidato à Vice-Presidência.
Abr/2013	A chapa encabeçada por Kenyatta vence, ainda no primeiro turno, as eleições gerais de 2013, transcorridas de modo pacífico e com amplo comparecimento popular.
Set/2013	Atentado terrorista reivindicado pelo grupo Al-Shabaab, no centro comercial "Westgate", em Nairóbi, deixa 67 mortos.
2014	Atentados terroristas na cidade costeira de Lamu, em Mobassa e em Mandera, atribuídos ao grupo Al Shabaab como retaliação à presença de tropas quenianas na Somália, deixam dezenas de mortos e geram protestos pelo país.
Dez/2014	É arquivado o caso contra o presidente Uhuru Kenyatta no TPI, por falta de provas.
Abr/2015	O grupo terrorista Al-Shabaab realiza atentado na Universidade de Garissa, no nordeste do país, matando 147 pessoas. Tratou-se do pior atentado desde o ataque à embaixada norte-americana em Nairóbi, em 1998
Nov/2015	Kenyatta anuncia reforma ministerial e diversas medidas de combate à corrupção.
Mar/2016	São realizadas eleições parciais para o Senado em dois condados, em que a coalizão governista obtém importante vitória na costa do país.
Abr/2016	É arquivado o caso contra o vice-presidente William Ruto no TPI, por falta de provas.
Mai- Ago/ 2016	Com a proximidade das eleições gerais de agosto de 2017, ocorrem protestos violentos contra a direção da Comissão Eleitoral, encabeçados pelo líder



	oposicionista Raila Odinga.
Set/2016	É criado o partido "Jubilee", em substituição aos partidos que formavam a base da coalizão governista, em especial, o TNA de Kenyatta e o URP, de William Ruto.
Nov/2016	O Quênia retira suas tropas do Sudão do Sul e suspende suas contribuições à UNMISS, após o general queniano Johnson Mogo Kimani Ondieki, que detinha o comando da operação, ser destituído de suas funções pela ONU. Relatório publicado dias antes apontava falhas na reação da UNMISS à violência ocorrida em Juba, em 2015.
Jan/2017	A menos de oito meses das eleições gerais e sob críticas da oposição, é sancionada reforma eleitoral, que prevê recurso a sistema manual no caso de falhas no sistema digital.
Fev/ 2017	É lançada nova coalizão oposicionista "National Super Alliance"- NASA, que reúne quatro das principais lideranças de oposição do país: Raila Odinga (<i>Orange Democratic Movement</i>); Musalia Mudavadi (<i>Amani National Congress</i>); Kalonzo Musyoka (<i>Wiper</i>) e Moses Wetangula (<i>Ford Kenya</i>).
Abr/2017	Nas primárias partidárias, Raila Odinga e Kalonzo Musyoka são escolhidos para concorrer à Presidência e à Vice-Presidência, respectivamente, pela coalizão oposicionista "National Super Alliance".

Cronologia das relações bilaterais

1964	Brasil estabelece relações diplomáticas com o Quênia
1967	Brasil instala missão diplomática em Nairóbi.
1973	Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Quênia.
1973	Assinatura de Acordo de Intercâmbio Cultural.
1973	Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica.
1974	Missão diplomática brasileira no Quênia é elevada à categoria de Embaixada.
1975	Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia visita o Brasil.
1992	Presidente Daniel Moi visita o Brasil (Rio-92).
1995	Chanceler Stephen Kalonzo Musyoka visita o Brasil.
2001	Brasil doa medicamentos anti-retrovirais a instituição queniana.



2005	Viagem do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim ao Quênia.
2005	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.
2005	Realização da I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília.
2005	Assinatura de Acordo na Área de Cooperação Esportiva.
2006	Instalação da Embaixada do Quênia em Brasília.
2006	Visita do Ministro do Turismo e Vida Silvestre do Quênia ao Brasil.
2007	Visita da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Quênia.
2008	II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi, ocasião em que são assinados atos nas áreas de saúde, meio ambiente e vistos.
Ago/2008	Ministra queniana da área social participa de evento do Ministério do Desenvolvimento Social no Brasil.
Set/2009	Missão de treinadores brasileiros de futebol para capacitação de profissionais quenianos.
Mar/2010	Visita de parlamentares quenianos integrantes do Comitê Parlamentar Seleto sobre Atividades de Organizações Ilícitas e visita de representantes da Comissão de Privatização do Ministério das Finanças do Quênia.
Mai/2010	Visitas do "Kenya Sugar Board" e de representantes da Comissão de Serviços do Parlamento do Quênia
Jul/2010	Viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nairóbi. Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Quênia.
Set/2010	Chanceler queniano Moses Wetang'ula visita o Brasil. Durante a visita, são assinados acordos sobre Serviços Aéreos e de Cooperação Cultural.
Out/2011	Missão técnica da ABC é enviada a Nairóbi para analisar as possibilidades de cooperação entre os dois países em agricultura; desenvolvimento de regiões áridas e semi-áridas; proteção de cabeceiras d' água, gerenciamento de desastres, salvamento marítimo e combate a incêndios florestais.
Mai/2012	Por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Brasil doa 10 mil toneladas de mantimentos a refugiados abrigados em campos no Quênia.
Jun/2012	Presidente do Quênia, Mwai Kibaki, vem ao Brasil como chefe da delegação queniana para a Rio+20.
Mai/2013	Presidente Dilma Rousseff encontra-se com o Presidente Uhuru Kenyatta à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana
Dez/2015	Viagem do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira a



	Nairóbi para participação na X Conferência Ministerial da OMC.
Ago/2016	O vice-presidente do Quênia William Ruto visita o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	02/02/1973	Em vigor
Acordo de Intercâmbio Cultural	02/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	04/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	22/04/1975	Em vigor
Acordo na Área de Cooperação Esportiva	12/08/2005	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação	12/08/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairóbi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”	15/08/2008	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	15/08/2008	Em vigor
Emendas ao ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia"	17/03/2009	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do	06/07/2010	Em ratificação



Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico		
Acordo na Área de Educação	06/07/2010	Tramitação no Congresso Nacional
Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia	06/07/2010	Em tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/09/2010	Em vigor



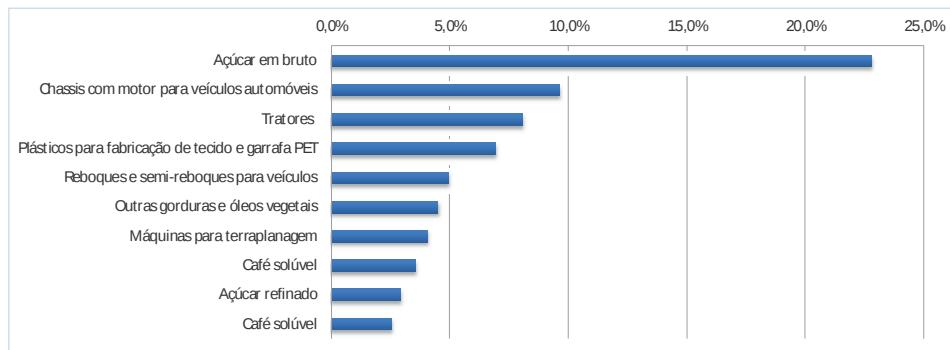
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para o Quênia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	709	1,3%	153	0,3%	13.434	22,8%
Chassis com motor para veículos automóveis	7.834	14,0%	6.038	10,0%	5.674	9,6%
Tratores	2.501	4,5%	12.946	21,3%	4.764	8,1%
Plásticos para fabricação de tecido e garrafa PET	3.617	6,5%	3.169	5,2%	4.099	7,0%
Reboques e semi-reboques para veículos	6.443	11,5%	9.391	15,5%	2.931	5,0%
Outras gorduras e óleos vegetais	0	0,0%	1.876	3,1%	2.662	4,5%
Máquinas para terraplanagem	8.583	15,3%	2.423	4,0%	2.394	4,1%
Café solúvel	767	1,4%	1.089	1,8%	2.087	3,5%
Açúcar refinado	680	1,2%	109	0,2%	1.727	2,9%
Café solúvel	767	1,4%	591	1,0%	1.503	2,6%
Subtotal	31.901	57,0%	37.785	62,3%	41.275	70,0%
Outros	24.112	43,0%	22.890	37,7%	17.652	30,0%
Total	56.013	100,0%	60.675	100,0%	58.927	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

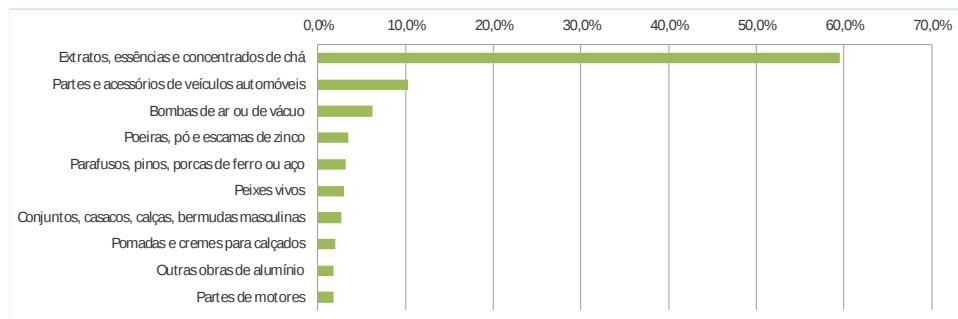


Composição das importações brasileiras originárias do Quênia (SH4)
US\$ mil

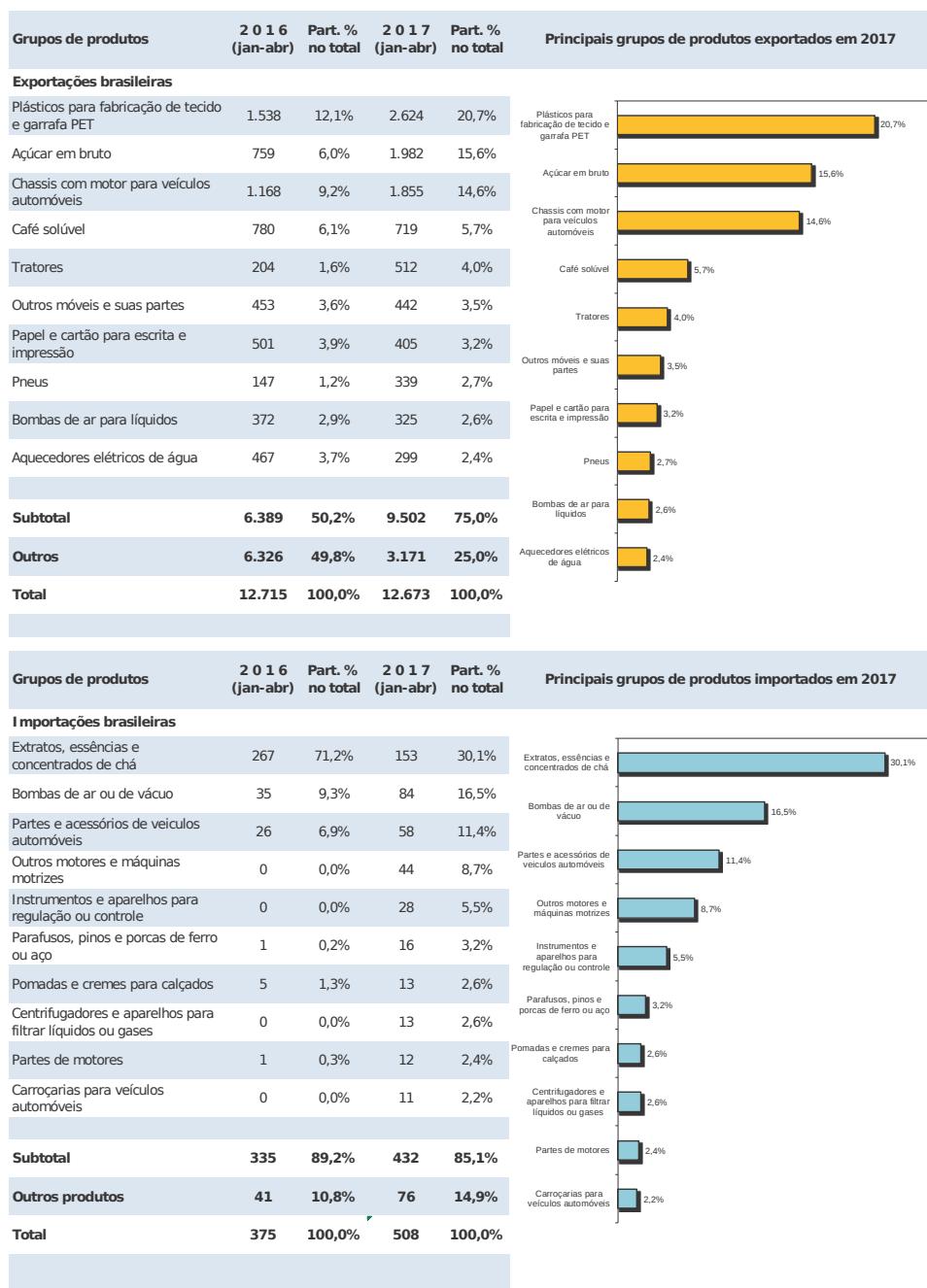
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Extratos, essências e concentrados de chá	600	33,2%	682	37,9%	354	59,5%
Partes e acessórios de veículos automóveis	269	14,9%	189	10,5%	61	10,3%
Bombas de ar ou de vácuo	5	0,3%	29	1,6%	37	6,2%
Poeiras, pó e escamas de zinco	0	0,0%	0	0,0%	21	3,5%
Parafusos, pinos, porcas de ferro ou aço	22	1,2%	5	0,3%	19	3,2%
Peixes vivos	0	0,0%	7	0,4%	18	3,0%
Conjuntos, casacos, calças, bermudas masculinas	0	0,0%	11	0,6%	16	2,7%
Pomadas e cremes para calçados	0	0,0%	0	0,0%	12	2,0%
Outras obras de alumínio	0	0,0%	0	0,0%	11	1,8%
Partes de motores	0	0,0%	7	0,4%	11	1,8%
Subtotal	897	49,6%	930	51,7%	560	94,2%
Outros	911	50,4%	869	48,3%	35	5,8%
Total	1.807	100,0%	1.799	100,0%	595	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016

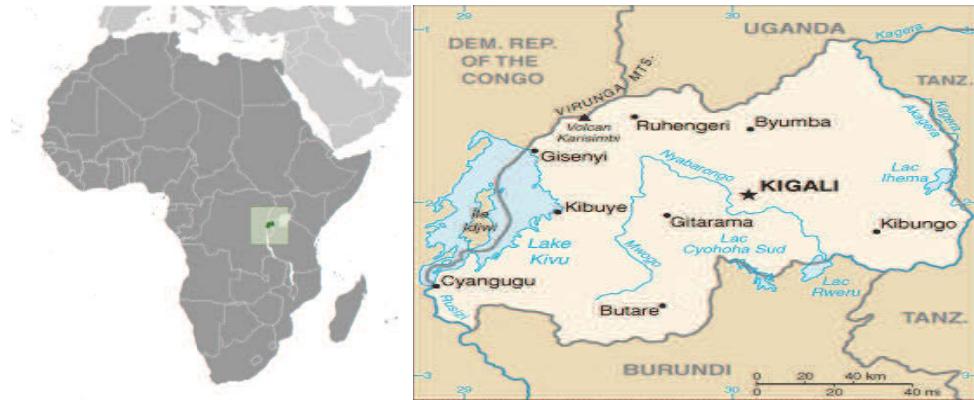


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE RUANDA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017**

DADOS BÁSICOS SOBRE RUANDA

NOME OFICIAL	República de Ruanda
GENTÍLICO	Ruandês
CAPITAL	Kigali (745.261 habitantes)
ÁREA	26.338 km ² (aproximadamente do tamanho do estado de Alagoas)
POPULAÇÃO	11,262 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Kinyarwanda; Inglês; Francês; Suaíli.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo Romano(43,7%); Protestantes (37,7%); Adventistas de Sétimo Dia (11,8%); Muçulmanos (2%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Semi-Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara dos Deputados e Senado)
CHEFE DE ESTADO	presidente Paul Kagame (desde 2000)
CHEFE DE GOVERNO	PM Anastase Murekezi (desde 2014)
CHANCELER	Louise Mushikiwabo (desde 2009)
PIB nominal (FMI, 2016)	US\$ 8,34 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2016)	US\$ 21,97 bilhões (Brasil US\$ 3,14 trilhões)
PIB nominal per capita (FMI, 2016)	US\$ 723,45 (Brasil US\$ 8.726,90)
PIB PPP per capita (FMI, 2016)	US\$ 1905,43 (Brasil US\$ 15.241,73)
VARIAÇÃO DO PIB	6% (2016 est.); 6,91% (2015 est.); 6,96% (2014).
IDH (PNUD, 2015)	0,498
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	64,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2015)	71,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2016)	2,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Ruandês
EMBAIXADORA EM KIGALI	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Mathilde Mukantabana (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RUANDA (US\$ mil F.O.B) -Fonte: MDIC

Brasil → Ruanda	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	567	1.327	-	1.737	504	206	344	703	960
Exportações	565	451	1.574	1.735	460	195	339	698	948
Importações	2	877	-	2	44,06	11	5	4	12
Saldo	563	-424	-	1.733	416	183	334	694	936



Apresentação

A República de Ruanda é um país continental, situado na região dos Grandes Lagos, e faz fronteira com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo e Tanzânia. Ex-colônia do Reino da Bélgica, Ruanda obteve a independência em 1962. A população de Ruanda, estimada em 11,262 milhões, é dividida em dois grupos étnicos principais: hutu (84%) e tutsi (15%). Embora continue a determinar os contornos da vida social e política do país, o genocídio ocorrido em 1994, um dos eventos cataclísmicos do século XX, contrasta de forma contundente com a ordem e o desenvolvimento em evidência no país atualmente.

Perfis biográficos

PAUL KAGAME

Presidente da República



Paul Kagame nasceu em 23 de outubro de 1957, em Ruhango, cidade situada na então colônia belga de Ruanda-Urundi. Sua família, de etnia tutsi, foi forçada a mudar-se para Uganda em 1960, em meio a conflitos étnicos que causaram a morte de mais de 150 mil pessoas. Kagame passaria o resto da sua infância no campo de refugiados tutsis de Gahunge. Estudante dedicado, cedo se entusiasmou com os grandes líderes revolucionários de sua juventude, como Che Guevara.

Ingressou para o Exército da Resistência Nacional de Uganda (NRA), liderado por Yoweri Museveni, que deporia o presidente ugandense Tito Okello, em 1986. No mesmo ano, foi designado Chefe de Inteligência Militar do NRA, na condição de homem de confiança do presidente Museveni e participou da criação da



Frente Patriótica Ruandesa (FPR), grupo político-militar cujo objetivo era lutar contra o regime autocrático de Juvénal Habyarimana. Em 1990, recebeu treinamento militar nos EUA.

Em julho de 1994, após o Genocídio de Ruanda, o FPR tomou o poder, propondo-se a liderar um processo de reconciliação e reconstrução do país. Durante o governo de Unidade Nacional, Kagame exerceu os cargos de Vice-Ministro e Ministro da Defesa. Em 1998, foi eleito presidente da FPR. Dois anos mais tarde, foi eleito presidente da República de Ruanda pela Assembleia Nacional Transitória, sendo confirmado no cargo por eleições diretas em 2003 e 2010.

ANASTASE MUREKEZI

Primeiro-Ministro



Anastase Murekezi nasceu em 15 de junho de 1952. Estudou Agricultura na Universidade Louvain-la-Neuve, na Bélgica. Ocupou o cargo de ministro do Serviço Público e do Trabalho até 2014, quando foi nomeado Primeiro-Ministro pelo presidente Kagame.

Relações bilaterais

As relações Brasil-Ruanda, estabelecidas em 1981, são ainda tênuas, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e ausência de visitas de alto-nível de parte a parte. A região da África Oriental e dos Grandes Lagos, onde se situa Ruanda, são consideradas a última fronteira da diplomacia brasileira no continente africano. Desde o final dos anos 2000, e em especial após a visita do então presidente Lula ao Quênia e à Tanzânia, em 2010, o Brasil tem buscado intensificar paulatinamente sua presença na região. A representação brasileira em Kigali é exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada residente em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ruandesa em Washington responde pelas relações com o Brasil.

Do lado ruandês, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros efetuou



visita ao Brasil em 1982, quando se discutiram possibilidades de cooperação técnica bilateral. Em setembro de 2007, o Ministro Celso Amorim avistou-se com seu homólogo ruandês em Nova York, à margem da 62a AGNU, ocasião em que foi firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países, com base em proposta brasileira. O Acordo ainda aguarda ratificação da parte ruandesa.

Em junho de 2011, o Ministro Antonio Patriota reuniu-se com o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS. O Chanceler brasileiro expressou o desejo de aprofundar as relações bilaterais e de maior participação no desenvolvimento econômico e social do país.

Em seguimento às conversações mantidas em Nova York, foi assinado entre Brasil e Ruanda, em 24 de junho de 2011, o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda, durante seminário sobre cooperação técnica brasileira à margem da 37ª Conferência da FAO em Roma.

Em dezembro de 2013, o Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte, Embaixador Carlos Henrique Cardim, visitou Kigali por ocasião do Congresso Anual da Confederação Africana de Vôlei.

Cooperação bilateral

As iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Ruanda poderão ser embasadas no Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado em 2007, assim que ratificado por Ruanda. Atualmente, não há ações de cooperação técnica em curso com esse país. Em 2009, houve missão técnica ruandesa ao Brasil para conhecer a experiência em biocombustíveis, sem a consolidação de projetos específicos.

Reforçando o perfil brasileiro de prestador de cooperação para a região dos Grandes Lagos, o governo brasileiro realizou, em agosto de 2012, doação no valor de US\$ 100.000,00 ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em favor da ajuda humanitária de emergência ao campo de refugiados Kigeme em Ruanda.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas, basicamente, por máquinas e por produtos industriais alimentares em 2016. As importações brasileiras de Ruanda foram insignificantes nos últimos anos, tendo-se restringido à compra de pedras preciosas e de chá, no mesmo ano.

Em 2014, o grupo Positivo BHG firmou contrato com o governo de Ruanda para fornecimento de, pelo menos, 750 mil laptops para escolas públicas ruandesas. Em 2015, o grupo inaugurou unidade de produção em Kigali, que já produz para exportação a outros países africanos, como o Quênia. Trata-se do primeiro investimento do grupo no continente africano.

ASSUNTOS CONSULARES



Os assuntos consulares pertinentes a Ruanda são, até o momento, de responsabilidade da Embaixada do Brasil em Nairóbi, que exerce, por cumulatividade, a função de Embaixada do Brasil para Ruanda.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos a Ruanda.

Política interna

Com a independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, em 1962, a etnia hutu (84%) assumiu a hegemonia no quadro político interno, em detrimento da elite colonial formada pela etnia tutsi (15%). Esse jogo de forças foi reforçado a partir do golpe de Estado que, em 1973, levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Ruanda viveu período de forte estagnação econômica e de instabilidade política. Em 1990, a oposição, constituída, principalmente, de refugiados tutsis, aliados a hutus moderados, fundou a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), com sede em Uganda, e organizou uma invasão pelo norte de Ruanda, que somente foi reprimida devido ao apoio da França e dos países francófonos vizinhos. Em agosto de 1993, o presidente ruandês negociou um cessar-fogo com os rebeldes – os Acordos de Arusha. Com vistas a supervisionar a implementação dos acordos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR).

Em 1994, a trégua foi bruscamente interrompida após o atentado contra o avião em que viajavam Juvénal Habyarimana e Cyprien Ntaryamira, presidente do Burundi. A morte de Habyarimana serviu de estopim para o Genocídio de Ruanda, em que morreram 500 a 800 mil pessoas, a maioria das quais tutsis e hutus moderados. As milícias hutus “Interahamwe” e “Impuzamugambi”, dirigidas pela agremiação política “Akazu”, foram os principais executores do genocídio.

Em meio ao caos predominante no país, a FPR, contando com o suporte dos EUA, reiniciou os seus ataques contra as forças de Kigali, logrando tomar o poder em julho de 1994.

Aproximadamente 2 milhões de hutus que participaram diretamente do genocídio viram-se forçados a fugir em direção aos países vizinhos, o que agravou ainda mais os quadros humanitário e geopolítico na região. Com objetivo de prover a assistência aos refugiados e estabilizar o país, o CSNU aprovou a criação da UNAMIR 2.

No poder, a FPR buscou formar um governo de união nacional, com a nomeação dos hutus Pasteur Bizimungu, para presidente, e Faustin Twagiramung, para Primeiro-Ministro. A intenção da FPR foi a coabituação política com o antigo



Movimento Republicano Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento (MRND), tradicional partido hutu, vinculado ao ex-presidente Juvénal Habyarimana. Em março de 1999, foram realizadas as primeiras eleições municipais e, em 2003, foi aprovada uma nova Constituição por referendo. Por meio de leis de criminalização da ideologia do genocídio, a Carta veda qualquer partido político que se fundamente em distinções de raça, cor ou gênero e garante, ademais, direito de repatriação a todos os refugiados ruandeses.

Em 2000, com a renúncia de Pasteur Bizimungu, Paul Kagame, um dos principais líderes tutsi da FPR, assumiu a presidência por eleição indireta. Kagame é o atual presidente de Ruanda, tendo sido confirmado no cargo por meio de eleições, em 2003 e 2010, para mandatos de sete anos.

O presidente Kagame fez da reconciliação nacional e da recuperação da economia do país os principais objetivos de seu governo. Em que pese a existência continuada de tensões fronteiriças – principalmente com a República Democrática do Congo –, Ruanda teve, desde 2000, contínuo crescimento econômico combinado com controle inflacionário. O combate à corrupção tem sido outra característica do governo de Paul Kagame.

A memória muito viva do genocídio ainda recente, bem como de outras perseguições à minoria tutsi que marcaram a história do país desde a independência, somada à ameaça representada pela presença de genocidários próximos à fronteira, conferem à questão securitária um caráter existencial para o regime atual. Desse modo, o desenvolvimento não só proporciona bem-estar à população, com também fortalece o país diante de ameaças externas e internas, as quais, por sua vez, continuariam a demandar constante vigilância.

Ao mesmo tempo em que os resultados no campo do desenvolvimento são reconhecidos mundialmente, o quadro político do país não conta com oposição expressiva. A existência de restrições à liberdade de expressão e de manifestação política em Ruanda é alvo de críticas de organizações como a Human Rights Watch, que indica haver no país frequentes casos de ameaças a vozes dissidentes, principalmente a jornalistas nacionais e estrangeiros.

Em 2015, foi aprovada, em referendo com 98,3% de votos favoráveis, emenda à Constituição que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais e abriu caminho para a candidatura de Kagame a uma segunda reeleição, no pleito a ser realizado em 2017.

Eleições presidenciais de 2017

Em agosto de 2017, serão realizadas eleições presidenciais em Ruanda, em que o atual presidente Paul Kagame desponta como favorito à reeleição. Kagame havia anunciado sua intenção de concorrer a um terceiro mandato em janeiro de 2016, meses após a conclusão do processo de reforma constitucional que flexibilizou o limite de reconduções ao cargo de presidente. Caso saia vencedor no pleito, cenário julgado altamente provável por analistas, Kagame ainda poderá candidatar-se a nova reeleição, em 2024, para mandato que passará a ser de 5 anos. Em agosto de 2016, a um ano da realização das eleições presidenciais em Ruanda, o



partido opositor no exílio Congresso Nacional de Ruanda (sigla RNC em inglês) sofreu cisão devida a disputas internas, o que contribuiu para enfraquecer a oposição a Kagame, tornando ainda mais provável sua reeleição no pleito. Até o momento, apenas o Partido Verde anunciou intenção de concorrer contra Kagame.

Política externa

Ruanda tem seguido uma política externa voltada à obtenção de ajuda internacional e à coordenação de esforços com os países vizinhos, a fim de assegurar a estabilidade em seu entorno regional. A posição estratégica de Ruanda nos Grandes Lagos e o potencial econômico do país constituem atributos atrativos para investidores internacionais. O presidente Kagame também tem buscado assumir maior protagonismo na esfera continental, de que é exemplo a realização, em Kigali, da Cúpula da União Africana em 2016.

A comunidade internacional segue apoiando o esforço de reconstrução do país. As relações com a ONU e suas agências especializadas costumam oscilar: se, por um lado, o governo depende em certa medida da assistência humanitária fornecida por agências como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), por outro, não raro manifesta desconforto com as atividades destas mesmas agências no país, alegando interferência em seus assuntos internos.

Ruanda confere grande importância ao relacionamento com os países de seu entorno regional. A guerra civil em Ruanda levou cerca de dois milhões de refugiados hutus – muitos dos quais membros do exército ruandês – a abrigarem-se nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul (na fronteira leste da República Democrática do Congo – RDC), onde entraram em choque com os banyamulenges, grupo local de origem tutsi. Ruanda acabou envolvendo-se na crise interna da RDC, contribuindo, ao lado de Uganda, para a vitória de Laurent Kabilá, em maio de 1997, contra o regime de Mobutu Sese Seko.

Em 30 de julho de 2002, foi assinado, em Pretória, acordo de paz que determinou a retirada das tropas ruandesas do território congolês. Em 23 de março de 2009, foi firmado acordo de paz entre o governo da RDC e os rebeldes tutsis do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP, no acrônimo em francês), por meio do qual o CNDP se converteria em partido político e sua facção armada, liderada pelo General Bosco Ntaganda, se uniria ao exército congolês. Após esse acordo, pacificaram-se as relações com Ruanda, que o governo de RDC acusava de prestar apoio aos rebeldes tutsi. Nesse contexto, reabriram-se as respectivas Embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998. Entre 2009 e 2012, houve cooperação entre as forças armadas de ambos os países na região de fronteira, realizada com o intuito de debelar os rebeldes hutus das Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR).

Em abril de 2012, todavia, um grupo de várias centenas de militares



liderados pelo Bosco Ntganda rebelou-se contra o exército congolês, formando o grupo "March 23" (M23), em alusão aos acordos firmados cerca de 3 anos antes. A insurgência do M23 teria sido resposta à decisão do presidente congolês, Joseph Kabilá, de deter Bosco Ntganda, que possuía contra si mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra. O movimento fortaleceu-se desde então, causando intensa deterioração da situação de segurança das províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Em julho de 2012, o Grupo de Especialistas da ONU sobre RDC publicou relatório associando o governo de Ruanda ao M23, o que foi sistematicamente negado por Kigali. Diante da deterioração do conflito no leste da RDC, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu, em março de 2013, brigada de intervenção no âmbito da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Sob o comando do General brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, a força militar da MONUSCO passou a apoiar, com êxito, ações das Forças Armadas da RDC contra grupos rebeldes no leste do país, e, em dezembro de 2013, o M23 negociou com o governo da RDC sua rendição.

As relações com o Burundi deterioraram-se rapidamente nos últimos anos, como desdobramento da crise política burundina iniciada em 2015, após a decisão do presidente Pierre Nkurunziza de concorrer a um terceiro mandato. Ruanda e Burundi apresentam composição étnica semelhante, com trajetória política, contudo, diversa das etnias tutsi e hutu. No contexto das eleições de 2015, o presidente Paul Kagame havia-se manifestado publicamente contra o terceiro mandato de Nkurunziza. Posteriormente, o governo do Burundi acusou Ruanda de estar abrigando, treinando e armando grupos oposicionistas, com o objetivo de desestabilizar o país. Por sua vez, o governo ruandês acusou o Burundi de apoiar as FDLR. Em abril de 2016, a morte de ex-Embaixador ruandês, preso no Burundi por suspeita de espionagem, elevou as tensões entre os dois países. Nos meses seguintes, foram expulsos de Ruanda cerca de 1500 cidadãos burundineses, bem como foram registradas detenções em massa de nacionais ruandeses no Burundi, acusados de espionagem.

As relações com a Tanzânia, abaladas no início de 1997, após a expulsão de 500 mil refugiados ruandeses daquele país, têm melhorado sensivelmente e tendem a voltar-se cada vez mais para a esfera econômica e comercial, com a consolidação da Comunidade da África Oriental (EAC), que engloba, além de Ruanda e da Tanzânia, o Burundi, Uganda, Quênia e o Sudão do Sul. A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

No que diz respeito à agenda de integração regional na África Oriental, nota-se uma grande sintonia de posições com o Quênia, país que constitui, também, importante parceiro comercial de Ruanda, ocupando, atualmente, a segunda posição como destino das exportações ruandesas, após a República Democrática do Congo, e segunda posição como fornecedor para o país, após a China.

Com a África do Sul, Ruanda tem desenvolvido estreito relacionamento



desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1995. Os acordos bilaterais são numerosos, cobrindo diferentes áreas de cooperação, e registra-se expressivo número de visitas de alto nível.

A China ocupa crescente posição nas relações econômico-comerciais, constituindo, atualmente, o terceiro principal destino das exportações ruandesas e ocupando o primeiro lugar na origem de importações.

Desde que assumiu a presidência, Kagame buscou cultivar um bom relacionamento com os países ocidentais e organismos internacionais, a fim de angariar investimentos, doações e assistência humanitária. EUA e Reino Unido seguem sendo os principais doadores internacionais de Ruanda, a despeito de ameaças de corte nos programas de ajuda motivadas por denúncias de perseguição política e de restrição das liberdades fundamentais no país.

As relações com a França, particularmente conturbadas, deterioraram-se desde outubro de 2016, quando foi reaberta investigação francesa acerca da derrubada do avião que vitimou os então presidentes de Ruanda, Juvénal Habyarimana, e do Burundi, Cyprien Ntaryamira, em 1994, evento que constitui a causa imediata do genocídio no país. A reabertura do inquérito teve como objetivo apurar acusações acerca do envolvimento do presidente Paul Kagame no episódio e quase levou ao rompimento das relações entre os dois países. Em 2006, Ruanda já havia rompido relações com a França por três anos por motivo semelhante. Kigali, por sua vez, critica Paris pela recusa a reconhecer sua suposta conivência com o genocídio em Ruanda. A percepção ruandesa é de que a França teria cumprido papel determinante na defesa e no armamento do regime genocidário, bem como teria facilitado a fuga em massa de genocidários para a República Democrática do Congo (então Zaire) e não colaborado adequadamente para prender e punir genocidários que encontraram refúgio na França. Em 2008, o Parlamento de Ruanda decidiu substituir a língua francesa pela língua inglesa no ensino escolar do país. Embora, oficialmente, a decisão tenha sido motivada pelo desejo ruandês de aprofundar sua integração com os países da EAC, em sua maioria, anglófonos, ela é vista por analistas como sintomática das tensões nas relações com a França.

Economia

Ao longo das duas últimas décadas, Ruanda obteve importantes conquistas no plano econômico. Mais recentemente, o país vem seguindo modelo de desenvolvimento semelhante ao de países asiáticos, com elevada prioridade conferida à educação e uma abordagem marcadamente pró-negócios, com reduzida intervenção estatal. Ruanda é regularmente enaltecidida em círculos internacionais, por personalidades como Jeffrey Sachs, pelos avanços registrados na superação da pobreza, na promoção do acesso à saúde e educação, no combate à corrupção e na geração de um bom ambiente de negócios.

Segundo as últimas projeções, a economia de Ruanda deverá manter bom



desempenho. Para 2017, há expectativa de crescimento de 7% do PIB, resultado ligeiramente superior ao registrado nos últimos anos: 6% em 2016, 6,91% em 2015, 6,96%, em 2014.

Nos últimos anos, a população urbana de Ruanda tem crescido rapidamente, tendo atingido 28,8% da população total em 2015. Nesse contexto, tem crescido a importância do setor de serviços para a economia ruandesa, o qual já é responsável por 50,3% do PIB do país. Também tem contribuído para o crescimento desse setor a estratégia do governo atual de tornar o país um *hub* de serviços para a subregião da África Oriental e, até mesmo, para outros países do continente africano. Apesar disso, o setor da agricultura ainda é responsável por mais de 70% dos empregos no país, embora contribua apenas com 34,6% do PIB. O setor da indústria, por sua vez, é o menos expressivo, com apenas 6,8% dos empregos e 15,1% do PIB ruandês.

Segundo o governo de Ruanda, o déficit fiscal do país deverá atingir um máximo histórico de 9% do PIB no biênio 2016/2017. A expectativa é de que esse indicador seja reduzido a 3,9% do PIB já em 2020/2021, em função da redução de gastos com infraestrutura e das ações governamentais para elevar a arrecadação em 0,5% do PIB nos próximos anos. Apesar da expectativa do governo de que esse déficit seja financiado com a tomada de empréstimos no plano doméstico e internacional, não está afastado o risco de crescimento da inflação no futuro próximo. Em 2015, a ajuda oficial ao desenvolvimento representou 80% da receita do governo ruandês.

O índice de inflação em Ruanda apresentou tendência de alta nos últimos anos, tendo-se elevado de 4,53% em 2015 para 7,28%. Espera-se, contudo, que a inflação se estabilize em torno de 5% já em 2018, diante da expectativa de diminuição no ritmo de cortes na taxa de juros pelo Banco Central ruandês.

O intercâmbio comercial total de Ruanda, em 2015, somou US\$ 2,4 bilhões, retraimento de 7,6% em relação aos valores de 2014, quando foi registrado auge histórico. A balança comercial do país é estruturalmente deficitária (US\$ 1,27 bilhão em 2015). Em 2015, as exportações ruandesas somaram US\$ 578 milhões, queda de 11% em relação a 2014. Os principais mercados de destino para suas exportações foram a República Democrática do Congo (32% do total); o Quênia (15%); Suíça (9%); Emirados Árabes Unidos (7%); Estados Unidos (4%). As importações totais de Ruanda somaram US\$ 1,85 bilhão em 2015, com queda de 4% em relação aos valores do ano de 2014. Os principais países de origem das importações ruandesas foram China (19%); Uganda (12%); Índia (10%); Quênia (8%); Emirados Árabes Unidos (5%).

Apesar de o comércio com Ruanda ser expressivo, o saldo da balança comercial bilateral tem sido, tradicionalmente, favorável ao Brasil. Em 2016, o superávit brasileiro atingiu US\$ 936 mil. No mesmo ano, o intercâmbio comercial entre os dois países registrou crescimento de 36% em relação a 2015, atingindo 960 mil. As exportações brasileiras para Ruanda cresceram 35% em relação a 2015, tendo atingido US\$ 948 mil em 2016. As importações brasileiras de Ruanda



aumentaram três vezes no mesmo período, passando de US\$ 4 mil para US\$ 12 mil.

Após terem atingido seu auge em 2011, quando totalizaram US\$ 1,7 milhão, as exportações brasileiras para Ruanda sofreram queda de 73% no ano seguinte. Desde então, o fornecimento para o mercado ruandês vem-se recuperando gradualmente. A pauta de exportações do Brasil é composta por 100% de manufaturados, com destaque para máquinas e aparelhos.

Até o ano de 2012, as importações brasileiras de Ruanda registraram grande oscilação, tendo-se estabilizado a uma média de US\$ 8,2 mil nos quatro últimos anos. Nesse período, a pauta de importações brasileiras concentrou-se, quase exclusivamente, em pedras preciosas, artefatos de joalharia, chá e xales e lençóis.

Cronologia histórica

1885	Congresso de Berlim, o território ruandês fica sob domínio Alemão.
1916	Durante a I Guerra Mundial, Ruanda passa para domínio da Bélgica.
1962	Independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica. Marco para ascensão da etnia hutu no quadro político interno.
1973	Golpe de Estado coloca no poder Juvénal Habyarimana.
1990	Invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) desde Uganda.
1993	Assinatura dos Acordos de Arusha.
1994	Morte de Habyarimana dá início ao Genocídio de Ruanda.
2000	Paul Kagame assume a presidência com a renúncia de Pasteur Bizimungu.
2003	Paul Kagame é eleito presidente de Ruanda.
2010	Paul Kagame é reeleito presidente de Ruanda

Cronologia das relações bilaterais

1981	Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas.
1982	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros ruandês ao Brasil.
2007	Encontro do Ministro Celso Amorim com seu homólogo ruandês em Nova York à margem da 62ª AGNU.



2007	Firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica.
2010	Contrato entre a empresa brasileira "4BK" e o Ministério dos Esportes e da Cultura de Ruanda.
2011/mai	Visita do então candidato à Direção-Geral da FAO, Dr. José Graziano a Kigali.
2011/jun	Encontro entre o Ministro Antonio Patriota e o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS.
2011/jun	Assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda.

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	29/09/2007	Em ratificação



Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para a Ruanda (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	0	0,0%	2	0,3%	212	22,4%
Máquinas e aparelhos para colheita agrícola	96	28,3%	134	19,2%	139	14,7%
Máquinas mecânicas com função própria	0	0,0%	13	1,8%	110	11,6%
Outras preparações e conservas de carne	0	0,0%	0	0,0%	100	10,6%
Máquinas p/ selecionar, peneirar, separar minérios	0	0,0%	0	0,0%	77	8,1%
Frutas e outras partes comestíveis de plantas preparadas	0	0,0%	0	0,0%	55	5,8%
Outras máquinas para elevação	9	2,5%	0	0,0%	55	5,8%
Aparelhos para tratamento de metais e de vidro	0	0,0%	0	0,0%	47	5,0%
Máquinas p/ limpeza, seleção ou peneiração de grãos	227	66,9%	4	0,6%	33	3,5%
Café solúvel	0	0,0%	0	0,0%	23	2,4%
Subtotal	331	97,7%	153	21,9%	852	89,9%
Outros	8	2,3%	546	78,1%	96	10,1%
Total	339	100,0%	698	100,0%	948	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

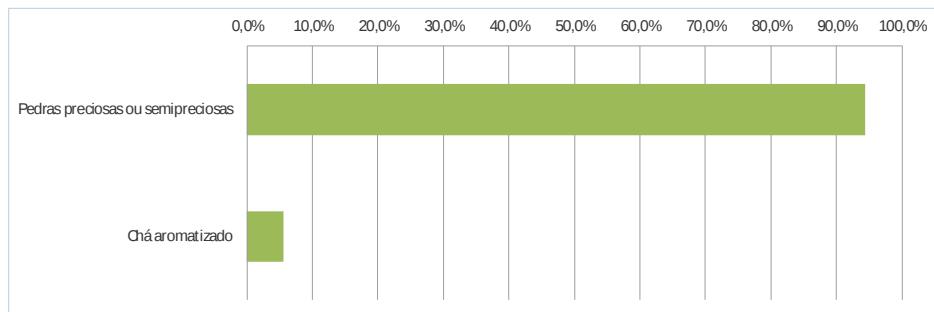


Composição das importações brasileiras originárias da Ruanda (SH4)
US\$ mil

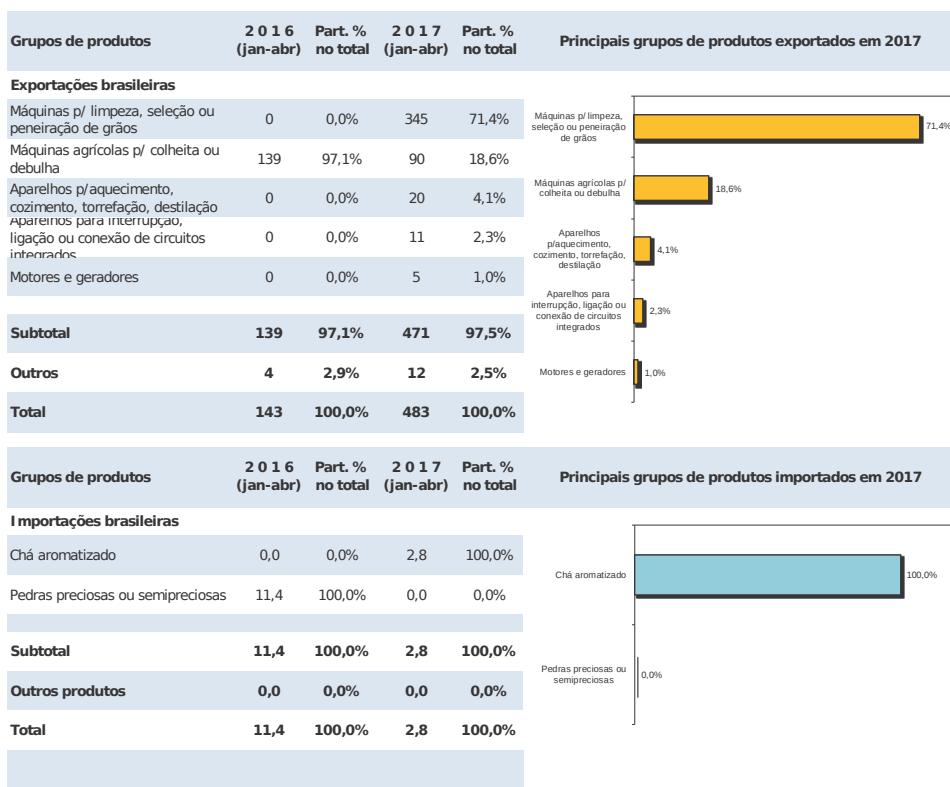
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pedras preciosas ou semipreciosas	0,0	0,0%	1,1	26,5%	11,4	94,4%
Chá aromatizado	0,1	2,3%	1,6	36,7%	0,7	5,6%
Artefatos de joalharia	1,8	36,6%	1,0	22,6%	0,0	0,0%
Malas e maletas	0,6	12,2%	0,5	11,7%	0,0	0,0%
Xales, écharpes e lenços de pESCOço	2,0	39,9%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	4,5	90,9%	4,2	97,5%	12,1	100,0%
Outros	0,4	9,1%	0,1	2,5%	0,0	0,0%
Total	4,9	100,0%	4,3	100,0%	12,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016

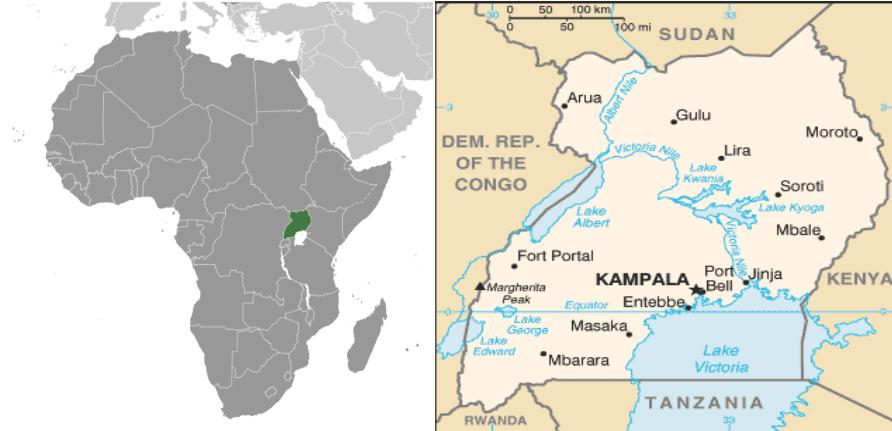
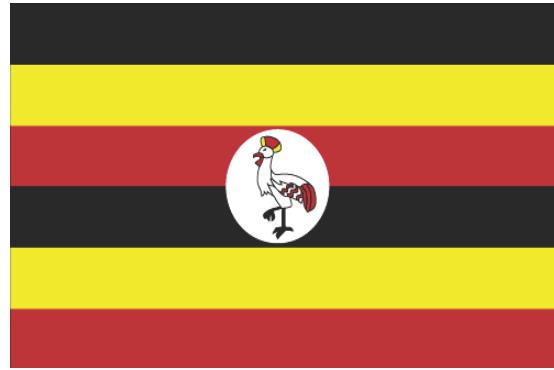


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE UGANDA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017**

DADOS BÁSICOS UGANDA

NOME OFICIAL	República de Uganda
GENTÍLICO	Ugandense
CAPITAL	Campala (1,6 milhão de habitantes- equivalente à população de Recife)
ÁREA	241.038 km ² (aproximadamente do tamanho do estado do Piauí)
POPULAÇÃO (2015)	39,03 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã Protestante (42%); Cristã Católica (41,9%); islâmica (12,1%); outras (3,1%); sem religião (0,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembléia Nacional
CHEFE DE ESTADO	Presidente Yoweri Kaguta Museveni (desde 1986)
CHEFE DE GOVERNO	PM Ruhakana Rugunda (desde 2014)
CHANCELER	Sam Kahamba Kutesa (desde 2014)
PIB nominal (FMI, 2016)	US\$ 25,61 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhão)
PIB PPP (FMI, 2016)	US\$ 84,92 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 623,39 (Brasil: US\$ 8.726,9)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 2.066,99 (Brasil: US\$ 15.241,73)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2016)	4,94% (2016 est.); 4,81% (2015 est.); 4,89% (2014)
IDH (PNUD, 2015)	0,493
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (BM, 2014)	58,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Unesco, 2015)	73,86%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2014)	5,93%
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim ugandense US\$ 1 = 2490,2 UGX
EMBAIXADORA EM CAMPALA	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Oliver Wonekha (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UGANDA (US\$ mil F.O.B) -Fonte: MDIC									
Brasil → Uganda	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	3.015	3.580	5.222	9.260	5.670	4.355	4.514	5.972	3.981
Exportações	2.663	3.490	4.893	8.889	5.398	4.288	3.953	5.967	3.977
Importações	351	89	328	370	272	67	560	5	4
Saldo	2.312	3.400	4.565	8.519	5.125	4.221	3.393	5.972	3.981



APRESENTAÇÃO

A República de Uganda é um país continental, situado na região dos Grandes Lagos, que faz fronteira com o Quênia, o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo, Ruanda e Tanzânia. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1962, quando se tornou membro da *Commonwealth*. A população ugandense é estimada em 39,03 milhões.

Nos últimos anos, Uganda registrou expressivo crescimento econômico. Apesar disso, o país permanece dependente da ajuda oficial ao desenvolvimento, bem como dos investimentos externos, sobretudo da China, que desempenham papel fundamental na ampliação da infraestrutura energética e de transporte ugandense.

A estabilidade político-institucional e econômica alcançada após a assunção da Presidência por Yoweri Museveni, em 1986, também se reflete em uma presença mais ativa na política regional. Uganda é o maior contribuinte de tropas para a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM). Em 2013, o país enviou tropas, também, para o Sudão do Sul, no contexto da escalada do conflito civil neste país. O presidente Museveni tem atuado como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como no Burundi. Uganda abriga, atualmente, a segunda maior população de refugiados do mundo, estimada em mais de um milhão de pessoas, das quais 900 mil são refugiados sul-sudaneses.

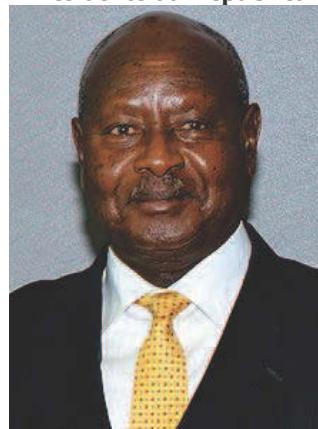
No plano multilateral, Uganda tem tido participação ativa na União Africana, bem como nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em crises e em conflitos no Chifre da África e na África Oriental. Em 2010, Campala foi sede da Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional. Uganda também abriga, na cidade de Entebbe, centro de serviços regional das Nações Unidas, destinado a prestar apoio logístico a missões de paz no continente.



Perfis biográficos

YOWERI KAGUTA MUSEVENI

Presidente da República



Yoweri Museveni nasceu em Ntungamo, Uganda, em 1944. Graduou-se em Economia e Ciência Política na Universidade de Dar Es Salam, Tanzânia. Durante a juventude, adotou o marxismo e os ideais pan-africanos. Formou a Frente Africana Revolucionária dos Estudantes Africanos e esteve em Moçambique, onde recebeu treinamento de guerrilha da FRELIMO.

Em 1970, ingressou no serviço de inteligência do presidente ugandense Milton Obote. Em 1971, quando Idi Amin Dada assumiu o poder por meio de um golpe de estado, Museveni exilou-se na Tanzânia, junto com Obote. Em 1978, ano em que Idi Amin ordenou a invasão da Tanzânia, Museveni e outros exilados e rebeldes ugandenses criaram a Frente de Libertação Nacional de Uganda (UNFL). Em abril de 1979, com a deposição de Idi Amin pela aliança formada pela UNFL e pelo exército tanzaniano, Museveni tornou-se Ministro da Defesa. Em 1980, com a deposição do então Presidente Yusuf Lule, Museveni foi transferido para a pasta da Cooperação Regional e, em seguida, tornou-se Vice-Chefe da Comissão Presidencial, que convocou eleições nacionais.

Em 1986, à frente de tropas insurgentes, Museveni depôs o Presidente Okello, e assumiu o controle do país. Em maio de 1996, nas primeiras eleições sob seu comando, foi eleito presidente da República, cargo para o qual foi reeleito em 2001. Foi reeleito Presidente sucessivamente em 2006, 2011 e 2016, graças a emenda na Constituição que permitiu a reeleição para o cargo por mais de uma vez.

RUHAKANA RUGUNDA

Primeiro Ministro





Ruhakana Rugunda nasceu em 7 de novembro de 1947. Formou-se em Medicina pela Universidade Escola Makere de Medicina e pela Universidade da Zâmbia. Possui mestrado em saúde pública pela Universidade de Berkeley, na Califórnia. Antes de seguir a vida política, trabalhou como médico na Zâmbia, nos Estados Unidos (Washington) e no Quênia.

Após a chegada de Museveni ao poder, em 1986, Ruganda assumiu vários postos políticos: ministro da Saúde, de 1986 a 1988; ministro do Trabalho, Transporte e Comunicação, de 1988 a 1994; ministro de Negócios Estrangeiros, de 1994 a 1996; ministro da Informação, de 1996 a 1998; ministro da Presidência, de 1998 a 2001; ministro das Águas, da Terra e do Meio Ambiente, de 2001 a 2003; ministro de Negócios Internos, de 2003 a 2009. Em 2009, foi nomeado representante permanente de Uganda nas Nações Unidas, servindo como presidente do CSNU em julho de 2009 e em outubro de 2010. Em maio de 2011, foi novamente designado ministro da Informação e da Comunicação Tecnológica, e, em 2013, voltou a ser ministro da Saúde. Em 2014, foi nomeado primeiro-ministro.

Relações bilaterais

As relações Brasil-Uganda, estabelecidas em 1970, são ainda ténues, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e raras visitas de alto-nível de parte a parte. A região da África Oriental e dos Grandes Lagos, onde se situa Uganda, constituem a última fronteira da diplomacia brasileira no continente africano. Desde o final dos anos 2000, e em especial após a visita do então Presidente Lula ao Quênia e à Tanzânia, em 2010, o Brasil tem buscado intensificar paulatinamente sua presença na região. A representação brasileira junto ao governo de Campala faz-se por cumulatividade com a Embaixada em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ugandense em Washington responde pelas relações com Brasília.

As poucas visitas de alto nível registradas entre os dois países deram-se no contexto de grandes eventos multilaterais ou partiram de iniciativa ugandense. Em 1984, o então Ministro de Cooperação e Comércio Yona Kanyomozi realizou histórica visita ao Brasil. O presidente Museveni esteve no Brasil em três ocasiões: Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, 1992; XI Conferência da UNCTAD,



2004; e V Foro Urbano Mundial (UN-Habitat), 2010. Em maio de 2014, o presidente Museveni encontrou-se, ainda, com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana. Em junho de 2012, a ministra do Meio Ambiente ugandense Flavia Munaaba esteve no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Entre outras visitas de parte à outra, cabe ainda mencionar a realização, em dezembro de 2010, em Campala, de reunião de consultas políticas entre os diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty e seus homólogos ugandenses, bem como a vinda ao Brasil, em março de 2015, do Embaixador Johnny Muhindo, então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda. Nesta ocasião, em encontros mantidos no Itamaraty, foram verificados critérios para a abertura de Embaixada ugandense em Brasília, bem como avaliadas possibilidades de cooperação entre os dois países.

Cooperação bilateral

Os esforços de aproximação com Uganda têm ocorrido, sobretudo, no campo da cooperação. As áreas de agricultura e energia, em particular, têm-se revelado promissoras para o adensamento das relações bilaterais. Em setembro de 2011, foi assinado entre os dois países o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que se encontra, atualmente, em renegociação. Uma vez em vigor, o Acordo deverá fornecer o marco jurídico para a estruturação de projetos de cooperação com o país.

O Brasil não mantém, no momento, projeto de cooperação em execução ou negociação com Uganda. Ressalta-se que o país foi parte da missão de diagnóstico do projeto "Cotton Victoria", para o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão na África Oriental, realizada entre novembro e dezembro de 2013, porém não foi integrado ao referido projeto, uma vez que o setor cotonicultor ugandense não possuía relevância semelhante àquela observada em outros países (Tanzânia, Quênia, Burundi).

No passado, foram realizadas iniciativas bilaterais com resultados positivos nas áreas de biocombustíveis, combate à corrupção, segurança alimentar, desenvolvimento social e esportes. Entre as ações de maior relevância, vale mencionar a troca de missões entre Brasil e Uganda, em 2008 e 2009, para o compartilhamento da experiência brasileira na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar; o envio de missão parlamentar ugandense, em 2009, a Brasília, a fim de conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao combate à corrupção, e a realização, em 2010, em Campala, do seminário "Pro-Renova", visando à difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira. Em março de 2012, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi também realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social.



Em abril de 2012, realizou-se em Campala a 126ª Assembleia da União Interparlamentar. Na ocasião, a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga, manteve encontro com o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, quando foram analisadas perspectivas de cooperação bilateral. A senhora Kadaga apresentou proposta de Memorando de Entendimento de cooperação parlamentar.

Em junho de 2014, Uganda também manifestou interesse no treinamento de diplomatas pelo Instituto Rio Branco. Em fevereiro de 2015, a Chancelaria ugandense encaminhou à Embaixada brasileira proposta de Memorando de Entendimento entre as academias diplomáticas dos dois países, cujas negociações ainda não foram concluídas.

Em março de 2015, por ocasião da visita ao Brasil do então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda Johnny Muhindo, foram debatidas possibilidades de cooperação técnica com o Brasil, com destaque para o cultivo da mandioca, bem como de cooperação na área de comércio e investimentos, sobretudo nas áreas de construção, mineração e agricultura. Também foi avaliada a possibilidade de abertura de curso de português em Uganda.

No âmbito da cooperação humanitária, Uganda é beneficiária da Lei 12.429/2011, que autoriza a doação de estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Em 2012, foram doadas 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465,00 ao país. A doação, destinada a campos de refugiados congoleses no país, foi recebida em 2013.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é ainda modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas, em grande medida, por manufaturados como máquinas agrícolas, motores elétricos e pneus. As importações brasileiras de Uganda foram insignificantes nos últimos anos, tendo-se restringido à compra de especiarias e ferramentas de metal, em 2016.

A estabilidade macroeconômica observada em Uganda nos últimos anos poderá favorecer a presença de investimentos brasileiros no país. A estratégia atual do governo ugandense de promover o robustecimento da infraestrutura como forma de elevar a competitividade e acelerar o crescimento do país também oferece oportunidades para a atuação de empresas brasileiras em Uganda no futuro.

Assuntos consulares

O Brasil não possui representação diplomática residente em Uganda; portanto, questões consulares relativas ao país estão a cargo da Embaixada em Nairóbi. A jurisdição da Embaixada inclui, além de Quênia e Uganda, a República de Ruanda, a República do Burundi e a República Federal da Somália. No período de 2004 a 2012, manteve-se o Consulado Honorário em Campala, com jurisdição sobre todo o território da República de Uganda, subordinado à Embaixada do Brasil em Nairóbi.



Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Brasil a Uganda.

Política interna

O quadro político interno ugandense é caracterizado por histórica fragmentação em reinos e etnias rivais, que deram origem a divisões e a disputas pelo poder na história do país independente. Após a Conferência de Berlim de 1884, o território ao norte das margens do Lago Vitória foi declarado protetorado britânico. Em 1902, a região foi desmembrada em Uganda e Quênia. A partir de então, intensificou-se a exploração colonial do território, que exportava para a Inglaterra principalmente algodão e café. Diversamente do Quênia, Uganda não acolheu número significativo de colonos europeus, mas de mão-de-obra proveniente de outras partes do Império Britânico, sobretudo da Índia. Esses imigrantes forçados foram responsáveis pela construção da infra-estrutura e administração da colônia.

Em 1962, Uganda tornou-se independente da Inglaterra. O primeiro governo após a independência foi formado por uma coalizão entre líderes do Sul e do Norte do país, com a nomeação do Rei Edward Mutesesa (da etnia Bantu, predominante no Sul) para o cargo de Presidente, e Milton Obote (da tribo Langui, no Norte) para Primeiro-Ministro. Ao tentar instituir um regime de partido único, com o objetivo de eliminar o tribalismo, o Primeiro-Ministro Obote entrou em conflito com o Presidente. Em 1966, com o apoio do Exército, Obote suspendeu a Constituição, que assegurava considerável autonomia aos diversos reinos tribais. Nesse mesmo ano, Obote tomou o poder. A resistência de Mutesesa ao golpe foi reprimida pelo Exército, então sob o comando do General Idi Amin Dada.

Em 1971, Idi Amin, que vinha concentrando cada vez mais poder em suas mãos, depôs Obote. Uma das primeiras medidas do governo de Idi Amin consistiu na deportação em massa da população de origem indiana (elite comercial do país) e no subsequente confisco de suas propriedades. Valendo-se de um populismo xenófobo que explorava as rivalidades étnicas, e apoiado por uma guarda de militares oriundos de sua etnia (Kakwa), o mandatário consolidou-se no poder, chegando a angariar altos índices de popularidade por curto período.

Durante sua gestão, o cenário político foi pontuado por assassinatos de membros da oposição, pela perseguição de líderes religiosos cristãos (Idi Amin era muçulmano, num país onde mais de 80% da população professam o cristianismo) e por ataques armados contra tribos rivais, como o grupo dos Langui, do Presidente deposto Milton Obote. Em 1978, uma revolta de tropas dissidentes do regime de Idi Amin cruzou a fronteira com a Tanzânia, onde Obote e outros dissidentes haviam encontrado asilo. Adotando como pretexto uma disputa lindeira com o país vizinho, Idi Amin declarou guerra à Tanzânia e enviou tropas para atacar os rebeldes. Em resposta, tropas tanzanianas e refugiados ugandenses invadiram Uganda,



precipitando a deposição de Idi Amin, que se exilou na Arábia Saudita em 1979. Ao longo de seus nove anos, o governo de Idi Amin deixou mais de 300 mil mortos.

As forças invasoras instalaram novo governo em Campala, sob a égide da Frente Nacional de Libertação de Uganda, liderada por Yusuf Lule, figura proeminente nos meios tribais da região sul do país. Inconformadas com a perda de espaço político, as etnias da região norte, área de influência de Milton Obote, formaram o Novo Exército Nacional de Libertação de Uganda (UNLA), que logo assumiu o controle e depôs Lule. Uma comissão militar assumiu o poder e organizou eleições presidenciais em 1980, que levaram à recondução de Milton Obote à Presidência. Um dos candidatos derrotados, Yoweri Museveni, não aceitou o resultado do pleito e deflagrou uma guerrilha contra o governo instituído, à frente do Exército de Resistência Nacional (NRA).

O segundo governo de Obote, tal como o primeiro, dependeu do apoio do Exército (UNLA), uma vez que o mandatário não foi capaz de angariar consenso entre as diversas facções tribais do país. Por outro lado, o movimento guerrilheiro de Museveni passou a aglutinar número crescente de opositores ao regime. Como resultado dos combates, estima-se que o número de vítimas tenha ultrapassado o do período de Idi Amin. Em julho de 1985, o Exército, desgastado com a luta de guerrilha, ocupou Campala e depôs Obote, que se refugiou na Zâmbia.

O Conselho Militar liderado pelo General Tito Okello assumiu o poder e tentou iniciar negociações de paz com o NRA. Este, por sua vez, recusou-se a dialogar com os militares, tidos como colaboradores de Obote e responsáveis pelo massacre de milhares de civis. Em janeiro de 1986, tropas do NRA invadiram Campala, que foi dominada após violentos conflitos. O Conselho Militar foi dissolvido e Museveni, empossado Presidente, à frente do Conselho de Resistência Nacional (CRN), formado pela cúpula da NRA e por elementos de seu braço político, o Movimento de Resistência Nacional (MRN).

Quadro recente

A vida política de Uganda tem sido dominada, há trinta anos, pela figura de Yoweri Museveni, Presidente da República desde 1986. No início de sua gestão à frente do país, Museveni proscreveu os partidos políticos, com a exceção de seu partido, o Movimento de Resistência Nacional (MRN). Embora houvesse prometido convocar eleições dentro de cinco anos (1991), o governo permaneceu no poder por um quinquênio adicional e convocou eleições apenas em 1996.

Em 1994, uma Assembleia Constituinte iniciou os trabalhos de elaboração de nova Constituição, promulgada em outubro de 1995. Em maio de 1996, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória esmagadora de Museveni. Dois meses depois, as eleições legislativas confirmaram a ampla maioria parlamentar do MRN.

Em referendo realizado em junho de 2000, o Presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato, obtido em 2001, e para que não se adotasse o multipartidarismo no país.



O multipartidarismo foi adotado somente em 2005, após a realização de referendo nacional. O Parlamento pôs fim, contudo, ao dispositivo constitucional que limitava o instituto da reeleição a uma única vez. Desse modo, em 2006, Museveni apresentou-se como candidato à Presidência e venceu as eleições, tendo sido reeleito, sucessivamente, em 2011 e em 2016. A perspectiva de Museveni voltar a apresentar-se como candidato em 2021 esbarra, atualmente, no limite de 75 anos estabelecido pela Constituição do país para candidatos presidenciais, embora já se observem movimentações políticas no sentido de promover nova reforma constitucional.

O pleito de fevereiro de 2016 transcorreu em clima tenso, com frequentes acusações pela oposição de intimidação pelos *crime preventers*, cidadãos treinados por forças policiais ugandenses para dar apoio, em princípio, no combate à violência e às irregularidades durante o processo eleitoral. A figura do *crime preventer* havia sido criada pelo governo ugandense em 2014. O resultado do pleito também foi contestado, gerando instabilidade temporária no país. Em recorrentes episódios, o principal candidato da oposição, Kizza Besigye, o qual se havia posicionado em segundo lugar, com 37% dos votos, foi detido em prisão domiciliar após a conclusão do processo eleitoral.

Além do recrudescimento da oposição em Uganda, os principais desafios internos a serem enfrentados pelo presidente Museveni incluem a ameaça de ataques pelo grupo terrorista Al-Shabaab, em retaliação à presença de tropas ugandenses na Somália, e a necessidade de acomodação de demandas separatistas e autonomistas na região de Rwenzori, na fronteira com a República Democrática do Congo. Em 2009, o governo de Uganda reconheceu o reino de Rwenzururu, ligado à etnia bakonzo, na região das montanhas Rwenzori, como entidade fruto de tradições culturais e históricas. Embora não detenha poder político de fato, o reino detém certa autonomia, e seu monarca (Omusinga) Charles Wesley Mumbere exerce grande influência política. A persistência de reivindicações secessionistas por determinados grupos na região tem acarretado, contudo, conflitos pontuais com as forças de Campala. Em novembro de 2016, confronto entre as forças de segurança ugandenses e milícias separatistas da região deixou mais de cem mortos.

Política externa

Até o golpe de estado liderado por Idi Amin Dada, em 1971, a política externa ugandense pautava-se pela manutenção de fortes vínculos com o Reino Unido e, em seu entorno regional, com o Quênia e com a Tanzânia. Durante o governo de Idi Amin, ocorreu progressivo isolamento internacional de Uganda, bem como deterioração do relacionamento com os países vizinhos.

A partir de 1986, com a assunção da Presidência por Museveni e a estabilização do país, Uganda passou a concentrar esforços na recuperação econômica, adotando uma política externa de reaproximação com os vizinhos e com



países ocidentais, principalmente com os grandes doadores.

Em novembro de 1999, Uganda assinou, juntamente com o Quênia e com a Tanzânia, o Protocolo para a formação de União Aduaneira da Comunidade da África Oriental (EAC). Essa organização foi constituída em 1967, desfeita dez anos depois e finalmente restabelecida em 1999. Em 2007, Burundi e Ruanda aderiram ao bloco, e, em 2016, o Sudão do Sul também o fez. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas e PIB de cerca de US\$ 146 bilhões em 2016, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024. Na presidência de Uganda, Museveni manteve persistente posição em favor da integração econômica regional. Dada sua condição de país continental, sem saída para o mar, e sua dependência da importação de bens de consumo, é compreensível que o país adote tal política.

A manutenção de rota de comércio junto ao Oceano Índico é preocupação estratégica que antecede a independência do país. Por esta razão, as relações com o Quênia constituem tema de grande importância desde a construção da ferrovia Mombaça-Campala, ainda no início do protetorado britânico. Contudo, no que diz respeito ao escoamento da futura produção de petróleo ugandense, prevista para iniciar-se em 2020, Campala optou pela construção de oleoduto que deverá ligar o distrito ugandense de Hoima à cidade portuária de Tanga, na Tanzânia. A decisão frustrou expectativas quenianas de que a rota do projeto tivesse como destino porto do Quênia.

Além da EAC, Uganda é um dos seis membros da Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), foro que tem desempenhado papel de relevo na mediação política no Sudão do Sul, Somália e Burundi.

Embora atualmente Uganda mantenha boas relações com seus vizinhos, e seja considerada, ao lado de Quênia e Tanzânia, um foco de estabilidade regional, a história recente do país registrou grande instabilidade nas relações com os países vizinhos. Uganda envolveu-se na guerra civil do Congo (República Democrática do Congo- RDC), que durou de 1998 a 2003.

As relações com o Sudão chegaram a ser rompidas nos anos 1990, em meio a acusações mútuas de apoio a grupos contrários aos respectivos governos. Em dezembro de 2002, Uganda e Sudão assinaram um acordo de paz que determinou o restabelecimento de relações diplomáticas e a suspensão do apoio a grupos rebeldes. Especula-se que antes dos acordos de paz entre o norte e o sul do Sudão, o “Exército de Resistência do Senhor” (em inglês, “Lord’s Resistance Army – LRA”) recebia suporte militar de Cartum, ao passo que o governo de Uganda apoiava o “Movimento de Liberação do Povo do Sudão” (SPLM). Com a implementação dos acordos de paz, nos quais Uganda teve papel de destaque, Cartum ter-se-ia distanciado do LRA, o que, somado à pressão de Uganda e do Sudão do Sul, enfraqueceu o movimento, que perdeu bases e apoio logístico.



A partir de 2014, as relações entre Uganda e Sudão tiveram expressiva melhora, inclusive, com a realização de visitas de chefe de Estado. A busca pela reaproximação de Cartum condiz com os esforços do governo ugandense para exercer maior influência na mediação de conflitos e na promoção da estabilidade regional. Campala também tem manifestado grande interesse na estabilização do Sudão do Sul, o que pode ser explicado pela forte presença de nacionais ugandeses na economia do país vizinho, bem como pelo crescente volume de refugiados sul-sudaneses em Uganda, os quais geram pressão adicional sobre os recursos governamentais.

Desde o início da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, a entrada de refugiados provenientes deste país em território ugandense teve aumento exponencial, de modo que Uganda já concentra, hoje, a segunda maior população de refugiados do mundo, posicionando-se, apenas, atrás da Turquia. Trata-se da crise de refugiados com a maior taxa de crescimento do mundo. Estima-se em cerca de 900 mil pessoas o número atual de refugiados sul-sudaneses em Uganda, os quais representam a quase totalidade dos refugiados no país. Segundo a ONU, para garantir a assistência a esse volume de refugiados, seriam necessários cerca de US\$ 2 bilhões anuais, de modo que Uganda depende, essencialmente, da assistência humanitária internacional.

A política de acolhimento de refugiados em Uganda é considerada modelo pela ONU, ao aliar assistência humanitária e desenvolvimento humano. Aos refugiados são concedidos o direito de livre circulação e de trabalho, sendo-lhes dado acesso à terra e aos serviços de saúde e educação. O aumento vertiginoso da população de refugiados, no entanto, desafia a sustentabilidade desse modelo. Com o intuito de financiar essa política, Uganda e a ONU realizarão uma reunião de cúpula em solidariedade aos refugiados, em 22 e 23 de junho de 2017.

Em dezembro de 2013, com o início das hostilidades na região de Juba, tropas ugandenses intervieram no Sudão do Sul. Na ocasião, Campala afirmou que a intervenção visava a impedir que ocorresse no Sudão do Sul cenário semelhante ao do genocídio de Ruanda, de 1994. As tropas ugandenses, que, para prestar apoio à UNMISS, deveriam, em princípio, ter permanecido no Sudão do Sul até o envio de força da IGAD, apenas começaram a ser retiradas em outubro de 2015, em decorrência do acordo de paz assinado entre o presidente sul-sudanês Salva Kiir e as forças rebeldes.

As relações com os vizinhos ainda apresentam, por vezes, pontos de tensão, com a descoberta de recursos naturais importantes em regiões de fronteira. Em março de 2009, por exemplo, ocorreram tensões diplomáticas com o Quênia relativas à posse e à soberania da ilha de Mizingo, no Lago Vitória. Em maio de 2016, foi registrado novo incidente, dessa vez, na fronteira com a RDC, no lago Alberto, também objeto de disputa entre os dois países. O episódio não chegou, contudo, a prejudicar as relações bilaterais.

Com a estabilização do cenário econômico e político em Uganda, após a chegada ao poder de Museveni, houve sensível melhora nas relações com países



ocidentais e organismos internacionais, que se tem revertido em investimentos, doações e assistência humanitária. Tradicionalmente, os EUA, o Reino Unido e os países da União Europeia são os países que mais contribuem com doações para Uganda. Grande parte da ajuda internacional recebida pelo país tem como objetivo o combate ao vírus HIV, que já chegou a acometer 30% da população ugandense, nos anos 1980, restringindo-se a 6% atualmente.

A China, por sua vez, consolidou-se, nos últimos anos, como parceiro-chave de Uganda, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos. Em 2016, o país asiático superou a Índia como principal origem das importações de Uganda. Em 2015, as importações ugandenses da China atingiram pico de US\$ 875 milhões, representando um aumento de 67% em relação a 2011. Em abril de 2017, comerciantes ugandeses chegaram a protestar contra a entrada massiva de produtos chineses no país, que teria supostamente contribuído para elevar o desemprego no setor do comércio. Apesar disso, os financiamentos chineses para a realização de grandes projetos de infraestrutura têm importância estratégica para Uganda. Até junho de 2016, o governo ugandense já havia obtido US\$ 8,8 bilhões em crédito junto ao *EXIM Bank* da China, instituição que já supera o Banco Mundial como maior credor do país. No início de 2017, Uganda concluiu com a instituição acordo para fornecimento de mais US\$ 2,3 bilhões, para a construção de trecho de ferrovia de 273 quilômetros, ligando Campala à Mambala, na fronteira com o Quênia. A China também se destaca nos acordos para a projetada produção ugandense de petróleo. Em setembro de 2013, a empresa chinesa *China's National Offshore Oil Corporation* (CNOOC Uganda) foi a primeira petroleira a obter licença para extração das reservas de petróleo em Uganda. Além disso, a China já se posiciona como um dos principais doadores de Uganda, inclusive por meio da construção de importantes obras públicas, como o Hospital de Naguru ("China-Uganda Friendship Hospital Naguru" em inglês) e os prédios em que se localizam os escritórios do presidente e do primeiro-ministro ugandenses.

A estabilidade político-econômica alcançada nas últimas décadas também permitiu ao país exercer papel político cada vez mais relevante em sua região. Em junho de 2010, Campala sediou a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional e, em julho subsequente, a Cúpula de Chefes de Estado e de governo da União Africana. Uganda é membro da ONU e de várias agências associadas, bem como membro fundador da União Africana. Também pertence ao Movimento de Países Não-Alinhados, ao Grupo dos 77, e à Organização da Conferência Islâmica. Em julho de 2010, foi estabelecido centro de serviços regional das Nações Unidas em Entebbe (distrito limítrofe a Campala onde se encontra o principal aeroporto do país), destinado a prestar apoio logístico às missões de paz no continente. Vale mencionar, também, que o presidente Museveni tem atuado como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como no Burundi.

Uganda constitui, ao lado do Burundi, o maior contribuinte de tropas para a missão de paz da União Africana na Somália (AMISOM), onde mais de 2.500 soldados ugandenses combatem grupos insurgentes, alguns deles ligados à al-Qaeda,



notadamente o Al-Shabaab. Em julho de 2010, como retaliação ao engajamento ugandense em favor da estabilização daquele país, o Al-Shabaab perpetrhou atentado terrorista em Campala, que resultou em dezenas de vítimas. No contexto das eleições presidenciais de 2016, novas ameaças de ataque pelo Al-Shabaab causaram preocupação em Uganda, embora não tenham sido concretizadas. Em maio de 2017, o presidente Museveni anunciou que planeja dobrar seu contingente de tropas na AMISOM, em apoio à luta do contra o Al-Shabaab.

Economia

A política econômica, sob o governo de Museveni, tem sido caracterizada por uma abordagem favorável ao livre-mercado, bem como pelo aprofundamento da integração regional no seio da Comunidade da África Oriental (EAC). Os maiores desafios ao pleno desenvolvimento de Uganda a serem enfrentados nos próximos anos dizem respeito à instabilidade política no entorno regional ugandense, bem como à persistência da baixa taxa de produtividade, relacionada ao déficit em infraestrutura e ao reduzido volume de investimentos privados no país. Por outro lado, o país poderá beneficiar-se das receitas advindas da recente descoberta de petróleo na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC) para potencializar investimentos em setores estratégicos. Segundo autoridades locais, as reservas ugandenses de petróleo poderiam superar 2,5 bilhões de barris. Empresas como a britânica Tullow Oil, a francesa Total e a chinesa CNOOC (*China National Offshore Oil Corporation*) já receberam licenças do governo ugandense para explorar petróleo no país.

A economia ugandense tem crescido substancialmente nos últimos anos, devido, sobretudo, a reformas econômicas e a um aumento na população urbana. O PIB de 2016 foi estimado em US\$ 25,61 bilhões, com um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. O PIB per capita de 2016 foi estimado em US\$623,39. A expectativa, contudo, é de que esse crescimento ocorra no futuro em níveis mais moderados do que os observados ao longo dos últimos anos.

Os investimentos, sobretudo em infraestrutura, são uma variável-chave para a manutenção de níveis sustentáveis de crescimento no país, nos próximos anos. Desse modo, deverá manter-se ou elevar-se a dependência de Uganda em relação a investidores externos, sobretudo da China, cujas instituições financeiras têm tido papel central no fornecimento de crédito para a construção de infraestrutura nos setores de energia e de transportes. Como consequência, a dívida externa de Uganda, que elevou-se de US\$ 5,649 bilhões, em 2015, para US\$ 6,241 bilhões, em 2016, deverá crescer em ritmo ainda mais acelerado no futuro.

Em decorrência de seu dinamismo econômico, bem como do processo de urbanização em Uganda, o setor agrícola vem perdendo espaço na economia. Estima-se que o setor de serviços já seja responsável por 54,4% do PIB, seguido da



agricultura (24,5% do PIB) e, por fim, do setor industrial (21% do PIB). Apesar disso, a agricultura continua a desempenhar papel fundamental na geração de renda no país. Em 2015, 83,9% da população de Uganda viviam em zonas rurais, e, em 2013, 72% dos empregos do país eram providos pelo setor agrícola.

O déficit fiscal em Uganda apresentou tendência de alta nos últimos anos, como resultado de grandes projetos em infraestrutura, e deverá atingir 9% do PIB no biênio 2016/2017. O endividamento externo deverá continuar a suprir esse déficit. Além disso, ressalta-se que, em 2015, 53,6% das despesas governamentais em Uganda foram provenientes da ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA, sigla em inglês).

A partir da década de 1980, o governo de Uganda promoveu intervenções na política monetária com o objetivo de diminuir a inflação e de encorajar o investimento externo. Desde 1990, a economia tem respondido positivamente, apresentando resiliência diante de crises internacionais como a de 2008. Em 2016, a arrecadação de impostos atingiu 4,6% do PIB, e a inflação foi estimada em 5,6%. Entre 2015 e 2016, o shilling ugandense (moeda nacional) foi depreciado em 50% em relação ao dólar, como forma de promover as exportações de Uganda, afetadas pela queda na produção agrícola do país relacionada à crise hídrica na África Oriental.

No setor externo, as exportações de Uganda somaram US\$ 2,723 bilhões em 2016, e as importações, US\$ 4,677 bilhões. Naquele ano, destacaram-se, na pauta de exportações do país, as vendas de café, peixes, chás, algodão, flores, produtos da horticultura e ouro. Em relação aos principais bens importados, destacaram-se os equipamentos de capital, veículos, petróleo, suprimentos médicos e cereais.

Os principais mercados de destino para as exportações ugandenses em 2015 foram: Ruanda (10,8%); Emirados Árabes Unidos (EAU) (9,9%); RDC (9,8%); Quênia (9,8%); Itália (5,8%); Holanda (4,9%); Alemanha (4,8%); e China (4,1%). As principais origens das importações de Uganda em 2015 foram: Quênia (16,5%); EAU (15,6%); Índia (13,5%); e China (13,1%).

Cronologia histórica

1962	Uganda torna-se independente com Edward Mutesa como Presidente e Milton Obote como Primeiro-Ministro.
1966	Milton Obote suspende a Constituição, que assegurava a autonomia tribal e toma o poder.
1967	Nova Constituição centraliza o poder nas mãos do Presidente.
1971	Chefe do Exército, Idi Amin Dada, depõe Milton Obote e assume o poder. Sua gestão é marcada por



	assassinatos, perseguições religiosas e ataques armados contra tribos rivais.
1979	Em uma disputa fronteiriça com a Tanzânia, o território de Uganda é invadido pela Tanzânia e refugiados ugandenses que formaram a Frente Nacional de Libertação de Uganda. Amin exilou-se na Líbia e na Arábia Saudita, onde morre em 2003.
1980	Milton Obote vence eleições presidenciais e retorna à presidência do país.
1985	Obote é deposto por um golpe militar e é substituído por Tito Okello.
1986	Rebeldes do "Exército de Resistência Nacional" (National Resistance Army) tomam Campala e instalam Yoweri Museveni como Presidente.
1993	Museveni restaura os reinos tradicionais, mas sem poderes 55olíticos.
1995	Nova Constituição é promulgada, adotando o sistema de partido único.
1996	Museveni é eleito Presidente pelo voto direto.
Jun/2000	Em referendo, ugandenses rejeitam o multipartidarismo, em favor do sistema de partido único de Musevini.
Jan/2001	A Comunidade da África Oriental é criada em Arusha, Tanzânia, com metas ambiciosas de integração econômica e monetária, além de uma bandeira e passaportes comuns. Seus membros são: Quênia, Tanzânia e Uganda.
Mar/2001	Musevini é reeleito para novo mandato de 5 anos.
Mar/2002	Sudão e Uganda assinam acordo para a contenção do grupo rebelde "Lord's Resistance Army" (LRA), ativo na fronteira entre os dois países.
Dez/2004	Governo e rebeldes do LRA iniciam as primeiras conversas, mas não há avanços significativos em direção ao fim da insurgência.
Jul/2005	Parlamento ugandense aprova emenda constitucional que retira os limites constitucionais ao número de reeleições. Em referendo, cidadãos votam pelo retorno do multipartidarismo.
Out/2005	O Tribunal Penal Internacional (TPI) expede mandado de prisão para 5 comandantes do LRA, incluindo seu líder, Joseph Kony..
Dez/2005	A Corte Internacional de Justiça (CIJ) conclui que



	Uganda deve compensar a R.D. Congo por abusos cometidos no país entre 1998 e 2003.
Fev/2006	Musevini vence as eleições presidenciais multipartidárias com 59% dos votos. Observadores internacionais apontam intimidação do candidato da oposição e atuação tendenciosa da mídia oficial.
Ago/2006	Governo e LRA assinam trégua para pôr fim ao longo conflito. Conversas subsequentes progridem lentamente.
Mar/2007	Tropas de paz de Uganda são enviadas à Somália como parte de missão da União Africana para estabilizar o país.
Fev/2008	Governo e LRA assinam cessar-fogo permanente em negociações de paz ocorridas em Juba (atual Sudão do Sul).
Nov/2008	O líder do LRA, Joseph Kony não comparece à assinatura de um acordo de paz com o governo. Uganda, R.D. Congo e os sudaneses do sul lançam uma ofensiva contra o grupo.
Jan/2009	Empresa britânica Heritage Oil anuncia a descoberta de petróleo em Uganda.
Jun/2010	Ocorre em Campala a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.
Fev/2011	Museveni vence sua quarta eleição presidencial.
Mai/2012	Dezenas de milhares de refugiados congoleses cruzam a fronteira, fugindo dos combates na R.D. Congo.
Nov/2013	É aprovado o "Public Order Management Act" (POMA), instrumento legal que autoriza as forças de segurança ugandenses a suprimir reuniões públicas.
Dez/2013	Tropas ugandenses intervêm no Sudão do Sul, após o início das hostilidades na região de Juba.
Jan/2015	Um dos principais líderes do LRA, Dominic Ongwen, é capturado e entregue para julgamento pelo TPI.
Out/2015	Tropas ugandenses começam a deixar o Sudão do Sul após a conclusão de acordo de paz entre o presidente Salva Kiir e o líder rebelde Riek Machar.
Fev/2016	Musevini vence as eleições presidenciais em pleito contestado pela oposição e completa trinta anos no poder.
Fev-Abr/2016	O líder opositor Kizza Besigye, o qual se havia posicionado em segundo lugar nas eleições presidenciais, com 37% dos votos, é detido em prisão



	domiciliar por supostamente representar ameaça à ordem pública.
Nov/2016	Conflito na região de Rwenzori, opondo forças de segurança ugandenses e milícias separatistas, deixa mais de cem mortos.

Cronologia das relações bilaterais

1970	Brasil estabelece relações diplomáticas com Uganda.
Jun/1984	Visita do Ministro de Cooperação e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi, ao Brasil.
Jun/1992	Presidente ugandense Yoweri Museveni vem ao Brasil para participar da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente.
Jun/2004	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar da XI Conferência da UNCTAD em São Paulo.
Out/2007	Brasil oferece, de comum acordo com o governo queniano, duas vagas a candidatos ugandenses para participar do curso "Kenya Wildfire Service" sobre prevenção e combate de incêndios florestais. O curso foi promovido pela ABC e ministrado pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.
Out/2008	Missão integrada por especialistas da EMBRAPA e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDESA) visitou Quênia, Uganda e Ruanda para discutir zoneamento agrícola e produção de etanol baseado em cana-de-açúcar.
Nov/2008	Ministra de Água e Meio Ambiente de Uganda, Maria Mutagamba, participou do Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em São Paulo.
Ago/2009	Missão de estudos composta por técnicos da área de energia de Uganda e Ruanda vem ao Brasil para conhecer a experiência do país em biocombustíveis.
Nov/2009	Missão do Comitê de Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda visitou o Brasil para conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento de denunciantes de corrupção.
Mar/2010	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar do V Foro Urbano Mundial, no Rio de Janeiro.
Mai/2010	Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye compareceu à Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e da África.



Jul/2010	É organizado em Campala o seminário "Pro-Renova" de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira.
Dez/2010	Diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais mantiveram consultas políticas em Campala com seus homólogos ugandenses.
Set/2011	Foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Uganda.
Mar/2012	Foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas brasileiras de proteção social.
Abr/2012	À margem da 126ª Assembleia da União Interparlamentar, ocorrida em Campala, o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, encontrou-se com a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga.
Jun/2012	Ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba, vem ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
2013	Brasil doa a Uganda 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465, destinadas a campos de refugiados congoleses no país.
Mai/2014	O presidente Museveni encontra-se com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana
Mar/2015	O então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, Embixador Johnny Muhindo, visita o Brasil, ocasião em que é anunciada a intenção de Uganda de instalar embaixada em Brasília.

Atos bilaterais

Não há registros de atos internacionais estabelecidos ou em negociação entre Brasil e Uganda.



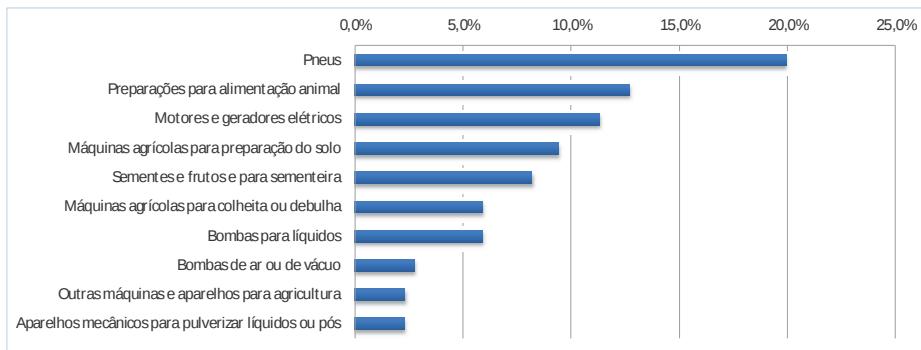
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para Uganda (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus	889	22,5%	642	10,8%	794	20,0%
Preparações para alimentação animal	0	0,0%	11	0,2%	506	12,7%
Motores e geradores elétricos	7	0,2%	11	0,2%	451	11,3%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	387	9,8%	395	6,6%	375	9,4%
Sementes e frutos e para sementeira	282	7,1%	227	3,8%	327	8,2%
Máquinas agrícolas para colheita ou debulha	470	11,9%	390	6,5%	235	5,9%
Bombas para líquidos	244	6,2%	278	4,7%	235	5,9%
Bombas de ar ou de vácuo	90	2,3%	91	1,5%	110	2,8%
Outras máquinas e aparelhos para agricultura	12	0,3%	14	0,2%	92	2,3%
Aparelhos mecânicos para pulverizar líquidos ou pós	78	2,0%	153	2,6%	91	2,3%
Subtotal	2.459	62,2%	2.212	37,1%	3.216	80,9%
Outros	1.494	37,8%	3.755	62,9%	761	19,1%
Total	3.954	100,0%	5.967	100,0%	3.977	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

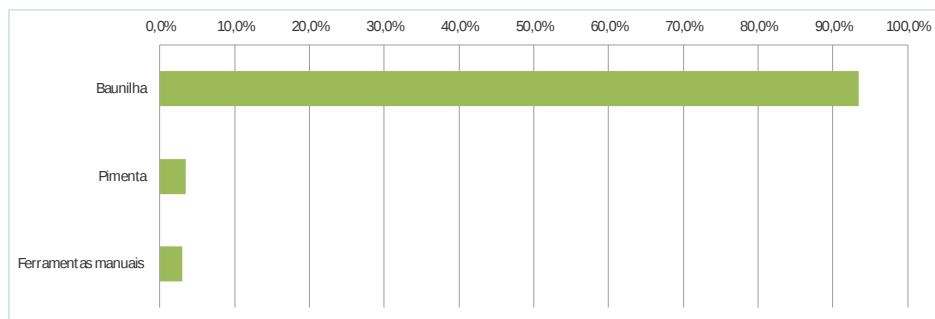


Composição das importações brasileiras originárias da Uganda (SH4)
US\$ mil

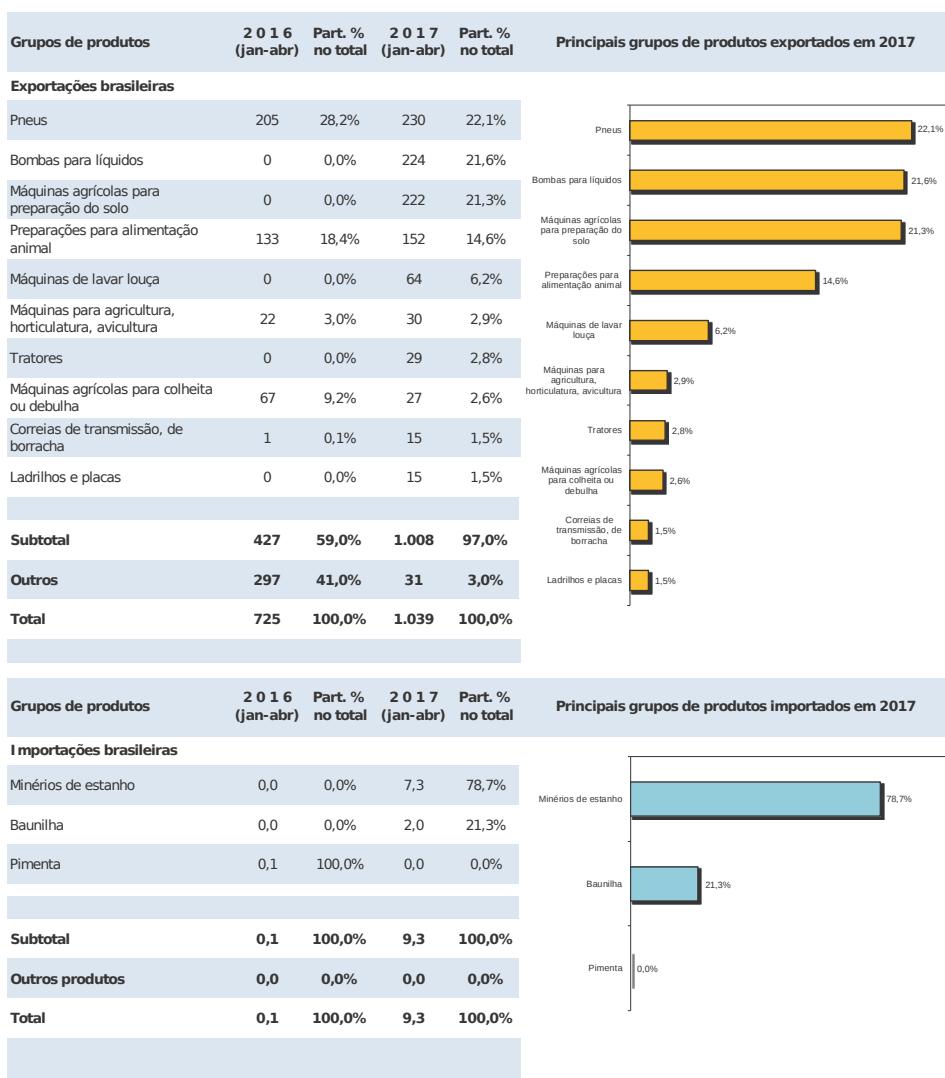
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Baunilha	0,0	0,0%	0,9	16,4%	3,8	93,5%
Pimenta	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	3,5%
Ferramentas manuais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	3,0%
Fios, varetas, tubos, chapas de metais comuns	0,0	0,0%	4,2	80,3%	0,0	0,0%
Construções de ferro fundido	0,0	0,0%	0,2	3,0%	0,0	0,0%
Mates de cobaltos	409,1	73,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Peles curtidas ou em crosta de ovinos	142,2	25,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	551,3	98,4%	5,2	99,6%	4,0	100,0%
Outros	9,2	1,6%	0,0	0,4%	0,0	0,0%
Total	560,5	100,0%	5,2	100,0%	4,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

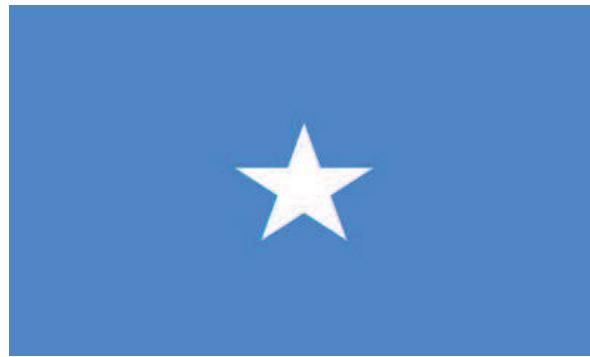


Eaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE A SOMÁLIA

NOME OFICIAL	República Federal da Somália
GENTÍLICO	Somali, somaliano(a)
CAPITAL	Mogadíscio
ÁREA	637.657 km ² (pouco maior que o Estado de MG)
POPULAÇÃO (2014)	12,317 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Somali e Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo Sunita (99,8%, religião oficial)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federal Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; a Câmara Alta (<i>Aqalka sare</i>) e a Câmara Baixa (<i>Aqalka hoose</i>) formam o Parlamento Federal da Somália (<i>Baarlama-anka Federaalka Soomaaliya</i>).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Mohamed Abdullahi Mohamed (desde 2017)
CHEFE DE GOVERNO	PM Hassan Ali Khayre (desde 2017)
CHANCELER	Yusuf Garaad Omar (desde 2017)
PIB nominal (BM, 2016)	US\$ 5,93 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões/FMI, 2016)
PIB PPP (CIA World Factbook, 2016)	US\$ 4,71 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões/FMI, 2016)
PIB nominal per capita (BM, 2015)	US\$ 551,86 (Brasil: US\$ 8.726,9/FMI, 2016)
PIB PPP per capita (CIA World Factbook, 2014)	US\$ 400 (Brasil: US\$ 15.241,73/FMI, 2016)
VARIAÇÃO DO PIB (CIA World Factbook, 2014)	2,6% (2012); 2,6% (2010); 2,6% (2008)
IDH	-
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	55 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Pnud, 2015)	31,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2016)	6,6%
UNIDADE MONETÁRIA (Banco Central da Somália, 2013)	Xelim Somaliano (1 dólar = 15.000 SOS)
EMBAIXADORA NA SOMÁLIA	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser designado (não residente)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SOMÁLIA (US\$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC

Brasil → Somália	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	9	58	63	0	15	23	25	37	81
Exportações	9	58	63	6	12	21	25	37	81
Importações	0	0	0	0	3	2	0	0	0
Saldo	9	58	63	6	9	19	25	37	81



APRESENTAÇÃO

A República Federal da Somália localiza-se na região do Chifre da África e faz fronteira com o Djibuti, a noroeste, com o Quênia, a sudoeste, com o Iémen, ao norte, e com a Etiópia, a oeste. O país também é limitado pelo Golfo de Aden, ao norte, e pelo Oceano Índico, a leste. A população da Somália foi estimada em 12,317 milhões, em 2014. O país esteve, a partir da década de 1920, dividido em Somalilândia britânica, no norte, e Somalilândia italiana, no sul. Em 1960, ambos os territórios obtiveram a independência, e uniram-se, para formar a República Somaliana.

Durante a década de 1990, a Somália passou por guerra civil e, posteriormente, por grave instabilidade, que propiciou, na prática, a fragmentação de seu território e a infiltração de grupos terroristas no país. Em 1992, foi criada a primeira missão de paz para a Somália, no âmbito das Nações Unidas e, em 2007, foi criada missão de paz promovida pela União Africana (AMISOM), que, juntamente com o fortalecimento da ajuda financeira internacional, tem permitido lento e gradual retorno à normalidade no país.

Em 2012, foi registrado importante avanço institucional na Somália, com a criação do governo Federal, por meio da qual foi concluído, oficialmente, o governo de Transição no país. Persistem, contudo, desafios relacionados à atuação de grupos terroristas como o Al-Shabaab e a aspirações independentistas ou autonomistas de regiões como a Somalilândia e a Puntalândia. A etapa mais recente do processo de retorno à normalidade na Somália ocorreu com a realização de eleições indiretas para presidente da República, entre 2016 e 2017. A partir de 2012, a Somália passou a perseguir estratégia de reinserção internacional, com a ampliação de sua rede diplomática.



Perfis biográficos

MOHAMED ABDULLAHI MOHAMED

Presidente da República



Mohamed Abdullahi "Farmajo" Mohamed nasceu em 11 de março de 1962, com cidadania somaliana e americana. É formado em história pela Universidade Estadual de Nova Iorque em Búfalo e possui mestrado em ciências políticas pela Universidade de Búfalo. Farmajo foi primeiro-secretário na embaixada da Somália em Washington entre 1985 e 1988, e, em 1991, voltou para a Somália e trabalhou no ministério de Negócios Estrangeiros, até o colapso do governo e o início da guerra civil.

Voltou a viver nos Estados Unidos durante a década de 1990 e 2000. Trabalhou principalmente para o governo de Búfalo e o condado de Erie, em cargos administrativos. Sua última posição nos Estados Unidos foi como comissário de Oportunidades Iguais no Departamento de Transporte do Estado de Nova Iorque em Búfalo, entre 2002 e 2010. Em 2010, foi nomeado primeiro-ministro da Somália e retornou ao país.

Apesar dos protestos da sociedade civil, Farmajo entregou o cargo em 19 de junho de 2011, em decorrência de um acordo político entre o presidente da Somália Sharif Ahmed e o então presidente do Parlamento Sharif Hassan visando ao adiamento das eleições que ocorreriam naquele ano.

No começo de 2012, Farmajo e seu antigo gabinete formaram o partido político Tayo. Realizou campanhas em vários países, incluindo os EUA, o Reino Unido, a Holanda e a Suécia. Candidatou-se à Presidência em 2012, sem sucesso. Voltou a apresentar sua candidatura em 2017, quando foi eleito para seu atual mandato, por voto indireto.

HASSAN ALI KHAYRE

Primeiro-Ministro





Hassan Ali Khayre nasceu em 15 de abril de 1968. Com a guerra civil na Somália, mudou-se para a Noruega, como refugiado. Estudou ciências políticas e sociologia na Universidade de Oslo e participou de associações estudantis de somalianos. Também cursou MBA na Universidade Heriot-Watt, em Edimburgo, em 2001. Atualmente, possui cidadania norueguesa e somaliana.

Após formar-se, retornou a Oslo, onde passou a atuar no Conselho de Refugiados da Noruega (CRN). Durante os vários anos em que trabalhou no CRN, chegou a desempenhar a função de diretor regional do Chifre da África, até que, em 2012, após embarcação do Conselho ser atacada no nordeste do Quênia, foi processado por negligência na Noruega e afastado de suas funções.

Entre 2013 e 2017, foi empregado da companhia inglesa de petróleo Soma. Em fevereiro de 2017, veio à tona documento da ONU em que é mencionada investigação sobre sua suposta relação com grupos extremistas como o al-Shabaab. Renunciou a seu cargo na Soma em 23 de fevereiro de 2017, mesmo dia em que foi anunciada sua nomeação como primeiro-ministro da Somália.

Relações bilaterais

A persistente instabilidade político-institucional na Somália e o quadro de inseurança que marca o cotidiano do país impediram o pleno desenvolvimento das relações bilaterais. Avanços no processo de paz somaliano registrados desde 2012 (aprovação de Constituição provisória, formação de novo Parlamento e eleição presidencial) permitiram, contudo, a renovação gradual da inserção internacional do país, contexto em que a Somália passou a buscar estreitar laços com o Brasil. Em 2013, a Somália designou Enviado Especial para Brasil, Argentina e Venezuela, residente nos Estados Unidos, o qual manifestou desejo de explorar possibilidades de estímulo ao comércio Brasil-Somália, bem como solicitou apoio para projetos de cooperação na área têxtil, em investimentos em logística e na indústria açucareira. Por meio de contato direto entre as Embaixadas dos dois países em Kuala Lumpur, o lado somali manifestou, ademais, interesse em abrir escritório econômico em São Paulo. Esses avanços são, contudo, ainda tímidos e não há registro de visitas oficiais, acordos ou iniciativas de cooperação direta entre os dois países.

No plano multilateral, o governo brasileiro tem sublinhado a importância



de que a comunidade internacional siga comprometida não apenas com o combate ao grupo terrorista Al-Shabaab e à pirataria na costa da Somália, mas também com a consolidação da paz e o desenvolvimento socioeconômico do país. Durante a fase final do período de transição somaliano, o Brasil participou de duas reuniões do Grupo de Contato para o Combate à Pirataria nas Imediações da Costa da Somália, bem como das Conferências de Londres (fevereiro de 2012) e de Istambul (junho de 2012) sobre a Somália, ocasiões em que defendeu a solução política para o conflito e o protagonismo do governo e da população somalianos no desenho e condução das políticas de desenvolvimento de seu próprio país.

O governo brasileiro também contribuiu com o processo de transição somaliano por meio de significativa cooperação humanitária. Foi realizada, em 2011 e 2012, doação de mais de 65 mil toneladas de alimentos à Somália. Apenas em 2011, foram doadas 13.420 toneladas de feijão e 43.233 toneladas de milho, cujo volume total corresponde a mais de US\$ 22 milhões. Em 2012, foram doados 8.574 toneladas de arroz (US\$ 4,07 milhões). Entre 2010 e 2012, o governo brasileiro contribuiu, ademais, com US\$ 500 mil para atividades do Programa Mundial de Alimentos (PMA), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na Somália e na região do Chifre da África. Foram doados, também, US\$ 900 mil, via Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atividades de apoio aos refugiados somalianos.

Cooperação bilateral

O governo brasileiro reconhece a necessidade de transitar, paulatinamente, de uma cooperação emergencial para uma cooperação de caráter estruturante na Somália, voltada à capacitação da população e dos agentes públicos somalianos. Embora não tenha sido assinado, até o momento, acordo de cooperação técnica entre os dois países, caso surja interesse ou proposição de projeto, a negociação poderá ser iniciada no âmbito do acordo assinado com a União Africana em 2007. O paulatino reforço da presença de agências multilaterais na Somália, permitido pela crescente estabilização de seu território, também oferece oportunidade para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação trilateral em benefício do país africano.

Recentemente, o lado somaliano manifestou interesse pelo compartilhamento de experiências brasileiras no combate ao desmatamento, bem como pela participação de estudantes somalianos no Programa Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G), o qual visa a oferecer oportunidades de formação superior no Brasil a cidadãos de países em desenvolvimento.

O Brasil iniciou, em novembro de 2013, negociações acerca de possível financiamento ao desenvolvimento de projeto trilateral em benefício da Somália no âmbito do PAA-África ("Purchase from Africans for Africa"). O PAA-Africa é programa de natureza estruturante que, desenvolvido em parceria com o PMA e a FAO, conjuga objetivos de segurança alimentar e promoção da agricultura familiar. Vale registrar, ainda, que, em dezembro de 2013, o governo somaliano manifestou



desejo de obter apoio do Brasil a projeto de cooperação em áreas como educação e infraestrutura de saúde, a ser desenvolvido pela Organização da Cooperação Islâmica (OCI), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em reação, o governo brasileiro solicitou informações sobre o desenvolvimento de projeto, para avaliar eventual contribuição técnica. Restrições orçamentárias têm dificultado a atuação da ABC em seguimento a essas iniciativas.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas basicamente por carne de frango e por açúcar de cana. Em que pese a escassez de dados comerciais sobre o país, o International Trade Center coloca o Brasil como segundo exportador de açúcar para a Somália em 2015, com USD 33 milhões, valor equivalente a 18,9% do mercado somaliano. As importações brasileiras da Somália, nos últimos anos, foram insignificantes, tendo-se restringido à compra de veículos automóveis, tratores, óleos essenciais e produtos de perfumaria em 2015. O atual momento de reconstrução do país também oferece oportunidades à atuação de empresas brasileiras na Somália. Não há registro de investimentos brasileiros na Somália.

Assuntos consulares

Os assuntos consulares pertinentes à Somália são, no momento, de responsabilidade da Embaixada do Brasil em Nairóbi, que exerce, por cumulatividade, a função de Embaixada do Brasil para a Somália. Não há registro de comunidade brasileira na Somália.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano da Somália.

Política interna

A derrocada do regime de Siad Barre, em 1991, resultou em longo período de instabilidade, marcado, inicialmente, por uma guerra civil e, posteriormente, pelo terrorismo. Quanto a esta última ameaça, o grupo Al-Shabaab, constituído em 2006, a partir da dissolução da União das Cortes Islâmicas, chegou a tomar partes consideráveis do território nacional ao governo central. Desde 2000, foram lançadas iniciativas visando à constituição de estruturas transitórias de governo, processo que culminou na adoção de constituição provisória, em 2012, que conferiu caráter federal ao país. No mesmo ano, avanços observados com respeito à situação securitária, graças à atuação da missão da União Africana na Somália (AMISOM, na sigla em inglês), permitiram a formação do governo Federal da Somália (GFS), a primeira estrutura política central e permanente no país desde



1991. Com isso, foram reunidas as condições para um lento retorno do país à normalidade institucional. A realização de eleições legislativas, em 2016, e da eleição, indireta, para a Presidência de Mohamed Abdullahi Mohamed, no início de 2017, constituem os avanços mais recentes desse processo.

Breve histórico do Estado somali contemporâneo

Com a partilha da África pela Conferência de Berlim, em 1884, a região da Somália foi dividida em zonas de influência britânica, italiana e etíope. Contudo, o Estado Dervixe somaliano, de Muhammad Abdullah Hassan, lançou-se em uma das mais extensas guerras de resistência ao colonialismo no continente, a qual, hodiernamente, é um dos símbolos do nacionalismo somaliano. O Estado Dervixe foi derrotado pelos britânicos somente em 1920.

Palco de disputas entre potências beligerantes das Guerras Mundiais, a Somália somente se tornou independente em 1960, a partir de uma fusão da Somalilândia britânica (atual região da Somalilândia) com a Somalilândia originalmente italiana, que então também era protetorado britânico. Em 1958, às vésperas da independência somaliana, teve lugar no Djibuti, então Somalilândia francesa, referendo que legitimou a manutenção do vínculo daquele território com a França, em detrimento de sua anexação a um futuro Estado somaliano independente. A nova República da Somália nasceu, portanto, fundamentada em "compromisso confederativo" voltado a unir lideranças de ex-colônias separadas, no norte e no sul, em prol de um projeto nacional unificador.

Apesar de a República da Somália haver sido considerada, no Ocidente, como modelo de transição pós-colonial democrática, o projeto nacionalista republicano não logrou substituir a estruturação do poder em lealdades clânicas existentes no país de longa data. Em 1969, enquanto visitava uma cidade na região da Somalilândia, o então Presidente somaliano, Abdirashid Ali Shermarke, foi assassinado por seus próprios guarda-costas. Nesse contexto, o então comandante do Exército, General Siad Barre, encabeçou golpe de Estado, praticamente sem oposição, contra as lideranças republicanas. A Somália foi então rebatizada República Democrática da Somália, e, com apoio das Forças Armadas, Barre manteve-se no poder entre 1969 e 1991, período em que vigorou modelo de Estado autoritário e centralista, que adaptou o socialismo marxista a preceitos islâmicos arraigados na cultura somaliana.

Após tentativa malfadada de anexação de parcela do território etíope, o governo de Siad Barre tornou-se, durante a década de 1980, crescentemente impopular e totalitário, criando as condições para a eclosão da guerra civil.

Guerra civil

Em 1991, o governo Siad Barre foi derrubado por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos, cuja aliança rapidamente esvaneceu. A incapacidade dos grupos revolucionários de formar um governo de coalizão deflagrou guerra civil que perdura, embora de maneira cada vez mais tênue, até os dias de hoje. A prolongada guerra civil desorganizou a produção agrícola somaliana e causou sucessivas crises de fome. A debilidade estatal e a pobreza também



favoreceram o recrudescimento de ilícitos transnacionais como a pirataria e, acredita-se, de atividades ligadas ao terrorismo internacional.

No norte do país, Somalilândia e Puntiplândia, regiões mais estáveis, tornaram-se territórios autônomos, com pretensões de soberania. Já em 1991, a região da Somalilândia, com capital em Hargeisa, autodeclarou-se independente, mas não foi reconhecida como Estado soberano por nenhum país. A Somalilândia vem gozando de relativa estabilidade.

No centro-sul, região mais povoada do país, onde a atuação de múltiplas milícias levou a grande fragmentação política, foi constituída a União das Cortes Islâmicas (UCI). Com ideologia ligada ao fundamentalismo islâmico e atuação transnacional, a UCI buscava representar também grande número de pessoas de etnia somaliana vivendo nos territórios da Etiópia, do Djibuti e do Quênia.

De 1992 a 1995, duas missões de paz da ONU e uma força militar de coalizão liderada pelos EUA foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização. Contudo, sem haver revertido o cenário de deterioração da guerra civil, as forças da ONU se retiraram da Somália, em março de 1995.

Em 2000, líderes regionais somalianos reunidos em conferência no Djibuti formaram o governo Nacional de Transição (GNT). Durante seus quatro anos de existência, todavia, o GNT pouco avançou em seu objetivo de promover negociações entre as diversas milícias do país. Em 2004, líderes somalianos reunidos em Nairóbi decidiram reconfigurar o governo, que passou a se chamar governo Federal de Transição (GFT).

Com promessas de estabilidade e justiça social baseadas em preceitos islâmicos, a UCI manteve-se como autoridade concorrente ao novo GFT. Em fins de 2005, a UCI tomou Mogadíscio e, com alegado apoio militar da Eritreia, conquistou, em 2006, a maior parte do sul do território somaliano, onde impôs a charia como lei local.

Em reação à evidente incapacidade do GFT de impor a sua autoridade sobre toda a extensão do território somaliano, foi criada, em 2007, da Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Por outro lado, com o apoio de Washington, tropas etíopes invadiram o território somaliano em apoio ao fragilizado governo Federal de Transição (GFT). A intervenção estrangeira deu início a conflito aberto, entre 2006 e 2009, que resultou na derrota das Cortes islâmicas.

Após a retirada das tropas etíopes em 2009, contudo, o esfacelamento da UCI deu origem a novos grupos opositores, com ideologia radical. Dentre esses grupos, destacavam-se, por seu raio de atuação e poder de fogo, as facções Al-Shabaab (“Juventude”) e Hizbul Islã (“Partido do Islã”), ambas de viés fundamentalista islâmico e pan-somalista. Em 2010, o grupo Al-Shabaab obteve vitórias militares sobre o Hizbul Islã, incorporando seus territórios e militantes. Em 2012, o Al-Shabaab declarou aliança com a rede terrorista Al-Qaeda.

Os sucessivos combates entre as duas facções desalojaram milhares de pessoas e provocaram seu grande deslocamento dentro do território somaliano e de



refugiados em direção aos países vizinhos, principalmente Quênia e Etiópia. Em meados de 2011, a ocorrência de uma das piores secas da história do Chifre da África intensificou a situação de crise alimentar e humanitária na Somália, reforçando os fluxos emigratórios do país. Os crescentes impactos internacionais do conflito somaliano levaram, todavia, a novas intervenções externas no território somaliano.

Ananços recentes nos planos securitário e institucional

Com o fortalecimento do engajamento internacional na busca de solução para o conflito somaliano, sobretudo por meio da AMISOM, mas também com o aumento do financiamento internacional e apoio direto de tropas quenianas e etíopes, as Forças Armadas somalianas têm logrado, desde meados de 2011, impor diversas vitórias militares ao Al-Shabaab. Em agosto de 2011, o Al-Shabaab foi expulso de Mogadíscio, dando ensejo a seguidas liberações de extensas parcelas do território somaliano. A mais importante vitória nessa sequência deu-se entre setembro e outubro de 2012, quando as forças em apoio ao GFT lograram liberar do controle do Al-Shabaab o Porto de Kismayu.

Ao longo de 2013, novas ações do Exército Nacional da Somália contra o Al-Shabaab, com apoio internacional, tiveram êxito em recuperar territórios em Gedo, Bay, Bakool, Hiraan, Galguud e Shabelle, ampliando significativamente a extensão do território submetida à autoridade estatal. Em 2014, as forças da AMISOM obtiveram importante conquista, ao tomar posições estratégicas do Al-Shabaab na região das montanhas Galgala. Nesse contexto, o então secretário-geral da ONU Ban-Ki-Moon visitou Mogadíscio e congratulou as forças de paz por sua ação na Somália.

Em julho de 2015, foi lançada a operação "Corredor de Juba", reunindo tropas somalianas e da AMISOM, a qual permitiu a retomada de diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália. Em vista dessas vitórias, o então presidente do governo Federal da Somália Hassan Sheikh Mohamud afirmou, em agosto de 2016, que 75% do território do país estaria novamente sob controle da autoridade estatal. Em setembro de 2016, a realização, em Mogadíscio, da 28ª Cúpula de Chefes de Estado e de governo da Autoridade Internacional para o Desenvolvimento (IGAD) foi considerada um marco do progresso da situação securitária no país.

Vale notar, ademais, que, desde 2012, o número de atos de pirataria na costa da Somália também tem declinado expressivamente. De acordo com dados da Organização Marítima Internacional (IMO), de um total de 99 ataques realizados em 2012, passou-se a apenas 17, nos primeiros nove meses de 2013. Em março de 2017, registrou-se o primeiro sequestro de embarcação de grande porte na costa do país desde 2012.

Concomitantemente às vitórias militares, registraram-se importantes avanços no processo político-institucional da Somália. Em 2012, foi concluído o mandato, emitido em 2004, das instituições federais de transição, de modo que a política somaliana teve a oportunidade de passar por renovação institucional, com vistas à reconstituição de um Estado somaliano. Nesse contexto, em agosto de 2012,



foi adotada nova Constituição provisória, em substituição à de 2004. Na sequência, foi estabelecido novo Parlamento. A eleição indireta, pelo Parlamento, do novo Presidente da República e sua posse em setembro de 2012 completaram as etapas previstas no "Mapa do Caminho" para a criação do novo Governo Federal da Somália (GFS), em substituição ao antigo GFT.

Eleições gerais de 2016 e 2017

A etapa mais recente do processo de normalização institucional ocorreu com a realização de eleições legislativas entre outubro e novembro de 2016 e a eleição para presidente de Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", no início de 2017, que impediu a reeleição do favorito Hassan Sheikh Mohamud. O complexo processo eleitoral incluiu eleições indiretas para a formação do legislativo e, posteriormente, para a escolha do presidente da República pelo Parlamento eleito.

A não realização de eleições diretas, como anteriormente aventado, deveu-se, em grande parte, ao temor de que atentados em larga escala fossem realizados nos locais de votação pelo Al-Shabaab. Após série de negociações, foi definido que o modelo das eleições legislativas seguiria a fórmula de equilíbrio de assentos entre os clãs, no caso da Câmara Baixa, e de equilíbrio de assentos entre as províncias federativas e as regiões autônomas da Puntiândia e da Somalilândia, no caso da Câmara Alta. Embora pacífico, o pleito foi cercado de acusações de corrupção e de compra de votos. Cinco parlamentares chegaram a ter sua eleição anulada devido à apuração de irregularidades. Apesar disso, a vitória de Farmajo para a Presidência foi comemorada por civis e militares. Farmajo, membro da diáspora somaliana e detentor de cidadania estadunidense, havia exercido a primatura do país no período de 2010-2011, quando contribuiu para consolidar credenciais nacionalistas e enfatizou o combate à corrupção, o pagamento de salários militares e a redução de tensões entre clãs.

A eleição de Farmajo despertou, ainda, novo interesse da comunidade internacional com a promoção da paz e da normalidade institucional na Somália. Poucos dias após o resultado da eleição, em março de 2017, o secretário-geral da ONU António Guterres visitou a Somália e ressaltou "o momento de esperança" vivido no país com a constituição de governo comprometido com o aprimoramento da segurança e a provisão de serviços eficazes à população. Na mesma ocasião, fez apelos por recursos da ordem de USD 825 milhões para combater a fome na Somália nos seis meses seguintes.

Desafios

Diversos desafios apresentam-se ao novo governo eleito da Somália. No plano securitário, o Al-Shabaab, embora enfraquecido, continua a ameaçar com a capacidade de realizar ataques pontuais e esporádicos. Persiste, também, o temor de uma inserção no país do Estado Islâmico, sobretudo em função da proximidade com os focos de conflito no Iêmen. Além disso, a ameaça de uma guerra civil no país não está completamente afastada, como demonstra a eclosão de conflito armado entre a



província autônoma da Puntilândia e a Administração Interina de Galmudug (GIA, na sigla em inglês) pelo controle da cidade de Galkayo em dezembro de 2016, que deixou centenas de mortos e milhares de deslocados. Para fazer frente a esses desafios, o apoio da comunidade internacional à AMISOM por meio de tropas (Quênia, Etiópia, Burundi, Uganda) e de financiamento, sobretudo da União Europeia, permanecerá essencial.

Na esfera humanitária, o país enfrenta a pior seca desde 2011, ano em que pereceram cerca de 250.000 pessoas. No início de 2017, o recém-eleito presidente da Somália chegou a decretar "desastre nacional" no país, em função da crise hídrica. Ao mesmo tempo, o vizinho Quênia pressiona pela repatriação de refugiados somalianos concentrados no campo de Dadaab, próximo à fronteira com a Somália, onde vivem cerca de 400 mil pessoas.

A assistência aos cerca de 900.000 refugiados somalianos espalhados pelos países vizinhos, bem como a perspectiva de sua gradual repatriação, também demandam apoio internacional. Em reunião extraordinária sobre o tema realizada em Nairóbi pouco após a eleição de Farmajo, a IGAD ressaltou a indiferença histórica da comunidade internacional em relação à Somália e as oportunidades propiciadas pela relativa estabilização do país. Nesse contexto, formulou apelo por uma repactuação entre recipiendários de refugiados somalianos e países doadores, pela qual os primeiros renovariam compromisso com a proteção dos refugiados em troca de aumento exponencial do apoio da comunidade internacional, inclusive com vistas a financiar projetos de desenvolvimento na Somália que melhorem condições para o repatriamento.

No plano político, há o imperativo de consolidar a estrutura federal do país, de modo a acomodar aspirações independentistas ou autonomistas de regiões como a Somalilândia e a Puntilândia. O enfrentamento desse desafio ocorre em contexto de marcada fragilidade institucional, no qual funções básicas do estado, como coleta de impostos, execução orçamentária e gerenciamento fiscal, constituem objetivos ainda a serem alcançados de forma minimamente adequada. Ciente das limitações existentes e dos riscos de se manterem elevadas as expectativas quanto a sua gestão, o novo presidente da Somália tem buscado salientar que a solução para problemas criados ao longo de décadas de conflitos e secas não deverá ocorrer no curto prazo.

Outra questão que continuará a demandar a atenção das autoridades somalianas no novo governo é a disputa na Corte Internacional de Justiça sobre a fronteira marítima com o Quênia. A zona de disputa compreende território de cerca de 100 mil quilômetros quadrados, nos quais, desde 2012, têm sido anunciadas descobertas de hidrocarbonetos e outorgadas licenças de prospecção pelo governo queniano.



Política externa

Palco de conflito civil desde 1991, a Somália desenvolve política externa que se confunde com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país.

Fator chave para a evolução político-institucional ocorrida na Somália nos últimos anos foi a considerável melhora na situação de segurança, tornada possível pelo maior engajamento da comunidade internacional no país, sobretudo no contexto regional, em que se destaca o apoio prestado por tropas etíopes, quenianas e da União Africana à consolidação da autoridade das nascentes instituições estatais somalianas. Esse maior engajamento é uma resposta à percepção de que o conflito na Somália, associado ao desalojamento de grandes massas populacionais, à emigração forçada e à pirataria, tem fortes impactos internacionais, concorrendo para a desestabilização da região do Chifre da África e do Golfo de Áden.

A gradual estabilização somaliana abre o caminho para a expansão da presença internacional no país. Atualmente, a maior parte das operações para a Somália do sistema ONU, bem como de instituições como o Banco Mundial e o FMI, continua a ser coordenada desde Nairóbi. Fora vizinhos como Uganda, Etiópia e Quênia, há poucas embaixadas instaladas em Mogadíscio, entre elas as dos Emirados Árabes Unidos, China, Reino Unido e Turquia. A Turquia destaca-se por ter aberto, também, base de treinamento militar. No campo militar, os Estados Unidos- que já anunciaram também intenção de reabrir sua embaixada- têm, desde o ano final do governo Obama, participado ativamente de campanhas militares contra o Al-Shabaab.

Série de conferências multilaterais sobre Somália

Dada a renovada prioridade, nos últimos anos, da busca de soluções para o conflito na Somália, a comunidade internacional esteve engajada em uma série de Conferências visando ao melhoramento da situação de segurança, à estabilização política e à implementação de um "mapa do caminho" para a criação de instituições estatais definitivas na Somália. A realização das eleições de 2016 e de 2017 na Somália deram novo ânimo à comunidade internacional, para permanecer comprometida com a promoção de transição somaliana.

A Conferência de Londres (fevereiro de 2012) e a Conferência de Istambul sobre a Somália (junho de 2012) marcaram o início dessa nova fase de engajamento internacional na questão somaliana, ao terem contribuído para as negociações entre os membros das Instituições Federais de Transição e angariado apoio econômico, logístico e militar às operações contra a milícia Al-Shabaab. Com a transformação do GFT em GFS, em setembro de 2012, teve lugar em Londres, em maio de 2013, a Segunda Conferência Internacional sobre a Somália, que buscou angariar recursos financeiros e assistência técnica para apoiar o governo somaliano nas áreas de segurança, justiça e gestão financeira.

Em setembro de 2013, realizou-se, em Bruxelas, a "Somalia New-Deal



Conference", que resultou em promessas de ajuda econômica no valor total de 1,8 bilhão de euros. Em 2014, o I Fórum de Parceria de Alto Nível sobre a Somália teve lugar em Copenhague, em que foram decididos os primeiros passos para a implementação do "novo pacto sobre a Somália". No ano seguinte, com o objetivo de marcar os avanços obtidos no plano securitário e institucional, foi sediado, em Mogadíscio, o II Fórum de Parceria de Alto Nível. A terceira edição do evento ocorreu em fevereiro de 2016, em Istambul, ocasião em que se debateram questões como o novo desenho da Constituição Federal, a promoção do desenvolvimento e um "mapa do caminho" para a realização de eleições diretas em 2020.

Em 11 de maio de 2017, ocorreu, em Londres, a III Conferência Internacional sobre a Somália, que aprovou a "Nova Parceria para a Somália", com base no princípio de mútua responsabilidade entre o governo somaliano e a comunidade internacional, e abordou temas como a promoção do desenvolvimento sustentável, o aprimoramento das forças de segurança no país, com foco na melhor coordenação entre o governo Federal e as unidades federativas, bem como a elaboração de uma resposta à crise humanitária gerada pela seca em curso no país.

Histórico de ações no âmbito onusiano

O novo momento de alta no engajamento internacional em relação à estabilização da Somália encontrou ressonância também no âmbito da ONU, que já havia feito tentativa de estabilizar o país na década de 1990.

Com efeito, de 1992 a 1995, duas missões da ONU foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização administrativa: a UNOSOM I (autorizada pelas Resoluções 733 e 746 do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU) e a UNOSOM II (autorizada pela Resolução 814 do mesmo órgão). Durante pouco mais de 4 meses daquele período, entre 1992 e 1993, coalizão liderada pelos EUA foi autorizada pelo CSNU a enviar à Somália a UNITAF ("Unified Task Force"), mandatada a criar um ambiente de segurança para as operações humanitárias ao sul da Somália (S/RES/794). Após a morte de capacetes azuis paquistaneses, o CSNU, sob a letra do Capítulo VII, autorizou a UNITAF a utilizar-se de "todos os meios necessários" para garantir a proteção do pessoal humanitário, de modo que a UNITAF é considerada, por alguns analistas independentes, como uma das primeiras "intervenções humanitárias", instrumento que ganhou ímpeto na década de 1990.

Contudo, as ações concertadas da ONU com os EUA no início da década de 1990 não obtiveram êxito em instaurar uma estabilidade duradoura na Somália. Em março de 1995, devido ao assassinato de rangers estadunidenses em cenário de plena guerra civil somali, a opinião pública dos EUA pressionou para que o país retirasse suas tropas que apoiavam a UNOSOM II, contribuindo para reduzir severamente as ações internacionais no país. A descontinuidade da intervenção permitiu o fortalecimento da UCI que viria a desestabilizar a Somália até finais da década de 2000.

Contudo, devido a seus impactos internacionais, sobretudo tendo-se em conta a intensificação dos fluxos de refugiados e da pirataria no Golfo do Áden, o



conflito somali não poderia permanecer ignorado. A partir de 2006, quando a Etiópia invadiu a Somália para combater a UCI, a pirataria ganhou progressiva intensidade, prejudicando fortemente os interesses do comércio internacional. Essas condições levaram o CSNU a aprovar, em 2008, duas resoluções sobre a pirataria na Somália, ambas ao abrigo do Capítulo VII da Carta. A Resolução 1816 (2008) autorizou a repressão contra roubo armado (águas jurisdicionais) e pirataria (alto mar), ao passo que a Resolução 1838 (2008) autorizou o emprego de "todos os meios necessários" no enfrentamento contra a pirataria ao largo da costa somaliana.

Nos últimos anos, em razão da instabilidade regional causada pelo conflito e do aumento dos crimes transnacionais conexos à pirataria, a comunidade internacional redobrou seus esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. Assim, além de ações articuladas com a AMISOM, o CSNU suspendeu parcialmente, em março de 2013, o embargo de armas sobre a Somália, a fim de permitir o aparelhamento das forças de segurança somalianas. Em maio do mesmo ano, foi criada a Missão de Assistência das Nações Unidas para a Somália (UNSO), com o objetivo de prestar apoio político, bons ofícios e "assessoria estratégica" nas áreas de consolidação da paz e fortalecimento do Estado somaliano. Em 2016, a UNSO prestou suporte à realização das eleições gerais na Somália.

Missão da União Africana na Somália

Com a criação da AMISOM, em 2007, o CSNU, responsável pelo estabelecimento dos mandatos da missão, passou a atuar de forma articulada com a União Africana e, mais especificamente com os países do Chifre da África. A partir de 2010, a União Africana mobilizou-se em torno da necessidade de reforçar seu apoio aos esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. A ampliação do contingente e da capacidade militar da missão ganhou prioridade nos contatos de membros da instituição africana com o CSNU, que autorizou sucessivas ampliações do número de tropas da AMISOM, desde fevereiro de 2012.

O apoio da AMISOM foi fundamental para as sucessivas campanhas militares capazes de liberar importantes áreas do território somaliano que estavam sob controle do Al-Shabaab, a exemplo da capital, Mogadíscio, e do porto de Kismayu. As importantes derrotas militares impostas ao Al-Shabaab pelo conjunto de ações do governo somaliano, da AMISOM, do Quênia e da Etiópia debilitaram significativamente o grupo. Entretanto, ao ver-se enfraquecido, o Al-Shabaab passou a recorrer, mais frequentemente, a atos terroristas, inclusive no exterior. Entre os ataques mais recentes, está a tentativa de assassinato do General Mohamed Jimale, novo comandante do exército somaliano, em abril de 2017, por meio de atentado a bomba que causou a morte de 17 pessoas, e o atentado a um mercado de Mogadíscio, em fevereiro de 2017, poucos dias após a eleição de Mohamed Abdullahi Mohamed, que deixou 39 vítimas fatais. Vale, ainda, recordar o atentado à Universidade de Garissa, no nordeste do Quênia, em abril de 2015, que vitimou fatalmente 147 pessoas.

Em julho de 2015, foi lançada a operação "Corredor de Juba", uma das maiores operações conjuntas entre a AMISOM e o Exército somaliano e que logrou



liberar diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália do controle do Al-Shabaab. Os principais contribuintes de tropas são Uganda e Burundi. Em terceiro e quarto lugares, estão Etiópia e Quênia, que têm, gradualmente, reduzido suas atuações independentes na Somália e incorporado contingentes nacionais à missão africana.

Economia

A economia da Somália é em grande parte informal, devido à guerra civil que assolou o país por duas décadas. Assim, tanto os organismos internacionais quanto o próprio governo somaliano têm dificuldade em mensurar o tamanho e o fluxo de crescimento da economia.

Os dados mais recentes do PIB somaliano apontam para uma ligeira expansão. Entre 2014 e 2016, o PIB da Somália cresceu 4,2%, de US\$ 5,71 bilhões para US\$ 5,93 bilhões. O Fundo Monetário Internacional (FMI) previu crescimento do PIB para 2017 de 2%, em comparação com 3,2% em 2016. Em 2014, o PIB per capita era de US\$ 435,00, o que fazia da Somália o 5º país mais pobre do mundo.

O PIB somaliano é basicamente composto por consumo privado e importações, com 8% sendo formado por investimentos. As exportações equivalem a 14% do PIB, enquanto as importações representam 66% do total. O setor mais importante é o da agropecuária, que representa 40% do PIB. Outros setores importantes são o de companhias de transferência de dinheiro e telecomunicações. Em 2015, cerca de 23% da Receita Nacional Bruta era composta por Assistência de Desenvolvimento Oficial (ODA, siga em inglês).

O sistema financeiro da Somália colapsou com a guerra civil, e somente mais recentemente houve tentativas de retomá-lo. O Banco Central foi reestabelecido em 2009, lentamente reavendo suas funções como agente fiscal e financeiro do governo Federal. Assim, tem-se adotado estruturas rudimentares de gerenciamento do financiamento público.

Com o aumento no número de ministérios e agências estatais, e o investimento em políticas de proteção social, os gastos governamentais dependerão do crescimento das arrecadações públicas e de doações estrangeiras. Entre 2012 e 2014, a receita cresceu mais de 300%, de US\$ 35 milhões a US\$ 145 milhões. Cerca de 90% dos impostos arrecadados referem-se ao comércio internacional. A inflação foi de 2,3% em 2016, e deve subir para 3,3% em 2017 em razão dos preços mais altos dos alimentos.

No setor externo, as exportações da Somália somaram US\$ 819 milhões em 2014, e as importações, US\$ 3,482 bilhões. A agropecuária representa mais de 50% das exportações da Somália. Seus principais commodities são gado, bananas, couro, peixe, carvão e sucata.

Os principais mercados de destino para as exportações somalianas foram: os Emirados Árabes Unidos (EAU) (36,1%); Omã (33,4%); e Iêmen (15,5%). As principais origens de importações da Somália foram: Omã (17,1%); Djibouti (17%);



Índia (15%); China (10,7%); Quênia (5,5%); e Paquistão (4%).

Um dos grandes obstáculos da economia somaliana é a sua dívida externa, acumulada durante os anos da Guerra Fria. A dívida atual alcança o montante de US\$ 5,1 bilhões e seus credores dividem-se entre instituições financeiras multilaterais, como FMI, Banco Mundial e Fundo Monetário Árabe (28%); países do Clube de Paris, como EUA, Rússia, Reino Unido, França, Itália e Japão (44%); e países não membros do clube de Paris, como os EAU, Arábia Saudita e China (28%).

Como consequência da dívida existente, a Somália não pode recorrer a novos empréstimos internacionais para custear esforços de reconstrução do país. Há uma percepção entre os credores de que o governo não tem condições de pagar a dívida atual e que a manutenção da dívida representa um alto custo social e econômico para o país. O FMI está trabalhando, em coordenação com o Banco Mundial (BM) e países doadores, na formulação de um programa de liquidação dos atrasados, o que permitiria também que a Somália se beneficiasse da iniciativa HIPC ("heavily indebted poor countries").



Cronologia histórica

~2000 a.C.	Civilização Punt; estabelecimento de cidades-Estado de vocação comercial e marítima.
Sécs. XIII-XVI	Sultanatos e repúblicas (p. ex., Mogadíscio, Warsangali, Ifat, Adal, Ajuran, Merca, Brava) que, vistos em conjunto, compunham o atual território da Somália.
Sécs. XVII-XIX	Compunham o atual território os sultanatos de Bari, de Warsangali, de Geledi, o Estado Dervixe, entre outros reinos.
1920	Vitória contra o Estado Dervixe e colonização do território somaliano. Estabelecimento da Somalilândia Britânica, ao norte, e da Somalilândia Italiana, a sudeste.
1960	Independência de ambos os protetorados, que pouco depois se unem para formar a República Somaliana.
1969	Golpe de estado, capitaneado pelo general Mohamed Siad Barre, que declara a República Democrática da Somália.
1991	Siad Barre é deposto por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos; início da guerra civil; fragmentação do Estado somali; território da Somalilândia, ao norte, autodeclara-se independente.
1992	Criação da UNOSOM I, primeira missão da ONU na Somália.
1993	A UNOSOM I é substituída pela UNOSOM II.
1995	Dissolução da UNOSOM II e retirada das forças de paz da ONU.
2000	Estabelecimento do governo Nacional de Transição (TNG), após reunião de lideranças somalis em Djibuti.
2004	Estabelecimento após reunião em Nairóbi, e em substituição ao TNG, do governo Federal de Transição, reconhecido internacionalmente como o governo da Somália.
2007	Intervenção da AMISOM, missão de paz promovida pela União Africana em território somaliano.
2011	A capital Mogadíscio é inteiramente liberada das milícias do Al-Shabaab.
2012	Fim do governo Transicional; inauguração do governo Federal da Somália, reconhecido internacionalmente como o governo do país; aprovação de uma



	constituição provisória; eleição indireta de Hassan Sheikh Mohamud à Presidência. Abdi Farah Shirdon é indicado primeiro-ministro.
Fev/2012	Líde Al-Shabaab declara aliança com a Al-Qaeda.
Dez/2013	Abdiweli Sheikh Ahmed é indicado como novo primeiro-ministro pelo presidente Hassan Sheikh Mohamud.
2014	O secretário-geral da ONU Ban-Ki-Moon visita Mogadíscio e elogia as forças de paz pelas vitórias obtidas contra o Al-Shabaab.
Out-Nov/2014	O primeiro-ministro Abdiweli Sheikh Ahmed é destituído pelo Parlamento, após discordâncias com o presidente Hassan Sheikh Mohamud em torno de reforma ministerial.
Dez/2014	Omar Abdirashid Ali Sharmanke é indicado como o novo primeiro-ministro.
Jul/2015	É lançada a operação "Corredor de Juba", reunindo forças somalianas e da AMISOM, que recupera diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália.
Out/2015	O líder da facção do Al-Shabaab na região da Puntiândia declara aliança ao grupo Estado Islâmico.
Jan/2016	Líderes políticos somalianos chegam a um acordo sobre o modelo das eleições legislativas a serem realizadas naquele ano, em que os assentos na Câmara Baixa seriam divididos com base no equilíbrio de poder entre os clãs e os assentos na Câmara Alta seriam divididos entre as províncias federativas, em formação, e as regiões autônomas da Puntiândia e da Somalilândia.
Mar/2016	Ocorrem eleições indiretas para governadores de províncias. A coalizão governista obtém vitória na maior parte das províncias.
Jul/2016	O líder do Al-Shabaab Ahmed Diriye reitera aliança do grupo com a Al-Qaeda.
Set/2016	O Al-Shabaab lança ameaça de ataque aos locais de voto das eleições parlamentares que deveriam ocorrer naquele mês, e o calendário eleitoral é adiado.
Out-Nov/2016	Ocorrem eleições para o Parlamento Federal da Somália.
Nov/2016	Conflito armado entre a província autônoma da Puntiândia e a Administração Interina de Galmudug (GIA, na sigla em inglês) pelo controle da cidade de



	Galkayo deixa centenas de mortos e milhares de deslocados.
Dez/2016	O Mecanismo de Resolução de Disputa Eleitoral (MRDE, na sigla em inglês) anula os resultados da eleição de cinco parlamentares devido a apuração de casos de compra de votos e de intimidação nas eleições de outubro. É inaugurado o Parlamento Federal.
Fev/2017	Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", é eleito presidente da República para mandato de quatro anos, em eleições indiretas. O grupo Al-Shabaab lança ameaças contra os colaboradores do novo presidente.
Mar/2017	O Parlamento Federal indica Hassan Ali Kheyre, ex-diretor da companhia petrolífera Soma, como novo primeiro-ministro. Piratas realizam primeiro sequestro de grande embarcação na costa do país desde 2012. O secretário-geral da ONU Antonio Guterres visita a Somália.
Mai/2017	Realização da III Conferência Internacional sobre a Somália, em Londres.

Cronologia das relações bilaterais

1987	Abertura de Embaixada brasileira junto à Somália, cumulativa com o Quênia.
2004	A Embaixada do Brasil no Cairo assume a representação não residente junto à Somália.
2005/mai	O Ministro do Exterior somali, Abdullahi Ismail, representou seu país na I Cúpula ASPA, realizada em Brasília.
2012/fev	O Brasil participou da Conferência de Londres sobre a Somália.
2012/jun	O Brasil participou da Conferência de Istambul sobre a Somália.
2013/dez	A Somália designou Enviado Especial da Somália para Brasil, Argentina e Venezuela.
2016/ago	A Embaixada do Brasil em Mogadíscio não residente volta a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nairóbi, República do Quênia.



Atos bilaterais

Não há registros de atos internacionais estabelecidos ou em negociação entre Brasil e Somália.



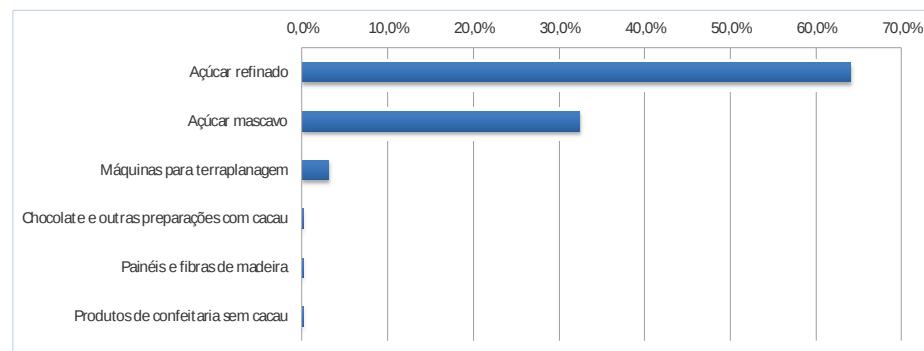
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para a Somália
US\$ mil

Grupos de produtos	Valor	2014		2015		2016	
		Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	
Açúcar refinado	16.216	66,0%	18.096	49,1%	52.172	64,1%	
Açúcar mascavo	8.264	33,7%	15.223	41,3%	26.321	32,3%	
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	3.350	9,1%	2.556	3,1%	
Chocolate e outras preparações com cacau	0	0,0%	16	0,0%	109	0,1%	
Painéis e fibras de madeira	0	0,0%	38	0,1%	102	0,1%	
Produtos de confeitoraria sem cacau	39	0,2%	64	0,2%	77	0,1%	
Subtotal	24.519	99,9%	36.787	99,8%	81.337	99,9%	
Outros	36	0,1%	84	0,2%	87	0,1%	
Total	24.555	100,0%	36.871	100,0%	81.424	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

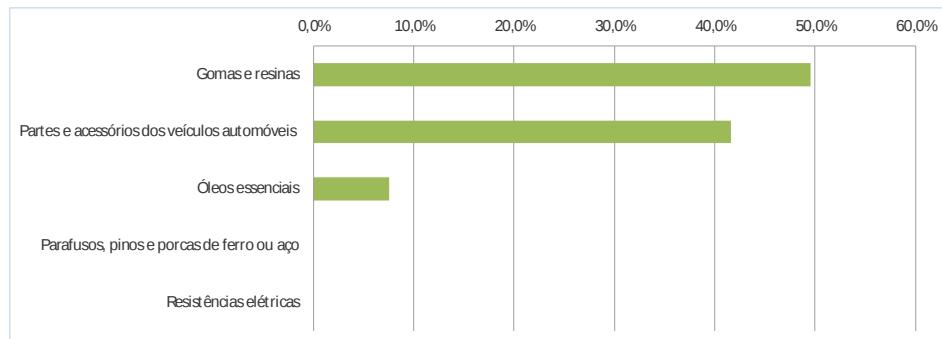


Composição das importações brasileiras originárias da Somália (SH4)
US\$ mil

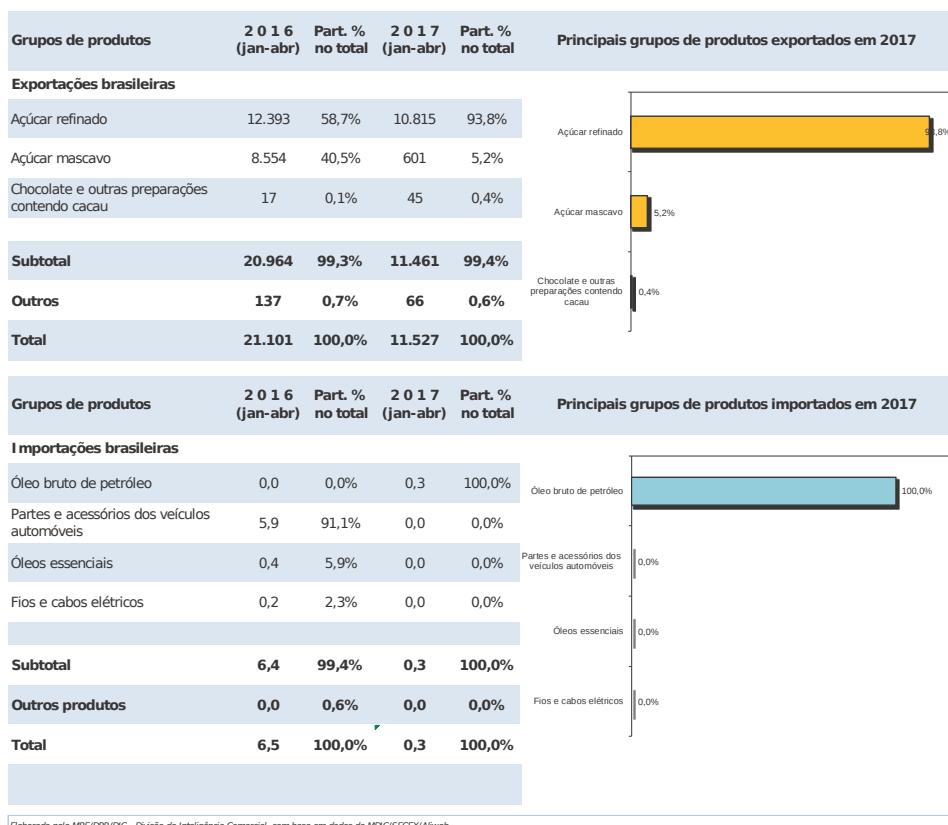
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gomas e resinas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	7,1	49,5%
Partes e acessórios dos veículos automóveis	53,8	80,0%	19,5	93,4%	5,9	41,6%
Óleos essenciais	0,0	0,0%	1,3	6,2%	1,1	7,5%
Parafusos, pinos e porcas de ferro ou aço	5,6	8,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Resistências elétricas	2,1	3,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	61,5	91,4%	20,8	99,6%	14,1	98,7%
Outros	5,8	8,6%	0,1	0,4%	0,2	1,3%
Total	67,2	100,0%	20,9	100,0%	14,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016

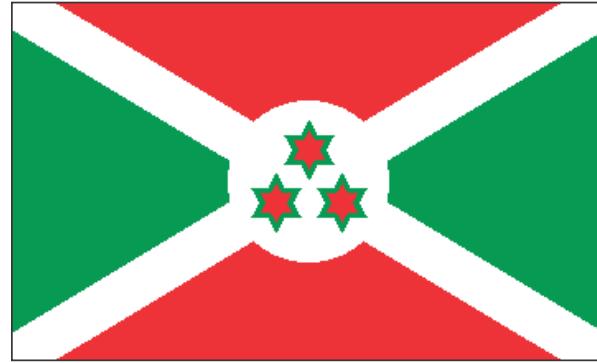


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO BURUNDI****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017**

DADOS BÁSICOS SOBRE O BURUNDI

NOME OFICIAL	República do Burundi.
GENTÍLICO	Burundinês.
CAPITAL	Bujumbura (497.166 habitantes).
ÁREA	27.834 km ² (pouco maior do que o estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (2015)	11,178 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Francês; Kirundi
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (80-90%); Religiões Tradicionais Indígenas (5%); Muçulmanos (2-5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Pierre Nkurunziza (desde 2005)
CHANCELER	Alain Aimé Nyamitwe (desde 2015)
PIB nominal (FMI, 2016)	US\$ 2,74 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2016)	US\$ 7,89 bilhões (Brasil US\$ 3,14 trilhões)
PIB nominal per capita (FMI, 2016)	US\$ 284,23 (Brasil US\$ 8.726,90)
PIB PPP per capita (FMI, 2016)	US\$ 818,05 (Brasil US\$ 15.241,73)
VARIAÇÃO DO PIB(%)	-0,51% (2016 est.); -3,96% (2015); 4,5% (2014);
IDH (PNUD, 2015)	0,404
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	57 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD)	85,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2016)	1,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Burundinês
EMBAIXADORA EM BUJUMBURA	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gaudence Sindsaygaya (desde março de 2012)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BURUNDI (US\$ mil F.O.B) -Fonte: MDIC

Brasil → Burundi	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	195	-	205	231	421	231	183	123	77
Exportações	196	174	205	230	300	180	183	115	77
Importações	-	-	0,5	2,4	120	56	0,2	7,5	-
Saldo	196	-	204	226	181	119	183	107	77



Apresentação

O Burundi, oficialmente "República do Burundi", localiza-se na região africana dos Grandes Lagos. Faz fronteira com República Democrática do Congo, Tanzânia e Ruanda. Sua fronteira sudoeste é adjacente ao lago Tanganyika, principal fonte de recursos naturais para o país. Assim como Ruanda e Uganda, igualmente países da região dos Grandes Lagos, o Burundi não possui costa marítima. A capital do Burundi é Bujumbura.

Em termos étnicos e demográficos, o Burundi repete padrão encontrado em Ruanda: aproximadamente 85% da população possui origem étnica hutu; e 15%, tutsi. Há registros de que esses povos habitam a região do Burundi há mais de 500 anos. Até o final do século XIX, o Burundi foi um reino independente. Em 1894, ao tornar-se parte da colônia germânica na África Oriental, foi unificado com Ruanda e Tanzânia. Após a I Guerra Mundial, tornou-se parte, juntamente com Ruanda, da colônia belga Ruanda-Urundi. O francês e o Kirundi são os idiomas oficiais do Burundi. A principal confissão no país é a cristã (80-90%), seguida por religiões tradicionais autótonas (5%) e pela islâmica (2-5%).

Com território pouco maior do que o de Alagoas (27.834 km²), o Burundi é o sexto menor país africano. Com mais de 11 milhões de habitantes, possui a segunda maior densidade populacional da África Subsaariana, atrás apenas de Ruanda. Cerca de dois terços da população burundinesa tem menos de 25 anos de idade e a taxa de natalidade do país é de cerca de 6 crianças por mulher (5^a maior do mundo), o que sugere que a população continuará a expandir-se rapidamente nas próximas décadas. Quase 90% dos burundineses vivem em áreas rurais e dependem da agricultura de subsistência.

Entre 2006 e 2015, o Burundi vinha sendo considerado exemplo exitoso de processo de construção da paz em sua região. Por meio de esforços de mediação internacional, foi alcançado acordo de paz no país, que pôs fim a longo conflito civil (1993-2003), e estabeleceu mecanismos de compartilhamento de poder entre as principais etnias burundinas.

A partir de 2015, contudo, a reeleição do presidente Pierre Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial desencadeou crise política no país. Desde então, o quadro político e de segurança segue instável, colocando em risco as conquistas obtidas desde 2003 no Burundi pós-conflito.



Perfil biográfico

Pierre Nkurunziza

Presidente da República



Pierre Nkurunziza nasceu em 18 de dezembro de 1963, em Bujumbura, filho de mãe tutsi e pai hutu. Seu pai, que foi senador e governador de duas províncias, foi assassinado durante o chamado "Primeiro Genocídio do Burundi", em 1972. Durante o período de guerra civil (1993-2003), tornou-se uma das lideranças das Forças da Defesa da Democracia (FDD), então a principal milícia de oposição armada do país.

No início de 2003, durante o governo transitório (2000-2005), foi nomeado ministro da Boa Governança. Foi eleito presidente, em 2005, e posteriormente reeleito, em 2010. Em 2015, foi tornada pública a intenção de Nkurunziza de candidatar-se a um terceiro mandato presidencial, o que desencadeou crise política no país. Sua candidatura, embora vedada pela Constituição, foi legitimada pela Corte Constitucional. Em eleições realizadas em julho daquele ano, Nkurunziza foi reeleito com 69,41% dos votos, em pleito boicotado por partidos da oposição, com taxa de participação de pouco menos de 30% da população adulta.

Formado em Educação Esportiva, chegou a atuar como professor na Universidade do Burundi, antes do período de guerra civil (1993-2003).

Relações bilaterais

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. Desde 1997, a Embaixada do Brasil em Nairóbi encarrega-se das relações com o país. No plano do diálogo político, as relações com o Burundi apresentam significativa fluidez. Brasil e Burundi convergem na interpretação de que existe uma interconexão entre paz, segurança e desenvolvimento, sendo este frequentemente preferido no encaminhamento multilateral de resposta a conflitos no continente africano. Em reconhecimento da sintonia dos interesses burundineses com as posições defendidas pelo Brasil no nível multilateral, o Burundi tem



apoiado candidaturas brasileiras a postos de direção de organismos internacionais, por vezes em detrimento de candidatos africanos. O Burundi apoiou as candidaturas brasileiras à Direção-Geral da FAO, à Direção Executiva da Organização Internacional do Café e à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Em março de 2012, o Burundi abriu embaixada residente em Brasília, uma das mais recentes embaixadas de país africano na capital brasileira. A decisão burundinesa de abrir sua embaixada em Brasília deveu-se não apenas ao peso do Brasil na cena política internacional, mas também ao fato de que Bujumbura identifica a parceria com o Brasil como relevante para seu desenvolvimento econômico e social.

Até o início da atual crise política no Burundi, as relações bilaterais vinham passando por processo de contínuo adensamento, impulsionadas pela presença da embaixada burundinesa em Brasília, bem como pela intensificação no fluxo de visitas e encontros bilaterais de alto nível. Registraram-se, em especial, visita de dois chanceleres burundeses a Brasília em 2009 e 2013, bem como de encontros ministeriais e presidenciais à margem de eventos multilaterais e inter-regionais.

A visita que o então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Augustin Nsanze, realizou ao Brasil em agosto de 2009 foi a primeira de um chanceler burundês ao País. Na ocasião, Nsanze manteve encontros nos ministérios das Cidades e da Saúde e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Também realizou visitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), à EMBRAPA e à Agência Nacional de Águas (ANA).. Foi também assinado Acordo de Cooperação Técnica, que entrou em vigor em março de 2013.

Durante a Reunião de alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York, em junho de 2011, o então chanceler Antonio Patriota manteve encontro, acompanhado do Professor José Graziano da Silva, com o então chanceler Nsanze. O chanceler burundês manifestou, na ocasião, o apoio de seu país à candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O Burundi foi, portanto, um dos primeiros países africanos a anunciar seu apoio ao candidato brasileiro.

Em novembro de 2011, o então chanceler Patriota encontrou-se com o então recém-empossado chanceler burundês Laurent Kavakure, à margem da Reunião Ministerial das Cúpulas América do Sul-África (Cúpulas ASA), em Malabo. Dois anos mais tarde, teve lugar a III Cúpula ASA (Malabo, 22/2/2013), ocasião em que os presidentes do Brasil e do Burundi igualmente mantiveram encontro bilateral. A então presidente Dilma Rousseff anunciou a disposição brasileira de manter cooperação com o Burundi no domínio da promoção da segurança alimentar.

Em abril de 2013, o chanceler Kavakure realizou visita ao Brasil, que incluiu, além de Brasília, São Paulo. A visita ocorreu na esteira da entrada em vigor do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2009, e focou-se na discussão de oportunidades de cooperação entre os dois países, sobretudo nos domínios da segurança alimentar, construção de cisternas, promoção do acesso a energia elétrica e pesca.



Cooperação bilateral

Com o intuito de preservar e consolidar os avanços obtidos no processo de paz que levou ao fim de longo conflito civil no Burundi (1993-2003), o país foi incluído, em 2006, na agenda da Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

Comprometido com a interconexão entre paz, segurança e desenvolvimento, o governo brasileiro atuou fortemente na criação da CCP e, naturalmente, tem demonstrado engajamento nos esforços de consolidação da paz liderados por aquela Comissão. O Brasil avalia, ademais, que a pacificação da região dos Grandes Lagos prestaria enorme contribuição para a promoção da estabilidade em todo o continente africano.

Nesse contexto, desde 2006, o Brasil passou a participar de conferências internacionais em apoio ao desenvolvimento burundinês, como a Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi, em 2007, e a Conferência de Parceiros para o Desenvolvimento do Burundi, realizada em Genebra, em 2012.

Na área da cooperação esportiva, em julho de 2008, realizou-se no Burundi partida de futebol entre time de ex-jogadores profissionais brasileiros e a seleção sub-20 burundinesa. Em novembro de 2010, três treinadores burundineses de futebol profissional foram capacitados em Curso Internacional para Treinadores de Futebol, realizado em São Paulo.

A partir de 2010, foi desenvolvido, ao amparo do Fundo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), projeto em benefício do Burundi, intitulado “Fortalecimento da capacidade de combate ao HIV/AIDS e da Infraestrutura do Burundi”. No âmbito desse projeto, foi construído um centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS e tratamento de portadores, com investimento de US\$ 1,1 milhão do Fundo IBAS. O centro foi inaugurado, em agosto de 2012, com a presença dos embaixadores dos países do IBAS.

No campo bilateral, o Ministério da Saúde brasileiro enviou técnicos para participar de Seminário de troca de experiências em HIV/AIDS, realizado em Bujumbura, em maio de 2009. Em abril de 2010, missão técnica do Ministério da Luta contra a AIDS do Burundi e da “Society for Women against AIDS in Africa” (SWAA/Burundi) realizou visita de estudos ao Brasil, tendo como objetivo conhecer de modo abrangente as políticas brasileiras voltadas ao combate do HIV/AIDS.

Cooperação para a promoção da segurança alimentar

No domínio da segurança alimentar, visto como prioritário pelo Burundi, há já um histórico significativo de cooperação bilateral. Em julho de 2009, o governo brasileiro alocou US\$ 100 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) visando à promoção da segurança alimentar do povo burundinês e ao fortalecimento de projetos relacionados à alimentação escolar entre os repatriados burundineses.

Em outubro de 2011, o Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autorizou o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Na sequência da inclusão do Burundi como beneficiário da lei, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de alimentos ao país, em



2012, no valor de US\$ 950 mil.

Em 2012, técnicos burundineses participaram de cursos promovidos no âmbito do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar. Os cursos foram desenvolvidos sob a égide do "Programa Brasil-FAO para Países Africanos", no qual se conjugam objetivos de fortalecimento da agricultura e de promoção da segurança alimentar.

Em outubro de 2012, o Brasil participou da Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi. Na ocasião, o governo brasileiro ofereceu apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012 a 2016), por intermédio de cooperação na área de alimentação escolar, nos moldes da iniciativa PAA-Africa ("Purchase from Africans for Africa"), desenvolvido em parceria com a FAO e o PMA. O programa contempla ações voltadas tanto à segurança alimentar, por meio de merenda escolar, quanto ao fortalecimento de agricultura familiar.

Durante a visita do então chanceler Kavakure ao Brasil, foi assinado memorando de entendimento para cooperação voltada ao combate à fome e à pobreza. Em seguimento, o Burundi foi incluído entre os países prioritários para eventual expansão do PAA-Africa. Embora, até o momento, por força de restrições orçamentárias, não tenha sido possível implementar no Burundi a iniciativa capitaneada pelo Brasil, o PMA comprometeu-se a apoiar processo de reformulação do programa de alimentação escolar burundinês, até 2017. Nesse contexto, em maio/2014, veio ao Brasil, com o apoio do PMA e da ABC, missão técnica burundinesa liderada pela Ministra da Educação do país, incumbida de conhecer as políticas brasileiras nesse domínio. Em junho/2015, ademais, o governo brasileiro anunciou doação de US\$ 50 mil à FAO, para viabilizar a prestação de apoio técnico ao desenho de uma estratégia nacional burundinesa de compras locais para a assistência alimentar à população.

Cooperação no domínio da agricultura

Atualmente, a cooperação técnica entre o Brasil e Burundi restringe-se à implementação do Projeto Cotton-Victoria, do qual faz parte juntamente com o Quênia e a Tanzânia. Executado ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a União Africana, o Cotton-Victoria foi formulado nos moldes do projeto Cotton-4, desenvolvido na África Ocidental e faz parte do esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) no financiamento de projetos de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras em algodão a países da África tradicionalmente produtores dessa cultura.

As missões de diagnóstico e de elaboração do projeto ocorreram entre 2013 e 2015. Tiveram como objetivo avaliar os aspectos técnicos necessários para o desenvolvimento do projeto, realizar o diagnóstico de infraestrutura, máquinas e equipamentos para os campos experimentais/unidades técnicas demonstrativas, bem como para a produção e comercialização de sementes de algodão.

Concluído em outubro de 2016, o documento de implementação do projeto, que terá a Universidade Federal de Lavras (UFLA) como instituição implementadora, foi



assinado por todas as partes envolvidas. Em dezembro de 2016 foi realizada missão no âmbito do projeto aos três países. Há previsão de realização, em Nairóbi, em julho de 2017, da primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto, o qual deverá discutir o planejamento das atividades para o calendário agrícola 2017- 2018 dos três países.

A cooperação no domínio do ensino superior também deverá ser desenvolvida pelos dois países nos próximos anos. Por ocasião da visita ao Brasil do então chanceler Kavakure, o lado brasileiro apresentou minuta de acordo bilateral voltado a habilitar o Burundi a participar do Programa Estudante Convênio-Pós Graduação (PEC-PG). O projeto de acordo encontra-se negociado e pronto para assinatura. Encontra-se, igualmente, pronto para assinatura memorando de entendimento para cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Burundi, o qual permitirá que diplomatas do Burundi possam participar de cursos de formação no Brasil.

Comércio e investimentos bilaterais

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi é muito reduzido e constitui-se, majoritariamente, das exportações brasileiras. Nos últimos cinco anos, apresentou tendência de queda, com decréscimo de 82%, passando de US\$ 421 mil, em 2012; para US\$ 77 mil, em 2016. Em 2016, exportações brasileiras de pneus novos e usados representaram a totalidade do comércio bilateral.

Não há registros de empresas brasileiras no Burundi, tampouco de empresas burundinas no Brasil.

Assuntos consulares

O Brasil não possui representação diplomática residente no Burundi; portanto, questões consulares relativas ao país estão a cargo da Embaixada em Nairóbi. A jurisdição da Embaixada inclui, além de Quênia e Burundi, a República de Ruanda, a República de Uganda e a República Federal da Somália.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano no Burundi.

Política interna

Panorama Histórico

O Burundi obteve sua independência do Reino da Bélgica e separação de Ruanda, em 1962, tornando-se uma monarquia constitucional. Desde então, o Burundi foi palco de conflitos civis motivados, sobretudo, por tensões entre as duas principais etnias do



país: tutsis (15% da população) e hutus (85%).

Apesar de minoria numérica, a etnia tutsi manteve controle do governo central e do exército desde a independência até a década 1990. Em 1966, o então primeiro-ministro Michel Micombero, liderou golpe de estado que aboliu a monarquia, instaurando regime de partido único: a União pelo Progresso Nacional (UPRONA). Micombero ocupou o cargo de presidente até 1976, quando foi deposto pelo Coronel Jean-Baptiste Bagaza. Este, por sua vez, foi deposto, em 1987, por Pierre Buyoya. Não obstante as mudanças na Chefia de Estado, a UPRONA e o exército, ambos dominados pela elite tutsi, mantiveram-se como os sustentáculos do poder político no Burundi até 1993.

O período do domínio tutsi foi também marcado pelo alinhamento com o socialismo africano, apoiado sobretudo pela República Popular da China, e por forte repressão a milícias rebeldes hutu, que contestavam a sub-representação política daquela etnia. Em 1972, teve lugar o chamado "Primeiro Genocídio do Burundi", no qual estimativas recentes apontam para a morte de mais de 250 mil hutus.

A partir do governo Buyoya, com o fim da Guerra Fria, a maioria hutu passou a obter vitórias em suas demandas por maior participação política. Em 1988, Buyoya nomeou o primeiro-ministro e alguns postos de alto escalão com políticos hutus membros da UPRONA. Em 1992, foi adotada nova constituição com previsão de sistema multipartidário.

Nas primeiras eleições democráticas da história do Burundi, ocorridas em junho de 1993, foi eleito presidente Melchior Ndadaye, líder da etnia hutu, com perfil moderado. Seu partido, recém-legalizado, a Frente para Democracia no Burundi (FRODEBU), obteve representação majoritária no parlamento.

Contudo, após poucos meses de governo hutu, em outubro de 1993, militares tutsi levaram adiante golpe de Estado, no qual o presidente Ndadaye foi assassinado. Em meio a grave crise política, em fevereiro de 1994, o parlamento elegeu Cyprien Ntaryamira (também membro fundador da FROBEDU) ao cargo de presidente. Em abril de 1994, avião em que estavam Ntaryamira e o então recém-eleito presidente de Ruanda, Sylvestre Ntibantunganya, também da etnia hutu, foi derrubado por veículo militar não identificado. Ambos os presidentes morreram. O episódio deu início ao chamado "Genocídio de Ruanda", em que 800 mil tutsis e hutus moderados foram mortos. No Burundi, os assassinatos de Ndadaye e Ntaryamira marcou o início de longo conflito civil (1993-2003), que resultou em cerca de 300 mil mortos e 1,2 milhão de refugiados.

Paz de Arusha

Em 1995, os presidentes de Burundi, Ruanda, Uganda e do então Zaire (atual República Democrática do Congo) lançaram iniciativa regional de negociação da paz no Burundi, coordenada pelo ex-presidente tanzaniano Julius Nyerere.

Em julho de 1996, o ex-Presidente burundinês Pierre Buyoya, de etnia tutsi, retomou o poder por meio de novo golpe de Estado, amplamente condenado pela comunidade internacional. Logo após haver reassumido como presidente, Buyoya buscou reestabelecer o diálogo com o parlamento dominado pelos hutus. Não obstante, as lutas entre



o exército e as milícias hutus continuaram.

Após a morte de Nyerere, em outubro de 1999, os líderes regionais apontaram Nelson Mandela como facilitador do processo de paz, o que permitiu a retomada das negociações entre o governo instituído e as facções de oposição. Como resultado das mediações, foi assinado, em 2000, o Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha, que, entre outras medidas, instituiu governo transitório, com duração de 4 anos, e estabeleceu a progressiva implantação de mecanismos de compartilhamento de poder e quotas de representação em altos cargos da administração pública, no legislativo e nas forças armadas entre as principais etnias do país.

Em 2003, foram realizadas novas eleições gerais. Domitien Ndayizeya, da FROBEDU, sucedeu Buyoya como presidente do governo de transição. No mesmo ano, Ndayizeya e Pierre Nkurunziza, então líder das Forças pela Defesa da Democracia (FDD), principal milícia hutu de oposição, assinaram, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. As FDD então estabeleceram braço político, sob a sigla Conselho Nacional pela Defesa da Democracia- Forças pela Defesa da Democracia (CNDD-FDD), o qual rapidamente se tornou a principal força política no país.

Em 2005, foi adotada nova Constituição, colocando fim ao período de transição. Por meio de eleições indiretas, Pierre Nkurunziza foi eleito presidente, para mandato de 5 anos. Em 2010, foi reeleito, para novo mandato de 5 anos, com 91% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos de oposição.

Entre 2005 e 2015, houve um período de progressiva estabilidade e crescimento econômico no Burundi, caracterizado pela observação das quotas étnicas previstas no Acordo de Arusha. Já em 2005, o presidente Nkurunziza iniciou campanha pela pacificação do país, buscando reincorporar grupos que haviam optado pela continuidade da luta armada. Em setembro de 2006, o governo firmou acordo de cessar-fogo com as Forças de Libertação Nacional (Palipehutu-FNL), então o último grupo importante de insurgência armada atuando no país. O acordo rendeu ao presidente Nkurunziza diversos prêmios internacionais por esforços prestados em serviço da paz.

Conjuntura atual

A partir do ciclo eleitoral de 2015, o ambiente político e de segurança no Burundi passou a ser marcado por polarização política, violência, tensões e confrontamentos.

A crise no país iniciou-se em abril de 2015, quando foi anunciada a candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial. Para as forças de oposição, a candidatura de Nkurunziza não seria legítima, uma vez que a Constituição de 2005 veda uma segunda reeleição. A oposição alega, ademais, que, ao manter-se no poder por um terceiro mandato, Nkurunziza coloca em risco o espírito do Acordo de Arusha. De outro lado, os partidários do presidente argumentam que, como a primeira eleição de Nkurunziza, em 2005, ocorreu pela via indireta, sua candidatura em 2015 não constituiria desrespeito à Constituição. A tese dos partidários de Nkurunziza foi legitimada pela Corte Constitucional do país, alegadamente sob pressão do poder executivo.



A situação deteriorou-se, em maio de 2015, quando teve lugar uma tentativa fracassada de golpe de Estado contra Nkurunziza. Após a tentativa de golpe de estado, a atitude do governo endureceu, passando a apontar alguns grupos de oposição como "terroristas". Grupos oposicionistas, alguns integrados por militares e policiais envolvidos na tentativa de golpe de estado, optaram pela luta armada, atuando a partir de países vizinhos.

À revelia de apelos de países ocidentais, da ONU e da União Africana, Nkurunziza manteve sua candidatura e, nas eleições realizadas em julho, que contaram com a participação de 30% do total de votantes, foi reeleito com 69% dos votos. A posse de Nkurunziza, em agosto de 2015, não aliviou o clima de tensões e divisão política.

Grandes manifestações de rua que têm ocorrido desde o início de 2015 têm sido duramente reprimidas pela parcela majoritária das forças de segurança (exército e polícia) leais ao governo. Registram-se, contudo, importantes deserções de quadros das forças de segurança, bem como assassinatos que vitimaram lideranças militares favoráveis e contrárias ao terceiro mandato de Nkurunziza. Em dezembro de 2015, quatro bases militares foram atacadas por grupos oposicionistas armados. As forças de segurança leais ao governo retaliaram com violência, segundo observadores externos, que relatam casos de execuções extrajudiciais.

Os confrontamentos e episódios de violência desde o início de 2015 resultaram, segundo estimativas da ONU, em quase 500 mortos e 5 mil presos. Ainda segundo a ONU, entre 2015 e 2016, o total de pessoas deslocadas internamente (IDP) passou de 85 mil para cerca de 150 mil. No mesmo período, o total de refugiados burundinos passou de 344 mil para 400 mil. Os principais destinos dos refugiados são Tanzânia (59%) e Ruanda (21%).

Política externa

A política externa do Burundi é fortemente influenciada por seu entorno regional. Na região dos Grandes Lagos, a tensão entre as etnias tutsi e hutu, os fluxos de refugiados de conflitos nos países vizinhos e a ameaça de grupos rebeldes transnacionais são importantes condicionantes geopolíticos, como demonstra tentativa frustrada de ataque a Bujumbura, em janeiro de 2015, por forças rebeldes que penetraram no Burundi pela fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). Mais recentemente, a crise política e a situação dos direitos humanos no Burundi têm condicionado a atuação externa do país.

A posição refratária do presidente Pierre Nkurunziza a um diálogo plenamente inclusivo com a oposição tem levado, em certa medida, ao isolamento do país no plano regional e global. Os EUA têm estudado impor sanções a indivíduos burundineses específicos. Doadores internacionais, em especial a União Europeia, suspenderam a ajuda internacional ao país, limitando-a a projetos de ajuda humanitária a serem desenvolvidos por ONGs. A grave deterioração da economia do Burundi, decorrente, em grande medida, da suspensão da ajuda externa, tem, por sua vez, retroalimentado o



agravamento do quadro humanitário e a instabilidade política. Estima-se que cerca de 700 mil burundineses estejam em situação de severa insegurança alimentar.

Em abril de 2016, o Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou a abertura de investigação preliminar sobre abusos de direitos humanos no Burundi. Em reação, o governo burundinês procedeu à denúncia do Estatuto de Roma, por meio de lei promulgada pelo Parlamento e sancionada pelo presidente Nkurunziza em outubro de 2016.

No entorno regional, as relações com Ruanda deterioraram-se rapidamente, como consequência da crise política no Burundi. Os dois países apresentam composição étnica semelhante, com trajetória política, contudo, diversa das etnias tutsi e hutu. No contexto das eleições de 2015, o presidente Paul Kagame havia-se manifestado publicamente contra o terceiro mandato de Nkurunziza. Posteriormente, o governo do Burundi acusou Ruanda de ter participado da tentativa de golpe de maio de 2015, bem como de estar abrigando, treinando e armando grupos oposicionistas, com o objetivo de desestabilizar o país. Por sua vez, o governo ruandês acusou o Burundi de apoiar rebeldes das Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR), milícia formada majoritariamente por hutus, com base territorial na RDC, cujos membros estiveram envolvidos no genocídio ruandês de 1994. Em abril de 2016, a morte de ex-Embaixador ruandês, preso no Burundi por suspeita de espionagem, elevou as tensões entre os dois países. Nos meses seguintes, foram expulsos de Ruanda cerca de 1.500 cidadãos burundineses, bem como foram registradas detenções em massa de nacionais ruandeses no Burundi, acusados de espionagem.

Ainda em decorrência da atual crise política no país, o Burundi, que vinha recebendo significativo fluxo de refugiados proveniente de países vizinhos, sobretudo da RDC, passou a contribuir para o agravamento da crise de refugiados em sua região. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o número de refugiados burundineses em países vizinhos, sobretudo na Tanzânia, em Ruanda, em Uganda e na RDC, já supera 400 mil pessoas.

Grande parte da agenda econômica internacional do Burundi está ligada à sua participação na Comunidade da África Oriental (EAC, sigla em inglês), que inclui, além do Burundi, Uganda, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Sudão do Sul. A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024. A integração do Burundi no bloco, contudo, tem sido negativamente afetada pela crise nas relações com Ruanda, que levou Bujumbura a proibir a exportação de bens agrícolas para o país vizinho, em julho de 2016, bem como a fechar a fronteira entre os dois países, um mês depois.

É crescente a presença de grandes países em desenvolvimento no Burundi, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos. Em 2015, China e Índia foram, respectivamente, o maior e o segundo maior mercado de origem das importações burundinas. A China também é, atualmente, um dos mais importantes fornecedores de ajuda oficial ao desenvolvimento ao Burundi, além de contribuir com a construção de obras públicas no país, como a do novo palácio presidencial e do Hospital de Mubangza, na província de Bubangza, inaugurado em 2011. A África do Sul também possui importantes laços com o país, tanto econômicos quanto políticos. O país tem buscado demonstrar maior engajamento na mediação da crise política no Burundi.

Durante o período em que o Burundi gozou de estabilidade política, o país apresentou destacado engajamento na solução de conflitos regionais. Apesar do contexto interno adverso, atualmente, o país permanece sendo, ao lado de Uganda, um dos principais contribuintes de tropas para a Missão da União Africana na Somália (AMISOM). A suspensão das contribuições da União Europeia ao orçamento burundinês, contudo, quase levou à retirada das tropas burundinas da Somália, em janeiro de 2017. O impasse foi resolvido após as partes chegarem a um acordo.

Em relação ao Mali, vale recordar que, em 30/1/2013, o ex-Presidente do Burundi Pierre Buyoya foi nomeado Representante Especial da UA e Chefe da Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para o Mali (AFISMA- "African-led International Support Mission in Mali"). O Burundi também enviou tropas para auxiliar a AFISMA na estabilização do Mali.

Devido a sua vinculação à Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS, na sigla em inglês), o Burundi também possui posições relevantes sobre o conflito na República Centro-Africana.

Presença multilateral no Burundi

Em 2004, em substituição à Missão da União Africana para o Burundi (AMIB), iniciou suas atividades a Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB), composta por cerca de 6 mil militares. Os objetivos da ONUB foram garantir a prestação de assistência humanitária ao país, repatriar e reassentar refugiados e monitorar os acordos de cessar-fogo assinados entre o governo de Bujumbura e grupos dissidentes.

Em 2006, em virtude do acordo de cessar-fogo com o Palipehutu-FNL, a ONU transformou sua presença no Burundi de manutenção da paz para reconstrução e consolidação da paz. O país deixou de ser tema frequente da agenda do Conselho de Segurança da ONU e passou a ser discutido, prioritariamente, pela Comissão de Consolidação da Paz. Devido à exitosa implementação dos mecanismos de compartilhamento de poder entre hutus e tutsis, até muito recentemente, o processo de consolidação da paz no Burundi vinha sendo considerado exemplo de sucesso em seu contexto regional.

Em 2007, a ONUB foi desmobilizada e substituída pelo Escritório



Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB), desprovido de contingente militar. Em janeiro de 2011, o BINUB foi reformulado e teve suas capacidades e orçamento novamente reduzidos, passando a denominar-se Escritório das Nações Unidas no Burundi (BNUB). Além do tradicional apoio ao diálogo nacional e ao fortalecimento institucional, a presença multilateral no país passou, então, a concentrar-se no apoio à construção e reabilitação de escolas, orfanatos e centros de saúde, bem como à criação de infraestrutura básica, como redes de água e esgoto. O mandato do BNUB foi concluído em 31 de dezembro de 2014.

Com a deterioração do quadro político no Burundi, a partir de 2015, novas iniciativas multilaterais foram criadas com o objetivo de promover a normalização do país, embora sem lograr êxitos significativos, até o momento.

A EAC tem tido protagonismo na promoção do diálogo entre governo e oposição no Burundi. O atual mediador indicado pelo bloco é o presidente de Uganda Yoweri Museveni. O ex-presidente tanzaniano Benjamin Mkapa ocupa a função de facilitador do diálogo. O esforço mediador, contudo, não apresentou avanços até o momento, sobretudo em função da dificuldade de reunir representantes do governo e da oposição. O governo do Burundi não reconhece a legitimidade de parte da oposição, considerados como organizações "terroristas", e recusa-se a dialogar com quaisquer representantes da tentativa de golpe de maio de 2015. Por sua vez, os grupos de oposição não aceitam solução para a crise que envolva a permanência de Nkurunziza na Presidência, exigindo a realização de novas eleições no curto prazo.

A União Africana e as Nações Unidas também vêm monitorando a situação no Burundi, com especial atenção à situação dos direitos humanos, embora sem resultados expressivos. Em dezembro de 2015, a União Africana (UA) anunciou que seriam enviados cinco mil soldados ao Burundi, para atuar em missão de proteção e prevenção. O presidente Nkurunziza, no entanto, declarou que não aceitaria o deslocamento de tropas para o país, que seria considerado uma invasão pelo governo burundinês. Em fevereiro de 2016, acordou-se uma solução intermediária, com o envio de cem monitores militares e igual número de observadores da UA. A medida, contudo, ainda não foi integralmente implementada.

Em julho de 2016, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adotou resolução (2303) autorizando o envio de missão policial, com mais de 200 agentes, para monitorar a situação de segurança no país e apoiar os observadores do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR). O governo do Burundi rejeitou publicamente o envio de força policial da ONU e afirmou que aceitaria apenas o envio de cinquenta policiais, para treinamento da polícia local. Desse modo, a resolução não foi implementada.

Em março de 2017, o assessor especial do secretário-geral das



Nações Unidas para Prevenção de Conflitos Jamal Benomar apresentou relatório ao CSNU, em que manifestou preocupação com o agravamento da situação dos direitos humanos no Burundi e registrou a ausência de progressos no esforço de diálogo patrocinado pela EAC.

Economia

O Burundi é um dos países mais pobres do mundo, havendo ocupado, em 2015, a 184^a posição entre 189 países listados no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas. A mais recente guerra civil (1993-2003), que resultou em cerca de 200 mil mortos, teve grande impacto negativo sobre a economia do país. Com o fim do conflito e com as eleições de 2005, o Burundi realizou reformas político-institucionais e econômicas profundas que viabilizaram a retomada do desenvolvimento. De 2006 a 2014, a economia burundinesa cresceu a uma taxa média de 5% ao ano.

Em 2015, com a crise política deflagrada pela decisão do presidente Pierre Nkurunziza de concorrer a um terceiro mandato, a economia passou novamente a sofrer processo de desaceleração. Naquele ano, o PIB do país registrou decréscimo de 3,9%, o que pôs fim a ciclo de crescimento econômico que durou por uma década (2005-2014). Em 2016, a economia permaneceu estagnada, com crescimento estimado em apenas 0,7%. O Investimento Externo Direto (IED) caiu de USD 47 milhões (2014) para USD 7 milhões (2015). A dívida externa, por sua vez, cresceu de US\$ 684,1 milhões em 2015 para US\$ 705,2 milhões em 2016. O valor total do PIB de 2016 foi estimado em US\$2,74 bilhões.

O principal setor da economia burundinesa é o da agricultura, que representa 45,8% do seu PIB e emprega mais de 90% da população. O segundo maior setor da economia burundinesa é o de serviços, com 37,1%, seguido pela indústria, com 17,1%. O Burundi depende fortemente de ajuda externa de doadores bilaterais ou multilaterais. Em 2015, as doações representaram 48% da receita nacional do país, mas o número diminuiu para 33,6% em 2016. A tendência para 2017 é de que este número diminua ainda mais, em função da redução e, em alguns casos, suspensão, de doações internacionais decorrentes da instabilidade política.

Como se encontra em grande medida vinculada à atividade agrícola, principalmente às culturas do café e do chá, a economia do Burundi é vulnerável a variações climáticas e à flutuação dos preços internacionais das commodities agrícolas. A inflação atingiu 5,5% em 2015, e passou para 6,5% em 2016. A arrecadação de impostos ainda possui uma estrutura precária, incidindo somente sobre 19,6% do PIB nacional em 2016.

No setor externo, as exportações do Burundi somaram US\$ 132,4 milhões em 2016, e as importações, 683,4 milhões. Os principais produtos de exportação são o café e o chá, que contabilizam cerca de 60% das vendas totais. Outros produtos importantes são o açúcar, o algodão e o couro. Em 2009, o Burundi passou a integrar a Comunidade da África Oriental (EAC, sigla em inglês).

Os principais mercados de destino para as exportações burundinasas são:



Alemanha (12,9%); Paquistão (11,2%); República Democrática do Congo (11,2%); Uganda (8,5%); Suécia (8,2%); Estados Unidos (7,5%); Bélgica (6,6%); Ruanda (4,8%); e França (4,6%). As principais origens das importações do Burundi foram: Quênia (15%); Arábia Saudita (14%); Bélgica (10%); Tanzânia (8,4%); Uganda (7,4%); China (7,1%); Índia (4,9%); e França (4%).

A atual crise política tem imposto desafios à economia do país, principalmente quanto à renda advinda de doações estrangeiras. No entanto, o aumento da atividade econômica, que deverá incluir a exploração de novas minas de níquel e investimentos realizados pelo governo no campo da segurança interna e do aperfeiçoamento do sistema de arrecadação de impostos, poderá resultar em taxas de crescimento positivas ao longo dos próximos anos.



Cronologia histórica

1885	Congresso de Berlim, o território do Burundi fica sob domínio alemão.
1918	Com fim da I Guerra Mundial, o Burundi é administrado indiretamente pela Bélgica.
1955	Surgimento dos primeiros movimentos nacionalistas.
1959	A Bélgica concede autonomia ao território do Burundi.
1959	Início do acirramento dos conflitos étnicos entre tutsis e hutus.
1961	Realização de eleições legislativas.
1961	Assassinato do Príncipe Rwagasore.
1962	O Burundi, sob o domínio da Bélgica, torna-se independente.
1962	O Rei Mwambutsa torna-se Chefe de Estado.
1966	O Coronel Michel Micombero depõe Mwambutsa, proclama a república e institui regime militar.
1976	Golpe militar derruba Coronel Micombero e Jean-Baptiste Bagaza assume a presidência.
1987	Bagaza é deposto em golpe liderado por Pierre Buyoya.
1993	Eleições multipartidárias acabam com governo militar. Eleito presidente, Melchior Ndadaye (Frobedu) é assassinado quatro meses depois.
1994	Parlamento aponta Cyprien Ntaryamira para presidência. Ntaryamira é morto durante atentado ao voo que levava também o presidente de Ruanda. Parlamento aponta para a presidência Sylvestre Ntibantunganya, presidente do Parlamento.
1996	Ex-presidente Pierre Buyoya lidera segundo golpe e suspende a Constituição.
1998	Buyoya toma posse como presidente do Burundi com anuência do Parlamento
1999	Presidente da Tanzânia apoia negociações entre as facções rebeldes burundinas.
2000	É estabelecido o Acordo de Paz de Arusha. Governo e três grupos rebeldes tutsi assinam acordo de cessar-fogo.
2001	Principal grupo hutu (FDD) e Presidente Buyoya iniciam negociações para cessar-fogo. Nelson Mandela lidera negociações que levam a instauração de governo de transição onde tutsis e hutus compartilharão o poder.
2002	Jean Minani, líder do principal grupo hutu, é eleito presidente do governo



	de transição.
2003	Domitien Ndayizeya sucede Buyoya como presidente do governo de transição. Ndayizeya é líder do FDD, Pierre Nkurunziza, assinam, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. Nkuruzinza e outros membros do FDD são incorporados ao governo do país.
2004	Forças da ONU tomam a frente do processo de pacificação, antes liderado por tropas da União Africana.
2005	Pierre Nkuruzinza é eleito presidente. Grupo rebelde Hutu, FNL, permanece ativo e recusa negociação de paz.
2006	FNL e o governo do assinam cessar-fogo, na Tanzânia.
2007	ONU encerra a missão de paz e focaliza suas operações de reconstrução, com a criação do Escritório Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB). RDC, Ruanda e Burundi reavivam a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos.
2008	Escalada de tensões e retomada do confronto levam a novo acordo de cessar-fogo.
2009	O Clube de Paris perdoa toda a dívida do Burundi, US\$ 134.3 milhões, com seus membros. O último grupo rebelde Hutu, FNL, transforma-se oficialmente em partido político.
2010	O Presidente Nkurunziza é reeleito com 92% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos da oposição.
Dez/2014	É concluído o mandato do Escritório das Nações Unidas no Burundi.
Abr/2015	Anúncio da candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial leva à instauração de ambiente de crise política e deterioração do quadro de segurança.
Mai/2015	Após a tentativa fracassada de golpe de estado, a posição do governo recrudesceu, passando a apontar alguns grupos de oposição como "terroristas".
Jul/2015	Nkurunziza é reeleito presidente, com 69% de votos favoráveis, em pleito com 30% do total de votantes.
Dez/2015	A União Africana anuncia que enviaria missão de proteção e prevenção ao Burundi, rejeitada pelo presidente Nkurunziza.
2016	Manteve-se o clima de tensões e divisão política. A Comunidade da África Oriental (EAC) promove diálogo entre forças políticas no Burundi.
Abr/2016	O Tribunal Penal Internacional (TPI) anuncia a abertura de investigação



	preliminar sobre abusos de direitos humanos no Burundi.
Jul/2016	O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adota resolução (2303) autorizando o envio de missão policial, para monitorar a situação de segurança no Burundi e apoiar os observadores do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR). O governo do Burundi rejeita publicamente o envio de força policial com outro objetivo exceto o treinamento da polícia local.
Ago/2016	O Burundi fecha sua fronteira com Ruanda, em decorrência do agravamento das tensões nas relações bilaterais.
Out/2016	O presidente Nkurunziza sanciona lei visando à denúncia do Estatuto de Roma pelo Burundi.

Cronologia das relações bilaterais

1980	Estabelecimento das relações bilaterais.
2007	Participação do Brasil na Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi.
2008	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Burundi (IDEC).
2008/abr	Viagem a Bujumbura do Dr. Paulo Galerani, do Escritório Regional da EMBRAPA em Acra, na qual manteve encontros com o ministro da Agricultura do Burundi.
2009/jul	Visita da embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes ao Burundi, acompanhando a equipe de futebol “Além-Brasil”, que manteve amistoso com a seleção sub-20 local.
2009/ago	Visita oficial do chanceler do Burundi ao Brasil. Assinado Acordo de Cooperação Técnica.
2011/jun	Encontro entre os então chanceleres Antonio Patriota e Augustin Nsanze, à margem da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York. Na ocasião, o Burundi manifestou apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção Geral da FAO.
2011/out	O Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Ao amparo da lei, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de arroz ao PMA-Burundi, em 2012.



2011/nov	Encontro Ministerial entre os então chanceleres Antonio Patriota e Laurent Kavakure, à margem da IV Reunião Ministerial da ASA, em Malabo.
2012/mar	Abertura da Embaixada do Burundi em Brasília.
2012/ago	Viagem a Bujumbura da embaixadora, não residente, do Brasil para o Burundi, para participar da inauguração de centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS, construído no âmbito de cooperação prestada pelo Fundo IBAS. Encontro da embaixadora com o chanceler Kavakure.
2012/out	Participação de enviado brasileiro na Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi. Na ocasião o governo brasileiro ofereceu apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012-16)
2013/fev	Encontro da então presidente Dilma Rousseff com seu homólogo burundinês, Pierre Nkurunziza, à margem da III Cúpula ASA, em Malabo.
2013/abr	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Laurent Kavakure.

Atos bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	25/08/2009	Em vigor
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.	16/04/2013	Em vigor



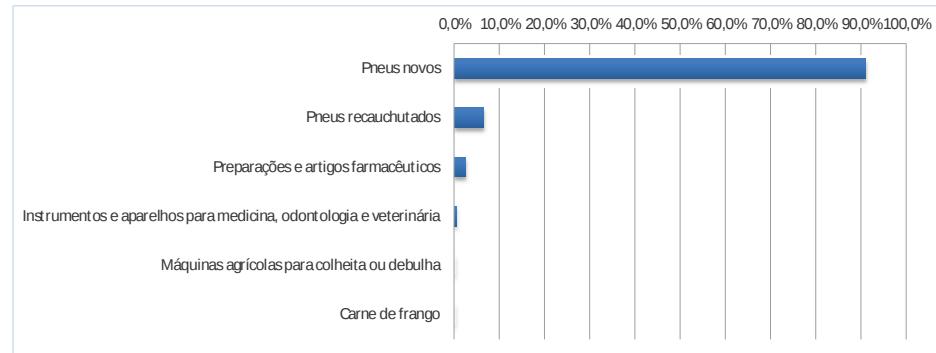
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para Burundi (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos	147,2	80,3%	112,0	97,1%	70,4	90,9%
Pneus recauchutados	2,5	1,4%	0,8	0,7%	4,9	6,3%
Preparações e artigos farmacêuticos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,9	2,4%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,3	0,4%
Máquinas agrícolas para colheita ou debulh	0,7	0,4%	2,5	2,2%	0,0	0,0%
Carne de frango	32,3	17,6%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	182,7	99,6%	115,4	100,0%	77,5	100,0%
Outros	0,7	0,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	183,4	100,0%	115,4	100,0%	77,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

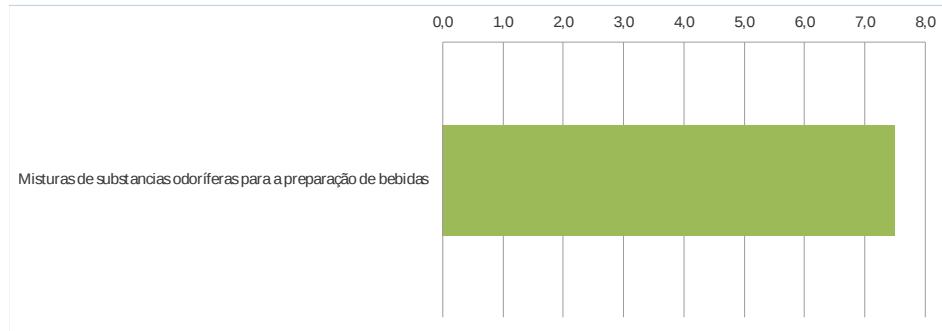


Composição das importações brasileiras originárias do Burundi (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Misturas de substâncias odoríferas para a preparação de bebidas	0,0	0,0%	7,5	100,0%	0,0	0,0%
Isoladores para uso elétrico	0,1	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	0,1	100,0%	7,5	100,0%	0,0	0,0%
Outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	0,1	100,0%	7,5	100,0%	0,0	0,0%

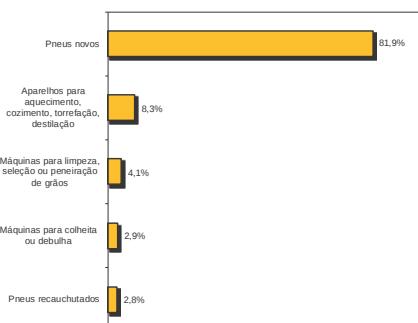
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017	
	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total		
Exportações brasileiras						
Pneus novos	23,8	87,0%	82,6	81,9%	Pneus novos	
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	0,0	0,0%	8,4	8,3%	Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	
Máquinas para limpeza, seleção ou peneiração de grãos	0,0	0,0%	4,1	4,1%	Máquinas para limpeza, seleção ou peneiração de grãos	
Máquinas para colheita ou debulha	0,0	0,0%	2,9	2,9%	Máquinas para colheita ou debulha	
Pneus recauchutados	3,6	13,0%	2,8	2,8%	Pneus recauchutados	
Subtotal	27,4	100,0%	100,8	100,0%		
Outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%		
Total	27,4	100,0%	100,8	100,0%		



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Não foram registradas importações no período de janeiro a abril de 2016 e de 2017.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 66, DE 2017

(nº 375/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 375

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Os méritos da Senhora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de outubro de 2017.



EM nº 00219/2017 MRE

Brasília, 6 de Setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão



Aviso nº 446 - C. Civil.

Em 4 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN**

CPF.: 156.737.237-68

ID.: 7532 MRE

1949 Filha de Fausto Augusto Borges Cabral e Lucy Gentil Cabral, nasce em 7 de novembro, em Fortaleza/CE

Dados Acadêmicos:

1973 Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1978 CPCD – IRBr
1985 CAD, IRBr
1986 Mestrado em International Public Policy, na School of Advanced International Studies, John Hopkinks University, Washington-DC/EUA
2000 CAE, IRBr, A UNCTAD como foro das questões do comércio e do desenvolvimento no final do século XX - a participação brasileira

Cargos:

1979 Terceira-Secretária
1981 Segunda-Secretária
1988 Primeira-Secretária
1995 Conselheira
2003 Ministra de Segunda Classe
2009 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1979 Divisão da Europa-II, assistente
1980 Secretaria de Imprensa do Gabinete, assistente
1983 Embaixada em Washington, Segunda Secretária
1986 Embaixada em Budapeste, Segunda e Primeira Secretária
1989 Embaixada em Kingston, Primeira Secretária
1990 48ª Sessão do Comitê Executivo da Associação Internacional de Bauxita, Kingston, Chefe de delegação
1991 Divisão de Imigração, Chefe, substituta
1993 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe, substituta
1995 Assessoria de Comunicação Social, assistente
1996 Delegação Permanente em Genebra, Conselheira
1999 Embaixada em Assunção, Conselheira
2003 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessora
2003 Embaixada em Montevidéu, Ministra-Conselheira
2006 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretora
2009 Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete



2010-
2013 Embaixada em Luanda, Embaixadora
2013 Consulado Geral do Brasil em Nova York, Cônsul-Geral

Condecorações:

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2006 "Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro
2009 Medalha do "Mérito Santos Dumont" ,da Força Aérea do Brasil
2010 Ordre National du Mérite, Grand Maître, concedida pela República Francesa
2010 Ordem do Rio Branco, Grão Cruz
2016 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2016 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Grande-Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TAILÂNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2017

3



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Tailândia
GENTÍLICO	Tailandês
CAPITAL	Bangkok
ÁREA	514 mil km ² (pouco menor que a Bahia)
POPULAÇÃO (2015)	68,84 milhões
IDIOMAS	Tailandês (oficial), inglês, idiomas locais
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (95%), islamismo (4%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Casa de Representantes)
CHEFE DE ESTADO	Rei Maha Vajiralongkorn Bodindradebayavarangkun, Rama X (desde 2016)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Prayuth Chan-ocha (desde mai/14)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Don Pramudwinai (desde ago/15)
PIB nominal (2016)	US\$ 406,95 bilhões
PIB PPP (2016)	US\$ 1,17 trilhão
PIB nominal <i>per capita</i> (2016)	US\$ 5.899
PIB PPP <i>per capita</i> (2016)	US\$ 16.888
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,2% (2016); 2,9% (2015); 0,8% (2014); 2,8% (2013); 7,3% (2012); 0,8% (2011).
IDH (2014)	0,74/87º de 188 (Brasil: 0,754/79º; média mundial: 0,717)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	78 anos (Brasil: 79; média mundial: 74)
ALFABETIZAÇÃO	96,4%
DESEMPREGO (2016)	0,75%
UNIDADE MONETÁRIA	Baht
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	O Sr. Surasak Suparat recebeu agrément em 3/5/17. Deve chegar a Brasília até o final de junho do corrente ano.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	500 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TAILÂNDIA (US\$ mil) (fonte: MDIC)

BRASIL - TAILÂNDIA	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (jan-abr)
Intercâmbio	420	677	1.410	1.972	2.402	4.217	4.038	3.422	1.053
Exportações	208	416	888	967	1.132	1.818	1.654	1.749	572



Importações	212	261	522	1.005	1.270	2.399	2.383	1.673	480
Saldo	-3,3	156	366	-37	-138	-581	-729	76	92

DASEAN, 25/5/2017.

APRESENTAÇÃO

O Reino da Tailândia tem a segunda maior economia do Sudeste Asiático, atrás da Indonésia, e a quarta maior população (cerca de 70 milhões de habitantes). O reino está dividido em 76 províncias e dois distritos de administração especial. Bangkok, a capital, é também a maior cidade do país.

Monarquia constitucional desde 1932, a Tailândia é a única nação do Sudeste Asiático que não se tornou colônia europeia. Conhecido historicamente como Sião, o país foi considerado, desde o final do século XIX, Estado tampão entre as conquistas francesas e inglesas naquela região. Em sua história política recente, o país tem alternado entre governos civis e militares. A Dinastia Chakri reina desde o último quarto do século XVIII.



PERFIS BIOGRÁFICOS

MAHA VAJIRALONGKORN BODINDRADEBAYAVARANGKUN **Rei da Tailândia**



Também conhecido como Rama X, nasceu em 28 de julho de 1952, em Bangkok. Depois de enviado a estudar em colégios públicos britânicos, o príncipe teve sua educação superior inicial no Colégio Militar Real de Duntroon, em Camberra, onde recebeu treinamento militar pelas Forças Armadas australianas – tornando-se tenente em 1976 – e obteve diploma de bacharelado em letras. Posteriormente, completou seu segundo curso de bacharelado, em direito, pela Universidade Aberta de Sukhothai

Thammathirat.

Iniciou oficialmente seu reinado em outubro de 2016, aos 64 anos, após falecimento de seu pai, Rei Bhumibol Adulyadej, líder que por mais tempo exerceu o cargo de Chefe de Estado na Tailândia e que, muito reverenciado, era alvo de verdadeira devoção em seu país. O rei Vajiralongkorn, décimo monarca da Dinastia Chakri, iniciada em 1782, tem diante de si, entre outros, o desafio de alcançar a simpatia e o respeito que o povo e as elites tailandesas nutriam por seu pai.



PRAYUTH CHAN-O-CHA**Primeiro-Ministro e Chefe do Conselho Nacional de Paz e Ordem**

Nascido em 21 de março de 1954, em Nakhon Ratchasima (Khorat), é casado com Naraporn Chan-o-cha e tem duas filhas. Militar de carreira, Prayuth cursou o ensino médio na Escola Preparatória das Forças Armadas, estudando posteriormente na Escola de Comando e Estado Maior, na Escola Nacional de Defesa e na Academia Militar de Chulachomklao. Começou sua carreira no 21º

Regimento de Infantaria, que possui status elevado de Guarda Real. Em 2003 foi promovido a General, sendo designado chefe do Estado Maior durante 2008 e 2009.

Em 2009 assumiu a função simbólica de ajudante honorário do Rei. No ano seguinte, alcançou o posto de Comandante das Reais Forças Armadas, cargo que ocupou até o ano de 2014, quando, com a destituição do governo de Yingluck Shinawatra, assumiu como Primeiro-ministro e Chefe do Conselho Nacional de Paz e Ordem.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 1959. A Embaixada do Brasil em Bangkok foi aberta no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia em Brasília, em 1964.

Brasil e Tailândia mantêm dois mecanismos de interlocução política regular: Comissão Mista (II e última reunião realizada em Brasília, em junho de 2012) e Consultas Políticas (I e única reunião realizada em Brasília, em junho de 2015).

O relacionamento é especialmente promissor nas áreas de comércio e investimentos, energia (sobretudo biocombustíveis), ciência e tecnologia, pesquisa agrícola, saúde e turismo. De 2009 a 2013, a Tailândia foi o principal parceiro comercial do Brasil entre os países da ASEAN, posição que perdeu para Cingapura em 2014. Desde então, os fluxos comerciais não retomaram o padrão anterior, mas o país manteve-se entre os três principais parceiros comerciais do Brasil no Sudeste Asiático. O Brasil também é o principal parceiro comercial da Tailândia na América Latina.

Estão em vigor acordos bilaterais de cooperação técnica e científica, de cooperação técnica trilateral de cooperação esportiva e de cooperação técnica em medidas sanitárias e fitossanitárias.

Em outubro de 2013, foram criadas, por cumulatividade, as adidâncias de Defesa e Aeronáutica, Naval e do Exército do Brasil para a Tailândia, com sede em Jacarta, na Indonésia. A Tailândia mantém adido de defesa residente em Brasília.

Cooperação policial

A Embaixada em Bangkok observa possibilidade de que se desenvolva, futuramente, cooperação entre autoridades policiais brasileiras e tailandesas para além dos canais tradicionais da INTERPOL, no campo do combate ao tráfico de drogas. Delegação do Departamento de Polícia Federal do Brasil foi a Bangkok, em maio de 2017, a convite da Embaixada da Tailândia em Brasília, e concluiu que o potencial de cooperação decorreria da semelhança dos desafios enfrentados na repressão ao narcotráfico em áreas de fronteira seca e de acesso fluvial e pelo fato de os dois países serem, ao mesmo tempo, consumidores e escalas para o tráfico de entorpecentes.



Defesa

Tem crescido continuadamente, sobretudo depois da assunção do governo militar, em 2014, o orçamento para novas aquisições de materiais bélicos pelas Forças Armadas. Bangkok tem privilegiado, neste segmento, negociações com parceiros menos tradicionais, como marcado pela recente decisão tailandesa de comprar submarinos chineses e aeronaves russas. O Exército e a Marinha daquele reino já possuem aeronaves ERJ-135 da EMBRAER, as quais são regularmente utilizadas no transporte das mais altas autoridades do Governo. Interlocutores da Real Força Aérea da Tailândia (RFAT) já indicaram expectativa de, até 2021, substituir as frotas de Hércules 130, o que poderia constituir oportunidade para a venda do KC-390.

Haveria, portanto, potencial na comercialização de aviões no país, o que poderia ser explorado pela Embraer, tanto no que se refere ao KC-390; quanto à família ISR (*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*); bem como para aeronaves de deslocamento de autoridades. O lado tailandês tem reiterado a importância de que a Embraer possa contar com uma estrutura local de operações para a concretização de negócios.

Desde a abertura, em 2014, da Adidância de Defesa e Aeronáutica junto à Tailândia, a interlocução neste campo vem-se ampliando. O lado tailandês vem buscando avaliar oportunidades para treinamento de militares em programas brasileiros de operações na selva. O convite estendido pela Tailândia ao Brasil para envio de observadores à edição de 2017 do COBRA GOLD, maior exercício militar multinacional da Ásia, configura marco do recente acercamento bilateral no segmento militar.

Diálogo Agência Brasileira de Cooperação (ABC)-Thailand International Development Agency (TICA)

A ampliação do escopo da cooperação técnica para terceiros países cria oportunidades relevantes de atuação conjunta entre a ABC e a TICA. Em 2012, o Brasil recebeu duas missões tailandesas de estudos, no âmbito da parceria entre as duas instituições: uma sobre controle da mosca da fruta, em março, e, em julho, outra sobre produção mecanizada de cana de açúcar para produção de energia alternativa. Em 2013, o Diretor da ABC visitou Bangkok.



Energia e biocombustíveis

Os entendimentos bilaterais sobre a cooperação no campo do etanol remontam a 2004, quando o então Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, visitou a Tailândia. Aquele país é o segundo maior exportador e o quarto maior produtor de açúcar do mundo, mas, ainda assim, tem incipiente desenvolvimento das tecnologias de etanol. Em maio de 2013, foi realizada missão do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) à Tailândia.

Foram identificadas oportunidades para a venda de usinas de etanol completas, no contexto da política de adoção gradual de biocombustíveis, prevista pelo "Plano de Desenvolvimento de Energias Renováveis e Alternativas 2012-2021", do Ministério da Energia tailandês. Além de aumentar sua produção doméstica de etanol, a Tailândia tenciona converter-se em centro regional de distribuição do insumo.

Contencioso sobre o açúcar

O Brasil entende que, nos últimos anos, o governo tailandês vem concedendo apoio aos produtores de cana e de açúcar, elevando a produção e a exportação, especialmente para o Sudeste Asiático. A preocupação com o tema foi suscitada no âmbito da OMC sem que tivesse sido possível encontrar solução para o problema. Dados analisados até agora, no entanto, dão conta de importantes prejuízos ao setor de açúcar no Brasil.

Nesse contexto, a CAMEX autorizou, em 29 de fevereiro último, a abertura de contencioso contra a Tailândia. Já passado o período de consultas, deverá ser tomada pelo Brasil decisão sobre possível abertura de painel. O Brasil está aberto a soluções negociadas, mas entende que decisão sobre a eventual suspensão do contencioso dependeria de informações mais concretas no que se refere a alcance e prazos da reforma dos instrumentos de apoio ao setor, em discussão na Tailândia.

Educação

Em 2011, foi estabelecido Leitorado de Língua Portuguesa na Universidade Chulalongkorn (a mais prestigiosa da Tailândia), com aulas conduzidas por professora brasileira. Em 2012, havia 55 estudantes



taiandeses do ensino médio no Brasil, em intercâmbio cultural privado promovido pelo "American Field Service". A Tailândia está habilitada a enviar estudantes no âmbito dos programas PEC-G e PEC-PG, com base no Acordo de Cooperação Técnica e Científica.

Existem laços da Universidade da Câmara de Comércio Tailandesa com a Fundação Getúlio Vargas e a USP. Por sua vez, a Universidade Burapha mantém laços com o SEBRAE. Foi assinado, em novembro de 2013, MdE entre a UnB e a UTCC (University of Thai Chamber of Commerce), de amplo escopo.

Conforme ranking divulgado pela revista inglesa "*Times Higher Education*", há cinco universidades taiandesas entre as 100 melhores dos países emergentes. São elas a King Mongkut's University of Technology, na 29^a posição; Mahidol, na 52^a; Chiang Mai, na 82^a; [Chulalongkorn University](#), na 85^a e, por fim, Prince of Songkla, na 89^a. Em maio de 2014, visitou o Brasil delegação da Universidade Kasetsart, que manteve encontros na Universidade de Santa Maria (UFSM), com a qual foi assinado acordo de cooperação, e na USP, para a qual foi apresentada proposta de Memorando de Entendimento.

Em 2015, foi concluída a negociação de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Educação entre os Ministérios de Educação do Brasil e da Tailândia.

Esportes

A Embaixada do Brasil em Bangkok entende haver potencial para maior cooperação na área desportiva, em particular em futebol e Muay Thai (boxe tailandês). O Brasil é o país que tem mais centros de estudo e prática de Muay Thai do mundo – número que cresce aceleradamente –, superando inclusive a Tailândia.

Desenvolvimento social

O Brasil e a Tailândia têm trocado experiências na área de resíduos sólidos e inclusão social de catadores. Em novembro de 2014, missão técnica brasileira visitou a Tailândia, composta de representantes do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais



Recicláveis e Reutilizáveis (CIISC). Os órgãos brasileiros mantêm diálogo com a "Thailand Institute of Packaging and Recycling Management for Sustainable Environment (TIPMSE)", que estuda adotar políticas inspiradas na experiência brasileira.

Saúde

Desde outubro de 2014, o Ministério da Saúde Pública da Tailândia passou a distribuir drogas antirretrovirais a todos os cerca de 460 mil contaminados com o vírus do HIV. O modelo de combate à AIDS tailandês é considerado exemplar por observadores internacionais. O número de infectados diminui a cada ano, assim como as mortes decorrentes da doença (mais de 9 mil em 1999 para 673 em 2010). O representante da UNAIDS reconheceu o êxito do modelo tailandês, que poderia receber positiva contribuição brasileira.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros na Tailândia é prestada pela Embaixada do Brasil em Bangkok. Há consulado honorário subordinado à Embaixada na cidade de Phuket, com jurisdição sobre as províncias tailandesas de Phuket, Krabi, Phang Nga e Ranong. Há cerca de 500 brasileiros na Tailândia.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano da Tailândia.



POLÍTICA INTERNA

A Tailândia foi o único país do Sudeste Asiático não submetido ao colonialismo europeu. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, o território tailandês foi utilizado pelo Japão – ao qual a Tailândia chegou a aliar-se - em apoio a atividades militares no Sudeste Asiático. Em 1932, foi instaurado no país, de forma pacífica, o regime de monarquia constitucional. Em 1946, após o falecimento de seu irmão mais velho – o Rei Ananda Mahidol – assumiu o trono o Rei Bhumibol Adulyadej, iniciando longo reinado de 70 anos, que se estendeu até outubro de 2016, quando o monarca faleceu.

Conjuntura atual

O falecimento do rei Bhumibol Adulyadej, objeto de veneração e figura de união nacional, foi episódio de grande comoção na Tailândia. A ascensão de seu filho, o agora rei Vajiralongkorn (ou Rama X), ao trono tailandês foi acompanhada de incertezas, em especial em razão do status de que o falecido rei gozava junto à população tailandesa. Rama X tem, a seu favor, sólida aliança com as Forças Armadas.

Atualmente, o Poder Legislativo do país é a Assembleia Nacional bicameral, composta pelo Senado e pela Câmara Baixa. A atual composição do Senado conta com 150 membros, sendo 75 eleitos pelas províncias, 1 por Bangkok e os outros 74 por uma Comissão Especial do Senado. Já a Câmara Baixa



possui 500 membros, sendo 375 eleitos diretamente e 125 com base em sistema proporcional de listas partidárias. A nova Constituição da Tailândia, promulgada em 6 de abril de 2017, introduz modificações a essa estrutura, ainda em estágio de implementação.

Em 22 de maio de 2014, o Comandante do Exército, General Prayuth Chan-ocha, anunciou a destituição do governo da primeira-ministra Yingluck Shinawatra – cujo irmão, Thaksin Shinawatra, liderança de grande popularidade no país, fora, por sua vez, também destituído por intervenção militar em 2006. Instalou-se no poder, a partir de então, junta militar, denominada de Conselho Nacional de Paz e Ordem.

Em 7 de agosto de 2016, o governo de Chan-ocha submeteu a referendo projeto de nova Constituição para o país, em meio a acusações de cerceamento de direitos fundamentais, como os de expressão e de reunião. Cerca de 61% dos eleitores foram favoráveis à nova Constituição, e 58% deles votaram a favor da chamada "questão extra", referente à possibilidade de que 250 senadores indicados politicamente possam, juntamente com outros parlamentares eleitos, participar da escolha do primeiro-ministro nos cinco anos que se seguirão à entrada em vigor do novo texto constitucional. Depois de agosto, o texto constitucional referendado sofreu emendas a pedido de Rama X. Essas modificações: (i) tornam opcionais para o rei a indicação de regente quando de suas ausências da Tailândia; e (ii) eliminam o poder da Corte Constitucional de estipular medidas emergenciais como, por exemplo, a prerrogativa de compor governos provisórios em caso de crises.

A nova constituição tailandesa entrou em vigor em 6 de abril de 2017, embora seus dispositivos prevejam período de transição durante o qual se manterão em funcionamento os órgãos estabelecidos pelo governo militar, bem como artigos da Constituição interina de 2014. A nova Carta Magna prevê a progressiva eliminação das instituições estabelecidas pelos militares. Em até 120 dias, a partir de sua entrada em vigor, deverá ser adotado o já mencionado plano estratégico de 20 anos. Já a Assembleia Nacional Legislativa (ANL) só será



dissolvida um dia antes da primeira reunião do novo Parlamento. A dissolução do Conselho Nacional de Paz e Ordem e do Gabinete Ministerial de Prayut dependerá da assunção de um novo Governo.

Enquanto isso, continua o processo de transição definitiva do trono tailandês. A cremação do rei Bhumibol Adulyadej, prevista para o dia 26 de outubro de 2017, é apresentada como um dos marcos para a nova fase política tailandesa, ao abrir caminho aos preparativos para a coroação do rei Vajiralongkorn e, em certa medida, para a convocação de eleições em 2018.

Insurreição no "Sul Profundo"

A Tailândia, país de confissão oficial budista, enfrenta movimento de insurreição islâmica nas três províncias do extremo sul, onde há importante comunidade de etnia malaia. A região apresentou conflitos esporádicos e de baixa intensidade por décadas, mas houve escalada de tensões a partir de 2001. A situação é de grande complexidade, e não se vislumbra solução no curto prazo. Os conflitos já deixaram mais de 7 mil mortos no país.

Em setembro de 2016, o governo militar criou o Comitê Diretivo para a Solução dos Problemas de Fronteira nas Províncias do Sul (CDS). Trata-se de instância que centralizará operações e medidas de segurança a serem adotadas na região. Segundo vem sendo anunciado pelas autoridades locais, a criação do CDS permitirá que oficiais apontados pelo alto escalão do governo atuem com amplos poderes na região, o que leva a crer em possível aumento da presença de tropas na parte mais austral da Tailândia.

Os últimos ataques a bomba, em maio de 2017, tiveram como alvo principal famílias com crianças e deixaram mais de 80 feridos. O Barisan Revolusi Nasional (BRN) - grupo muçulmano separatista sediado em Pattani e com ramificações no norte da Malásia -, é o principal suspeito.



POLÍTICA EXTERNA

A Tailândia ocupa papel de destaque no Sudeste Asiático, pela combinação de sua dimensão territorial (superfície equivalente à da Bahia), de sua expressão populacional (69 milhões de habitantes) e pela relativa pujança econômica (2º maior PIB da ASEAN e corrente de comércio exterior equivalente à do Brasil, apesar de ter um PIB de cerca de 1/5 do brasileiro). Além de membro-fundador e participante ativo nos trabalhos da



ASEAN, é tradicional aliado dos EUA na região, tendo enviado tropas para as Guerras na Coreia, no Vietnam e no Iraque.

A estratégia diplomática tailandesa, em anos recentes, consiste em substituir a influência direta – que antes exercia sobre as antigas Indochina francesa e Birmânia – por um papel de centro irradiador, em termos de comércio e investimentos. O país destaca-se, por exemplo, como principal investidor no Laos, a despeito da proximidade da China. Em Myanmar, a Tailândia investiu mais de US\$ 10 bilhões, no megaprojeto do porto de Dawei.

Em recente entrevista concedida ao jornal de língua inglesa "Bangkok Post", o ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Don Pramudwinai, apresentou as perspectivas para a política externa do país para 2017. O principal tema da conversa foi a promoção do que o chanceler denominou "modelo dos 5 S", política segundo a qual a diplomacia tailandesa deverá privilegiar os seguintes temas: segurança, sustentabilidade, padrões ("standards"), status e sinergia. Segundo declarado por Don, a principal finalidade da atuação internacional do país continuará sendo trazer benefícios às pessoas, numa lógica de "people-centered diplomacy".

No que diz respeito à segurança, deverá ser privilegiada a participação tailandesa em foros sobre "ameaças não tradicionais", nomeadamente epidemias, segurança alimentar e terrorismo. Com relação à sustentabilidade, além da sempre presente "filosofia da suficiência econômica" (SEP), o país deverá participar ativamente dos debates sobre mudança do clima. Quanto aos "standards", o propósito será o de aproximar a Tailândia dos "padrões internacionais" de regulamentação, particularmente nos casos relacionados: (i) à pesca ilegal, não reportada e não regulada - IUU; (ii) à segurança da aviação, segundo as regras da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI); e (iii) ao tráfico de pessoas, de acordo com os parâmetros do relatório anual do Departamento de Estado norte-americano sobre o tema – o chamado TIP (*Trafficking in Persons Report* – Relatório sobre o Tráfico de Pessoas).

O status e a sinergia, por sua vez, deverão ser perseguidos de maneira complementar. Trata-se de obter ganhos de inserção internacional a partir da percepção de que a Tailândia ocupa hoje papel preponderante no Sudeste Asiático e que poderá desempenhar protagonismo na ampliação da importância da região na política internacional. Segundo o chanceler,



"Thailand has considerable work to do. We are now changing our role from one of taking to [one of] giving". Segundo explicou, esta função não se limitaria à cooperação no âmbito da ASEAN, mas incluiria a diversificação de parcerias com países da União Europeia, do Oriente Médio e da América do Sul - citou particularmente Brasil, Argentina, Colômbia e Peru.

Temas multilaterais

A Tailândia apoia a expansão do número de assentos permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas é contrária à extensão do direito de voto a eventuais novos membros permanentes. Sobre o pleito brasileiro a um assento permanente, autoridades tailandesas têm demonstrado simpatia, sem, no entanto, haverem assumido compromisso definitivo nesse sentido.

Na OMC, a Tailândia apoiou a candidatura do Embaixador Roberto Azevedo. Foi aliada do Brasil nas negociações sobre patentes de retrovirais e integra o G-20 agrícola. Participou, com o Brasil, da Iniciativa Política Externa e Saúde Global (7 países) e da Rede Internacional de Cooperação Tecnológica em HIV/AIDS (8 países).

Destaca-se que é longa e já tradicional a relação da Casa Real tailandesa com as Nações Unidas, que, em 2006, concedeu a Rama IX o primeiro prêmio do PNUD em tributo ao conjunto de suas realizações (*Lifetime Achievement Award*). Em outubro de 2016, mês de falecimento de seu pai, a princesa Sirindhorn foi nomeada "Embaixadora Especial da FAO para o Programa Fome Zero". Recentemente, em fevereiro de 2017, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) nomeou a princesa Bajrakitiyabha, filha do atual monarca, embaixadora da boavontade para o Estado de Direito no Sudeste Asiático. A filha mais velha do rei Vajiralongkorn chefiou, de 2012 a 2014, a Missão Diplomática da Tailândia em Viena e, desde seu retorno, vem-se destacando à frente do projeto Kamlangjai ("inspire") voltado à concessão de tratamento digno a mulheres e grávidas no sistema prisional tailandês.

Relações com os Estados Unidos

A Tailândia é um dos cinco países da Ásia-Pacífico que têm tratado de aliança com os EUA (os outros são Japão, Coreia do Sul, Austrália e Filipinas). Desde 1982, é realizado anualmente, na Tailândia, exercício



militar conjunto denominado "Cobra Gold", liderado pelos EUA e com a participação direta de seis outros países. A edição de 2012 foi o maior exercício militar multinacional já executado na região da Ásia-Pacífico, com a atuação de 13.180 militares dos EUA, da Tailândia, da Coreia do Sul, da Malásia, do Japão, da Indonésia e de Cingapura.

Hoje os EUA são o principal destino das exportações tailandesas fora da ASEAN. Entre janeiro e novembro de 2016, as vendas ao mercado norte-americano representaram 11,4% do total exportado pelo país, atingindo a cifra de US\$ 22,5 bilhões. Com respeito a perspectivas sobre a evolução do relacionamento comercial durante a gestão Trump, as autoridades tailandesas avaliam que: (i) não é esperada queda das exportações diretas aos EUA, sobretudo em função de "dependência" norte-americana quanto a compra de alguns produtos importados da Tailândia (como autopeças, partes de eletrônicos, materiais de borracha, joias, frutos do mar e suco de frutas); e (ii) eventual protecionismo do governo Trump não deverá traduzir-se em aumento de barreiras tarifárias contra produtos tailandeses, mas em possíveis medidas não-tarfárias.

União Europeia

Está em negociação o Acordo de Livre Comércio entre a Tailândia e a União Europeia, cujas tratativas deverão ser retardadas em função das medidas de pressão adotadas pela União Europeia pelo retorno de governo civil. Analistas entendem que o referendo para aprovação de texto constitucional e a realização de eleições abertas na Tailândia devem ser suficientes para pelo menos atenuar as resistências europeias à negociação de acordos com a Tailândia.

China

As relações com a China, historicamente marcadas pelo grande contingente de população de origem chinesa que vive na Tailândia, passam por momento de grande intensificação, especialmente nas áreas de comércio e investimentos. A família Shinawatra, dos ex-Primeiros-Ministros Thaksin Shinawatra (2001-2006) e sua irmã Yingluck Shinawatra (2011-2014), por exemplo, tem ascendência chinesa.



Logo após visita do Presidente dos EUA, Barack Obama, o então Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao visitou Bangkok, em novembro de 2012. A "coincidência" das visitas de Obama e Wen a Bangkok trouxe à tona o debate sobre a posição ocupada pela Tailândia no jogo de forças e influências da China e dos EUA no Sudeste Asiático.

A atual conjuntura política tailandesa tende a fortalecer o eixo Bangkok-Pequim. Em contraposição à retração ocidental, que tem suspendido a cooperação militar com o país, o Ministério da Defesa chinês formulou, semanas após a destituição do Governo interino, convite para que o Secretário Permanente de Defesa Surasak Kanchanet visitasse a China para discutir o aprofundamento da cooperação militar.

Japão

O Japão foi o terceiro maior parceiro comercial da Tailândia (atrás de Estados Unidos e China), sendo responsável por cerca de 9,6% das exportações tailandesas. Os laços entre as duas grandes monarquias do Oriente são fortes e incluem componente demográfico importante, uma vez que a Tailândia é o lar da maior comunidade imigrante japonesa na Ásia. Entretanto, nota-se possível tendência de emigração dos investimentos japoneses para outros países da região, como o Vietnam e a Indonésia, em busca de redução de custos de produção relacionados à mão-de-obra.

O governo japonês, de forma a conter o avanço da influência chinesa no Sudeste Asiático, tem reforçado sua disposição em estreitar os laços diplomáticos e negociar acordos bilaterais durante o governo militar na Tailândia.

O Imperador japonês Akihito, em visita a Bangkok em março passado, para apresentar condolências pela morte do rei Bhumibol Adulyadej, foi o primeiro chefe de Estado a ser recebido por Rama X. As duas Casas Reais sempre mantiveram relações próximas. Os primeiros contatos do falecido rei tailandês e da rainha Sirikit com o imperador japonês Hirohito remontam a 1963, quando de visita oficial que fizeram ao Japão. No ano seguinte, o então Príncipe-Regente Akihito esteve em Bangkok. Ao assumir o trono em 1989, Akihito escolheu a Tailândia como o primeiro país a visitar em seu péríodo pelo Sudeste Asiático, iniciado em 1991. Em 2006 voltaria à Tailândia para as comemorações do 60º aniversário de ascensão ao trono do rei Bhumibol.



Sudeste Asiático

O governo tailandês tem insistido na necessidade de fomentar a cooperação entre Tailândia, Camboja, Laos, Myanmar e Vietnam com vistas à criação de uma estratégia econômica comum. Os cinco países formam o acrônimo CLMVT, que vem sendo utilizado com frequência cada vez maior, por representar sub-região do Sudeste Asiático com altos índices de crescimento econômico (média de 5,8% entre 2011 a 2014) e um dos mais acelerados ritmos de desenvolvimento do mundo. Ademais, o bloco constituiria, de acordo com o discurso oficial tailandês, "ponte entre a Índia e a China", bem como área especialmente promissora para acesso aos mercados da Ásia Meridional e do Oriente Médio.

Bangkok, ao menos desde 2014, mantém excelentes relações com as quatro outras capitais englobadas no bloco CLMVT. Foram encapsuladas as tensões territoriais com o Camboja relativas à área disputada pelos dois países em torno do templo de Preah Vihear. A interação com o Vietnam, possível rival no Sudeste Asiático continental, é viva e dinâmica. Os parceiros do CLMVT já configuraram destino de 10% das exportações tailandesas, proporção semelhante ao espaço dos EUA ou do Japão no comércio exterior tailandês. A Tailândia depende, ademais, da mão-de-obra estrangeira, oriunda, sobretudo, de Myanmar.

Para além desses dados, especialistas vêm assinalando, nos últimos anos, a oportunidade única de a Tailândia se firmar como centro nevrálgico, tanto logístico, quanto financeiro, da subregião que mais cresce em toda a ASEAN. O foco da política econômica tailandesa no bloco CLMVT adequa-se, ademais, aos objetivos do programa "Tailândia 4.0", o qual, além dos segmentos de inovação e alta tecnologia, privilegia sobremaneira o setor de serviços.



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Características econômicas gerais

A economia tailandesa é a segunda maior da ASEAN (após a Indonésia), apresenta alto grau de abertura e possui mercado interno de relevância. Apesar de mais da metade da população tailandesa ser rural, o setor primário tem baixa participação no PIB tailandês, que tem a seguinte composição: agricultura, com 12%; indústria, com 40%; e serviços, com 48% (2015). No setor industrial, destacam-se os investimentos externos (sobretudo japoneses) nos setores automotivo e de *hardware*. A agricultura, cujo desenvolvimento foi o primeiro motor da transformação da economia tailandesa, apresentou, subsequentemente, declínio em sua contribuição para o PIB do país, embora ainda empregue cerca de 32% da população. A indústria tailandesa, inicialmente (no período 1960-1985) favorecida por políticas de substituição de importações, tem hoje seu foco na promoção das exportações.

Por ser uma economia fortemente ligada às exportações, a Tailândia vê-se vulnerável a flutuações cambiais e às condições macroeconómicas de seus principais parceiros comerciais (EUA, China, Japão, Hong Kong, Austrália, Malásia e Indonésia). Em 2009, a economia do país foi afetada pela crise global, tendo o PIB apresentado queda de 2,3%, refletindo sobretudo a redução do nível de investimento fixo (-9,2%, em 2009). Durante o ano de 2009, o país chegou a enfrentar deflação de 0,9%. A recuperação econômica, entretanto, foi rápida, com a expansão dos gastos públicos, resultando em crescimento de 7,8% em 2010. Ao longo do período de crise e



recuperação, o nível de desemprego manteve-se baixo (0,7%, aproximadamente, uma das taxas mais baixas do mundo).

A Tailândia tem adotado postura favorável à negociação de acordos de livre comércio. Foi o principal defensor, no âmbito da ASEAN, da assinatura do Acordo de Livre Comércio China-ASEAN. Em março de 2013, a Tailândia iniciou negociações de um Acordo de Livre Comércio com a União Europeia. Em outubro do mesmo ano, durante visita do Presidente Sebastián Piñera a Bangkok, foi assinado "Acordo de Livre Comércio Chile-Tailândia", primeiro do gênero firmado pela Tailândia com um país da América do Sul, e que prevê a eliminação das tarifas de importação de 90% dos produtos exportados pelos dois países. Durante visita a Bangkok do Presidente do Peru, Ollanta Humala, foram concluídas as negociações para Tratado de Livre Comércio bilateral.

Conjuntura atual

O governo militar tem declarado que a recuperação da economia tailandesa é prioridade. Há expectativa do mercado de que o PIB real tailandês cresça cerca de 3% no período 2017-2021, por meio de investimentos do governo, sobretudo em grandes projetos de infraestrutura, e incentivos ao investimento estrangeiro e ao consumo. Em setembro de 2015, o governo anunciou um grande pacote de estímulos à economia, no valor de US\$ 9,7 bilhões. Parte significativa desse valor será destinada, via empréstimos e redução de impostos, ao setor primário da economia e a empresas de médio porte.

Contudo, há alguns desafios, como o da demanda doméstica, com queda de receitas e endividamento (mais da metade da população concentra-se no setor primário), implicando retração. Quanto às exportações, não se observam mudanças drásticas que contribuam para significativos ganhos em competitividade. Mantém-se, assim, a estagnação de seu potencial exportador, em razão de posicionamento pouco privilegiado do empresariado do país na atual dinâmica das cadeias globais de valor.

Desde dezembro de 2016, pesadas (e extemporâneas) tempestades trouxeram muito prejuízo à região sul da Tailândia. Ao menos 25 pessoas morreram em enchentes, 330 mil famílias



foram afetadas e ocorreram danos a construções e à produção agrícola local.

Comércio bilateral Brasil-Tailândia

Durante a II Comissão Mista bilateral em 2012, em Brasília, foram identificados setores prioritários para alavancar o comércio entre o Brasil e a Tailândia. Do lado brasileiro, apontaram-se oportunidades de expansão das exportações nas seguintes áreas: indústria aeroespacial, automóveis e autopeças, materiais eletroeletrônicos (telefones, compressores, bombas mecânicas, etc), produtos metalmecânicos, cárneos, pescado, suco de laranja e cosméticos. Do lado tailandês, destacaram-se os setores de energias renováveis e alternativas, biotecnologia, energia verde e agroindústria, além de interesse em joint-venture na área de exploração de petróleo em águas profundas.

No plano dos investimentos, as prioridades tailandesas no Brasil são energias renováveis, petróleo e gás natural, biotecnologia e indústria agroalimentar.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1782	A Dinastia Chakri assume o poder, com Rama I, e estabelece a capital do reino em Bangkok.
1896	Franceses e ingleses estabelecem parte significativa do Sião como Estado independente.
1917	O Sião junta-se aos Aliados, durante a I Guerra.
1932	Revolução civil e militar não violenta resulta no fim da monarquia absoluta, com o estabelecimento da primeira constituição tailandesa. A Dianstia Chakri, contudo, permanece no poder.
1941	A Tailândia é invadida pelo Japão. O país alia-se aos japoneses, posteriormente declarando guerra aos Estados Unidos e ao Reino Unido.
1945	A Tailândia devolve territórios tomados do Laos, Camboja e Malásia. O exilado Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) retorna ao país.
1946	O Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) é assassinado. Assume seu irmão, o Rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX).
1946	A Tailândia torna-se o 55º membro da Organização das Nações Unidas.
1947	Líder pró-japonês do período da Segunda Guerra Mundial, Phibun Songkhram, ocupa o poder até 1973.
1965-75	Instalação de bases militares americanas na Tailândia durante a Guerra do Vietnam. Tropas tailandesas lutam no Vietnam do Sul.
1973	Movimentos estudantis e civis precipitam a queda do governo militar, após massacre de manifestantes. Eleições livres são realizadas.
1976	Os militares retomam o poder.
1978	Promulgada nova Constituição.
1980	O General Prem Tinsulanonda assume o poder.
1983	O General Prem Tinsulanonda instala um Governo Civil, eleito em 1986.
1988	O General Chatichai Choonhaven substitui o General Prem após a realização de eleições.
1991	Intervenção militar (o 17º desde 1932). Um civil, Anand Panyarachum, é instalado como Primeiro-Ministro.
1992	Novas eleições substituem Anand pelo General Suchind Kaprayoon, que renuncia após demonstrações populares. Chuan Leekpai, líder do Partido Democrático, vence as eleições e torna-se Primeiro-Ministro.
1995	Banharn Silpa-archa, do Partido da Nação Tailandesa, é eleito Primeiro-Ministro.
1996	Banharn Silpa-archa renuncia, acusado de corrupção. Chavalit Yongchayudh, do Partido da Nova Aspiração, vence as eleições.
1997	Crise financeira asiática causa falências. Chuan Leekpai torna-se Primeiro-Ministro.
1998	Dezenas de milhares de imigrantes ilegais são deportados. Chuan Leekpai envolve a oposição em seu Governo para realizar reformas econômicas.
1999	Retomada do crescimento econômico.
2001	Eleições vencidas pelo Partido Thai Rak Thai, de Thaksin Shinawatra, que se torna Primeiro-Ministro.
2004	Atividade de movimentos separatistas agrava a situação no Sul.
2005	Thaksin Shinawatra assume o cargo de Primeiro-Ministro pela segunda vez.



2006	Nova Constituição é promulgada.
2006	Thaksin é deposto por militares, quando se preparava para participar da AGNU.
2006	General Sonthi Boonyaratglin, governa o país e indica o General Surayud Chulanont para o cargo de Primeiro-Ministro, até 2007.
2008	Samak Sundaravej, líder do Partido do Poder do Povo, é eleito Primeiro-Ministro em dezembro de 2007, assumindo no dia 29 de janeiro de 2008.
2008	Somchai Wongsawat, membro do Partido do Poder do Povo (PPP), é eleito Primeiro-Ministro em 9 de setembro.
2008	Abhisit Vejjajiva, líder do Partido Democrático, torna-se Primeiro-Ministro, em 17 de dezembro.
2009	Manifestações contrárias ao governo levam ao cancelamento de reunião de cúpula da ASEAN, que ocorreria em Pattaya, e ao decreto de estado de emergência, em abril.
2010	Confisco de US\$ 1,4 bilhão que pertencia ao ex-PM Thaksin Shinawatra, em fevereiro
2010	Confrontos entre manifestantes pró-Thaksin e o exército causam grande tumulto em Bangkok e a morte de cerca de 80 pessoas, em março e abril.
2011	Assume o governo a primeira-ministra Yingluck Shinawatra, irmã de Thaksin Shinawatra.
2014	Militares destituem o governo de Yingluck Shinawatra.
2016	Falecimento do rei Bhumibol Adulyadej, após 70 anos de reinado. Assume seu filho mais velho, rei Maha Vajiralongkorn (RamaX).
2016	Referendo aprova nova constituição. Expectativa de que haja novas eleições até o final de 2018.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas
1959	Abertura da Embaixada do Brasil em Bangkok
1964	Abertura da Embaixada da Tailândia no Brasil
1967	Visita oficial à Tailândia do Presidente-eleito Artur da Costa e Silva
1968	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Thanom Kittikachorn (abril)
1984	Visita ao Brasil do Marechal das Forças Aéreas Siddhi Savetsila, Ministro das Relações Exteriores (setembro)
1986	Visita ao Brasil do Capitão de Polícia Surat Osathanugrah, Ministro do Comércio (março)
1992	Visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), como Chefe de Delegação (junho)
1993	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Maha Vajiralongkorn (março)
1993	Visita à Tailândia do Primeiro Vice-Presidente da Confederação Nacional Brasileira de Indústria e de representantes do setor privado (novembro)
1994	Visita ao Brasil do Líder de Esquadra Prasong Soonsiri, Ministro dos Negócios Estrangeiros (janeiro)
1996	Visita à Tailândia do Ministro Luiz Felipe Lampreia (abril)
1997	Visita ao Brasil do Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, Pitak Intrawityanunt (junho)
1998	Visita ao Brasil do Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, Sukhumbhand Paribatra (maio)
1997	Visita à Tailândia do Secretário de Assuntos Estratégicos, Embaixador Ronaldo Sardenberg (maio)
1997	Abertura do Thai Trade Center em São Paulo (junho)
1997	Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Comércio, Supachai Panitchpakdi (novembro)
1999	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Chuan Leekpai (maio/junho)
2000	Nova visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança em São Paulo) (março)
2000	Visita ao Brasil do Ministro de Transporte e Comunicações, Suthep Thaugsuban (junho)
2001	Visita ao Brasil do General Surayud Chulanont, Comandante-em-chefe do Exército, para a "Latin America Defentech 2001" (abril)
2003	Visita ao Brasil do Primeiro Vice Orador da Casa de Representantes, Somsak Prisananuntagul (janeiro)
2003	Visita ao Brasil do senhor Udon Tantisunthorn e outros 11 senadores do Comitê de Administração Interna do Senado (fevereiro)
2004	Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional, Uthai Pimchaichon (abril)
2004	Visita à Tailândia do Secretário-Executivo do Ministério da Comunicação, Dr. Paulo Lustosa, acompanhado de representantes do Ministério da Ciência,



	Tecnologia e Inovação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (maio)
2004	Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra (junho)
2004	Assinatura do Memorando de Entendimento que cria a Comissão Mista, em Brasília (junho)
2004	Visita à Tailândia de delegação do Ministério da Saúde (julho)
2004	Visita a Bangkok do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues (agosto)
2004	Visita ao Brasil do Comissário Eleitoral Charupat Ruangsawan (setembro)
2004	Visita ao Brasil da "Plataforma de Cana e Açúcar" (novembro)
2004	Visita ao Brasil do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Tailândia-Brasil, Arkom Tulardilok (dezembro). Departamento de Promoção Comercial e Investimentos
2005	Missão Comercial a Bangkok liderada pelo Diretor do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty (maio)
2005	Visita a Bangkok do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, na qualidade de Enviado Especial do Presidente da República (junho)
2006	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon (agosto)
2007	Visita ao Brasil do General Boonsrang Niumpradit, Comandante Supremo das Forças Armadas (maio)
2007	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sawanit Kongsiri (agosto)
2007	Visita a Bangkok do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (outubro)
2008	Visita ao Brasil do Instituto do Petróleo da Tailândia, com interesse em etanol (março)
2008	Visita ao Brasil de delegação da Escola Nacional de Defesa da Tailândia (maio)
2008	Visita ao Brasil da Ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop, com interesse em etanol (junho)
2008	Visita ao Brasil de delegação chefiada pelo Subsecretário Permanente do Ministério da Energia, Dr. Kurujit Nakornthap, com interesse em biocombustíveis (setembro)
2008	Visita à Tailândia do Diretor-Executivo da Embrapa, José Geraldo Eugênio de França, com interesse em intercâmbio em diversas áreas de pesquisa agrícola (setembro)
2008	Visita à Tailândia do Subsecretário-Geral Político II do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Jaguaribe, para chefiar a delegação brasileira à Primeira Reunião da Comissão Mista (outubro)
2008	Visita a Brasília do Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros Sompong Amornvivat, para co-presidir a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN (novembro)
2009	Celebração do cinquentenário das relações bilaterais inclui o lançamento de selo postal e a organização de livro, lançado em 2012
2009	Visita a Bangkok dos Senadores Eduardo Azeredo (Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal), Flexa Ribeiro e Neuto de Conto
2009	Visita a São Paulo do Vice-Ministro do Comércio, Veerasak Jinarat (agosto)
2009	Visita ao Brasil do Vice-Ministro das Relações Exteriores Panich Vikitsreth e



	do Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, encabeçando missão empresarial (outubro)
2010	Visita à Tailândia do Ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin (junho)
2010	Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente, Suwit Khunkitti, para chefiar a delegação tailandesa à 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (julho)
2010	Nova visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, para participar de conferências científicas, sem programação oficial (setembro)
2010	Visita à Tailândia do Ministro de Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende (novembro)
2010	Visita à Tailândia da Subsecretária-Geral Política II do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (novembro)
2011	Visita à Tailândia do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Marco Farani (março)
2011 –	Missão da Agência Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Tailândia (NSTDA) (abril)
2011	Visita de representantes da Agência Brasileira de Cooperação para tratar de iniciativas na área ambiental (julho)
2012	Visita a Bangkok da Subsecretária-Geral Política II do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (março)
2012	Nova visita ao Brasil da Professora Doutora Princesa Chulabhorn, por ocasião da Rio+20 (junho)
2012	Realização da II Reunião da Comissão Mista, em Brasília (junho)
2012	Visita de delegação do Ministério de Energia da Tailândia a Brasília, Rio de Janeiro e Campinas (junho)
2012	Visita a Brasília de delegação da Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), chefiada pela Diretora-Geral Adjunta, Suchada Thaibunthao (junho)
2012	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Surapong Tovichakchaikul (agosto)
2012	Visita ao Brasil do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Tailândia, presidido pelo ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros (2008-2011), Deputado Kasit Piromya (dezembro)
2013	Realização do Seminário "Thailand's Trade and Investment Opportunities in Brazil", em Bangkok (março)
2013	Missão a Bangkok do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA) (maio)
2013	Visita à Tailândia do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Fernando José Marroni de Abreu (agosto)
2013	Criação da Adidância de Defesa do Brasil para a Tailândia, cumulativa, com sede em Jacarta, na Indonésia (outubro)
2013	Assinatura de Memorando de Entendimento entre a Universidade de Brasília e a UTCC (University of Thai Chamber of Commerce) (novembro)
2015	Realização da I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília (junho)

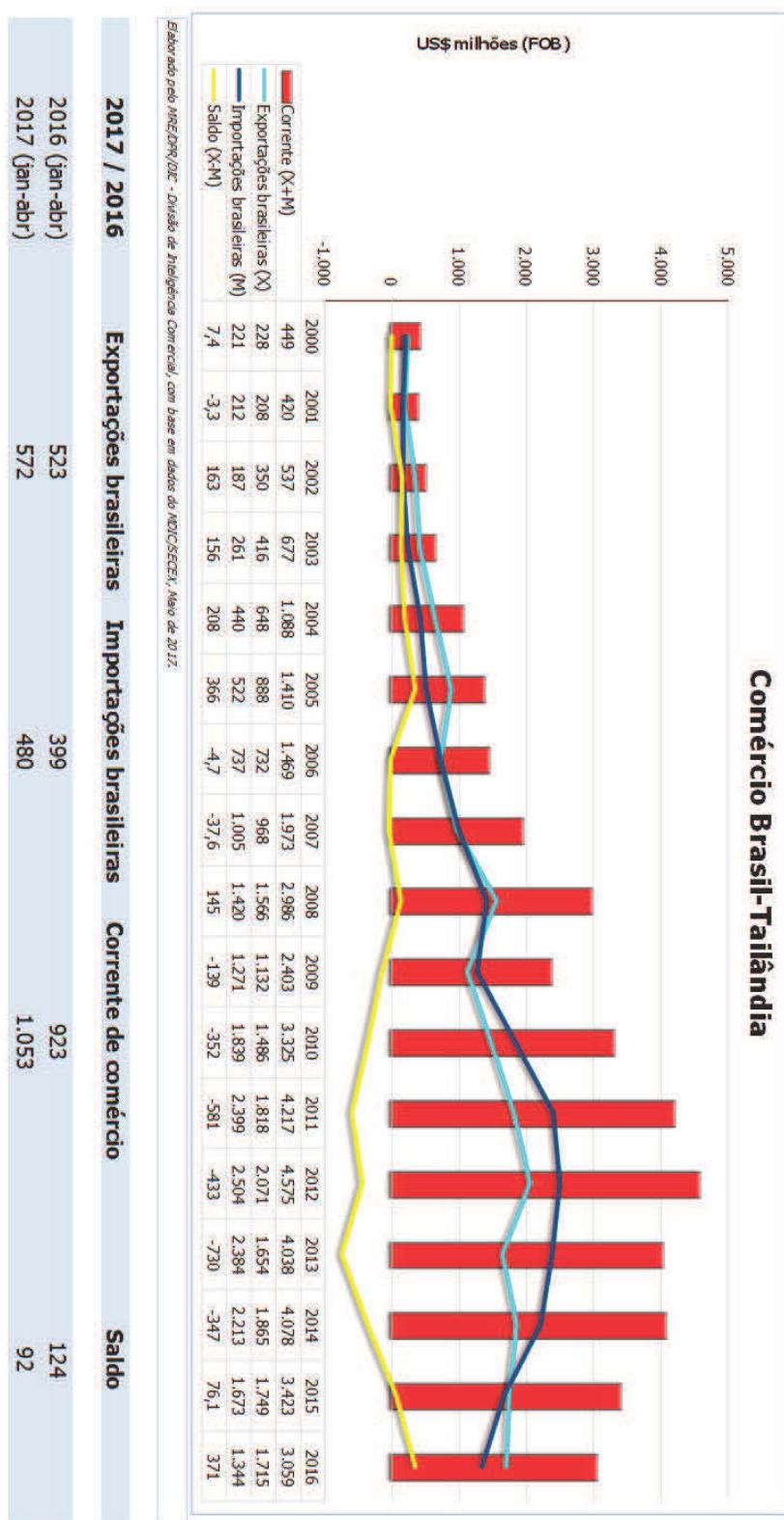


ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	16/04/2004	21/10/2006	16/11/2006
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia	16/06/2004	16/06/2004	14/07/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Isenção Parcial de Visto	21/07/1997	29/09/1999	10/11/1999
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	24/01/1994	24/04/1994	27/01/1994
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia	21/03/1991	18/03/1994	23/06/1994
Acordo de Comércio	12/09/1984	26/12/1991	07/02/1992
Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	12/09/1984	07/12/1997	10/11/1989



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

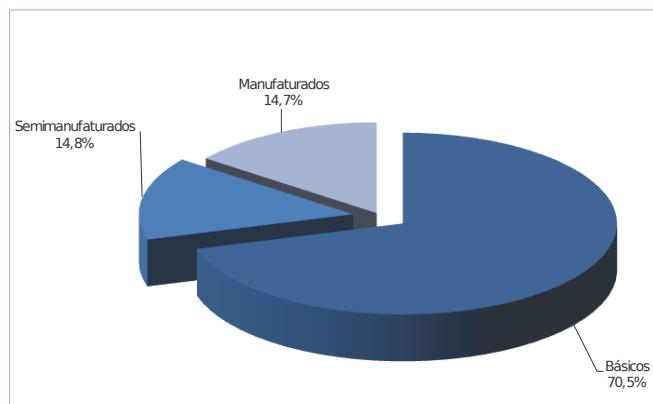


2017 / 2016	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-abr)	523	399	923	124
2017 (jan-abr)	572	480	1.053	92

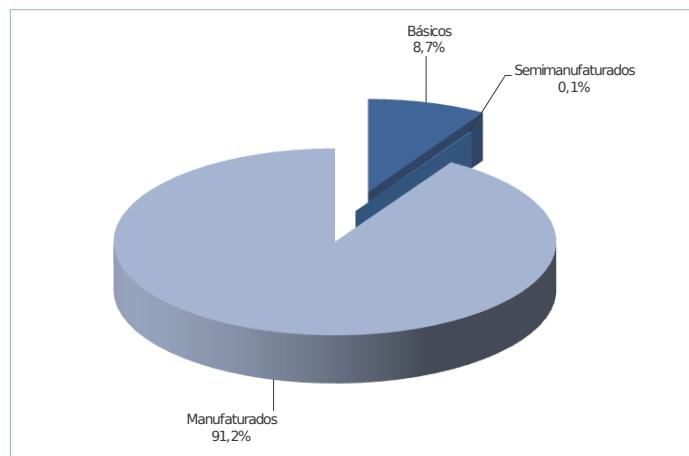


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016**

Exportações



Importações



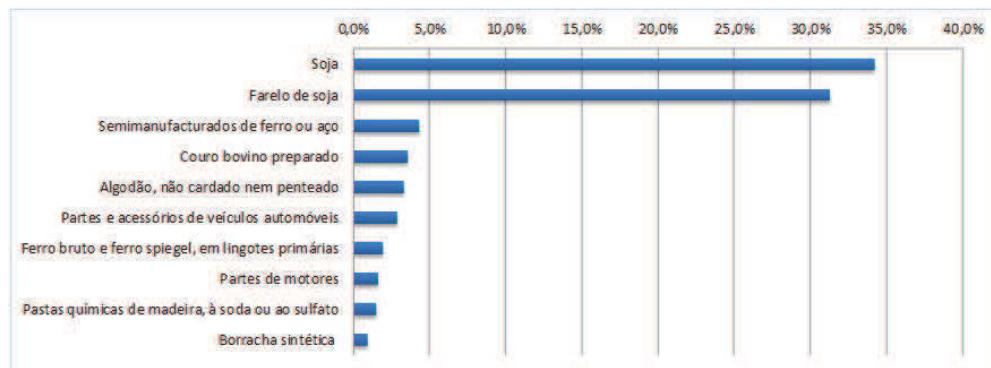
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

Composição das exportações brasileiras para a Tailândia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja	626	33,6%	673	38,4%	587	34,2%
Farelo de soja	606	32,5%	441	25,2%	536	31,3%
Semimanufaturados de ferro ou aço	56	3,0%	58	3,3%	74	4,3%
Couro bovino preparado	52	2,8%	60	3,4%	61	3,6%
Algodão, não cardado nem penteado	66	3,6%	64	3,7%	57	3,3%
Partes e acessórios de veículos automóveis	49	2,6%	39	2,2%	50	2,9%
Ferro bruto e ferro spiegel, em lingotes primárias	9	0,5%	4	0,2%	33	1,9%
Partes de motores	7	0,4%	13	0,7%	28	1,6%
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato	24	1,3%	41	2,3%	26	1,5%
Borracha sintética	22	1,2%	12	0,7%	16	0,9%
Subtotal	1.517	81,3%	1.404	80,2%	1.469	85,7%
Outros	348	18,7%	346	19,8%	246	14,3%
Total	1.865	100,0%	1.749	100,0%	1.715	100,0%

Eaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alíweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

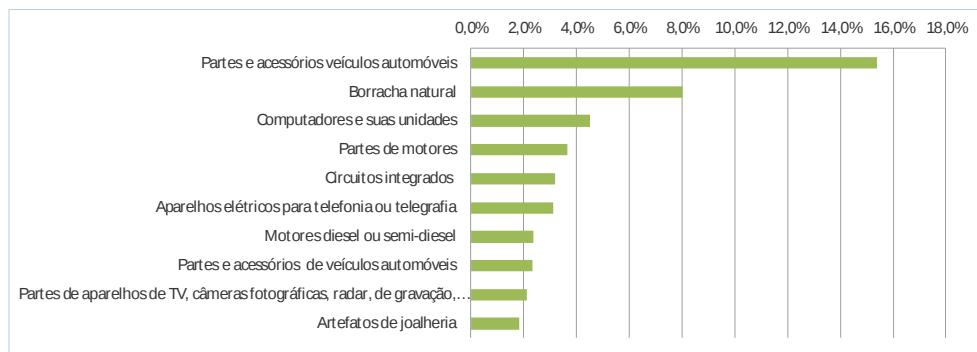


Composição das importações brasileiras originárias da Tailândia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Partes e acessórios veículos automóveis	341	15,4%	225	13,5%	207	15,4%
Borracha natural	176	8,0%	113	6,7%	108	8,0%
Computadores e suas unidades	81	3,7%	51	3,1%	61	4,5%
Partes de motores	83	3,8%	58	3,5%	49	3,7%
Circuitos integrados	63	2,8%	48	2,9%	43	3,2%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	33	1,5%	51	3,1%	42	3,1%
Motores diesel ou semi-diesel	100	4,5%	45	2,7%	32	2,4%
Partes e acessórios de veículos automóveis	106	4,8%	76	4,5%	31	2,3%
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação,	29	1,3%	37	2,2%	29	2,1%
Artefatos de joalheria	19	0,9%	23	1,4%	25	1,9%
Subtotal	1.031	46,6%	728	43,5%	626	46,6%
Outros	1.182	53,4%	945	56,5%	718	53,4%
Total	2.213	100,0%	1.673	100,0%	1.344	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Farelo de soja	162	31,0%	221	38,6%	Farelo de soja 38,6%
Soja	204	39,0%	212	37,0%	Soja 37,0%
Semimanufaturados de ferro ou aço	12	2,2%	22	3,8%	Semimanufaturados de ferro ou aço 3,8%
Couro bovino preparado	19	3,6%	21	3,7%	Couro bovino preparado 3,7%
Partes e acessórios de veículos automóveis	14	2,6%	13	2,3%	Partes e acessórios de veículos automóveis 2,3%
Partes de motores	8	1,5%	9	1,5%	Partes de motores 1,5%
Algodão, não cardado nem penteados	24	4,5%	7	1,1%	Algodão, não cardado nem penteados 1,1%
Subtotal	450	86,0%	517	90,3%	
Outros	73	14,0%	55	9,7%	
Total	523	100,0%	572	100,0%	
Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados em 2017
Importações brasileiras					
Partes e acessórios de veículos automóveis	56	14,0%	67	13,9%	Partes e acessórios de veículos automóveis 13,9%
Borracha natural	26	6,5%	48	9,9%	Borracha natural 9,9%
Partes de motores	12	3,1%	26	5,4%	Partes de motores 5,4%
Computadores e suas unidades	15	3,8%	24	5,0%	Computadores e suas unidades 5,0%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	15	3,7%	14	2,9%	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia 2,9%
Circuitos integrados	16	3,9%	14	2,9%	Circuitos integrados 2,9%
Partes de motocicletas, bicicletas e cadeiras de rodas	11	2,7%	12	2,5%	Partes de motocicletas, bicicletas e cadeiras de rodas 2,5%
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis	6	1,6%	11	2,4%	Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis 2,4%
Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores	8	2,1%	10	2,0%	Partes de aparelhos de TV, câmeras fotográficas, radar, de gravação, monitores e projetores 2,0%
Centrífugadores e aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	4	1,0%	9	1,8%	Centrífugadores e aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases 1,8%
Subtotal	169	42,4%	233	48,6%	
Outros produtos	230	57,6%	247	51,4%	
Total	399	100,0%	480	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DIA/CIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do NCIC/SACE/Avulso.





Principais indicadores socioeconômicos da Tailândia

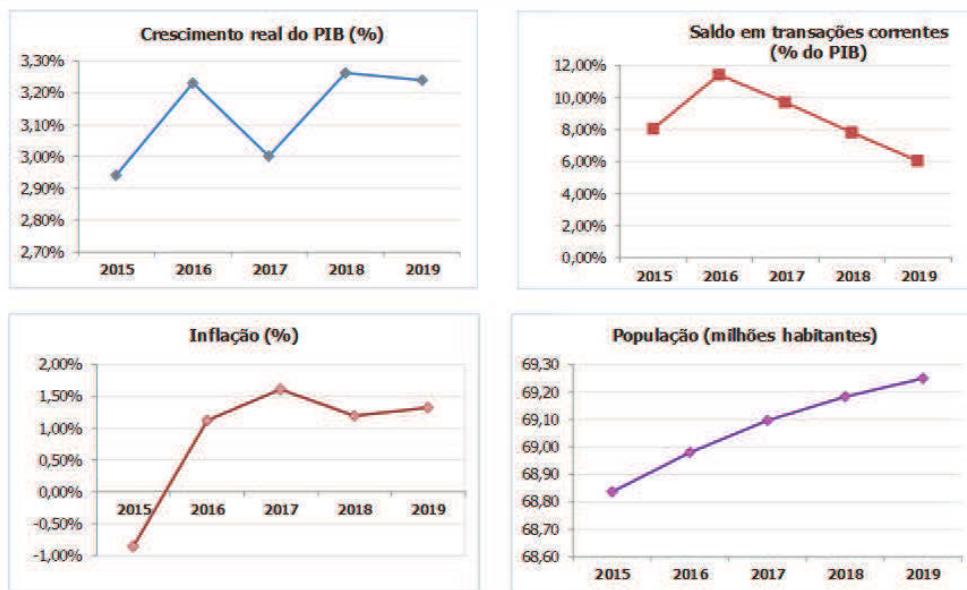
Indicador	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,94%	3,23%	3,00%	3,26%	3,24%
PIB nominal (US\$ bilhões)	399,22	406,95	432,90	458,88	486,47
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.799	5.899	6.265	6.632	7.025
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,11	1,17	1,23	1,29	1,37
PIB PPP "per capita" (US\$)	16.180	16.888	17.750	18.716	19.726
População (milhões habitantes)	68,84	68,98	69,10	69,18	69,25
Desemprego (%)	0,89%	0,75%	0,70%	0,70%	0,70%
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,86%	1,13%	1,61%	1,19%	1,32%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	8,05%	11,41%	9,71%	7,79%	6,04%
Dívida externa (US\$ bilhões)	129,65	130,49	131,86	136,99	138,80
Câmbio (Bt / US\$) ⁽²⁾	36,09	35,83	35,20	35,65	35,60
Origem do PIB (2016 Estimativa)					
Agricultura			8,9%		
Indústria			35,9%		
Serviços			55,3%		

Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2017 e da Cia Fazenda.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAMBOJA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2017

39

DADOS BÁSICOS SOBRE O CAMBOJA	
NOME OFICIAL	Reino do Camboja
GENTÍLICO	cambojano
CAPITAL	Phnom Penh
ÁREA	181.035 km ²
POPULAÇÃO (2015)	15,6 milhões (BM)
IDIOMAS	Khmer (oficial), francês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (95%), outras (5%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado: 62 membros eleitos indiretamente para mandatos de 6 anos; Assembleia Nacional: 123 membros diretamente eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rei Norodom Sihanoni (desde 2004)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Hun Sen (desde 1998)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Prak Sokhon (desde 2016)
PIB nominal (2017)	US\$ 20.9 bilhões (Estimativa FMI)
PIB PPP (2017)	US\$ 64.4 bilhões (Estimativa FMI)
PIB nominal <i>per capita</i> (2017)	US\$ 1,310 (Estimativa FMI)
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)	US\$ 4,020 (Estimativa FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (%) (FMI)	6.6% (2008); 0.08% (2009); 5.9% (2010); 7.0% (2011); 7.3% (2012); 7.4% (2013); 7.1% (2014); 7.0% (2015); 7.0% (2016)
MOEDA	Riel (CR)
IDH (2016)	0,563, 143º de 188 (Brasil: 0,754/79º; média mundial: 0,711) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2016)	68.8 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO	77,6%
DESEMPREGO	3,5%
EMBAIXADOR NO BRASIL	O Embaixador não-residente do Camboja junto ao Brasil ainda será designado.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	10 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CAMBOJA (US\$ mil) (fonte: MDIC)										
Brasil ⇄ Camboja	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (jan-abr)
Intercâmbio	1.029	569	897	1.260	6.631	12.670	24.162	42.088	43.558	10.733
Exportações	761	278	670	734	2.851	3.571	6.134	3.276	3.531	1.169
Importações	267	291	226	526	3.780	9.099	18.028	38.812	40.027	9.564
Saldo	494	-13	443	208	-929	-5.528	-11.894	-35.535	-36.495	8.394

DASEAN, elaborado em 23/05/2017



APRESENTAÇÃO

O Reino do Camboja, situado na porção sul da península da Indochina, é uma monarquia constitucional de confissão oficial budista, e uma das menores e mais pobres economias da Associação das Nações do Sudeste Asiático, ao lado de Myanmar e do Laos. Sua capital e maior cidade, Phnom Penh, é o centro político, econômico e cultural da vida cambojana.

A população do Camboja é composta por maioria de etnia khmer (em torno de 90% do total), falantes de idioma de mesmo nome, e ainda por minorias de chineses, vietnamitas e chams (muçulmanos). As guerras enfrentadas pelo país no século XX têm profunda influência no atual perfil etário da população cambojana, composta, aproximadamente, por 50% de pessoas com menos de 25 anos.



PERFIS BIOGRÁFICOS

NORODOM SIHAMONI

Rei do Camboja



Nasceu em 14 de maio de 1953, em Phnom Penh, capital do Camboja. É solteiro e não tem filhos. Assumiu o trono em outubro de 2004, tendo sido selecionado por um conselho especial, uma semana após a abdicação de seu pai.

Sihanoni passou a maior parte da vida fora do país. Quando criança, viveu em Praga, onde cursou os níveis de ensino fundamental e médio, até entrar na Academia de Artes Musicais. Lá estudou dança clássica e música até 1975. É fluente em francês, tcheco e tem bom conhecimento de inglês e russo.

Foi professor de dança na França na década de 1980 e, na década de 1990, Embaixador junto à UNESCO.

HUN SEN*Primeiro-Ministro*

Samdech Akeak Moha Sena Padey Decho Hun Sen nasceu em 5 de agosto de 1952, na cidade de Kampong Cham, no Camboja. É o terceiro de seis filhos. É casado com Bun Rany e tem seis filhos.

Em 1970, passou a integrar o Khmer Vermelho, na época liderado por Pol Pot, que combatia o governo cambojano de Lon Nol, apoiado pelos Estados Unidos. Entretanto, nos últimos anos do domínio do

Khmer Vermelho, Hun Sen tornou-se opositor de Pol Pot. No final da década de 1970, integrou forças anti-Khmer Vermelho situadas no Vietnam. Nos anos seguintes, passou a ser figura central no novo regime que se iniciara a partir da queda do Khmer Vermelho.

Ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e posteriormente, em 1985, de primeiro-ministro. De 1993 a 1998 foi um dos dois primeiros-ministros do país, juntamente com o príncipe Norodom Ranariddh. A partir de 1998, assumiu novamente o cargo de único primeiro-ministro do Camboja, que continua a ocupar.

Sob formas distintas, portanto, Hun Sen esteve no governo desde 1985, quando se tornou primeiro-ministro pela primeira vez. Após seu partido sair vitorioso nas últimas eleições, em julho de 2013, Hun Sen manteve-se no cargo a despeito de forte contestação da oposição.



RELAÇÕES BILATERAIS

Após suspensão em 1966, as relações entre o Brasil e o Camboja foram retomadas em 1994. Os contatos políticos são ainda pouco frequentes, não havendo Embaixada residente nas respectivas capitais (a Embaixada do Brasil em Bangkok acumula a representação junto ao Reino do Camboja, e a Embaixada do Camboja em Brasília é cumulativa com Havana). A Embaixada do Camboja em Havana, única representação residente do país na América Latina, mantém contatos rarefeitos com Brasília.

Entre as prioridades do Brasil para o país, destaca-se a ampliação da cooperação e do diálogo bilateral, em consonância com o processo de intensificação das relações do Brasil com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e seus países membros.

Visitas de alto nível

Do lado cambojano, em abril e maio de 2011, o Secretário de Estado (vice-ministro dos Negócios Estrangeiros) Long Visalo visitou Brasília, ocasião em que foram assinados os primeiros instrumentos bilaterais: para a cooperação educacional (o que permite a estudantes do Camboja participar de programas de graduação e de pós-graduação no Brasil) e para a isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço. Durante a visita, discutiu-se a possibilidade de se estabelecer cooperação em rizipiscicultura. Em junho de 2012, o ministro do Meio Ambiente do Camboja, Mok Mareth, participou da Conferência Rio+20, mas não manteve programação bilateral.

Em maio de 2000, visitou o Brasil o Príncipe Norodom Ranariddh, então presidente da Assembleia do Reino do Camboja. Na ocasião, manteve encontros com o então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia. O Camboja participou da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, com delegação chefiada por seu embaixador junto às Nações Unidas, Kosal Sea, que havia também liderado sua delegação à III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília, em 2007.



Do lado brasileiro, em março de 2012, visitou o Camboja a subsecretária-geral Política II do MRE (SGAP-II). Na ocasião, foram discutidas possibilidades de cooperação nas áreas de segurança alimentar, programas sociais de erradicação da pobreza, agricultura, desenvolvimento rural e energia – biocombustíveis e hidroeletricidade. Foi, também, firmado o Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais.

Em novembro de 2012, a SGAP-II retornou ao Camboja, para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN (o Camboja exercia, à época, a presidência de turno da ASEAN).

Em novembro de 2010, o diretor do Departamento da Ásia do Leste visitou o Camboja, ocasião em que se encontrou com o secretário de Estado Ouch Borith, passou em revista a agenda bilateral e solicitou o apoio cambojano ao processo de intensificação das relações do Brasil com a ASEAN.

Cooperação bilateral

O Brasil ofereceu ao Camboja cooperação na área da saúde, por intermédio do Fundo IBAS. O projeto, iniciado em março de 2010 e com orçamento próximo a US\$ 1 milhão, foi concluído com êxito em janeiro de 2013. A iniciativa envolveu a construção de pavilhão destinado a crianças com necessidades especiais, em hospital pertencente ao Ministério da Saúde do Camboja, executor do projeto, e a capacitação de profissionais na área da saúde.

Acordo-Quadro de Cooperação Técnica com aquele país encontra-se em negociação. Mesmo sem a finalização da negociação desse instrumento bilateral, o Camboja tem-se beneficiado de projetos isolados de cooperação, havendo participado: (i) do "I Curso de Gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular", em março de 2013; (ii) do curso "Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero", em fevereiro e março de 2012; e (iii) do "Curso de Monitoramento de Florestas Tropicais", em outubro de 2011. No âmbito da ASEAN, o Camboja também participou do "I Curso para Diplomatas da ASEAN", oferecido pelo Itamaraty, em agosto de 2012; e foi convidado para o "VI Seminário Internacional de Políticas Sociais para o Desenvolvimento", em março de 2013.



Revestem-se de grande relevância, para o Camboja, questões ligadas a segurança alimentar, erradicação da pobreza, desenvolvimento rural, pesquisa agrícola, biocombustíveis, e aproveitamento do potencial hidrelétrico – áreas em que o Brasil pode prestar contribuição. Em visita a Phnom Penh, em fevereiro de 2017, o embaixador do Brasil em Bangkok identificou, junto a autoridades cambojanas, interesse em cooperação bilateral voltada à produção agrícola para o abastecimento de programas de merenda escolar. Nesse campo, o exemplo brasileiro tem servido como referência para os avanços do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas – atualmente em execução, no Camboja, na cidade de Siem Reap.

É promissora a cooperação bilateral na área de educação. Após a aprovação pelo Congresso Nacional do Acordo sobre Educação, assinado em maio de 2011, o país pôde ser incluído nos programas PEC-G e PEC-PG. Anteriormente, em dezembro de 2010, durante a apresentação de credenciais do embaixador do Brasil, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Ouch Borith expressara satisfação com a possibilidade de receber apoio brasileiro aos esforços do Camboja na ampliação de seus quadros de mão-de-obra especializada, por meio da cooperação educacional e técnica. Comentou que o regime de terror do Khmer Vermelho foi responsável pela morte ou pelo afastamento do país de suas elites intelectuais e profissionais de nível superior, sendo, portanto, uma das prioridades do atual governo a formação de novos quadros para a administração pública e para o setor privado.

Energia

Durante a visita da subsecretária-geral Política II do MRE, em março de 2012, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo manifestou interesse em investimento brasileiro no Camboja na produção de etanol e biodiesel, destacando que o país já produz cana-de-açúcar e mandioca para a geração de biocombustíveis. Estudos já identificaram potencial para a plantação de pinhão-manso e mandioca com vistas à produção, respectivamente, de biodiesel e etanol.

Assuntos consulares



A assistência consular a brasileiros no país é prestada pela Embaixada do Brasil em Bangkok, na Tailândia. Há cerca de uma dezena de brasileiros no Camboja.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano do Camboja.

POLÍTICA INTERNA

Quadro histórico

Herdeiro histórico do mais poderoso império do Sudeste Asiático (Império Khmer, 802-1431), o Camboja tornou-se protetorado da França em 1863. Em 1953, foi ratificado acordo pelo qual o Camboja obteve sua independência, sob regime monárquico. Nesse período, destacou-se a figura do Rei Sihanouk (que abdicou do trono em 1955 para eleger-se Primeiro-Ministro, com o título de Príncipe, e voltou a assumir a Chefia de Estado com o falecimento do pai, em 1960). Em 1970, após golpe militar, foi proclamada a República Khmer, tendo assumido a Presidência o General Lon Nol (pró-EUA).

Em 1976, sob a liderança de Pol Pot, as forças revolucionárias do Khmer Vermelho, vitoriosas na guerra civil, proclamaram o estado revolucionário. O regime tentou isolar o Camboja do convívio internacional e implementou uma política externa de aliança com Pequim e de confrontação com o Vietnam. No plano interno, aboliu a moeda e obrigou a população a trabalhar em cooperativas rurais ou campos de trabalho industrial, o que resultou em caos econômico e fome generalizada. O Vietnam invadiu o país em 1978, derrubou o regime do Khmer Vermelho e implementou novo regime, que durou até 1989.

Entre 1991 e 1993, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi enviado especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados ao Camboja e diretor de Repatriamento da Autoridade da ONU de Transição no Camboja (*United Nations Transitional Authority in Cambodia - UNTAC*).

Após o período de administração da UNTAC, entre 1992-93, foi promulgada a atual Constituição (1993), que restabelece a monarquia. O primeiro-ministro Hun Sen lidera o governo praticamente desde 1985 (de



1993 a 1998, na condição de co-primeiro-ministro, com o título de segundo primeiro-ministro).

O rei é escolhido por um conselho real, formado pelos dirigentes máximos do país, inclusive o primeiro-ministro, e por monges budistas de alta hierarquia eclesiástica. O rei Norodom Sihanoni é o chefe de Estado desde 29 de outubro de 2004. Em 15/10/2012, faleceu seu pai, o rei Norodom Sihanouk, que já havia deixado de ser chefe de Estado.

O Camboja é uma democracia parlamentarista unitária e monarquia constitucional. O rei não possui poder de veto sobre a atividade legislativa. O Parlamento é composto por duas casas, o Senado e a Assembleia Nacional. O Senado tem 61 membros: 2 indicados pelo rei, 2 eleitos pela Assembleia Nacional; e o restante eleito pelas 24 províncias do país. A legislatura dos senadores tem duração de seis anos. Já a Assembleia Nacional, câmara baixa do Camboja, é composta por 123 membros eleitos para um mandato de cinco anos por meio de representação proporcional. A Casa tem ainda o poder de retirar o voto de confiança no primeiro-ministro e seu governo, com quorum de dois terços.

O Partido do Povo Cambojano (CPP), do primeiro-ministro Hun Sen, domina a política nacional. A oposição é centralizada no Partido do Resgate Nacional Cambojano (CNRP), cuja figura principal é Sam Rainsy, ativista político anti-vietnamita que retornou ao país de auto-exílio em julho de 2013.

Conjuntura

Em julho de 2013, foram realizadas eleições parlamentares ordinárias. Os resultados, ainda que dessem como vitorioso o Partido de Hun Sen, CPP, foram surpreendentes, na medida em que o principal partido de oposição, CNRP, centrado na figura de Sam Rainsy, aumentou expressivamente sua participação no Parlamento frente aos resultados de 2008: o número de assentos do CPP, de Hun Sen, caiu de 90 para 68, e os do CNRP subiram de 29 para 55. O CPP perdeu, assim, a maioria de dois terços, necessária para reformas à Constituição, e não sendo possível a formação de coalizão, já que os demais partidos não obtiveram assento.

As prováveis razões para o fortalecimento da oposição são: a grande proporção do eleitorado jovem, a chamada "geração pós-genocídio", que tem acesso às informações de Rainsy por meio de redes sociais e que não acompanhou a trajetória dos líderes pós-Khmer Vermelho; a união de



quase toda a oposição em torno de Rainsy; e o fato de que Hun Sen, apesar da total lealdade de que disfruta no CPP, tem tido dificuldades em conter o forte descontentamento social no país face à alegações de corrupção e impunidade de elementos de seu governo.

Novas eleições serão realizadas em junho de 2017 (locais) e em julho de 2018 (parlamentares). Em fevereiro de 2017, parlamentares do CPP passaram uma série de emendas a uma lei de 1998 sobre partidos políticos, de maneira a conferir ao governo atual poder de dissolver ou suspender grupos partidários existentes que representem "a destruição da unidade nacional". Analistas afirmam que as emendas atingiriam diretamente o CNRP, que vem ganhando espaço no parlamento cambojano, e que teve cerca de 25 membros presos nos últimos 18 meses.

Direitos humanos

O Camboja tem sido alvo de críticas relacionadas a direitos humanos. Alegam-se casos de perseguição política, com prisão de ativistas e afastamento de imunidades parlamentares, e de aprovação de leis que restringem liberdades fundamentais, principalmente de expressão, assembleia e associação.

Entre as leis objeto de críticas internacionais estão: (i) a Lei sobre Associações e Organizações Não-Governamentais de 2015, que concede poderes ao Ministério do Interior para aceitar ou revogar o registro de ONGs atuantes no país, com base em critérios como a "imparcialidade política" das organizações, assim como preocupações relativas "à estabilidade e à segurança nacionais"; (ii) as Leis sobre Telecomunicações e Crime Cibernético, de 2015 e 2016, respectivamente, que ampliam o poder de vigilância do estado sobre usuários e publicações eletrônicas; (iii) a Lei sobre Sindicatos de 2016, que dificulta o registro de entidades sindicais junto ao Ministério do Trabalho - excluindo desse direito, por exemplo, funcionários públicos, empregados domésticos e professores - e submete à interferência do governo a tomada de decisões internas, como a opção pela greve; e (iv) a Lei sobre Partidos Políticos, cujas emendas foram promulgadas no início de 2017.

POLÍTICA EXTERNA



A agenda da política externa do Camboja é marcada: (i) pelo diferendo fronteiriço com a Tailândia; (ii) pelas críticas de países desenvolvidos relacionadas à proteção dos direitos humanos; e (iii) pelas relações próximas com a China e com o Vietnam. Os recursos de ajuda oficial procedentes dos países ocidentais continuam expressivos.

Relações bilaterais com outros países

Ainda que haja certo ressentimento na sociedade cambojana em relação ao período de ocupação vietnamita, o governo de Hun Sen mantém relações bastante estreitas com o Vietnam. Mantém também boas relações com a China, da qual recebe importantes empréstimos, doações e investimentos, sobretudo em obras de infraestrutura. Em outubro de 2016, o presidente Xi Jinping realizou visita de estado ao Camboja, encontrando-se com o Rei Norodon Sihamoni e com o primeiro-ministro Hun Sen. Cerca de 31 instrumentos bilaterais foram acordados na ocasião, voltados sobretudo às áreas agrícola (financiamento para o fornecimento de produtos alimentícios à China) e financeira (concessão de novos empréstimos em condições sempre favoráveis).

O ex-presidente dos EUA, Barack Obama, esteve no Camboja em novembro de 2012, por ocasião da Cúpula da Ásia do Leste, quando teria expressado ao primeiro-ministro Hun Sen críticas pela situação dos direitos humanos no Camboja. Em fevereiro de 2017, o então secretário de Estado norte-americano, John Kerry, visitou o Camboja, sendo recebido por Hun Sen. Mais uma vez, não se deixou de manifestar o incômodo dos EUA quanto à situação política no Camboja, encorajando maior abertura e atenção às liberdades políticas.

Em 2016, o Parlamento Europeu passou resolução sobre a situação política e de direitos humanos no Camboja (Resolução 2016/2753). Pela resolução, os parlamentares europeus manifestam preocupação com a deterioração do cenário político naquele país e condenam os atos de violência, as acusações motivadas por questões políticas e as detenções que vêm tendo como alvo políticos opositores, ativistas de direitos humanos e representantes da sociedade civil. Encorajam o governo cambojano a reinaugurar o diálogo democrático e a assegurar a aplicação da lei e as garantias fundamentais. Instam a revogação dos mandados de prisão de membros do Partido Cambojano da Salvação Nacional (CNRP) e de cinco defensores de direitos humanos que se encontram sob custódia. A resolução



conclama, ainda, a convocação de eleições transparentes e sob supervisão internacional e condiciona a continuidade dos repasses financeiros europeus ao governo de Phnom Penh à melhora da situação de direitos humanos no país. Atualmente, a União Europeia é a principal fornecedora de assistência ao desenvolvimento do Camboja, tendo aprovado pacote de ajuda para o período 2014-2020 no valor de 410 milhões de euros.

A Tailândia também é parceiro de destaque para o Camboja, principalmente na área comercial e em assuntos de segurança na fronteira, regularização de imigrantes e ciência, tecnologia e inovação. Na décima reunião da Comissão Conjunta Bilateral Camboja-Tailândia, realizada em 26 de agosto de 2016, foi firmado memorando de entendimento para criação de centro de assistência e reabilitação voltado a vítimas de tráfico de pessoas e grupos vulneráveis. Os principais temas tratados na referida reunião foram: (i) a abertura de novos pontos de monitoramento na fronteira; (ii) a prevenção e o combate à exploração ilegal de madeira; (iii) a legalização da situação imigratória de trabalhadores cambojanos na Tailândia; e (iv) o fortalecimento dos laços comerciais. Discutiram-se, igualmente, formas de aprofundar a colaboração bilateral em saúde pública, educação, redução de risco de desastres e ciência, tecnologia e inovação.

Litígio com a Tailândia

As relações com a Tailândia apresentam histórico de tensão, devido ao litígio fronteiriço na região do templo Preah Vihear. Ainda que reconheça que o templo seja cambojano (conforme decisão da Corte Internacional de Justiça, de 1962), a Tailândia reclama área de 4,6 km² adjacente ao templo. Tal contestação baseia-se na topografia da região, que faz do templo praticamente um enclave no território tailandês. A questão tornou-se ainda mais delicada em julho de 2008, quando a UNESCO reconheceu o templo como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Por solicitação do Camboja, o assunto foi tratado no âmbito do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em fevereiro de 2011, sob a presidência brasileira. Durante a reunião, as intervenções dos membros do Conselho refletiram apoio aos bons ofícios da ASEAN e à noção de que a ação do CSNU visa apenas reforçar, e não suplantar, os esforços bilaterais e regionais. Após a sessão, o CSNU emitiu nota à imprensa em que instou as partes a estabelecerem e implementarem um cessar-fogo e a resolverem a questão de forma pacífica mediante diálogo. Nesse sentido,



expressou apoio aos esforços da ASEAN em prol da solução da questão, encorajando as Partes a cooperarem com a Associação.

Em novembro de 2013, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) proferiu veredito final sobre o diferendo fronteiriço. Recebida pelo governo tailandês como "positiva", a decisão da CIJ concedeu ao Camboja a soberania sobre o território do promontório onde se localiza o templo (representando perda territorial para a Tailândia), mas não delimitou a nova fronteira entre os dois países. Outras áreas adjacentes ao templo deverão ser objeto de negociação bilateral, com as quais os dois governos assentiram. A CIJ também assegurou que o mapa utilizado pelos cambojanos é o documento válido para negociações.

Desde então, os desentendimentos entre o Camboja e a Tailândia relativos ao entorno do Templo de Preah Vihear parecem estar mais próximos de seu equacionamento, na medida em que os Governos têm voltado, gradualmente, a tratar do assunto em alto nível. Recentemente, o alto representante cambojano no Comitê Geral de Fronteira anunciou a intenção de reabrir o acesso ao local pela fronteira tailandesa – que se encontra interrompido desde 2009, em função dos frequentes episódios de violência na região.

Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN

O Camboja, último país a ingressar na ASEAN, em 1999, exerceu a presidência de turno da Associação em 2012. Nessa condição, sediou, em julho de 2012, a 45^a Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN. Pela primeira vez, a reunião não produziu um comunicado conjunto, em razão da recusa do Camboja em incluir menção à questão do Mar do Sul da China, como desejavam as Filipinas, o que parece refletir a influência chinesa no país. Cabe ter presente que a China é o maior doador ao Camboja e o maior investidor estrangeiro no país, e que o então Presidente Hu Jintao realizou visita ao Camboja poucos dias antes da reunião, a primeira de um Chefe de Estado chinês ao país em doze anos.

Na Associação, o Camboja defende firmemente o princípio da não-interferência em assuntos internos dos países membros. Os interesses e as posições, que compartilham, levaram o Camboja, o Laos, o Vietnam e Myanmar a se congregarem nos agrupamentos CLV (Camboja-Laos-Vietnam) e CLVM (Camboja-Laos-Vietnam-Myanmar), ambos com reuniões de cúpula anuais.



Temas multilaterais

O Camboja defende a criação de novos assentos permanentes e não-permanentes no CSNU e demonstrou, em 2009, apoio não escrito à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho. Desde 1999, o país já apoia a Alemanha, a Índia e o Japão. Em maio de 2011, durante visita ao Brasil, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo indicou que seu país não teria dificuldade em apoiar o Brasil, como representante latino-americano, desde que o processo de reforma seja efetivamente iniciado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Características econômicas do país

A economia cambojana tem prosperado bastante desde a estabilização política. Apresenta crescimento econômico acima de 6% desde a década de 1990 (com exceção do ano de 2009, quando cresceu 0,1%) e tem mantido a inflação sob controle. Estima-se que o crescimento do PIB real tenha sido de 6,8% em 2016. Em julho de 2016, o país foi graduado, passando de país de baixa renda para o status de país com renda média-baixa. Mesmo assim, o Camboja é um dos países mais pobres do Sudeste Asiático, com renda per capita, em PPP, em torno de 4.020 dólares (estimativa para 2017). Tal defasagem econômica reflete cicatrizes deixadas pelo brutal regime do Khmer Vermelho, entre 1975 e 1979, e, em geral, pelas guerras havidas no país desde sua independência da França.

A agricultura ainda emprega dois terços da força de trabalho, e cerca de 75% dos agricultores ainda dependem da agricultura de subsistência. Em termos gerais, o crescimento da economia baseia-se no consumo privado e em aumento da renda advindo de melhorias de produtividade dos fatores de produção.

Em 2015, o governo cambojano aprovou, pela primeira vez, política de desenvolvimento industrial para um período de dez anos. Segundo o documento "Política de Desenvolvimento Industrial 2015-25", na próxima década o governo khmer enviadará para ampliar a participação da indústria na economia do país dos atuais 24% para 30%, ao mesmo tempo em que adotará medidas visando à diversificação da base industrial, atualmente



concentrada nos setores de vestuário e processamento de arroz. São quatro os pilares básicos da política industrial: (i) atração de investimento direto estrangeiro; (ii) modernização de pequenas e médias empresas, particularmente no que se refere ao adensamento de suas conexões com companhias multinacionais; (iii) adoção de marco regulatório que estimule a competitividade; (iv) implementação de políticas de desenvolvimento de recursos humanos e de melhoria da infraestrutura e dos serviços.

A economia cambojana tem sido modernizada desde a estabilização política, na década de 1990, com a adesão à ASEAN, em 1999, e à acessão OMC, em 2004. O processo de estabilização faz-se acompanhar por privatizações e maior inserção da produção cambojana na economia mundial. Evidência disso é a abertura, em julho de 2011, da primeira bolsa de valores do Camboja (*Cambodia Securities Exchange*), em parceria do Governo com a sul-coreana Korea Exchange (55% x 45%, respectivamente).

No setor externo, o Camboja geralmente tem balança comercial favorável. Em 2015, exportou US\$ 16,1 bilhões e importou US\$ 15,3 bilhões, com saldo positivo de US\$ 768 milhões. Nas exportações, destaca-se o setor têxtil e de couros, destinados a EUA, Reino Unido, Alemanha, Japão e Vietnam; nas importações, ouro, petróleo refinado, automóveis e peças automotivas chegam da Tailândia, da China, do Vietnam, de Hong Kong e de Singapura, principais fontes de importação.

O Camboja tem potencial para tornar-se exportador de hidrocarbonetos para os países da região. Desde 2005, a empresa Chevron tem descoberto importantes reservas de petróleo e gás no Golfo da Tailândia, cuja produção poderá começar ainda em 2013. Há, contudo, problemas relativos à ausência de demarcação da fronteira marítima com a Tailândia. Destacam-se, entre os recursos naturais do Camboja – além de petróleo e gás natural – madeira, pedras preciosas, ferro, manganês e fosfatos. Registram-se também importantes investimentos na construção de usinas hidrelétricas.

A exemplo de outros países em desenvolvimento, o Camboja tem concentrado esforços na captação de investimentos diretos, ciente da importância desses capitais no estímulo à atividade produtiva. O Governo cambojano tem especial interesse na atração de investimentos que contribuam para a competitividade do país no longo prazo, priorizando: (i) agricultura e agroindústria; (ii) infraestrutura de transporte e



telecomunicação; (iii) energia e eletricidade; (iv) indústrias intensivas em mão-de-obra e de exportação; (v) turismo; (vi) desenvolvimento de recursos humanos; e (vii) mineração. O ambiente para investimentos no país é favorável, e os investimentos estrangeiros geralmente não enfrentam restrições.

A matriz energética do Camboja apresenta forte dependência do uso de biomassa convencional (lenha), fonte de energia que responde por mais de 80% do total, seguida dos derivados de petróleo importados. O amplo uso da biomassa se traduz em altos índices de desmatamento da cobertura vegetal do país. A geração de energia elétrica, por sua vez, baseia-se em unidades térmicas convencionais (cerca de 95% do total), movidas a petróleo ou diesel. Hidroeletricidade e biomassa moderna (resíduos, biocombustíveis, biogás) respondem por fração diminuta da energia do país (3,3% e 1,3%, respectivamente). Há iniciativas em diversas formas de energias renováveis (hidrelétricas, biocombustíveis, biogás, solar, eólica, etc), mas o estágio de desenvolvimento, em muitos casos, ainda se resume a estudos de potencialidade ou projetos-piloto. Em junho de 2009, o Camboja tornou-se membro da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA).

Comércio e investimentos bilaterais

As exportações brasileiras para o Camboja permanecem bastante reduzidas (US\$ 5.9 milhões em 2016), e a pauta é altamente concentrada, prevalecendo os manufaturados e os semimanufaturados. Nas exportações, destacam-se os couros preparados, tabaco não manufaturado, transformadores e conversores elétricos e máquinas agrícolas. As importações provenientes do Camboja, no mesmo ano, representaram montante consideravelmente mais elevado (US\$ 24.3 milhões), e se concentraram em têxteis, vestuário e calçados.

O Banco Central do Brasil não tem registro de investimentos brasileiros no Camboja. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos do Camboja no Brasil.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1863	O Camboja torna-se protetorado francês.
1941	O país é ocupado pelo Japão, durante a II Guerra Mundial.
1946	Reinício do domínio francês.
1953	O Camboja conquista sua independência.
1955	O Rei Sihanouk abdica ao trono e torna-se Primeiro-Ministro.
1965	O país rompe relações diplomáticas com os EUA. Instalação de bases norte-vietnamitas no Camboja, no contexto da Guerra do Vietnam (posteriormente atacadas em bombardeios secretos norte-americanos).
1970	Após golpe militar, o General Lon Nol declara a República Khmer e ataca as forças norte-vietnamitas.
1975	O grupo comunista Khmer Vermelho toma o poder, liderado por Pol Pot. Sihanouk volta a ser Chefe de Estado e o país é renomeado Kampuchea. “Ano Zero” do Khmer Vermelho e migração forçada das cidades para o campo. Nos três anos seguintes, estima-se que morrem 1,7 milhão de cambojanos.
1976	Pol Pot ascende a Primeiro-Ministro. Resignação de Sihanouk.
1978	Forças vietnamitas invadem o país.
1985	Hun Sen é eleito Primeiro-Ministro.
1989	As forças vietnamitas saem do país. Buscando investimentos estrangeiros, o socialismo é abandonado, o budismo reintroduzido como religião oficial e o país é renomeado como Estado do Camboja.
1991	Acordo de Paz é assinado em Paris. ONU estabelece autoridade transitória.
1993	Partido monarquista vence as eleições. Coalizão define o Príncipe Norodom Ranariddh como Primeiro-Ministro, Hun Sen como Segundo Primeiro-Ministro e Sihanouk é restabelecido como Rei. País renomeado para Reino do Camboja. Khmer Vermelho perde o assento na ONU.
1994	Governo anistia milhares de combatentes do Khmer Vermelho, que depõem as armas.
1997	Hun Sen lidera golpe e derruba o Príncipe Ranariddh. Processo de adesão à ASEAN é suspenso. O Khmer Vermelho julga e condena Pol Pot à prisão perpétua.
1999	Adesão à ASEAN é concluída.
2001	O Senado cria tribunal para julgar acusações de genocídio contra os líderes do Khmer Vermelho.
2003	Governo do Primeiro-Ministro Hun Sen vence eleições gerais.
2004	Hun Sen é apontado como Primeiro-Ministro.
2007	Início dos julgamentos de líderes do Khmer Vermelho.
2008	Após ser listado como Patrimônio da Humanidade pela ONU, templo de Preah Vihear torna-se foco de disputas com a Tailândia. Tropas de ambos os lados são enviadas para a região.
2011	Início do segundo julgamento de integrantes do regime do Khmer Vermelho pelas Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja.
2011	Novos choques armados entre Camboja e Tailândia, na região do templo Preah Vihear. Camboja busca levar o assunto ao CSNU.
2011	Confronto armado entre o Camboja e a Tailândia, na região fronteiriça próxima ao templo Ta Krabey, deixa pelo menos 12 mortos, de ambos os lados.
2012	Falece Norodom Sihanouk, Rei-Pai do Camboja e pai do atual Rei, aos 89 anos.
2013	Eleições parlamentares resultam na vitória do partido governista, mas com surpreendente crescimento da oposição, que contesta os resultados.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1994	Reativação das relações diplomática Abertura da Embaixada brasileira, cumulativa em Bangkok
2000	Visita do Príncipe Norodom Ranariddh, quando se encontrou com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia
2006	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Rei Norodom Sihanoni
2007	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília
2008	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Kosal Sea, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília
2009 (jun)	Visita de trabalho do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Camboja, quando se encontrou com o então Secretário de Estado Ouch Borith
2009 (set)	Doação brasileira de US\$ 10 mil ao Camboja, em decorrência dos desastres causados pela passagem da Tempestade Ketsana
2009 (set)	Visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Long Visalo, quando se encontrou com o então Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães
2010 (jan)	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, e o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Hor Namhong, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL
2010 (mar)	Início de projeto do Fundo IBAS no Camboja, na área de saúde
2010 (nov)	Visita a Phnom Penh do Diretor do Departamento da Ásia do Leste, Min. Francisco Mauro Brasil de Holanda
2010 (dez)	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao Rei Norodom Sihanoni
2011 (mai)	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Long Visalo visita o Brasil. Assinatura dos dois primeiros instrumentos bilaterais, sobre cooperação educacional e isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço.
2011 (dez)	Doação brasileira de US\$ 100 mil ao Camboja, como forma de ajuda humanitária pelas enchentes que assolavam o país desde julho
2012 (mar)	Visita da Sra. SGAP II ao Camboja e assinatura do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Bilaterais. Camboja apoia o Brasil tornar-se parceiro de diálogo da ASEAN
2012 (nov)	Sra. SGAP-II retorna ao Camboja para depositar carta de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, à margem da XXI Cúpula da ASEAN
2013 (jan)	Conclusão do projeto financiado pelo Fundo IBAS, com a construção do Pavilhão Especial no Hospital Chey Chumneas.

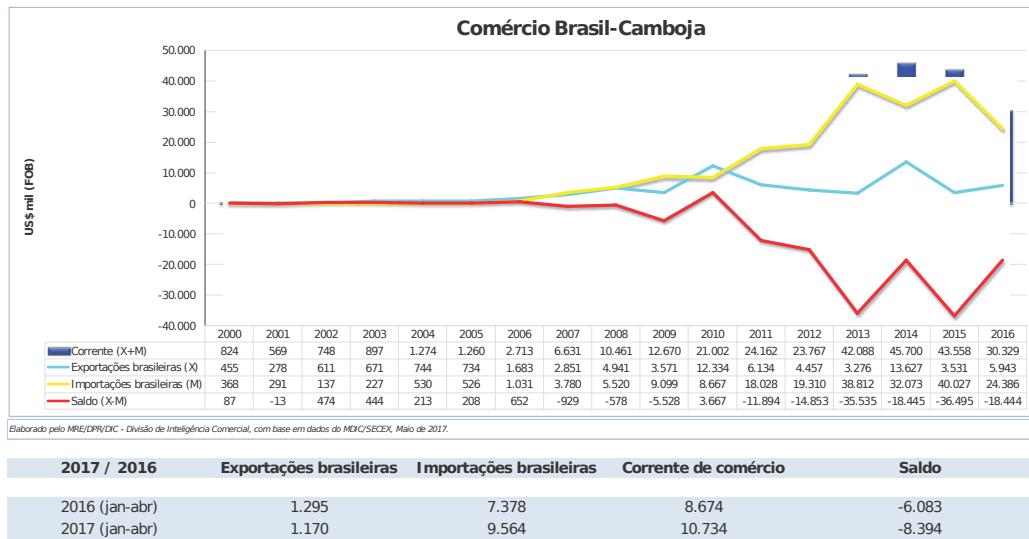


ACORDOS BILATERAIS			
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	02/05/2011	25/06/2011	08/06/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação	02/05/2011	04/07/2011	29/10/2015

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	02/05/2011	25/06/2011	08/06/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja no Campo da Educação	02/05/2011	04/07/2011	29/10/2015



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

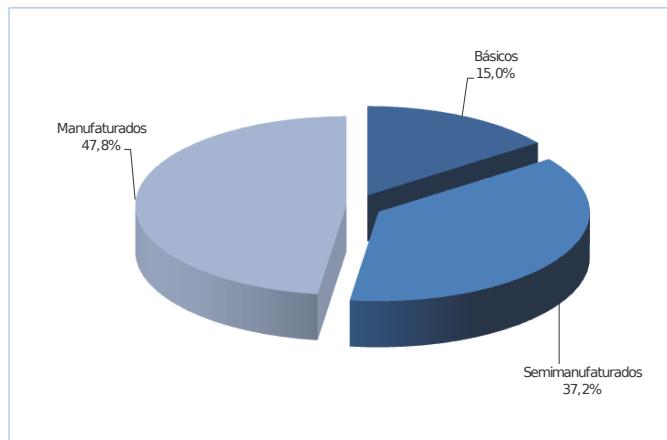


2017 / 2016	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-abr)	1.295	7.378	8.674	-6.083
2017 (jan-abr)	1.170	9.564	10.734	-8.394

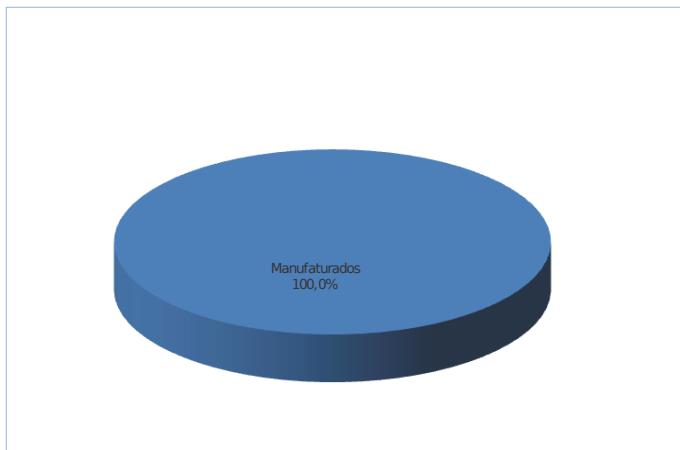


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016**

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

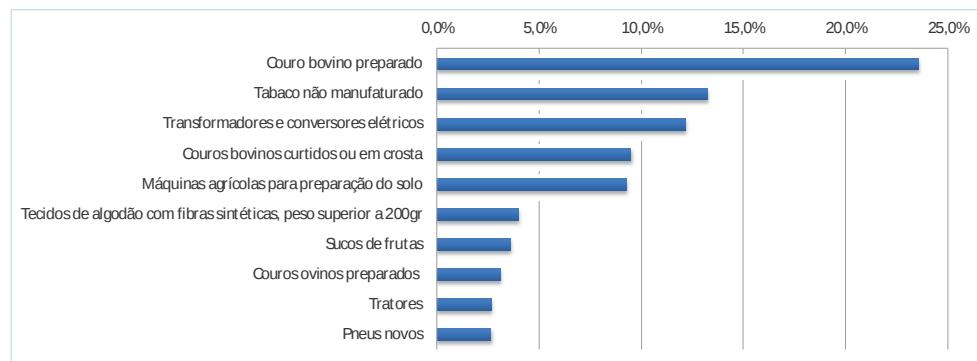


Composição das exportações brasileiras para o Camboja (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Couro bovino preparado	623	4,6%	1.127	31,9%	1.402	23,6%
Tabaco não manufaturado	3.900	28,6%	740	21,0%	789	13,3%
Transformadores e conversores elétricos	0	0,0%	0	0,0%	722	12,1%
Couros bovinos curtidos ou em crosta	0	0,0%	74	2,1%	564	9,5%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	62	0,5%	359	10,2%	551	9,3%
Tecidos de algodão com fibras sintéticas, peso superior a 200gr	0	0,0%	0	0,0%	237	4,0%
Sucos de frutas	348	2,6%	223	6,3%	215	3,6%
Couros ovinos preparados	0	0,0%	19	0,5%	183	3,1%
Tratores	0	0,0%	0	0,0%	161	2,7%
Pneus novos	95	0,7%	176	5,0%	157	2,6%
Subtotal	5.028	36,9%	2.718	77,0%	4.981	83,8%
Outros	8.599	63,1%	813	23,0%	962	16,2%
Total	13.627	100,0%	3.531	100,0%	5.943	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

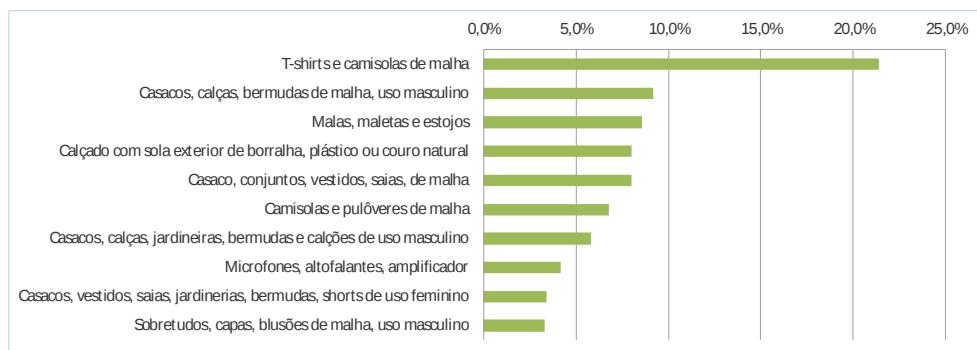


Composição das importações brasileiras originárias do Camboja (SH4)
US\$ mil

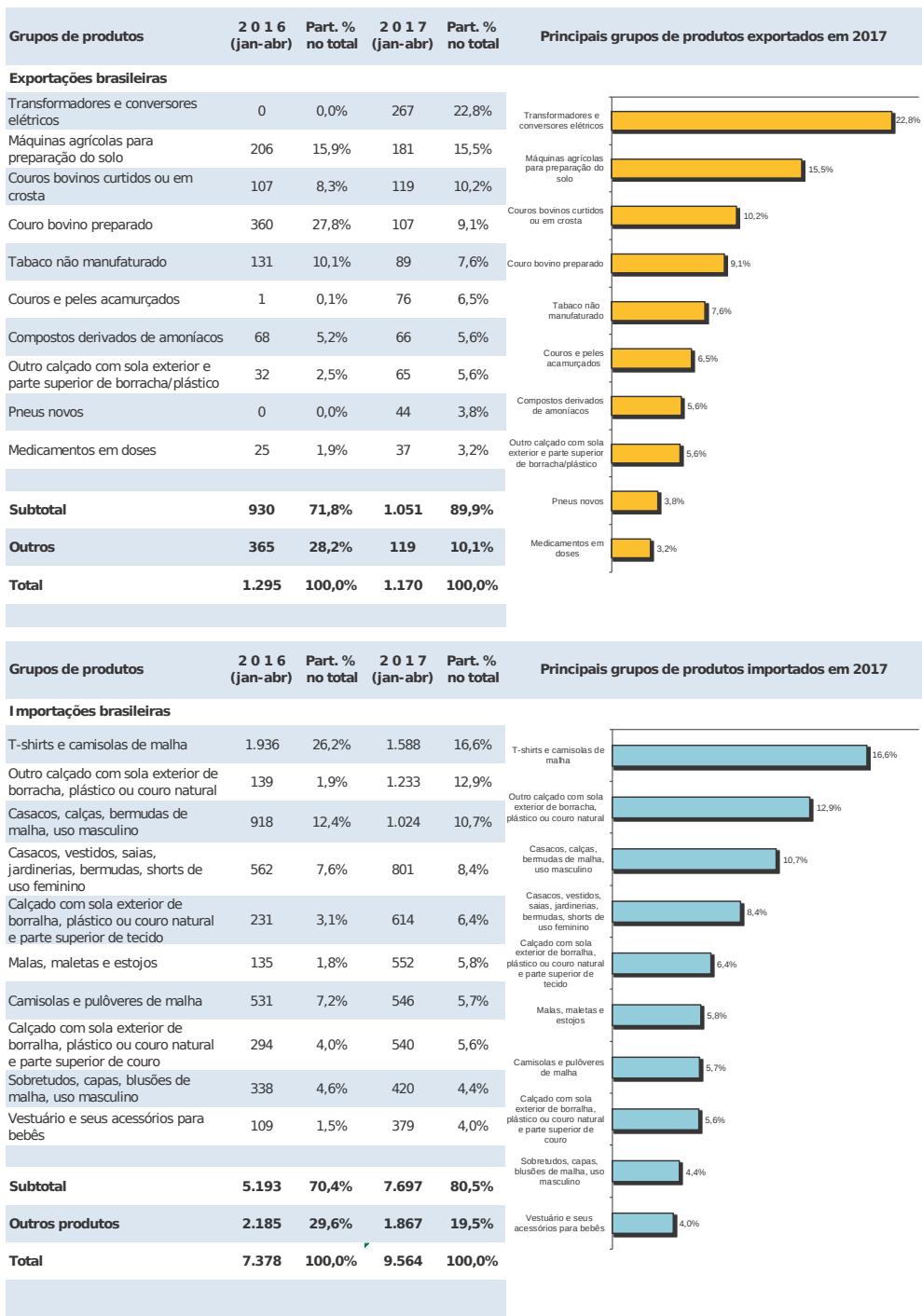
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
T-shirts e camisolas de malha	3.516	11,0%	5.073	12,7%	5.219	21,4%
Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino	1.645	5,1%	2.606	6,5%	2.234	9,2%
Malas, maletas e estojos	103	0,3%	537	1,3%	2.096	8,6%
Calçado com sola exterior de borralha, plástico ou couro natural	5.717	17,8%	10.760	26,9%	1.956	8,0%
Casaco, conjuntos, vestidos, saias, de malha	3.918	12,2%	3.064	7,7%	1.954	8,0%
Camisolas e pulôveres de malha	2.928	9,1%	1.365	3,4%	1.651	6,8%
Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calcões de uso masculino	3.646	11,4%	2.931	7,3%	1.418	5,8%
Microfones, altofalantes, amplificador	386	1,2%	1.181	3,0%	1.019	4,2%
Casacos, vestidos, saias, jardineiras, bermudas, shorts de uso feminino	344	1,1%	2.087	5,2%	827	3,4%
Sobretudos, capas, blusões de malha, uso masculino	535	1,7%	405	1,0%	804	3,3%
Subtotal	22.738	70,9%	30.009	75,0%	19.178	78,6%
Outros	9.335	29,1%	10.018	25,0%	5.208	21,4%
Total	32.073	100,0%	40.027	100,0%	24.386	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alivweb.



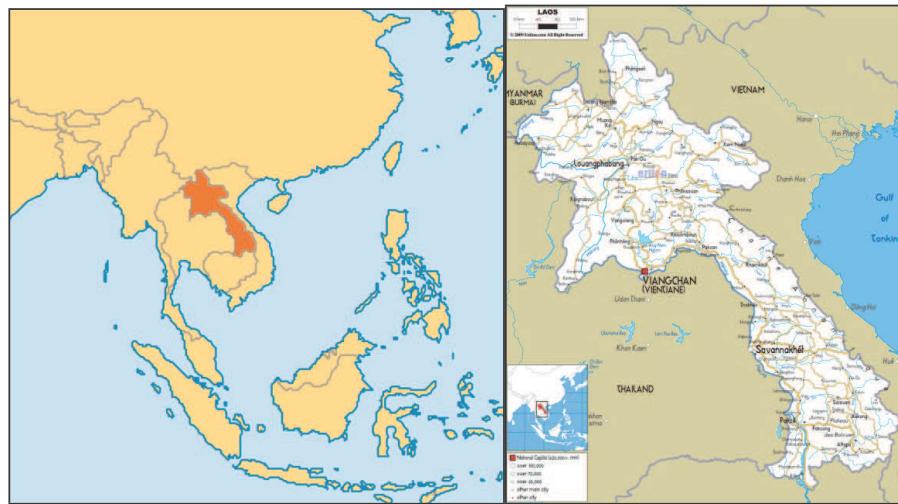
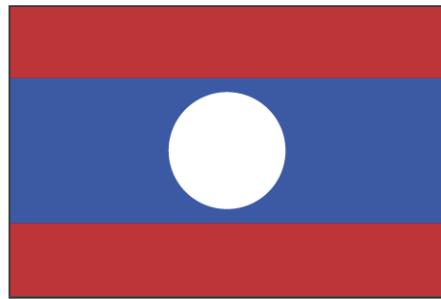
Principais indicadores socioeconômicos do Camboja

Indicador	2015	2016	2017⁽¹⁾	2018⁽¹⁾	2019⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,04%	7,02%	6,89%	6,77%	6,76%
PIB nominal (US\$ bilhões)	17,79	19,40	20,95	22,77	24,77
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.145	1.230	1.309	1.401	1.501
PIB PPP (US\$ bilhões)	54,37	58,95	64,41	70,30	76,70
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.498	3.737	4.022	4.325	4.649
População (milhões habitantes)	15,54	15,78	16,01	16,25	16,50
Inflação (%) ⁽²⁾	2,85%	3,53%	3,07%	3,04%	3,04%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-10,60%	-8,65%	-8,54%	-8,48%	-8,45%
Dívida externa (US\$ bilhões)	9,32	10,51	11,88	13,51	n.d.
Câmbio (CR / US\$) ⁽²⁾	4,05	4,05	4,15	4,11	n.d.
Origem do PIB (2016 Estimativa)					
Agricultura			26,7%		
Indústria			29,8%		
Serviços			43,5%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2017 e da Cia Factbook.
(n.d.) Dado não disponível.
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média de fim de período.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LAOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2017 DADOS BÁSICOS

65

Página 69 de 90

Parte integrante do Avulso da MSF nº 66 de 2017.



NOME OFICIAL	República Popular Democrática do Laos
GENTÍLICO	Laociano
CAPITAL	Vientiane
ÁREA	236.800 km ²
POPULAÇÃO (2016)	7,09 milhões
IDIOMAS	Laociano (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (65%); animistas (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República socialista de partido único
PODER LEGISLATIVO	Assembléia Nacional Unicameral ou Sapha Heng Xat (132 cadeiras, membros escolhidos de lista do Partido Revolucionário do Povo do Laos diretamente em eleições de maioria simples; servem por 5 anos).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Bouonnhang Vorachith (desde 20 abr/2016)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Thongloun Sisoulith (desde 20 abr/2016)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ministro Saleumxay Kommasith (desde 20 abr/2016)
PIB nominal (EST. 2017):	US\$ 14,97 bilhões
PIB PPP (EST. 2017):	US\$ 44,64 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (EST. 2017):	US\$ 2.051
PIB PPP <i>per capita</i> (EST. 2017):	US\$ 6.116
VARIAÇÃO DO PIB (%) (FMI)	7,45% (2015); 6,94% (2016); 6,79% (estimativa 2017)
IDH	0,586, 138º de 188 (Brasil: 0,754/79º; média mundial: 0,711) (PNU)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	66,6
ALFABETIZAÇÃO (2016)	79,9%
DESEMPREGO (2016)	1,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Kip
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há. Registraram-se contatos por meio da Embaixada do Brasil em Bangkok e da Embaixada do Laos em Havana.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Menos de 10 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-LAOS (US\$ mil) (fonte: MDIC)

BRASIL - LAOS	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (jan-abr)
Intercâmbio	54,8	6	242	245	296	242	2.936	1.623	587	723
Exportações	54,8	5	231	146	31	9	273	379	205	606
Importações	0	1	11	99	264	233	2.663	1.244	381	116
Saldo	54,8	4	220	47	-233	-224	-2.390	-865	-176	490

DASEAN, elaborado em 25/05/2017

APRESENTAÇÃO



Independente em 1954, o Laos localiza-se no Sudeste Asiático e tem 7 milhões de habitantes. O país não tem saída para o mar e apresenta rede pouco desenvolvida de transportes e comunicações, sendo a agricultura de subsistência a base de sua economia. Embora seja considerado País de Menor Desenvolvimento Relativo, tem apresentado crescimento médio de 7% na última década. É a menor economia entre os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

PERFIS BIOGRÁFICOS

67



BOUNNHANG VORACHITH**Presidente da República e Secretário-Geral do Partido Popular Revolucionário do Laos**

Nasceu em 15 de agosto de 1938, em Savannakhet, no oeste do Laos. É casado e tem cinco filhos, um dos quais foi eleito membro alternativo do Comitê Central do Partido Revolucionário do Povo do Laos (PRPL). Estudou ciências políticas no Vietnam, em 1978.

Vorachith entrou no movimento revolucionário laociano em 1952 e trabalhou para a Unidade de Propaganda das Forças Armadas. Passou por diversos cargos dentro da hierarquia do PRPL, sendo um de seus membros mais destacados ao longo da história laociana. Foi prefeito de Vientiane, capital do país, de 1993 a 1996. Serviu como vice-primeiro-ministro de 1996 a 2001, primeiro-ministro de 2001 a 2006, vice-presidente de 2006 a 2016, sendo eleito presidente e secretário-geral do Partido Revolucionário do Povo do Laos em 2016.

Vorachith é o último membro da primeira geração do partido a ainda estar no governo. Indicou interesse em promover renovação do PRPL e em alçar as novas lideranças do partido a cargos de maior importância.

THONGLOUN SISOULITH
Primeiro-Ministro



O primeiro-ministro Thongloun Sisoulith nasceu em 1945, na província de Houaphan, principal centro do movimento revolucionário comunista. É casado com a filha do líder revolucionário Phoumi Vongvichit, ex-presidente interino, com quem tem dois filhos e uma filha. É budista.

Formou-se em História; obteve mestrado em Lingüística e Literatura em São Petersburgo; e o título de PhD em Filosofia, em Moscou. Domina cinco idiomas (entre eles, inglês, russo e vietnamita).

É parte da geração de intelectuais laocianos formados na União Soviética.

Foi vice-ministro dos Negócios Estrangeiros (1987-92); ministro do Trabalho e Bem-Estar Social (1993-97); e membro da Assembleia Nacional (1998-2000). Em 2001, foi nomeado vice-primeiro-ministro, presidente do Comitê de Planejamento e Cooperação e do Comitê de Investimento e Cooperação, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros. Assumiu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros em 2006.

Esteve no Brasil em agosto de 2007, para participar da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília.

Em 2016, tornou-se primeiro-ministro.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Laos ainda não desenvolveram o potencial de suas relações, estabelecidas em 13 de julho de 1995. Em 24 de julho de 1996, foi criada a Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bangkok. Situa-se em Havana a única Embaixada do Laos na América Latina. Cuba também é o único país latino-americano com Embaixada residente em Vientiane.

Há escasso fluxo de visitas bilaterais. Do lado laociano, o vice-primeiro-ministro, Somsavat Lengsavad, visitou o Brasil em junho de 2012, para participar da Conferência Rio+20, à margem da qual manteve encontro com o então vice-presidente Michel Temer. O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Samsongsak, chefiou delegação a Brasília para a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em 2008. O então ministro dos Negócios Estrangeiros, atual Primeiro-Ministro, Thongloun Sisoulith, participou, em Brasília, da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em 2007, e manteve, então, encontro bilateral com o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Do lado brasileiro, a então subsecretária-geral de Assuntos Políticos II do Ministério das Relações Exteriores (SGAP-II), embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, visitou o Laos em março de 2012 e manteve encontros com os vice-ministros dos Negócios Estrangeiros; da Agricultura e Florestas; de Planejamento e Investimentos; e de Minas e Energia. Com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Sangsomsak, assinou os dois primeiros instrumentos bilaterais: o Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e o Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas (o mecanismo reuniu-se pela primeira vez naquela ocasião). Em outubro de 2008, o então SGAP-II, embaixador Roberto Jaguaribe visitou o Laos, para realizar consultas de alto nível.

Houve iniciativa de cooperação brasileira, por meio do Fundo IBAS (de Índia, Brasil e África do Sul), no projeto de irrigação, que inclui a construção de eclusa para manejo integrado da bacia do Rio San (Nam Xan), na Província de Bolikhamxay. A cerimônia de lançamento do projeto foi realizada em 2012, tendo sido a obra concluída em 2015. O Laos tem interesse em iniciativa brasileira no campo da educação básica e da infraestrutura escolar, especialmente no combate à desnutrição pela rede escolar. Em dezembro de 2016, foi expresso ainda interesse laociano em negociar instrumento bilateral no campo da cooperação esportiva.

A aproximação do Brasil com a ASEAN apresenta oportunidade adicional para a intensificação das relações bilaterais. O Laos também tem-se beneficiado de



programas oferecidos pelo Brasil em escala regional. No âmbito do relacionamento Brasil-ASEAN, o Laos participou do I Curso para Diplomatas da ASEAN, em agosto de 2012, no Rio de Janeiro e em Brasília. No âmbito do FOCALAL, o Laos participou da 3^a edição do Curso Internacional para Treinadores de Futebol, em maio de 2011, em São Paulo.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros no Laos é prestada pela Embaixada em Bangkok, na Tailândia, uma vez que não há representação residente do Brasil no Laos.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano do Laos.



POLÍTICA INTERNA

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão ocupou a Indochina francesa, que, desde 1883, incluía o território laociano, e utilizou a região como base de operações contra as potências aliadas. Em 1949, em convenção assinada com a França, o Laos tornou-se Estado associado à União Francesa. Somente em 1954, o país conquistou a independência plena, na forma de monarquia constitucional.

Após a independência, o país passou por guerra civil, durante a qual se opuseram as forças reais (apoias pelas EUA) e a insurreição comunista. Nesse contexto, o Laos envolveu-se na Guerra do Vietnam, tendo sido então intensamente bombardeado pelos Estados Unidos. Em 1975, com a vitória da insurreição comunista, a monarquia foi derrubada e instalou-se regime ligado à URSS e ao Vietnam.

Desde meados da década de 1980, o país tem promovido lenta liberalização da economia e a retomada de relações comerciais com países ocidentais, em movimento semelhante ao realizado por países como a China e o Vietnam. Embora o Laos não tenha promovido reformas políticas com a mesma amplitude das econômicas, o regime laociano tem fundamentado sua legitimidade na promoção do desenvolvimento econômico e da melhoria das condições de vida da população. O governo laociano espera, até 2020, superar seu atual status de País de Menor Desenvolvimento Relativo e atingir a classificação de País de Renda Média, o que, segundo analistas, poderá acontecer em 2024, caso sejam mantidas as taxas de crescimento atuais. O Banco Mundial reconhece a expressiva redução da pobreza alcançada pelo Estado laociano na última década. Segundo a instituição, o índice de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza diminuiu de 33,6% para 23,4% na última década.

A ascensão do ex-chanceler Thongloun Sisoulith à frente do governo laociano, em abril de 2016, imprimiu novo ímpeto ao processo de renovação dos quadros políticos do Partido Popular Revolucionário Laociano. O combate à corrupção e a regularização da atividade madeireira, um dos principais vetores da aceleração do desmatamento do país, são as principais bandeiras políticas do novo governo.

O Poder Legislativo do Laos é unicameral (Assembleia Nacional). O Chefe de Estado é o Presidente, eleito pela Assembleia Nacional com ao menos dois terços de votos. A duração de seu mandato, bem como daquele dos membros da Assembleia Nacional, é de 5 anos. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, que é designado pelo Presidente, com a aprovação da Assembleia Nacional. A Corte Suprema Popular é o maior órgão judicial do Estado.



O país é dividido em províncias, municipalidades, distritos e vilas, que contam com razoável autonomia, em boa parte devido a carências de infraestrutura, que dificultam a comunicação com o governo central.



POLÍTICA EXTERNA

O Laos tem-se esforçado para superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. Embora continue ainda muito dependente da cooperação externa, a abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, ambas iniciadas na década de 1990, após a dissolução da URSS, têm permitido que a economia cresça a taxas significativas nos últimos anos.

Principais relações bilaterais

Vietnam

O Vietnam é importante aliado político do regime laociano. Há relações estreitas entre o Vietnam e o Laos, em razão: (i) do percurso político semelhante que caracteriza a história recente dos dois países; e (ii) das relações pessoais historicamente estabelecidas entre um dos líderes da revolução laociana, Kaysone Phomvihane (falecido em 1992), e líderanças vietnamitas. Os dois governos têm identidade de posições em muitas áreas e mantêm estreita cooperação, sendo os treinamentos, financiamentos e investimentos oferecidos pelo Vietnam reciprocados por facilidades de acesso a recursos naturais do Laos. Laos e Vietnam regularizaram suas fronteiras com grande esforço entre 1977 e 2007, eliminando, assim, elemento de discórdia importante em seu relacionamento. A corrente de comércio bilateral manteve-se modesta, mas registrou salto notável entre 2015 (US\$ 662,83 milhões) e 2016 (US\$ 1,12 bilhão).

China

A China tem ganhado destaque na política externa laociana, e sua participação como país de origem dos investimentos no Laos tem crescido consistentemente. Em dezembro de 2016, por exemplo, foi lançada a pedra fundamental da ferrovia que deverá conectar Vientiane à província chinesa de Yunnan. O projeto, realizado em conjunto com a China, constitui o primeiro trecho de eventual conexão terrestre direta entre a China e Singapura. Há, ainda, diversos projetos envolvendo empresas chinesas para a exploração do grande potencial hidrelétrico do país.

EUA

As relações com os EUA foram historicamente dificultadas por discordâncias sobre questões de direitos humanos e pelo histórico de conflito entre os dois países. Cabe recordar que, entre 1964 e 1975, os EUA promoveram 580 mil bombardeios ao



país, para romper canal de fornecimento de suprimentos às forças do Vietnam do Norte. Em termos per capita, estima-se que o Laos tenha sido o lugar mais bombardeado do mundo, e que 30% das bombas ainda não tenham detonado.

As relações bilaterais passam, no entanto, por momento de maior aproximação. Em setembro de 2016, o então presidente dos EUA, Barack Obama, visitou o Laos, quando reconheceu, pela primeira vez, o papel deletério dos bombardeios ocorridos em território laociano durante a Guerra do Vietnam, que levou o país a ter a maior densidade de minas terrestres ativas em todo o mundo. O gesto para marcar a "new comprehensive partnership" dos EUA com o Laos, como prevista em declaração conjunta, foi o anúncio do aporte de US\$ 90 milhões, em três anos, com o objetivo de financiar a remoção dos estimados 80 milhões de explosivos com risco de detonação acidental, espalhados em mais de 25 por cento do território laociano, bem como programas de apoio a vítimas. Ressalta-se, entretanto, que a intensidade do comércio e dos investimentos norte-americanos no Laos é modesta.

Tailândia

A Tailândia, por sua vez, é o principal parceiro comercial, responsável por mais da metade do comércio exterior do Laos, e importante fonte de investimentos. Tem, ademais, expressiva influência cultural, à qual muito contribuem as afinidades culturais e religiosas entre as duas populações.

Coreia do Norte

O Laos é parceiro histórico da Coreia do Norte e, em fevereiro de 2016, os dois países declararam, no contexto de encontro entre os Secretários-Gerais dos respectivos partidos comunistas, a intenção de reforçar a cooperação bilateral.

Temas multilaterais

A respeito da reforma do Conselho de Segurança da ONU, o Laos defende a ampliação de membros permanentes e não-permanentes e apoia os pleitos de Alemanha, Índia e Japão. Demonstra ter simpatia pelo pleito brasileiro, sem declaração formal de apoio.

O Laos tornou-se membro da OMC em fevereiro de 2013, sendo o último país da ASEAN a aderir à organização. O país apresentou seu pedido de acesso à Organização em julho de 1997, tendo o Conselho Geral da OMC criado grupo de trabalho, do qual o Brasil fez parte a esse respeito em fevereiro de 1998.

O Laos tornou-se membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1997, juntamente com Myanmar. Por seu menor desenvolvimento relativo, desfruta de tratamento diferenciado, como, por exemplo, prazos mais



elásticos de desgravação de seu comércio. Em 2016, o Laos exerceu a presidência rotativa da ASEAN.

Como mais recente membro da Associação e país com menor grau de desenvolvimento relativo, o Laos possui especial sensibilidade à necessidade de diluir as assimetrias do bloco. Assim, a presidência laociana empenhou-se em destacar a importância da conectividade entre os países da Associação, além de incluir o tema na XI Cúpula da Ásia do Leste, no contexto da qual foi firmada a Declaração de Vientiane sobre Promoção de Cooperação para o Desenvolvimento da Infraestrutura na Ásia do Leste. Nesse contexto, o país procurou afirmar-se como potencial plataforma logística entre a China e o Sudeste Asiático e como fornecedor de energia para a região, por meio da exploração da capacidade hidrelétrica dos seus rios.

Direitos Humanos

Quando do exame pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em janeiro de 2015, o Brasil constituiu, conjuntamente com o Catar e a Costa do Marfim, grupo de relatores do 2º ciclo da RPU do Laos. Na oportunidade, a delegação brasileira expressou satisfação com a ratificação pelo Laos, em 2012, da Convenção contra a Tortura e recomendou a ratificação da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Laos é a menor economia da ASEAN, classificado como País de Menor Desenvolvimento Relativo, sem saída para o mar e com rede rudimentar de transportes e de comunicações. A economia baseia-se predominantemente na agricultura de subsistência, que emprega cerca de 80% da população. As principais culturas são arroz, algodão, vegetais e frutas. Tem crescido, ademais, a importância da mineração (cobre, ouro e prata) e do turismo.



Segundo relatório do Banco Mundial, o Laos apresenta um dos mais expressivos índices de crescimento econômico da Ásia e do Pacífico. A economia cresce a uma taxa média superior a 7% desde 2004. O setor privado cresceu, os investimentos estrangeiros têm aumentado expressivamente e já se registra escassez de mão de obra qualificada.

A exploração do potencial hidrelétrico do Laos tem sido a base para o desenvolvimento econômico do país. O território conta com cerca da metade do potencial aproveitável do rio Mekong. As hidrelétricas laocianas são responsáveis pelo fornecimento de energia à Tailândia e ao Vietnam, que dependem fortemente desse aporte. A conclusão da termelétrica de Hongsa – localizada no oeste do país, nas proximidades da fronteira com a Tailândia – deverá ampliar em 30% a capacidade laociana de produção de energia elétrica. A nova planta exportará para a Tailândia 80% da energia lá produzida

O país tem promovido diversas medidas visando à reformulação econômica e liberalização comercial, seguindo a linha adotada pela China e pelo Vietnam. A adesão do Laos à OMC, em fevereiro de 2013, tornou o país mais atrativo para o investimento estrangeiro direto (IED). Ressalte-se, contudo, que o país continua muito dependente da ajuda externa, que financia mais de 50% do orçamento anual laociano.

Em 2016, a China ultrapassou a Tailândia como o maior investidor estrangeiro no país, que conta também com expressivos investimentos de empresas vietnamitas, australianas, japonesas e francesas. Merece destaque o projeto, recentemente aprovado, de interligação ferroviária Laos-China (Vientiane-Kunming), cujo valor estima-se em US\$ 7 bilhões.

Os principais parceiros comerciais do Laos são Tailândia, China e Vietnam, que absorvem quase 70% de suas exportações e fornecem quase 90% das importações do país.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1893	Início do protetorado francês
1945	Ocupação japonesa
1946	Retomada pelos franceses
1950	Laos ganha autonomia relativa como um Estado associado da União Francesa
1954	Independência e formação de uma monarquia constitucional. Início de conflito armado entre monarquistas e comunistas (Pathet Lao)
1960s	Bombardeios pelos EUA para interromper rotas de suprimento norte-vietnamitas
1973	Acordo de cessar-fogo de Vientiane divide o país entre monarquistas e comunistas
1975	Abdicação do rei e proclamação da República Popular Democrática do Laos Adoção de regime de partido único (Partido Revolucionário do Povo)
1979	Escassez de alimentos e movimento de refugiados em direção à Tailândia
1986	Introdução de reformas econômicas de mercado
1989	Primeiras eleições, com manutenção do partido único
1991	Assinatura de acordo de segurança e cooperação com a Tailândia Adoção de nova Constituição
1994	Inauguração da “Ponte da Amizade”, sobre o rio Mekong, entre Laos e Tailândia
1995	Levantamento do embargo norte-americano, após 20 anos
1997	Adesão à ASEAN Forte desvalorização cambial provocada pela crise asiática
2001	Acordo com o FMI prevê empréstimo de US\$ 40 milhões
2004	Na Presidência da ASEAN, país sedia encontro de cúpula
2005	Lançamento da pedra fundamental da barragem Nam Theun 2
2006	Choummaly Sayasone torna-se Presidente Thongloun Sisoulith torna-se Ministro dos Negócios Estrangeiros Rendição de 400 guerrilheiros da etnia Hmong
2009	Conclusão da construção de Nam Theun 2
2010	Renúncia do PM Bouasone Bouphavanh
2011	Abertura da primeira bolsa de valores
2011	Presidente Choummaly Sayasone é reeleito pelo Parlamento.
2012	Hillary Clinton se torna a primeira Secretária de Estado dos EUA a visitar o Laos em 57 anos.
2012	O Laos aprova a construção de grande barragem na Bacia do Mekong.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1995	Estabelecimento de relações diplomáticas
1996	Criação da Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com Bangkok
1998	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros laociano, Somsavat Lengsavad, incluindo Itaipu e a sede da Eletrobrás
2005	Visita do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro a Vientiane (Enviado Especial do Presidente)
2006	Apresentação de credenciais pelo Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Presidente Khamtay Siphandone, seguida de audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros laociano, Somsavat Lengsavad
2007	Encontro entre o vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, e o Ministro Celso Amorim, à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
2008	Participação do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bonkeut Sangsomsak, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2008	Visita do Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, para consultas de alto nível. Encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Boupha.
2010	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, com o vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.
2010	Apresentação de credenciais do Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos ao Presidente Choummaly Sayasone.
2011	Encontro da Sra. SGAP-II com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Bounkeut Samsongsak, à margem da V Ministerial do FOCALAL.
2012	Visita da Sra. SGAP-II ao Laos, quando são assinados os primeiros instrumentos bilaterais (Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas).
2012	Vice-primeiro-ministro Somsavat Lengsavad visita o Brasil para participar da Rio+20.
2014	O Embaixador Gilberto Fonseca de Moura apresentou credenciais ao Presidente do Laos, Choummaly Sayasone.
2017	Participação do Embaixador Gilberto Fonseca de Moura na cerimônia do 41º aniversário de estabelecimento da República Popular Democrática do Laos.

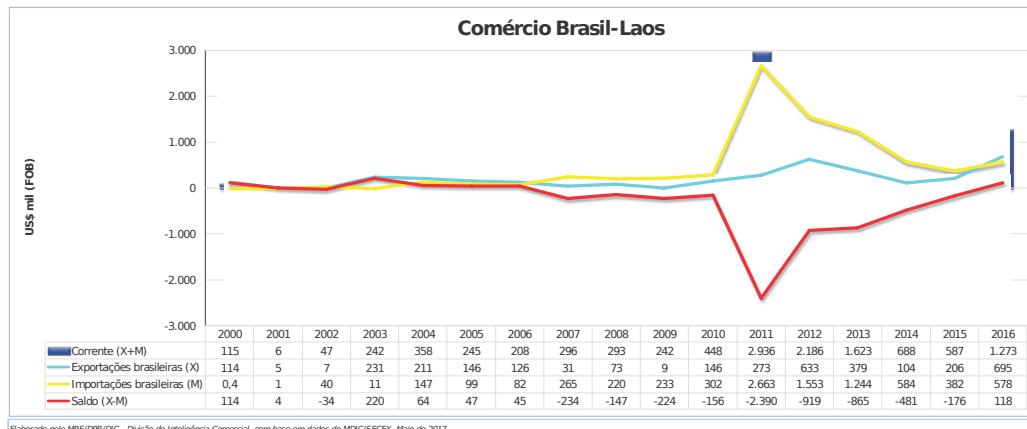
ACORDOS BILATERAIS



Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	05/03/2012	22/06/2012	22/06/2012



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



2017 / 2016	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-abr)	33	51	85	-18
2017 (jan-abr)	607	117	723	490

81

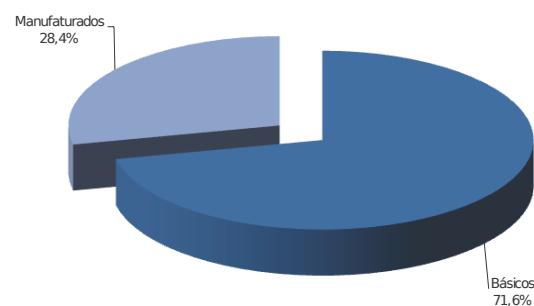
Parte integrante do Aviso da MSF nº 66 de 2017.

Página 85 de 90

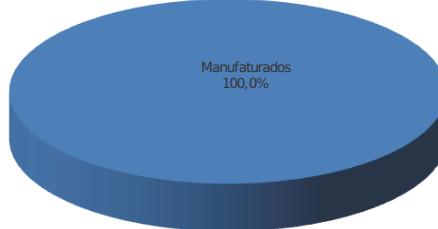


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016**

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2017.

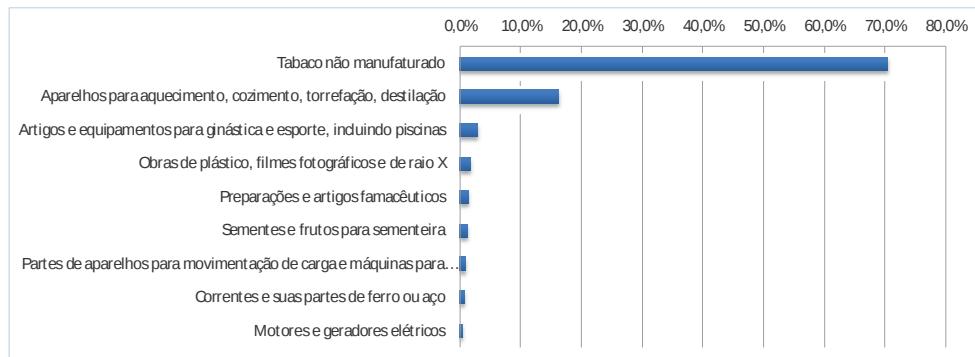


Composição das exportações brasileiras para o Laos (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	Valor	2014		2015		2016	
		Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor
Tabaco não manufaturado	0	0,0%	0	0,0%	489	70,4%	
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	4	3,8%	0	0,0%	112	16,2%	
Artigos e equipamentos para ginástica e esporte, incluindo piscinas	0	0,0%	0	0,0%	20	2,9%	
Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X	0	0,0%	0	0,0%	11	1,6%	
Preparações e artigos farmacêuticos	0	0,0%	0	0,0%	9	1,3%	
Sementes e frutos para sementeira	43	41,5%	42	20,6%	9	1,2%	
Partes de aparelhos para movimentação de carga e máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	6	0,9%	
Correntes e suas partes de ferro ou aço	0	0,0%	14	6,9%	6	0,8%	
Motores e geradores elétricos	16	15,3%	13	6,3%	3	0,5%	
Ferramentas manuais	17	16,7%	18	8,7%	0	0,0%	
Subtotal	80	77,3%	87	42,5%	666	95,8%	
Outros	24	22,7%	118	57,5%	29	4,2%	
Total	104	100,0%	206	100,0%	695	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

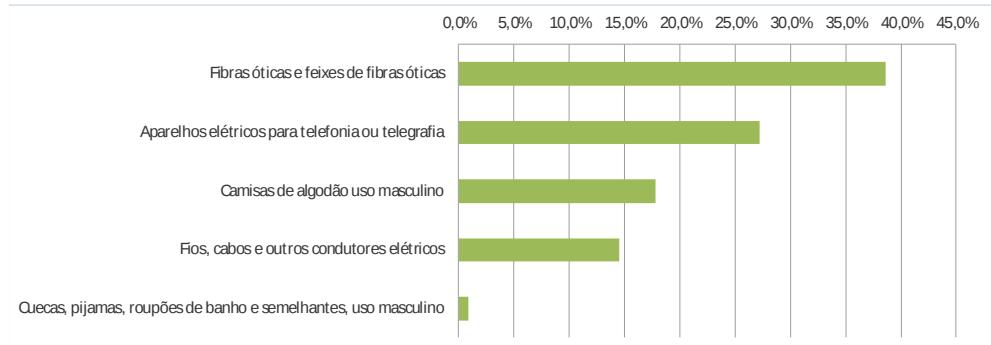


Composição das importações brasileiras originárias do Laos (SH4)
US\$ mil

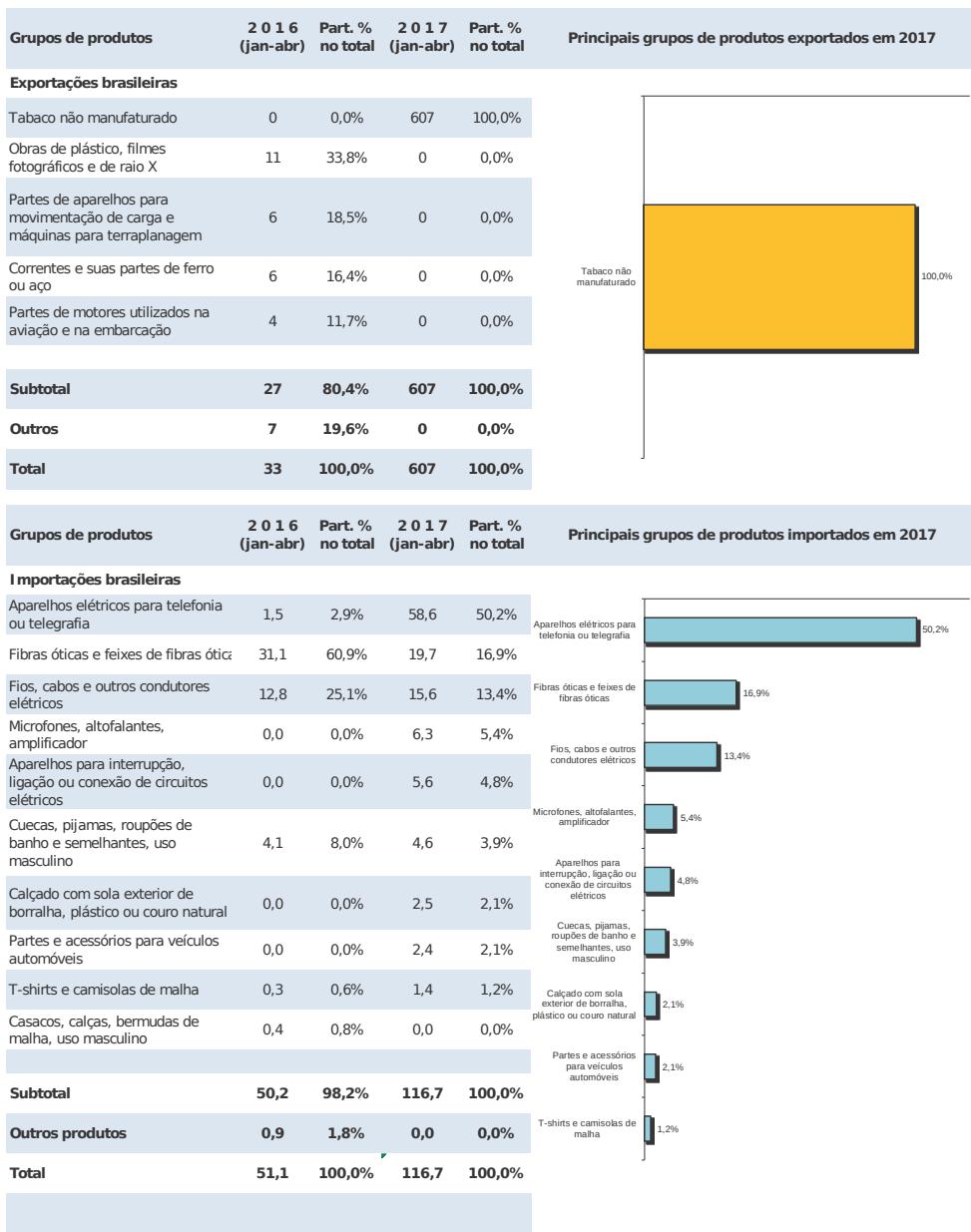
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Fibras óticas e feixes de fibras óticas	0	0,0%	33	8,7%	223	38,6%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	0	0,0%	0	0,0%	157	27,2%
Camisas de algodão uso masculino	160	27,4%	262	68,7%	103	17,8%
Fios, cabos e outros condutores elétricos	77	13,2%	69	18,1%	84	14,5%
Cuecas, pijamas, roupões de banho e semelhantes, uso masculino	1	0,1%	14	3,6%	5	0,9%
T-shirts e camisolas de malha	38	6,5%	0	0,0%	0	0,0%
Camisas de malha, uso masculino	101	17,3%	0	0,0%	0	0,0%
Casacos, calças, bermudas de malha, uso masculino	81	13,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	458	78,3%	378	99,1%	572	99,0%
Outros	127	21,7%	3	0,9%	6	1,0%
Total	584	100,0%	382	100,0%	578	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil



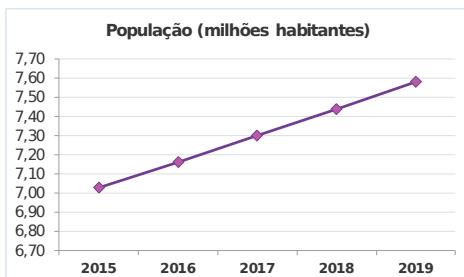
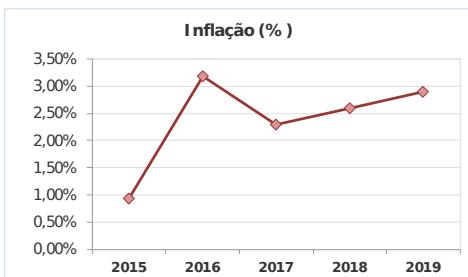
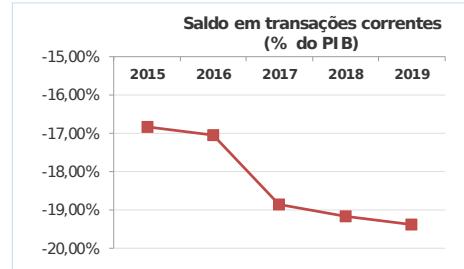
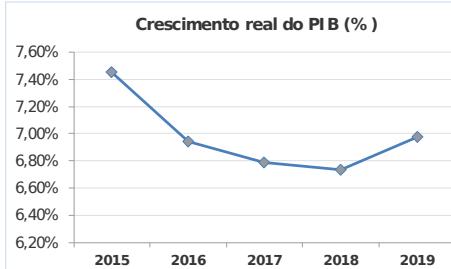
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.



Principais indicadores socioeconômicos do Laos

Indicador	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,45%	6,94%	6,79%	6,74%	6,98%
PIB nominal (US\$ bilhões)	12,56	13,79	14,97	16,28	17,81
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.787	1.925	2.051	2.189	2.350
PIB PPP (US\$ bilhões)	37,75	40,90	44,64	48,71	53,25
PIB PPP "per capita" (US\$)	5.370	5.710	6.116	6.549	7.026
População (milhões habitantes)	7,03	7,16	7,30	7,44	7,58
Inflação (%) ⁽²⁾	0,94%	3,18%	2,30%	2,60%	2,90%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-16,83%	-17,04%	-18,85%	-19,18%	-19,38%
Câmbio (K / US\$) ⁽²⁾	8,15	8,12	8,20	8,28	n.d.
Origem do PIB (2016 Estimativa)					
Agricultura			21,3%		
Indústria			32,5%		
Serviços			21,3%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2017 e da Cia Factbook.
 (n.d.) Dado não disponível.
 (1) Estimativas FMI e EIU.
 (2) Média de fim de período.



Parecer





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 52, DE 2017

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o processo Mensagem (SF) nº59, de 2017, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Manoel Rangel Neto.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador Roberto Rocha

10 de Outubro de 2017



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

RELATÓRIO N° , DE 2017

SF/17945-38093-04

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre a Mensagem nº 59, de 2017 (Mensagem nº 338, de 2017, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema.

Relator: Senador **ROBERTO ROCHA**

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) a Mensagem (MSF) nº 59, de 2017 (Mensagem nº 338, de 12 de setembro de 2017, na origem), em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Manoel Rangel Neto.

O objeto da MSF nº 59, de 2017, cumpre o que determina o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, que atribui a esta Casa a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA – PSB/MA**

SF/17945-38093-04

arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Cumpre, também, o disposto no art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõem que os diretores da Agência sejam brasileiros, de reputação ilibada e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.

Acompanham a Mensagem os documentos e informações especificados nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

De acordo com as informações apresentadas em seu *curriculum vitae*, Christian de Castro Oliveira cursou Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e é graduado em Engenharia de Produção Mecânica pela Universidade Paulista (UNIP). Posteriormente cursou duas pós-graduações: a primeira, em *Film & Television Business*, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), e, a segunda, em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Senhor Christian de Castro Oliveira atua no mercado do audiovisual há 18 anos.

Por dez anos foi sócio ativo de consultoria especializada em economia criativa, empreendedorismo e capital de investimento no desenvolvimento de serviços relacionados à modelagem de negócios, estruturação financeira, planejamento estratégico, desenvolvimento de projetos, gestão para empresas, especialmente para o setor de entretenimento, mídia e audiovisual.

Teve participação na criação de tese de investimentos para crescimento das empresas por meio de investimento privado ou mediante estruturação financeira por intermédio do BNDES Procult.

Em sua trajetória profissional, destacam-se as seguintes atuações:

- Diretor-Executivo da Luz Mágica Produções Audiovisuais Ltda;

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA – PSB/MA**

- Sócio-Diretor da Zooks Consultoria e Comunicação;
- Membro do Conselho de Administração da Glaz Entretenimento S.A.;
- Membro do Conselho de Administração da Oca Animation S.A.;
- Consultor da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital;
- Diretor de Operações da Luminosidade Marketing Produções S.A.;
- Diretor de Distribuição da Empresa Distribuidora de Filmes S.A. (RioFilme);
- Assessor da Diretoria Colegiada da Ancine;
- Cofundador da Vereda Filmes S.A.;
- Consultor da Rio Bravo Investimentos S.A.;
- Sócio-Diretor da BSB Cinema Produções Ltda.

SF/17945-38093-04

Entre os cursos, participações como palestrante e vivências no exterior, o *curriculum* do indicado traz as seguintes atividades:

- TEDxRio – A indústria do audiovisual como instrumento de promoção do Rio de Janeiro (2011);
- Rio Content Market – palestrante em evento realizado pela Associação de Produtoras Independentes de Televisão (2014 a 2016);
- Rio Market (2013);

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA – PSB/MA**

- 1º Seminário sobre Funcines no Ministério da Cultura (2003);
- Ciclo de Encontros ABPITV (2013).

Entre as publicações de sua autoria, destacam-se as seguintes:

- *RioFilme, Exemplo de Transformação – De ineficiente distribuidora estatal de filmes a modelo de agente de investimento e desenvolvimento de conteúdo audiovisual* (2013);
- *Estruturando a Gestão Estratégica de uma Organização do Terceiro Setor* (2013).

SF/17945-38093-04

Na argumentação escrita anexada à Mensagem, exigida pelo art. 383, inciso I, alínea c, do RISF, o indicado apresenta informações destinadas a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo e ressalta sua experiência nos campos da economia da cultura e do audiovisual.

Constata-se, também, que o indicado apresentou outras informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, nomeadamente, as seguintes declarações:

- de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas vinculadas à sua atividade profissional;
- de que foi detentor de quota de sociedade empresarial, com desligamento em 16 de abril de 2010;
- de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- de que figura como autor mas não tem conhecimento de existência de ações judiciais em que figure como réu;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

- e de não participação em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

As declarações estão acompanhadas de certidões negativas e demais documentos oficiais, emitidos pelos órgãos competentes.

Diante do exposto, entendemos que os membros integrantes desta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor **CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema.

SF/17945-38093-04

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**CE, 10/10/2017 às 09h - 38ª, Extraordinária****Comissão de Educação, Cultura e Esporte****PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP
DÁRIO BERGER	PRESENTE
MARTA SUPLICY	2. HÉLIO JOSÉ
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE
EDISON LOBÃO	3. RAIMUNDO LIRA
JOÃO ALBERTO SOUZA	4. SIMONE TEBET
	5. VAGO
	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAZ	2. HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM	PRESENTE
REGINA SOUSA	3. JORGE VIANA
ACIR GURGACZ	PRESENTE
	4. JOSÉ PIMENTEL
	5. PAULO ROCHA
	6. VAGO

Bloco Social Democrata (DEM, PSDB, PV)

TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	1. DAVI ALCOLUMBRE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE
MARIA DO CARMO ALVES	2. RONALDO CAIADO
JOSÉ AGRIPIINO	PRESENTE
	PRESENTE
	3. VAGO
	4. VAGO
	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
ROBERTO MUNIZ	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	2. ANA AMÉLIA
	PRESENTE
	3. LASIER MARTINS

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PPS, PSB, PCdoB, REDE)

TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
LÚCIA VÂNIA	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	2. RANDOLFE RODRIGUES
	3. VAGO

Bloco Moderador (PTC, PR, PSC, PTB, PRB)

TITULARES	SUPLENTES
PEDRO CHAVES	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	1. MAGNO MALTA
EDUARDO LOPES	2. VICENTINHO ALVES
	3. TELMÁRIO MOTA
	PRESENTE

Não Membros Presentes



8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ATAÍDES OLIVEIRA
CIDINHO SANTOS



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 59/2017)

NA 38^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O PARECER DA CE, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR CHRISTIAN DE CASTRO OLIVEIRA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE, NOS TERMOS DO ART. 52, INCISO III, ALÍNEA "F", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 8º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2228-1/01, POR UNANIMIDADE, COM 19 VOTOS FAVORÁVEIS.

10 de Outubro de 2017

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 383, DE 2017

Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.

AUTORIA: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)

DESPACHO: Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

SF/17841.31693-22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício da atividade esportiva eletrônica obedecerá ao disposto nesta lei.

Parágrafo único. Entende-se por esporte as atividades que, fazendo uso de artefatos eletrônicos, caracteriza a competição de dois ou mais participantes, no sistema de ascenso e descenso misto de competição, com utilização do *round-robin tournament systems*, o *knockout systems*, ou outra tecnologia similar e com a mesma finalidade.

Art. 2º O praticante de esportes eletrônicos passa a receber a nomenclatura de “atleta”

Art. 3º É livre a atividade esportiva eletrônica, visando torná-la acessível a todos os interessados, de modo que possa promover o desenvolvimento intelectual, cultural esportivo contemporâneo, levando, juntamente a outras influências das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, à formação cultural e propiciando a socialização, a diversão e a aprendizagem de crianças, adolescentes e adultos.

Parágrafo único. São objetivos específicos do esporte eletrônico:

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO ROCHA – PSDB/MA**

SF/17841-31693-22

- I – promover, fomentar e estimular a cidadania, valorizando a boa convivência humanada, por meio dessa prática esportiva;
- II – propiciar a prática esportiva educativa, levando os jogadores e se entenderem como adversários e não como inimigos, na origem do jogo justo (*fair play*), para a construção de identidades, com base no respeito;
- III – desenvolver a prática esportiva cultura, unindo, por meio de seus jogadores virtuais, povos diversos em torno de si, independentemente do credo, raça e divergência política, histórica e/ou cultural e social;
- IV – combater a discriminação de gênero, etnias, credos e o ódio, que podem ser passados subliminarmente aos sujeitos-jogadores nos jogos;
- V – contribuir para a melhoria da capacidade intelectual fortalecendo o raciocínio e a habilidade motora de seus praticantes.

Art. 4º Fica reconhecida como fomentadora da atividade esportiva a Confederação, Federação, Liga e entidades associativas, que dentro das suas competências normatizam e difundem a prática do esporte eletrônico.

Art. 5º fica instituído o “Dia do Esporte Eletrônico”, a ser comemorado, anualmente, em 27 de junho.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta visa a fomentar a prática desportiva, como direito de cada um, conforme preconizado no ordenamento jurídico, com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, mais especificamente no art. 217, da CF.

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA – PSDB/MA**

A prática esportiva eletrônica é fruto da rápida evolução cultural que se delineia no espaço da rede mundial de computadores e dos mundos virtuais dos jogos eletrônicos, que acontece cada vez mais rápido, fazendo com que as interações entre o que é atual/real e o que é virtual extrapolam as barreiras de tempo e espaço, intensificado as sensações numa vivência esportiva jamais vista, as vivências virtuais, que se configuraram na virtualização esportiva.

O esporte virtual se revela como mecanismo de socialização, diversão e aprendizagem, seguindo o mesmo caminho dos esportes tradicionais. O Brasil possui vários adeptos, porém ainda não dispomos de uma regulamentação dessa modalidade esportiva.

Com a regulamentação do esporte, estaremos dando oportunidade para que os atletas possam ter uma legislação, conforme outras modalidades esportivas.

A iniciativa enseja a possibilidade de estimular a cidadania, levando os jogadores e se entenderem como adversários e não como inimigos, na origem do jogo justo (*fair play*), para a construção de identidades, baseada no respeito.

Diante deste cenário, a virtualização esportiva é de relevante interesse público, com capacidade para contribuir significativamente para a melhoria da capacidade intelectual, fortalecendo o raciocínio e habilidade motora de seus praticantes.

A regulamentação se faz necessária para que não ocorra desvirtuamentos letais e para que a prática ocorra de forma independente do credo, raça e divergência política, histórica e/ou cultural e social, combatendo a discriminação de gênero, etnias, credos e o ódio, que podem ser passados subliminarmente aos sujeitos-jogadores nos jogos.

A data alusiva em comemoração ao “Dia do Esporte Eletrônico” marca a fundação da empresa Atari, uma das principais responsáveis pela popularização dos “vídeos games”, fundada em 27 de junho, no ano de 1972, por Norlan Bushnell e Ted Tabney.

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

Por todo exposto, espera-se pela aquiescência dos Nobres pares para aprovamos a presente regulamentação.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2017.

Senador ROBERTO ROCHA
(PSDB/MA)

SF/17841.31693-22

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 384, DE 2017

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a classificação indicativa de museus, mostras, galerias e exposições de arte e cultura.

AUTORIA: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

DESPACHO: Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SF/1735872421-02

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2017

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a classificação indicativa de museus, mostras, galerias e exposições de arte e cultura.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estende os deveres de regulação do poder público, previstos no art. 74 da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, aos museus, mostras, galerias e exposições de arte ou de cultura.

Art. 2º Os arts. 74 e 75 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 74. O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões, espetáculos públicos, museus, mostras, galerias e exposições de arte ou de cultura, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.

§ 1º Os responsáveis pelas diversões, espetáculos públicos, museus, mostras, galerias e exposições de arte ou de cultura deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo ou do acervo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.

Art. 75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões, espetáculos públicos, museus, mostras, galerias e exposições de arte ou de cultura classificados como adequados à sua faixa etária.

.....”(NR)




SF/17358-72421-02

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto a Constituição preveem o cuidado e a defesa do desenvolvimento psicossocial das crianças e dos adolescentes. A Constituição prevê também a liberdade de expressão e de pensamento, devendo cada um responder pelos excessos que cometer.

Muito se tem dito que a atual crise brasileira é de natureza, ao menos em parte, ética e moral. Tem-se dito também que o país não tem zelado, como deveria, pela formação moral de seus futuros cidadãos e eleitores. Acontecimentos recentes, muito difundidos nas redes sociais e na imprensa, reforçam esses dilemas do Brasil contemporâneo. A mostra “Cartografias da Diferença da Arte” teve sua exibição finalizada no Centro Cultural Santander de Porto Alegre, após acusações por conta de obras que teriam feito apologia à pedofilia e zoofilia. Mais recentemente, outro museu, o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) foi cenário de performance do “35º Panorama da Arte Brasileira – Brasil por Multiplicação”. Naquela ocasião, um artista adulto nu e uma criança participaram de uma performance intitulada “*La Bête*”, como leitura interpretativa da obra *Bicho* da artista e escultora Lygia Clark. As imagens da performance, difundidas largamente nas redes sociais e na imprensa, incitaram o debate sobre os reais objetivos de performances e espetáculos culturais, inclusive em museus, com cenas de nudez e a participação explícita de crianças, causando dúvidas sobre o uso de produções culturais para a difusão de conteúdos eróticos ou erotizantes, inclusive de caráter criminoso, como abusos e violência a crianças e adolescentes.




SF/17358-72421-02

A proposição que ora apresento à consideração dos nobres Pares pretende ser uma resposta ao presente colapso da capacidade de a sociedade formar pessoas razoáveis, de autoestima forte e amigas da paz. Ela procura, preservando a liberdade de expressão e de pensamento constitucionalmente prevista no art. 220, modular a relação desse princípio com outro princípio, conforme exposto no art. 227 da Carta Magna: o direito da criança ou do adolescente de ter assegurado seu desenvolvimento com dignidade, respeito e a salvo de violência. Esta proposição busca, deste modo, otimizar a eficácia dos dois princípios. É importante ressaltar que a democratização do acesso à cultura ocorrida nos últimos trinta anos não foi acompanhada da devida reflexão sobre todas as consequências desse processo. Agora, na medida em que vão surgindo novos problemas trazidos pela nova configuração da sociedade brasileira, é necessário ampliar a função regulatória do Estado sobre as influências a que são expostos os futuros adultos e adultas. Em razão do exposto, peço aos nobres Pares o apoio a esta proposição que visa apenas a aperfeiçoar os marcos legais já existentes afim de evitar abusos e violência às novas gerações de brasileiros.

Sala das Sessões,

Senadora **ANA AMÉLIA**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA -

8069/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- artigo 74

- artigo 75





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 385, DE 2017

Altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

DESPACHO: À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)


SF/17430_45028-09

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta :

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre a composição e o processo de escolha dos membros do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional

Art. 2º O art. 4º da Lei 8.389, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Conselho de Comunicação Social compõe-se de:

I – Um representante das emissoras privadas de radiodifusão;

II – Um representante das emissoras públicas de radiodifusão;

III – um representante das empresas da imprensa escrita;



IV – Um representante das empresas de telecomunicação;

V – Um engenheiro com notório saber na área das comunicações;

VI – Um representante da categoria profissional dos jornalistas;

VII – Um representante da categoria profissional dos radialistas;

VIII – Um representante da categoria profissional dos artistas;

IX – Um representante das categorias profissionais de cinema e vídeo;

X – Um representante das categorias profissionais de telecomunicações;

XI – Um representante do Comitê Gestor da internet no Brasil;

XII – Sete membros representantes da sociedade civil.

§ 1º Cada membro do Conselho terá um suplente exclusivo.

§ 2º Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes serão eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional, que será precedida de:

I - Consulta às entidades representativas das empresas e das categorias profissionais representadas no Conselho para a indicação de seus representantes e respectivos suplentes.

SF/17430_45028-09
|||||



II - chamamento público para habilitação de candidatos às vagas referentes aos representantes da sociedade civil;

.....
.....
§ 6º Sem prejuízo do disposto no § 3º, poderão ser representantes da sociedade civil:

I – Indicados por organizações/instituições de âmbito nacional e que, reconhecidamente, representam segmentos expressivos da sociedade, como mulheres, negros e jovens, entre outros;

II – Indicados por organizações/instituições de pesquisa sobre comunicação;

III – indicados por organizações/instituições de âmbito nacional que, comprovadamente, atuam na comunicação comunitária;

IV – Indicados por organizações/instituições de âmbito nacional que, comprovadamente, atuam no campo jurídico;

V – Indicados por organizações/instituições de âmbito nacional que, comprovadamente, atuam na área da educação e/ou psicologia;

VI – Indicados por organizações/instituições de âmbito nacional que, comprovadamente, atuam na área da comunicação”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SF/17430.45028-09
|||||



JUSTIFICAÇÃO

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional para questões relativas às comunicações, foi previsto pelo art. 224 da Constituição Federal de 1988, sendo instituído pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que ora se pretende alterar.

A primeira alteração proposta diz respeito à composição do Conselho, com ampliação da representação de empresas e de categorias profissionais e, para manter o princípio de garantia de maioria para a representação da sociedade civil, ampliação também dos representantes da sociedade civil.

A composição do CCS foi o objeto de discussão pelo próprio Conselho, pelo menos em suas últimas formações. Ficou evidente que novos atores do setor das comunicações precisam estar representados, principalmente em decorrência das mudanças tecnológicas das últimas décadas, com o crescimento da internet e os novos serviços encampados pelas empresas de telecomunicações.

Justifica-se, portanto, que empresas e categorias profissionais das telecomunicações estejam representadas. Em relação à internet, em razão de seu caráter internacional e dos diversos atores nacionais envolvidos em sua dinâmica, entendemos que a melhor solução é a representação no CCS do Comitê Gestor da Internet no Brasil, órgão tripartite (governo, empresas e usuários), responsável por estabelecer as diretrizes e normas para o uso e desenvolvimento da internet no país.

Definida a composição, a presente propositura de alteração da Lei 8.389, também busca estabelecer critérios que legitimem as representações das empresas, das categorias profissionais e da sociedade civil.

A Lei nº 8.389/91 estabelece que os membros do CCS e seus respectivos suplentes serão eleitos em sessão do Congresso Nacional, podendo as entidades representativas dos setores mencionados no artigo 4º sugerir nomes à mesa do Congresso Nacional. Em seguida, no § 3º do mesmo artigo 4º, a lei estabelece que “os membros do Conselho deverão

SF/17430_45028-09
|||||



ser brasileiros, maiores de idade e de reputação ilibada". O disposto neste § 3º é o único critério estabelecido para a eleição dos conselheiros.

Em relação às indicações dos representantes das empresas de comunicação e das categorias de profissionais da área, propomos que as entidades representativas sejam chamadas a indicar seus representantes e respectivos suplentes. Assim tem sido desde a instalação do Conselho.

A proposta ora apresentada também prevê critérios objetivos e democráticos para balizar a eleição dos representantes da sociedade civil para o CCS. Esses critérios foram amplamente debatidos pelo próprio CCS, que aprovou uma recomendação ao Congresso Nacional.

Não há dúvidas quanto à competência dos congressistas para a eleição dos membros do CCS, mas a definição de critérios e a previsão de chamamento público para habilitação das entidades irão eliminar as dificuldades que existiram no passado e que levaram a situações anacrônicas, como a indicação de membros do governo federal e de representantes das empresas de comunicação para as vagas que deveriam ser da sociedade civil.

O objetivo é assegurar maior transparência e participação no processo de escolha dos representantes da sociedade civil, para que o interesse maior da sociedade brasileira prevaleça nas deliberações que o CCS tomar, para auxiliar o Congresso Nacional.

Peço, portanto, o apoio de Vossas Excelências para aprovar a proposta que ora apresento.

Sala das Sessões,

Senador PAULO ROCHA
PT/PA

SF/17430.45028-09
|||||


SF/17430_45028-09

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 224

- Lei nº 8.389, de 30 de Dezembro de 1991 - LEI-8389-1991-12-30 - 8389/91

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8389>

- artigo 4º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 386, DE 2017

Institui o Dia Nacional do Feirante.

AUTORIA: Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE)

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2017

Institui o Dia Nacional do Feirante.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Feirante, a ser celebrado, anualmente, no dia 25 do mês de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 1913, São Paulo contava com uma consagrada – porém irregular – feira-livre. Um freguês, em apelo ao prefeito Washington Luís, publicado na página 508 dos “Annais da Câmara dos Vereadores da Cidade de São Paulo”, pedia que as vendas passassem das segundas-feiras para os domingos, “dias estes mais próprios para o operariado fazer suas compras, como se faz em diversas partes da Europa”.

No ano seguinte, crises no abastecimento de frutas e verduras levaram à escassez de alimentos. A Light, empresa pública responsável pelos bondes, passou a disponibilizar três carros para fazerem o transporte gratuito dos lavradores que trouxessem para a cidade os produtos de suas hortas dos subúrbios. Foi quando o vereador Alcântara Machado sugeriu que se implantassem os “mercados volantes”.

O colega Carlos Botelho foi contrário à ideia, e alertou para a “imundície, ainda que temporária”, do negócio, conforme consigna a ata da Câmara daquele ano.

Certo de que ali estava a solução rápida e eficaz para o desabastecimento de São Paulo, Machado rebateu: “A experiência demonstra o contrário. Prouverá aos céus que tivéssemos a cidade de São Paulo tão limpa, tão asseada como Zurique ou Genebra!”

SF/17726.51935-07



Decorridos cinco meses e quatro dias desse embate, foi autorizada, em 25 de agosto de 1914, a criação dos mercados francos, data na qual se pretende prestar homenagem ao feirante.

Faz parte da cultura do povo brasileiro comprar nas feiras de rua. Mesmo quando novos valores, como a globalização, foram agregados e buscam, cada vez mais, formalizar o que nasce informal, o comércio de rua não esmoreceu. São locais de distração e divertimento, onde predomina o caráter social, não se limitando, pois, ao mero fornecimento de mercadorias para consumo.

As feiras podem ser consideradas patrimônio cultural imaterial, pois transmitem, de geração a geração, a partir de um processo de recriação de espaço material e imaterial da feira livre, os modos de conceber e viver o mundo e a vida próprios de seu grupo social.

As feiras livres existem desde o tempo do Brasil Colônia e não desapareceram mesmo com os contratemplos que causam em grandes cidades. Em muitos lugares, principalmente no interior do país, elas são as principais formas de comércio da população, funcionando inclusive como locais de cultura e lazer.

A atividade de feirante é, portanto, de inegável relevância econômica e social.

Dessa forma, espero contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares a esta iniciativa que ora apresento, não apenas em prol daqueles que no comércio de rua adquirem os produtos, mas especialmente para a valorização dos feirantes, que dali tiram seu sustento.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO AMORIM



SF/17726.51935-07



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 387, DE 2017

Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o procedimento especial para ação fiscal.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE)

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENAZO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2017

Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o procedimento especial para ação fiscal.

SF/17809.55473-50

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 627-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 1º a 5º:

“Art. 627-A.

§ 1º A empresa poderá requerer a instauração de procedimento especial para ação fiscal sempre que ocorrer promulgação ou expedição de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais que demandem modificação de máquinas, equipamentos ou processos produtivos que gerem encargos financeiros expressivos, sem prejuízo da instauração pela autoridade competente do Ministério do Trabalho.

§ 2º Instaurado o procedimento especial para ação fiscal, a empresa deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias, plano e cronograma das medidas que deverão ser implementadas para adequação das condições de trabalho às normas.

§ 3º O plano e o cronograma referidos no § 2º serão analisados pela autoridade competente do Ministério do Trabalho, que se manifestará em até 30 (trinta) dias, dando ciência dos procedimentos à empresa, aos sindicatos de trabalhadores cujas atividades sejam abrangidas pelo procedimento especial de ação fiscal e, se o for caso, à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) competente.

§ 4º Acordadas as condições de implementação das medidas de adequação às normas, será firmado pela empresa e pela autoridade competente do Ministério do Trabalho o correspondente

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
 Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



Termo de Compromisso, que estabeleça o prazo razoável de cumprimento das medidas, proporcional à gravidade das violações à legislação e à capacidade financeira da empresa.

§ 5º Durante o prazo de cumprimento do Termo de Compromisso, será vedada a lavratura de auto de infração referente aos pontos acordados no Termo de Compromisso, salvo em caso de seu descumprimento pela empresa.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

SF/17809.55473-50

O presente Projeto de Lei tem por objetivo aperfeiçoar o instituto do procedimento especial para a ação fiscal que foi instaurado pelo art. 627-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Referido dispositivo representou um avanço na direção de um critério puramente fiscalista do cumprimento de medidas de proteção do trabalho para um mecanismo de governança que conjuga a ação estatal com a ação dos agentes privados, de forma a obter meios mais suaves e menos onerosos de cumprimento das medidas de segurança e saúde do trabalho.

A proposição que ora apresentamos aprofunda esse novo modelo, ao permitir que a própria empresa possa, preventivamente, requerer a instauração de procedimento especial, devendo, para tanto, apresentar o cronograma das medidas de adequação à legislação. A partir desse ponto, desenvolve-se o procedimento que culminará, esperamos, na adoção de um termo de compromisso que vinculará a empresa.

Ainda, durante o cumprimento desse termo de compromisso, fica vedada a autuação da empresa em relação ao que foi acordado (ressalvada, naturalmente, a hipótese de descumprimento das obrigações assumidas), benefício legal que consiste em um incentivo para que as empresas requeiram a instauração do procedimento especial e adotem as medidas cabíveis sem que seja necessária a imposição de multa ou outra penalidade administrativa.

Com a adoção dessa medida, reiteramos, a legislação dá um passo em direção a um paradigma mais aberto e participativo de implementação das normas administrativas do trabalho, distanciando-se do

puro fiscalismo que marca visões mais antigas do direito administrativo e da própria ação do Estado.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO


SF/17809.55473-50

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- artigo 627-





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 388, DE 2017

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1.998, para democratizar a eleição para a direção do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), alterando o colégio eleitoral, que passa a ter como eleitores os atletas que participaram de Olimpíadas representando o Brasil.

AUTORIA: Senador Reguffe (S/Partido/DF)

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



CCJE C E IDT

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 388, de 2017.
(DO SENADOR REGUFFE)**

*às Comissões de Constituição,
Justiça e Cidadania e
de Educação, Cultura
e Esporte, em decisão
final.*

Assinado em 10/10/17

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1.998, para democratizar a eleição para a direção do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), alterando o colégio eleitoral, que passa a ter como eleitores os atletas que participaram de Olimpíadas representando o Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18-A da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, passa a vigorar acrescido do § 5º, assim redigido:

“Art. 18-A.....

.....
§ 5º O Comitê Olímpico Brasileiro somente poderá receber recursos da administração pública federal direta e indireta caso estabeleça em seus estatutos que, na eleição para a sua direção, o colégio eleitoral passa a ser constituído pelos atletas que participaram de ao menos uma Olimpíada representando o Brasil. E fica restrito a esses atletas o direito de votar e de serem votados”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto tem por objetivo democratizar o acesso e o processo de eleição da direção do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), estabelecendo-se como colégio eleitoral o universo de atletas que já representaram o Brasil em ao menos uma edição dos Jogos Olímpicos, ou seja, apenas esses

Recebido em 10/10/17.

J. Rios

Praça dos Três Poderes | Senado Federal | Anexo II | Ala Senador Teotônio Vilela | Gabinete 17

Página 2 de 4

Parte integrante do Avulso do PLS nº 388 de 2017.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

atletas poderiam votar e serem votados para a direção do Comitê Olímpico nacional.

O Comitê Olímpico Brasileiro recebe 1,7% da receita das loterias. De 2001 para cá, ele já recebeu mais de R\$ 2 bilhões de dinheiro proveniente de recursos das loterias da Caixa Econômica Federal. Só no ano de 2016, foram transferidos mais de R\$ 208 milhões desses recursos, provenientes das loterias para o Comitê Olímpico Brasileiro.

E como se escolhe o presidente do COB? Juntam-se predominantemente os presidentes das confederações e eles, simplesmente, escolhem o presidente do COB.

A entidade responsável pela gestão do desporto olímpico nacional – Comitê Olímpico Brasileiro, para poder receber e trabalhar com recursos financeiros transferidos pela administração pública direta e indireta, como é o caso da Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora das loterias esportivas, deveria ter sua administração e governança democratizadas, estabelecendo como colégio eleitoral o universo de todos os atletas olímpicos brasileiros.

É importante destacar que não está se propondo nenhuma medida original. Nos Estados Unidos, um Ato do Congresso Americano no mandato do Presidente Carter, em 1978, conhecido como *Amateur Sports Act* (Lei do Esporte Amador), determinou que atletas em atividade deveriam ter pelo menos 20% dos votos em qualquer fórum de decisão das entidades esportivas americanas.

Após a adoção e implementação de tal regramento pelo desporto norte-americano não houve, e nem poderia haver, qualquer tipo de represália dos órgãos internacionais. Isto porquê as normas intangíveis de qualquer modalidade esportiva restringem-se “às regras do jogo”, pois se não jogamos com as mesmas regras, praticamos esportes distintos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

Convictos da importância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em ...

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "JR".
REGUFFE

SENADOR DA REPÚBLICA





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 389, DE 2017

Acrescenta o § 2º ao art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, para permitir que militar das Forças Armadas que pratique homicídio contra civil em operação de garantia da lei e da ordem autorizada pelo Congresso Nacional seja julgado pela Justiça Militar.

AUTORIA: Senador Roberto Requião (PMDB/PR)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , 2017

Acrescenta o § 2º ao art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar, para permitir que militar das Forças Armadas que pratique homicídio contra civil em operação de garantia da lei e da ordem autorizada pelo Congresso Nacional seja julgado pela Justiça Militar



SF/17768.83713-80

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 2º e § 3º ao art. 9º:

“Art. 9º

.....

§ 2º Os crimes de que trata este artigo quando cometidos por militares das Forças Armadas contra civil em operação de garantia da lei e da ordem, autorizada pelo Senado Federal, serão julgados pela Justiça Militar.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, o Senado Federal será comunicado pelo Presidente da República sobre a solicitação de emprego das Forças Armadas para garantia da lei e da ordem, para que delibere sobre a autorização em até dez dias.

§ 4º O silêncio do Senado Federal no prazo estipulado no § 3º, importará em referendo à autorização de emprego das Forças Armadas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo mitigar o retrocesso provocado no controle social sobre o emprego de militares das Forças Armadas em atividades de segurança pública ocorrido nos últimos anos.

O Congresso Nacional poderá exercer o papel de controle sobre eventuais desvios no emprego das Forças Armadas, em **analogia** ao que dispõe o procedimento para decretação do estado de sítio, conforme previsão contida no § 4º do art. 136 da Constituição Federal.

Ressalta-se que o emprego das Forças Armadas em garantia da lei e da ordem está adstrita a condições estipuladas e demandas por Estados e Distrito Federal, enquanto órgão-membro da Federação e, por igual modo, com representação no Congresso Nacional.

Por meio da presente alteração legislativa cria-se uma condição ao julgamento pela Justiça Militar do autor de crime descrito no art. 9º do Código Penal Militar for militar das Forças Armadas, cujo emprego tenha sido autorizado pelo Congresso Nacional. Tal condição não se trata de limitação ao acionamento do dispositivo constitucional de emprego de tais militares para garantia da lei e da ordem, mas sim, de condição para que lhe seja aplicada a exceção ao julgamento pela justiça comum.

Não adotado o procedimento previsto, não haverá que se falar em tal exceção, sem óbices ao regular emprego das Forças Armadas na forma estabelecida pelo art. 142 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2017.

Senador **ROBERTO REQUIÃO**

PMDB/PR

SF/17768.83713-80

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 4º do artigo 136

- artigo 142

- Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de Outubro de 1969 - Código Penal Militar - 1001/69

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;1001>

- artigo 9º



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 871, DE 2017

Requer, nos termos regimentais, que seja considerada como missão política de interesse parlamentar a ausência dos trabalhos da Casa entre os dias 14 a 18 de outubro de 2017, para participar da Sessão Ordinária do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe (GRULAC), por ocasião da 137ª Assembleia da União Interparlamentar, na cidade de São Petersburgo, Rússia. Informa ainda ausência do País no período de 14 a 23 de outubro de 2017.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CIRO NOGUEIRA

RQS
00871/2017
Recebido em 10/10/2017
Enviado para publicação
- junes

REQUERIMENTO N° 871, DE 2017



Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja considerada como missão política de interesse parlamentar, minha ausência dos trabalhos da Casa, entre os dias 14 a 18 de outubro do corrente ano, quando estarei participando da Sessão Ordinária do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe - GRULAC, por ocasião da 137ª Assembleia da União Interparlamentar, na cidade de São Petersburgo, Rússia.

A propósito do disposto no Art. 39, inciso I do Regimento Interno, informo a Vossa Excelência que estarei ausente do País no período de 14 a 23 de outubro de 2017.

Página: 1/1 03/10/2017 20:02:20

0c33f0c2bae0c78e57d1748c33d2a07bfffbe1735

Sala das Sessões, em

Senador CIRO NOGUEIRA

Recebido em 10/10/2017
Hora 10:49
Wilder Nascimento - Mat. 266726





SENADO FEDERAL
Presidência

00100.109147/2017-92
56.05.08.23
(APR.+ 316/EU/IW)

MEMO. Nº 109 /2017-PRESID.

Brasília, 13 de Julho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **CIRO NOGUEIRA**
Presidente do Grupo União Interparlamentar

Referência: Documento nº 00100.103950/2017-13.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência e nos termos da solicitação constante no Ofício nº 053/17, datado de 5 de julho de 2017, autorizo a participação de Vossa Excelência, bem como a dos Senadores Gladson Cameli, Jorge Viana, Paulo Bauer e Vanessa Grazziotin na Sessão Ordinária do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe-GRULAC, por ocasião da 137ª Assembleia da União Interparlamentar, a ser realizada no período de 13 a 18 de outubro de 2017, na cidade de São Petersburgo, Federação Russa, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 872, DE 2017

Requer, nos termos do item 12, alínea "c", inciso II do art. 255 do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2013, seja apreciado pela CCJ, além das comissões constante do despacho inicial.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)

**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**A standard linear barcode is positioned vertically on the right side of the page.
SF/17443.48107-37

Nos termos do item 12, alínea “c”, inciso II do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2013, que “Altera o art. 43 do Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre a natureza, a finalidade e o acesso às informações dos bancos de dados e cadastros relativos a consumidores”, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, além das comissões constante do despacho inicial.

Sala das Sessões,

SENADOR FERNANDO BEZERRA
Vice-Líder do Governo no Senado





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 873, DE 2017

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, que seja inserido em ata Voto de Pesar pela morte da professora Helley de Abreu Silva Batista, que deu sua própria vida para salvar várias crianças durante um incêndio criminoso em uma creche no norte de Minas Gerais.

AUTORIA: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA

REQUERIMENTO N° , DE 2017

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, que seja inserido em ata Voto de Pesar pela morte da professora Helle de Abreu Silva Batista, que deu sua própria vida para salvar várias crianças durante um incêndio criminoso em uma creche no norte de Minas Gerais.

SF/17475.90805-96

JUSTIFICAÇÃO

Em meio à tragédia que se abateu sobre o município de Janaúba, no norte de Minas Gerais, no dia 5 de outubro, quando o vigia Damião Soares do Santos ateou fogo em uma creche cheia de crianças em período de aula, quero ressaltar uma personagem que se sobressaiu pela atitude heroica de dar a própria vida para salvar várias crianças. Foi graças à professora Helle de Abreu Silva Batista, de 43 anos, que a atitude insana do funcionário da creche não teve consequências ainda mais graves.

Em meio às chamas, Helle Batista não pensou nela própria, mas naquelas pequenas crianças que, sem sua ajuda, certamente estariam todas mortas. A professora tirou vários alunos pela janela e ainda entrou em luta corporal com o criminoso, na tentativa de impedi-lo.

Helle Batista trabalhava no Centro de Educação Municipal Gente Inocente desde 2016, quando passou em um concurso da cidade de Janaúba. Como educadora, uma de suas principais bandeiras era a inclusão de alunos com deficiência, tema em que se especializou também no ano de 2016.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA

Os que conheceram a professora falam de seu intenso amor pela sala de aula e seus alunos – amor este que demonstrou ao extremo, ao salvar a vida daquelas crianças.

Helley já havia passado por uma tragédia pessoal semelhante às mães que perderam seus filhos no incêndio: há 16 anos, tinha perdido um filho de apenas quatro anos, afogado.

Casada com Luis Carlos Batista há 23 anos, Helley deixa duas filhas adolescentes, de 15 e 12 anos, e uma bebê, de apenas um ano e três meses.

O Senado Federal deve manifestar seu pesar pela morte das crianças de Janaúba e da professora Helley Batista, que se tornou um símbolo da abnegação dos educadores.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares a este relevante e oportuno requerimento.

SF/17475.90805-96

Sala das Sessões,

de 2017

Senadora FÁTIMA BEZERRA (PT-RN)



Término de prazo



Encerrou-se no dia 9 de outubro o prazo sem interposição do recurso no sentido da continuação da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2008.

A matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Mensagem nº 50/2017





**Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária**

Votação Secreta

Mensagem nº 50, de 2017 - André Luiz Azevedo dos Santos (Congo)

Indicação do Senhor André Luiz Azevedo dos Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Matéria **MSF 50/2017**

Início Votação **10/10/2017 16:33:04** Término Votação **10/10/2017 17:08:25**

Sessão **153º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **10/10/2017 14:01:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PMDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PODE	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PDT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PMDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTC	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PODE	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO

Emissão 10/10/2017 17:08:31



**Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária**

Votação Secreta

Mensagem nº 50, de 2017 - André Luiz Azevedo dos Santos (Congo)

Indicação do Senhor André Luiz Azevedo dos Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Matéria **MSF 50/2017** Início Votação **10/10/2017 16:33:04** Término Votação **10/10/2017 17:08:25**

Sessão **153º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **10/10/2017 14:01:00**

PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PTB	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: Cássio Cunha Lima

SIM:44 NÃO:2 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:47

Primeiro-Secretario

Emissão 10/10/2017 17:08:31



Projeto de Lei da Câmara nº 44/2016



PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2016

(nº 5.768/2016, na Casa de origem)

Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º

.....
II - os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados:

.....
§ 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.

§ 2º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto:

I - do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa;

II - de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou

III - de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de



atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma dos seguintes diplomas legais:

- a) Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica;
- b) Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
- c) Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar; e
- d) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral."(NR)

Art. 2º Esta Lei terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2016 e, ao final da vigência desta Lei, retornará a ter eficácia a legislação anterior por ela modificada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal
55^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016

Altera o Código Penal Militar (dispõe sobre os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares).

Matéria PLC 44/2016

Início Votação **10/10/2017 17:37:32** Término Votação **10/10/2017 18:18:34**

Sessão **153º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **10/10/2017 14:01:00**

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PSDB	SIM
PT	NÃO
PP	SIM
DEM	SIM
REDE	NÃO
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PMDB	SP	Airton Sandoval	SIM
PODE	PR	Alvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	NÃO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SIM
PMDB	PI	Elmano Férrer	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	NÃO
PMDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	NÃO
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	NÃO
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PMDB	TO	Kátia Abreu	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	NÃO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM

Emissão 10/10/2017 18:18:37



Senado Federal
55^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016

Altera o Código Penal Militar (dispõe sobre os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares).

Matéria **PLC 44/2016**

Início Votação **10/10/2017 17:37:32** Término Votação **10/10/2017 18:18:34**

Sessão **153º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **10/10/2017 14:01:00**

DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
-	DF	Reguffe	NÃO
PMDB	PR	Roberto Requião	NÃO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PODE	RJ	Romário	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PTB	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM

Presidente: Cássio Cunha Lima

SIM:39 NÃO:8 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:48



Primeiro-Secretario

Emissão 10/10/2017 18:18:37



Projeto de Lei da Câmara nº 7/2016





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 176, DE 2017 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2016 (nº 36, de 2015, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2016 (nº 36, de 2015, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências, consolidando a Subemenda nº 1 – CCJ (de redação) à Emenda nº 21 – Plen, aprovadas pelo Plenário.*

Senado Federal, em 10 de outubro de 2017.

CÁSSIO CUNHA LIMA, PRESIDENTE

EDUARDO AMORIM, RELATOR

GLADSON CAMELI

VICENTINHO ALVES



ANEXO AO PARECER Nº 176, DE 2017 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2016 (nº 36, de 2015, na Casa de origem).

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.

Art. 2º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 10-A, 12-A e 12-B:

“Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino – previamente capacitados.

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

I – salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar;

II – garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;



III – não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada.

§ 2º Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata esta Lei, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento:

I – a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterá os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida;

II – quando for o caso, a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial;

III – o depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a degravação e a mídia integrar o inquérito.”

“Art. 12-A. Os Estados e o Distrito Federal, na formulação de suas políticas e planos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, darão prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), de Núcleos Investigativos de Feminicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher.”

“Art. 12-B. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de seus dependentes, a autoridade policial, preferencialmente da delegacia de proteção à mulher, poderá aplicar provisoriamente, até deliberação judicial, as medidas protetivas de urgência previstas no inciso III do art. 22 e nos incisos I e II do art. 23 desta Lei, intimando desde logo o agressor.

§ 1º O juiz deverá ser comunicado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e poderá manter ou rever as medidas protetivas aplicadas, ouvido o Ministério Público no mesmo prazo.

§ 2º Não sendo suficientes ou adequadas as medidas protetivas previstas no *caput*, a autoridade policial representará ao juiz pela aplicação de outras medidas protetivas ou pela decretação da prisão do agressor.

§ 3º A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
 Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
 Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
 Bloco-PT - Lindbergh Farias*
 Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - Edison Lobão*
 -PMDB - João Alberto Souza*
 Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 -PMDB - Jader Barbalho*
 Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
 Bloco-PT - Humberto Costa*
 -PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airton Sandoval* (S)
 -PMDB - Marta Suplicy*
 Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

-PMDB - Zeze Perrella* (S)
 Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
 Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
 Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
 Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
 Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
 Bloco-PT - Paulo Paim*
 Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
 Bloco-PT - José Pimentel*
 Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 -PMDB - Raimundo Lira* (S)
 -PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
 Bloco-PSDB - Ricardo Ferreira*
 -PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
 Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 -PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
 Bloco-DEM - José Agripino*
 Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 -PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 -PMDB - Renan Calheiros*
 Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
 Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
 Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
 Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
 Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 -PMDB - Roberto Requião*
 Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
 Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
 -PMDB - Waldemir Moka*
 -PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
 -PMDB - Hélio José* (S)
 -S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 -PMDB - Valdir Raupp*
 Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
 Bloco-PR - Vicentinho Alves*
 -PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
 Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
 Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
 -PMDB - Romero Jucá*
 Bloco-PTB - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 23

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-4

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	23
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
Vago.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Airton Sandoval* (-PMDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-T0)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Edison Lobão* (-PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
 Eduardo Braga* (-PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elmano Férrer** (-PMDB-PI)
 Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)

Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (-PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Kátia Abreu** (-PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (-PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (-S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
 Romário** (Bloco-PODE-RJ)
 Romero Jucá* (-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
 Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

PMDB - 23 Líder Raimundo Lira - PMDB (138) Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15 Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,102,140) Vice-Líderes Ricardo Ferrão (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87,132,149) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferrão (78,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (103) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Morais - PP (39,122,131,150) Vice-Líderes Benedito de Lira (105) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (105) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (13,19,145) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (52,71,146) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,106,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (104) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (110) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (74,87,132,149) Flexa Ribeiro (130,148) José Medeiros (12,14,18,88,133,143,147) Sérgio Petecão (10,129,151) Wilder Morais (39,122,131,150)	Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB (138)	
Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
 66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
 67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
 68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
 69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
 70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
 71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
 72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
 73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
 74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
 75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
 76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
 77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
 78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
 79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)
 80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
 81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
 82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
 83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
 84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
 85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
 86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
 87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
 88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
 89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
 90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).
 91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
 92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).
 93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
 94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
 95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
 96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
 97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
 98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude da sua desfiliação do partido.
 99. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)
 100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
 101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
 102. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
 103. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
 104. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
 105. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
 106. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
 107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)
 108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n°-2017)
 109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
 110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
 111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
 112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
 113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
 114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
 115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Oficio 2/2017-GLDPT)
 116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
 117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
 118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
 119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
 120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
 121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-GLPRD).
 122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
 123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioría (Of. GLPMDB n° 71/2017)
 124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
 125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).



126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Sandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

Prazo final prorrogado: 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁸⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

- * Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.
- 1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
- 2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
- 3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
- 4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
- 5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
- 6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
- 7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).
- 8. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1.
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



3) CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das empresas nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

- Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
- Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
- Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
- Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
- Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
- Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
- Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
- Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
- Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)



12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br



4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017

Prazo final: 05/04/2018



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁵⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,13,15)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,12)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁹⁾	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,10,11)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,14)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

* O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº7/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
12. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
13. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
14. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
15. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

- * Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- 8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS).
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,18)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(5,16,17)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(5,10,12,18)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(5,16)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(5,18,21,26)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,21,26)	6. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,20,27,29)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,11)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,14,22,23,24,25)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁸⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁸⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(19,22,23,24,25)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁴⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(4,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁸⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1.
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,15)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,9)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,9)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
6. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
9. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
10. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
11. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
12. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
13. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
14. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
15. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
16. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
17. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
18. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
19. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
20. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
21. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
22. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
23. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
27. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
28. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
29. Suspenso.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. VAGO (13)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Airton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (5,9)	1. Senador Valdir Raupp (5)
Senadora Marta Suplicy (5)	2.
Senador Hélio José (5)	3.
VAGO (5,8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO (1,7)	1.
VAGO (1,10)	2.
VAGO (1,11)	3.
VAGO (6,13)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (15)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Romário (PODE-RJ)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (4)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (4,12,14)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferreira foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPROM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 5. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 6. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 9. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 10. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferreira deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).
- 12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- 13. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).



14. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).

15. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp (2)	1. Senador Hélio José (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- * Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁵⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(5,11)
Senador João Alberto Souza ⁽⁵⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾
Senador Roberto Requião ^(5,11)	3. Senador Hélio José ⁽⁵⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,14)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,14)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,10)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁴⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,8,12,13,16)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽²⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- 9. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- 10. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- 11. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).



12. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (6)	1. Senador Hélio José (6)
Senador Eduardo Braga (6)	2. Senadora Kátia Abreu (6,8,9)
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,13)	3. Senadora Rose de Freitas (6)
Senador Elmano Férrer (6)	4. Senador Jader Barbalho (6)
Senador Raimundo Lira (6)	5. Senador Valdir Raupp (9)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (2)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Senador José Pimentel (PT-CE) (2)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (5)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,7,10)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (15)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (3)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (3)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (3)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (3)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (14)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
	2.
VAGO (15)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (4)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (4,11,12)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (4)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).



9. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
10. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
13. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
14. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
15. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (6,12)	1. Senador Romero Jucá (6)
Senador Elmano Férrer (6)	2. Senadora Simone Tebet (6,12)
Senador Waldemir Moka (6,8)	3. Senador Valdir Raupp (6)
Senador João Alberto Souza (6)	4. Senador Dário Berger (6)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2,10)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2,10)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (2)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (2)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (2)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (2)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (3)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
VAGO (3,9)	2. VAGO (5,13)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (5,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (1)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (15)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁶⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)
VAGO (4,14)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (4)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).
- Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
- Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).



14. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
15. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
16. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁵⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁰⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	1.
	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,8,9)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ángela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (5,13)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ángela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Airton Sandoval (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (18)
Senador Dário Berger (10)	3. Senador Elmano Férrer (18)
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2, ¹³)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1 ^a Eleição Geral: 19/04/1995	7 ^a Eleição Geral: 14/07/2009
2 ^a Eleição Geral: 30/06/1999	8 ^a Eleição Geral: 26/04/2011
3 ^a Eleição Geral: 27/06/2001	9 ^a Eleição Geral: 06/03/2013
4 ^a Eleição Geral: 13/03/2003	10 ^a Eleição Geral: 02/06/2015
5 ^a Eleição Geral: 23/11/2005	11 ^a Eleição Geral: 30/05/2017
6 ^a Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽¹⁶⁾	4. ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER,lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1^a Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. N° 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício n° 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando n° 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

REDE

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC**PODE****Atualização:** 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PSB

VAGO

PDT

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

PCdoB

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

REDE

PTC

PODE

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE**PTC****PODE****Atualização:** 18/10/2016**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE**PTC****PODE****Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:**

- 1^a Designação:** 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
 2^a Designação: 21/03/2012
 3^a Designação: 11/03/2013
 4^a Designação: 26/03/2014
 5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

VAGO

PCdoB

VAGO

PDT

VAGO

PMDB

VAGO

PP

VAGO

PPS

VAGO

PR

VAGO

PRB

VAGO

PSB

VAGO

PSC

VAGO

PSD

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PDT****PSB****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PSC****PRB****REDE****PTC****PODE****Notas:**

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.brSecretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

